



IHTRGS



FAHIMTB



ACANDHIS

AMAZÔNIA BRASILEIRA

CONQUISTA, CONSOLIDAÇÃO e MANUTENÇÃO

HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA
(1616-2017)



Cel. CLÁUDIO MOREIRA BENTO

FHE | POUPEX



AMAZÔNIA BRASILEIRA CONQUISTA, CONSOLIDAÇÃO, MANUTENÇÃO



HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA 1616-2017

Até a primeira edição deste livro, a Amazônia ressentia-se de uma obra que fundamentasse o estudo crítico de sua História Militar, desde as expedições de Pedro Teixeira, a montante, na direção dos Andes, até os dias atuais, em que consolidamos sua soberania pelo uso da tecnologia satelital e da ampla infraestrutura terrestre, naval e aeroespacial do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Esta segunda edição vem atender à demanda de um público crescente de estudiosos, pesquisadores, historiadores, acadêmicos e leigos apaixonados pela Amazônia. Assim, o trato da região, em todos os níveis e foros, pode dispor das lentes que permitem ver seu passado, pelo ângulo crítico da história, trazendo à tona a compreensão da realidade e vocação amazônica, bem como dos desafios e ameaças que teimam fustigar seu Status Quo no cenário político internacional.

Não resta dúvida de que este segundo sopro de vida coloca o livro, de forma definitiva, nas prateleiras do acervo histórico nacional, ao lado de compêndios consagrados das demais regiões do país.

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la."As prodigiosas palavras do General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Ex-Comandante Militar da Amazônia, proferidas em 1968, contextualizam perfeitamente o conteúdo desta obra e têm a magia da contemporaneidade ao nos remeter aos sacrifícios e lutas do passado, à responsabilidade e aos deveres do presente e aos desafios do futuro.

As páginas a seguir nos convidam a um mergulho agradável e inédito na história da Amazônia Brasileira. Dele, o leitor sairá muito mais amazônida e brasileiro.

Gen Ex Eron Carlos Marques
Presidente da FHE-POUPEX





FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS
DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE
DO BRASIL

AMAZÔNIA BRASILEIRA CONQUISTA, CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO

**História Militar Terrestre da Amazônia
de 1616 a 2017**

Cláudio Moreira Bento

2ª Edição

Gráfica Drumond
Barra Mansa/RJ - 2017

© do autor
2ª edição: 2017
Tiragem: 1000 exemplares

Capa: Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento

Diagramação: Carlos Eduardo Ferreira Avila

Revisão de texto: Manoelina Gomes Fonseca Carvalho

Revisão final e de provas: Os autores

Impressão: Gráfica e Editora Irmãos Drumond

Patrocínio: FHE-POUPEX

Pedidos desta obra:

Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil

AMAN - Av. Presidente Vargas, 442

Campos Elíseos - Resende - RJ

CEP: 27542-570

Tel: (24) 3354 3355 r. 6651

email: ahimtb@resenet.com.br

www.resenet.com.br/users/ahimtb

CIP - BRASIL CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: Denise Selbach Machado CRB-10/720

B47a

Bento, Cláudio Moreira

Amazônia brasileira : conquista, consolidação e manutenção
(história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2017) / Cláudio
Moreira Bento. -- Barra Mansa/RJ : Gráfica Drumond, 2017.

304p.: 21 cm

ISBN: 978-85-63913-72-2

1. Amazônia - Brasil - História militar.

I. Academia de História Militar Terrestre do Brasil. II. Título.

CDU
981.13:355.48



**A concretização desta obra
foi possível graças ao apoio da:
Associação de Poupança e Empréstimo**

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS ETERNOS COMANDANTES DA AMAZÔNIA



Gen Bda Décio Palmeiro de Escobar
1º AGO 55 a 7 MAR 57



Gen Bda Luiz Augusto da Silveira
22 MAR 57 a 11 OUT 58



Gen Div Humberto de Aleocar Castello
10 DEZ 58 a 10 MAIO 60



Gen Div Estevo Taurino Rezende Netto
22 AGO 61 a 18 FEV 63



Gen Div Francisco Damasceno F. Portugal
12 MAR 63 a 27 JAN 64



Gen Div Orlando Gomes Ramagem
5 MAR 64 a 4 JUN 64

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS ETERNOS COMANDANTES DA AMAZÔNIA



HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS ETERNOS COMANDANTES DA AMAZÔNIA



Gen Div Argus Lima
17 OUT 72 a 11 SET 74



Gen Div Fernando Belfort Bethlem
17 SET 74 a 26 ABR 76



Gen Div Ernani Ayrosa da Silva
25 MAI 76 a 19 JAN 78



Gen Div Rosalvo Eduardo Jansen
19 JAN 78 a 22 ABR 80



Gen Div Leônidas Pires Gonçalves
21 MAI 80 a 29 JAN 82



Gen Ex Eulydes de Oliveira F. Filho
29 JAN 82 a 9 AGO 83

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS ETERNOS COMANDANTES DA AMAZÔNIA



HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS ETERNOS COMANDANTES DA AMAZÔNIA



Gen Ex José Sampaio Maia
15 JAN 93 a 10 AGO 94



Gen Ex Germano Arnoldi Pedrozo
10 AGO 94 a 13 FEV 98



Gen Ex Luiz Gonzaga Scroeder Lessa
13 FEV 98 a 22 NOV 99



Gen Ex Aldécir Pereira Lopes
22 NOV 99 a 18 MAIO 01



Gen Ex Valdesio Guilherme de Figueiredo
18 MAIO 01 a 9 JUL 02



Gen Ex Antonio A. Ignacio Domingues
9 JUL 02 a 16 JAN 03

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS ETERNOS COMANDANTES DA AMAZÔNIA



Gen Ex Cláudio Barbosa de Figueiredo
28 FEV 03 a 03 MAIO 06



Gen Ex Raymundo Nonato Cerqueira Filho
3 MAIO 06 a 14 SET 07



Gen Ex Augusto Heleno Ribeiro Pereira
14 SET 07 a 6 ABR 09



Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos
6 Abr 09 a 1º Set 11



Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Bôas
1º SET 11 a 29 SET 14



**Gen Ex Guilherme Cats Theophilo Gaspar
de Oliveira**
29 ABR 14 a 15 ABR 16

ATUAIS COMANDANTES



GEN EX MIOTTO
ATUALCMT CMA



GEN EX FERREIRA
1º CMT DO CMN



GEN EX MOURA
ATUAL CMT CMN

NOTA DO AUTOR

Foram meus comandantes no 1º Batalhão Ferroviário os generais: Dirceu Araújo Nogueira e Rodrigo Jordão Ramos, e general Octávio Aguiar de Medeiros como diretor da ESNI e o general Hyran Ribeiro Arnt, como comandante da AMAN e o General Carlos Anibal Pacheco, como comandante da AD/ em Pouso Alto, a qual estava subordinado o 4º BECmb em Itajubá. E o general Eduardo Dias de Costa Villas Boas, como comandante do Exército e atual 1º Presidente de Honra da FAHIMTB. E como acadêmico da FAHIMTB, Luiz Gonzaga Shoroeder Lessa, prefaciador da 1ª edição do presente livro e conservado na presente edição.

Foram meus alunos de História Militar na AMAN em 1978, o general Antônio Miotto, atual comandante do CMA, prefaciador da presente edição e o general Cláudio Coscia Moura atual comandante do CMN. Figura como prefaciador Osvaldo de Jesus Ferreira, 1º Comandante do CMN, o qual como comandante do 1º BECMB - Batalhão Vilagran Cabrita nos convidou para ser o orador na inauguração do Memorial Vilagran Cabrita. O Marechal Humberto Alencar Castelo Branco é patrono de cadeira na FAHIMTB.

Sumário

Amazônia brasileira, conquista, consolidação e manutenção	21
Prefácio do 1º Comandante do Comando Militar do Norte	22
Prefácio do Comandante Militar da Amazônia	26
Prefácio 1ª Edição	28
Comentário do Vice Presidente FAHIMTB	31
Apresentação	32
Introdução	34

1ª Parte

Da necessidade de uma história militar terrestre crítica da Amazônia	39
Origem da Amazônia Brasileira	40
Razões que justificam a preocupação na defesa da Amazônia.....	42
A importância do estudo da História Militar Terrestre da Amazônia	43
O livro da história militar terrestre crítica da Amazônia	44

2ª Parte

A Conquista da Amazônia Brasileira, 1616-1750	49
1 - RECONHECIMENTOS E EXPLORAÇÃO MILITAR TERRESTRE	50
Expedições ligeiras	50
2 - INFILTRAÇÕES E BASES ESTRANGEIRAS	51

3 - RESISTÊNCIAS ARMADAS INDÍGENAS À PENETRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA	51
Aspectos de interesse militar dos índios	53
As guerras entre índios amazônicos e sua Arte Militar	57
As Tropas de Resgates: objetivos, abusos e extinção	61
A Abolição da escravidão indígena no Brasil em 1750	66
O General Pedro Teixeira (1570-1641) – o conquistador da Amazônia	67
4 - A FUNDAÇÃO DE BELÉM EM 1616 COM O FORTE DO CASTELO OU DO PRESÉPIO	70
5 - A LUTA ARMADA PARA EXPULSAR “HEREGES” DO DELTA E DO BAIXO AMAZONAS	72
6 - UM EXEMPLO DA LUTA DE PEDRO TEIXEIRA CONTRA HOLANDESES NA FOZ E NO VALE DO XINGÚ	73
7 - A CONQUISTA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA POR PEDRO TEIXEIRA	74
Os “inimigos azuis” da Amazônia - um entendimento	78
8 - A EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA POR RAPOSO TAVARES EM 1648	79
9 - O COMBATE AOS CABOQUENAS E A FUNDAÇÃO DE AIRÃO EM 1663	79
10 - A FUNDAÇÃO DE MANAUS EM 1663 COM O FORTE SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO	80
11 - FORTIFICAÇÕES, COLÔNIAS MILITARES E PELOTÕES DE FRONTEIRA	80
Projeção limitada das fortificações da Amazônia	81
Parte do anel defensivo	82
Fortificações e pressões de intrusos na Amazônia	83
Papel histórico dos fortes na Amazônia	87
Forte do Castelo - Belém.....	88

Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá	90
Forte de São Pedro Nolasco ou Forte das Mercês - Belém.....	90
Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro.....	91
Fortaleza da Barra ou Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra - Belém	91
Forte Santo Antônio e São José de Macapá	92
Forte do Rio Baboute - Amapá	93
Fortaleza de Santarém ou Fortaleza dos Tapajós - Pará	94
Fortaleza de Óbidos - Pará	94
Forte do Paru - Almeirim - Pará	95
Fortim e Bateria da Ilha dos Periquitos - Belém	95
Casa Forte do Guamá - Pará	96
Fortaleza do Rio Negro - Barcelos.....	96
Fortaleza Nossa Senhora da Conceição - (Guaporé) Rondônia.....	96
Fortaleza de Macapá - Amapá	97
Forte São Francisco Xavier - Tabatinga.....	97
Forte de São Gabriel (hoje Uaupés) - Rio Negro.....	98
Forte de Marabitanas - Cucuí.....	98
Reduto São José - Belém	98
Forte de São Joaquim do Rio Branco - Roraima	98
Bateria de Val de Cans - Belém	100
Forte Príncipe da Beira - Rondônia.....	101
Forte Bateria de Santo Antônio - Belém	102
Forte da Cachoeira de Itaboca - Tocantins / Pará.....	102
Forte de Araguari - Amapá.....	103
A Bateria da Ilha de Bragança	103
Colônias Militares na Amazônia Brasileira	103
Colônia Militar Dom Pedro II	104
Colônia Militar de São João do Araguaia	105
Colônia Militar de Rio Branco.....	105
Colônia Militar de Óbidos - Pará.....	105
Atuais Pelotões de Fronteira na Amazônia	106
Tiros de Guerra na Amazônia	107

12 - LUTAS EM TORNO DE TEFÉ, COARI, FONTE BOA E SÃO PAULO DE OLIVENÇA COM ESPANHÓIS E ÍNDIOS CAMPEBAS (1703-1713).....	107
---	------------

**13 - A GUERRA DO CACIQUE AJURICABA, APOIADO POR HOLANDESES
1723-27, NOS VALES DOS RIOS NEGRO E BRANCO109**

3ª Parte

A Consolidação da Conquista da Amazônia, 1750-91.....111

Mapa o Triângulo e os Pilares Mestres da Amazônia no Século XVIII	112
A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA DA AMAZÔNIA, 1750-91	113
O Tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Espanha	113
O Marquês de Pombal e sua projeção na consolidação da Amazônia Brasileira.....	115
As defesas da Amazônia no ano de 1750	121
O Capitão-General Mendonça Furtado e as suas missões, ostensivas e secretas.....	122
Uma tentativa de secessão na Amazônia.....	127
O Real Hospital Militar de Barcelos.....	129
As fortificações do Grão-Pará antes da chegada de Mendonça Furtado	131
Um teste para uma vaga de Sargento-Maior de Regimento.....	132
A oficialidade do Grão-Pará e a fundação da Companhia Geral de Comércio do Pará.....	133
A preocupação com a defesa do Amapá, ameaçada por franceses	133
Desapreço pelo serviço militar em Belém em 1752.....	134
Dificuldades de apoio logístico à tropa luso-brasileira	135
As fortificações da Amazônia em 1752	136
A ameaça potencial de holandeses do Suriname sobre a atual Roraima e a ordem de construção do Forte São Joaquim em 1752 e de outros que forem necessários.....	136
A carta ao Capitão-General do Grão-Pará sobre visita a Macapá em 1752 e as fortificações da Amazônia	137
O contato do Capitão-General do Grão Pará com o Governador de Mato Grosso, Dom Antônio Rolim de Moura em 1752	138
Guarda Militar do Trocano – Vila de Borba.....	140
A viagem do Capitão-General do Grão Pará de Belém a Marina (atual Barcelos) de 2 de outubro a 28 de dezembro de 1754 (87 dias)	141
O esforço para liberar o caminho Belém - Vila Bela das missões jesuíticas	147

Uma revolta contra o Capitão-General do Grão Pará.....	148
A criação da Capitania do Rio Negro (atual estado do Amazonas)	149
O chefe das três partidas de demarcação no Norte (projeto)	149
As instruções passadas ao Tenente Diogo Antônio de Castro, para a Vila de Borba, a Nova, na antiga Aldeia do Trocano.....	151
As instruções ao Sargento-Mor Eng Sebastião José da Silva para governar Mariuá enquanto o Capitão-General foi fundar a vila de Borba, a Nova.....	153
A presença de duas peças de Artilharia com os Jesuítas em Trocano	155
Os casamentos de soldados com índias na Amazônia, na Vila de Borba, e medidas para desenvolver este local	156
A revolta de tropas de Portugal em Mariuá, conforme relato de Mendonça Furtado ao seu irmão, o Marquês de Pombal em 1757	157
Um pedido de promoção a brigadeiro para um grande soldado.....	158
Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) e sua projeção histórica na Amazônia Brasileira	159
Mendonça Furtado: Secretário de Marinha e a Amazônia, 1765	164
A demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 na Amazônia	166
Manoel da Gama Lobo d'Almada - atuação na Amazônia 1770-1799.....	167

4ª Parte

A Defesa, a Manutenção e a Vigilância da Unidade, da Integridade e da Soberania do Brasil na Amazônia, Contra a Ambição Estrangeira e de sua Degradação por Maus Brasileiros ("Inimigos Azuis").....

14 - A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL EM 1808.....	182
Antecedentes.....	182
A conquista de Caiena por Portugal	185
Organização da Força Expedicionária	185
Os combates.....	186
A capitulação e entrada em Caiena.....	187
A vitória final	187
15 - A REAÇÃO À INDEPENDÊNCIA NO PARÁ	189
16 - REVOLTAS NA AMAZÔNIA DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA	190

17 - A OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA 1835-1842	193
18 - A REVOLTA DA CABANAGEM NO PARÁ	196
19 - A HISTÓRIA MILITAR DO PARÁ NO 2º REINADO, 1840-89	202
20 - PRESSÕES DOS EUA NA AMAZÔNIA EM TORNO DA BORRACHA	205
21 - PRESENÇA E ATUAÇÃO DO MARECHAL RONDON NA AMAZÔNIA (1890-1955)	206
22 - INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895 E O MASSACRE DA VILA AMAPÁ	212
Cronologia dos fatos da disputa do Amapá com a França	213
Origem do Contestado França x Brasil entre os rios Araguari e/ou Oiapoque	215
A revolta do Contestado sob a liderança de Veiga Cabral (Cabralzinho)	215
A reação militar de Caiena contra a revolta liderada por Veiga Cabral	216
A criação do Exército Defensor do Amapá	217
Queixas de brasileiros contra o brasileiro Trajano a serviço de Caiena	218
A missão da tropa da Marinha Francesa contra Cabralzinho	219
O combate, seguido de massacre, de Vila Amapá, em 15 de maio de 1895 ...	219
Lições colhidas pelos franceses deste triste e lamentável episódio.....	221
O General do Exército do Amapá - Cabralzinho	222
O final da grande disputa militar e diplomática pelo Amapá	226
A Colônia Militar do Oiapoque	226
A Colônia Agrícola de Clevelândia: 1921-1930	227
O Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque.....	228
Decretos 4.411 e 4.412 de 07 Out 2002 para proteção das reservas indígenas e ambientais	231
23 - A CAMPANHA MILITAR DO ACRE, 1900-1903	234
Descendente de guerreiros	234
Adolescência difícil	235
Soldado do Regimento Mallet	235

Cadete em Rio Pardo e Porto Alegre e carreira frustrada	235
Revolucionário federalista	236
A forja do guerreiro e seu temporário Adeus às Armas.....	236
A Amazônia fervilhava com a Questão Acreana.....	236
Um Cavalo de Tróia ameaça a Soberania do Brasil na Amazônia.....	237
A obra reservada ao jovem gaúcho.....	238
Projeção da obra de Plácido no Brasil.....	238
Plácido - o encontro com seu destino e com a História	
- a independência do Acre	238
Um duro insucesso – Emboscada em Volta da Empresa – lição aprendida.....	239
Aclamado general e comandante do Exército do Acre.....	240
Tratado de Petrópolis.....	240

24 - A GUARNIÇÃO DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA, 1888-1938	241
Reflexos militares na Amazônia do fim do ciclo da borracha 1840-1912	242

25 - A AMAZÔNIA NA 2ª GUERRA MUNDIAL.....	245
Uma acusação repelida de imperialismo e sub-imperialismo do Brasil	247

26 - O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (CMA)	248
Os militares do Exército na Amazônia e seus desafios a partir de 2000.....	252
O incidente do rio Traíra	254
Lições desta História Militar Terrestre da Amazônia	254
O SIVAM, um passo de gigante para a proteção da Amazônia.....	255
SIVAM - Em ação desde Julho de 2002	258

5ª Parte

POSFÁCIOS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	261
---	------------

POSFÁCIO - A AMAZÔNIA BRASILEIRA	262
---	------------

POSFÁCIOS DA 2ª EDIÇÃO - GENERAL DE DIVISÃO ANDRÉ LUIZ NOVAES DE MIRANDA E GENERAL DE BRIGADA RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES, EX-COMANDANTES DA 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	263 / 264
---	------------------

O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS TERRAS DE RONDON - RAÍZES HISTÓRICAS (ANÁLISE).....	265
COMENTÁRIO LIVRO SOBRE PEDRO TEIXEIRA, PREFACIADO PELA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO	269
ESTUDOS MILITARES TERRESTRES SOBRE A AMAZÔNIA, POR ALUNOS DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (1969-2002)	269
MONOGRAFIA SOBRE AMAZÔNIA 2ª EDIÇÃO (2002-2017)	277
FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL - FAHIMTB.....	282
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL	282
ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA - ACANDHIS	283
DADOS SOBRE O AUTOR	284
BIBLIOGRAFIA DA HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA.....	286
Arthur César Ferreira Reis (1906-93, síntese biográfica)	286
Lista especial na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	299
HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS COMANDANTES DO CIGS	301

Abas da 1ª Edição

Amazônia brasileira, conquista, consolidação e manutenção

Com um valor estimado em quatro trilhões de dólares pela sua riqueza potencial em biodiversidade e recursos naturais, a Amazônia é, sem sombra de dúvida, um grande negócio. Desinformados e ingênuos, que não reconhecem o tamanho e a importância desta cifra, pecam com um discurso vazio e sem embasamento, prejudicando a verdadeira discussão que deveria estar ocorrendo sobre a Amazônia.

Diante deste quadro de cobiça e de ignorância, pode-se fazer um diagnóstico superficial dos assuntos em torno da Amazônia, onde destaca-se a incapacidade do Brasil e de sua sociedade em gerenciar seus soberanos 5,2 milhões de km². Se não bastasse o quadro existente de cobiça internacional para agravar a situação, soma-se a este, o quadro de ignorância nacional. Este panorama de descrença sobre a nossa capacidade de gerir a Amazônia poderia ser amenizado se tivéssemos noção do quadro histórico em que a Amazônia brasileira se tornou BRASILEIRA!

A história da conquista, da consolidação e da manutenção do território em que se encontra a Amazônia brasileira é reflexo do potencial, da capacidade e da noção de Brasil grande e soberano que seus patriotas demonstraram diante de todas as diversidades e de inimigos possíveis, quando esta vasta região foi por eles conquistada. Todavia, esta história e este esforço hercúleo feito por nossos antepassados são geralmente esquecidos.

Para contrariar este quadro desalentador e resgatar quatro séculos de história militar da Amazônia, surge mais uma vez o nosso Dom Quixote das histórias perdidas e das lutas esquecidas. Trata-se de Cláudio Moreira Bento, atualmente, o maior historiador militar brasileiro e sem dúvida a nossa maior biblioteca viva de história militar terrestre do Brasil. Em um estudo detalhado e minucioso, o Cel Bento apresenta a conquista, a consolidação e a manutenção da Amazônia brasileira por personagens esquecidos e anônimos, que com sangue e bravura redesenharam o nosso território e concretizaram o sonho de um Brasil grande. É, certamente, o referencial contemporâneo para quem tem dúvidas sobre a soberania da nossa Amazônia e um aviso para quem tem dúvidas sobre a nossa capacidade de mantê-la BRASILEIRA!!!

Prof. Dr. Flávio Camargo
Porto Alegre, outubro de 2003

PREFÁCIO DO 1º COMANDANTE DO COMANDO MILITAR DO NORTE



*"À Amazônia incontestável, o nosso preito.
A nossa vida por sua integridade
A nossa luta com a força do direito
Com o direito da força em validade."
(Trecho da Canção do CIGS)*

A Amazônia Brasileira é uma área de dados superlativos em todos os sentidos.

Todos aqueles que se dedicam a analisar o que significa aquele verdadeiro continente ainda tão desconhecido, em decorrência da sua magnitude física e complexidade de sua estrutura em todos os sentidos, não precisam de muito tempo para chegar à conclusão de que a nossa Amazônia é plural: há várias "amazônias".

Para simplificar essa realidade, o mínimo que se pode considerar, por suas particulares características, é a existência de duas "amazônias":

- a Ocidental, constituída pelos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre; e
- a Oriental, constituída pelos estados do Pará e Amapá.

Em termos de grandiosidade e ou dificuldades amazônicas, as demandas estratégicas e operacionais que afetam o preparo e o emprego da Força Terrestre somam-se aos diversos aspectos físicos, ambientais, vazio populacional, econômicos etc..

Na Amazônia Ocidental, cabe especial atenção ao seu enorme arco fronteiriço, o que impôs, ao longo dos tempos até 2013, ao Comando Militar da Amazônia, cuja área de responsabilidade abrangia, na íntegra, os seis estados amazônicos, priorizar sua atenção à faixa de fronteira de Roraima a Rondônia.

Já na Amazônia Oriental, os desafios são mais distribuídos em toda extensão territorial, com uma dinâmica que requer especial atenção da Força Terrestre voltada, no plano interno, para: problemas fundiários e ambientais na área de influência das BR 230 – Transamazônica e 163 – Cuiabá/Santarém; questões relativas à colossal Província Mineral de

Carajás; e a segurança das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte. No plano externo, destaca-se a estratégica fronteira com a Guiana Francesa, ou seja, com a própria França, País amigo integrante da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Diante deste quadro sintético sobre o valor estratégico-operacional das "amazônias", no final do primeiro semestre de 2013, exatamente no dia 26 de junho, foi ativado o oitavo Comando Militar de Área do Exército, o Comando Militar do Norte (CMN) com a responsabilidade territorial sobre os estados do Pará e Amapá, recebidos do Comando Militar da Amazônia, e do estado do Maranhão, por desmembramento do Comando Militar do Nordeste. Mais recentemente, em 2015, a região norte do estado do Tocantins foi incorporada ao mais novo Comando de Área.

Este oficial-general, tendo sido promovido ao último posto da carreira, recebeu o desafio de comandar e implantar o CMN, partindo da estrutura pertencente à 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército. Quis o destino que eu, no último posto, viesse a conviver com o desafio de conduzir mais uma ação de pioneirismo, ou seja, uma situação extremamente desafiadora.

Para mim, foi uma experiência da qual muito me orgulho e agradeço ao Gen Ex ENZO MARTINS PERE, então Comandante do Exército, pela confiança que depositou no seu antigo assessor no Departamento de Engenharia e Construção e a quem confiou missões de grande relevo, como o cargo de Comandante da 1ª Divisão de Exército e da Guarnição da Vila Militar.

A implantação do CMN, pelo valor da equipe que contei nos quase três anos em que comandi a Amazônia Ocidental, se deu de maneira extremamente rápida, uma vez que em maio de 2014, menos de um ano após a sua ativação, pude declarar ao Gen ENZO: o Comando Militar do Norte está pronto para cumprir as missões e ações para as quais foi criado e ativado.

Tal fato se deu por ocasião da consecução da Operação Ágata 8, quando foi ativado, pela primeira vez, o Teatro de Operações do Norte, oportunidade em que as ações operacionais conjuntas desenvolvidas pelo Comando do CMN e forças subordinadas foram destacadas como um referencial de qualidade, digna de um Grande Comando completo, maduro em todos os aspectos.

Essa feliz constatação me permitiu asseverar, em diversas oportunidades, que o CMN "nasceu de parto prematuro, teve infância e adolescência meteóricas e atingiu a maturidade com menos de um ano de vida".

Durante o período em que estive à frente do CMN, tive o privilégio de vivenciar realizações que merecem destaque pela qualidade e diversidade de ações, tanto no campo operacional como nas atividades desenvolvidas para implantar o Grande Comando.

No setor operacional, foram realizadas ações de preparo e de emprego exemplares, com destaque para as operações: Ágata 8, já citada, e Ágata 10, coordenadas pelo Ministério da Defesa; Oiapoque e Cabo Orange, realizadas em coordenação direta com as Forças Armadas da Guiana Francesa; Kricati e Hileia Pátria, para apoiar ações de órgãos governamentais; Eleições, para a garantia do pleito eleitoral de 2014; Transamazônica, Iriri e Terra do Meio, para o preparo de tropas e voltadas para a defesa externa; e Amazônia Oriental, efetivada para levantamento estratégico de área.

Quanto às atividades de implantação, merecem destaque: a recuperação completa das instalações do Quartel General, o que permitiu a acomodação dos comandos do CMN e da 8ª Região Militar; a criação da Base de Administração e Apoio do CMN; a criação da 15ª Companhia de Polícia do Exército; a transformação do 24º Batalhão de Caçadores para 24º Batalhão de Infantaria Leve; e a criação do NPOR de Macapá e de dois NPOR em MARABÁ.

Cabe destaque ainda mais especial a duas expressivas e diferenciadas realizações:

- a criação do Comando e da Companhia de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Macapá-AP, cujas instalações estão em fase final de construção, o que permitirá as condições adequadas para que a Grande Unidade e a Subunidade sejam ativadas já no início de 2018. Com a ativação da denominada "Brigada da Foz", será permitido o equilíbrio operacional do CMN, com a devida articulação das organizações militares em face do valor estratégico da área norte e nordeste do recém criado Comando Militar de Área; e

- a criação e ativação do Colégio Militar de Belém, um excepcional ganho para a família militar e para a sociedade da capital paraense, fato que traduziu importância especial para o advento do CMN, significando o principal presente que a "Cidade das Mangueiras" recebeu no dia 12 de janeiro de 2016, por ocasião do seu 400º aniversário de criação.

O CMN completará, no próximo dia 26 de junho, quatro anos de ativação, cumprindo, com esmerada e reconhecida competência, as atribuições que a ele compete como órgão do mais alto nível da Força Terrestre, o que, sem dúvida alguma, merece destaque e reconhecimento de todos pelo trabalho desenvolvido pelas equipes que conduziram as

tarefas operacionais e de implantação do jovem Comando Militar de Área, cuja área de responsabilidade é amazônica e é a segunda maior em termos territoriais no País.

Por último, cabe-me ressaltar um aspecto simples mas que significa uma coincidência histórica. Nos idos de 1969, o Gen RODRIGO OTÁVIO foi incumbido de transferir o Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus. Pouco mais de 40 anos depois, coube a este Oficial General implantar o novo Comando Militar em Belém. A coincidência reside no fato que nós dois temos em comum a nossa origem na Arma de Engenharia.

Agradecendo a oportunidade que me foi facultada pelo nosso historiador maior, Cel BENTO, também da Arma Azul Turquesa, cumprimento-o pelo trabalho realizado em prol da memória do nosso Exército e finalizo as minhas palavras com a celebre mensagem do Gen RODRIGO OTÁVIO presente em todas as organizações militares da Amazônia Brasileira:

“Árdua a missão de defender e desenvolver a Amazônia. Muito mais difícil, porém, a dos nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.”

Gen Ex Osvaldo de Jesus Ferreira

PREFÁCIO DO COMANDANTE MILITAR DA AMAZÔNIA



Ao ser convidado para escrever o prefácio deste livro, senti-me honrado pela deferência, ao tempo que considero grande responsabilidade, pois acompanho de longa data a excelência do trabalho profissional e metucioso do Coronel Cláudio Moreira Bento e a contribuição de seu trabalho idôneo ao estudo e à compreensão da História Militar do Brasil.

Sobre o autor? O que dizer de um dos mais renomados e respeitados historiadores militares brasileiros da atualidade? Instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, Fundador e Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Titular dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil. Com centenas de artigos publicados em revistas especializadas em história militar, vencedor de diversos prêmios literários e diversos trabalhos transcritos ou mencionados em Câmaras e Assembleias Legislativas.

A história militar de nossa terra é antes de tudo a própria história do Brasil, pois é impossível dissociá-las. Nos principais e mais marcantes eventos de nosso riquíssimo passado de glórias houve a participação, na maioria das vezes decisiva, das Forças Armadas. Nas lutas para expansão territorial, na definição das fronteiras, na pacificação de revoluções em províncias rebeldes (que em alguns casos, tinham cunho separatista), na expulsão de invasores estrangeiros, na Guerra da Tríplice aliança, na manutenção da ordem interna quando da Proclamação da República e tantos outros. Nas páginas deste livro, o leitor terá a oportunidade de se aprofundar em mais um importante e empolgante capítulo da história do Brasil: a conquista, a consolidação e manutenção da maior, mais rica e ainda pouco conhecida região do Brasil, a Amazônia.

A excepcional e rara iniciativa de produção desta obra se propõe a preencher um espaço quase inexplorado de divulgação da importância desta região brasileira sob a ótica militar e a conscientização dos perigos que a rondam, além do sacrifício que os nossos antepassados se submeteram para hoje, com orgulho, bradarmos: - "a Amazônia é nossa".

Neste livro somos convidados a mergulhar na história da Amazônia. Os primeiros relatos são do final do século XV, quando diversas expedições

passaram a operar no Atlântico, em águas hoje brasileiras, mesmo antes do descobrimento oficial do nosso País. As terras do Novo Mundo já despertavam, naquela época, grande interesse econômico nos europeus. E, diga-se de passagem, o interesse persiste até os dias atuais.

Naquelas diversas intervenções, navegadores europeus identificaram a área como muito importante e estratégica também do ponto de vista militar, ensejando a fundação do Forte do Presépio (Belém/PA), em 1616, onde o obstinado Capitão Pedro Teixeira, o nosso primeiro exemplo de bravura e valor militar, juntamente com a sua tropa, enfrentou toda sorte de adversidades e firmou o domínio luso-espanhol no estuário e baixo Amazonas. As riquezas de detalhes apresentadas pelo Cel Bento, nos faz imaginar e reviver as dificuldades, os desafios, os combates e as vitórias contra aqueles que não reconheciam a legitimidade e soberania ibérica sobre esta região.

Aquilo que não se conhece não tem como ser valorizado. Este livro deixa para as gerações futuras um legado para não ser esquecido de que a Amazônia brasileira é uma herança riquíssima de nossos antepassados, conquistada com muito sacrifício, abnegação, estoicismo e amor ao Brasil.

Lembrando sempre das sábias palavras do saudoso General Rodrigo Octávio:

“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”.

Nesta mais que recomendada obra, o autor esmiúça detalhes e nuances, partilha reflexões e aprofunda conhecimentos para resgatar o valor do trabalho de consolidação e de manutenção do território nacional, especialmente executado pela força terrestre.

Dessa forma, cumprimento e eminente historiador militar pela excelência do trabalho, ao tempo em que convoco a todos, especialmente aos mais jovens, a leitura desta obra incrível do Coronel Cláudio Moreira Bento.

Por tudo o que é apresentado neste livro, esta é uma obra de fina qualidade no texto e na abordagem do tema. Com toque dinâmico, afasta o leitor da monotonia, despertando a sede de conhecimento, instigando-o a entender nossa história, a desvendar os mistérios e os bastidores do embate de forças, dos interesses econômicos e políticos da região desde o século XVII até os dias atuais.

Concito a todos os brasileiros de bem, e particularmente os militares, a apreciar este livro com a convicção de que não podemos nos olvidar da história, para o bem das gerações futuras e para o grandioso destino do Brasil.

Gen Ex Geraldo Antonio Miotto

Comandante Militar da Amazônia

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

Este excelente trabalho do renomado e culto historiador militar, Cel Cláudio Moreira Bento, preenche uma lacuna, há muito sentida, quando se trata da incorporação da Amazônia ao restante do território brasileiro, por apresentar uma visão integrada e atual da sua história militar terrestre e rememorar importantes fatos e feitos desconhecidos não apenas pelo nosso povo mas, mesmo, por estudiosos do assunto.

A conquista da Amazônia, um continente que representa 56% do território brasileiro, foi, na sua essência, e bem o demonstra o autor, uma aventura, ou melhor dizendo, um espetacular empreendimento histórico traduzido numa longa, contínua e eficaz expedição militar.

Se no passado assim o foi, ainda no presente muito do que se faz na Amazônia está intimamente vinculado à instituição militar, estando o Exército, a Marinha e a Força Aérea presentes em todos os grandes empreendimentos amazônicos, extrapolando, em muito, a sua dimensão puramente militar, convertendo-se em parceiro indispensável nas ações de desenvolvimento e integração ao restante do Brasil.

As pressões e a cobiça internacional sobre a Amazônia, desde tempos coloniais, ficam muito bem demonstradas pelo Cel Bento neste oportuno ensaio, quando as superpotências da época buscam estender e alargar os seus domínios sobre territórios legítima e arduamente conquistados pela intrepidez, determinação, patriotismo e larga visão política das expedições levadas a bom termo por audazes e decididos luso-brasileiros. De fato, ao findar do século XVIII, os limites brasileiros na Amazônia, com exceção do Acre incorporado ao país pelo tratado de Petrópolis em 1903, já estavam perfeitamente definidos pela constelação de fortificações militares que pontilhavam não apenas as nossas fronteiras mas, também, regiões de alto valor estratégico no interior amazônico.

O autor deixa bem claro que nunca fomos temporários e aventureiros na Amazônia.

Fomos para conquistar e incorporar e nesse mister logramos o mais completo êxito. A despeito das enormes dificuldades, lá estamos por quase quatro séculos.

Todavia, novos e perigosos desafios dia-a-dia se avolumam, quando falamos da plena soberania brasileira sobre o imenso território amazônico.

Suas incontáveis riquezas, por demais propaladas e difundidas, refletidas no seu quase inesgotável potencial mineral, na incomparável biodiversidade, no gigantesco volume de água, na invejável bacia

hidrográfica, a maior do mundo, no valor inestimável da biomassa traduzida pela imensa floresta, tudo e muito mais, em proporções gigantescas, são também causa da nossa fragilidade pela ambição internacional que hoje se manifesta, não mais de forma subliminar mas, explicitamente, acintosamente, querendo transformar nossa Amazônia em **Patrimônio da Humanidade**.

Infelizmente, nossos governos e diplomacia em passado recente não têm sabido se opor a estas iniciativas internacionalistas, com inteligência, sabedoria e determinação. São exemplos e instrumentos dessa pressão as tentativas abaixo:

- livre navegação dos rios amazônicos (século XIX); ⁽¹⁾
- redistribuição de população mundial valendo-se de um plano japonês, elaborado nos anos 30; ⁽¹⁾
- desapropriação da região, iniciativa do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, UNESCO (ONU), que previa a concessão de atribuições executivas a uma entidade "ad hoc" (anos 40), com perda da soberania brasileira; ⁽¹⁾
- implementação do Projeto dos Grandes Lagos, iniciativa do Instituto Hudson, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia, a pretexto de melhorar a navegação brasileira com os países limítrofes, pelo bloqueio de empréstimos como o que iria permitir a ligação rodoviária Brasil-Peru (anos 80); ⁽¹⁾
- a bem sucedida criação de grandes áreas protegidas e de imensas reservas indígenas como a dedicada aos Yanomamis, que possibilitou o estabelecimento de mais de meia centena de missões religiosas, a maioria estrangeiras, em Roraima; ⁽¹⁾
- a difusão internacional da ideia-força de que a Amazônia é **patrimônio comum da humanidade**, pinçada da Convenção da ONU sobre Direito do Mar e que tem sido muito utilizada pelo G-7; ⁽¹⁾
- as declarações do CIMI e de autoridades internacionais, defendendo a tese da **soberania relativa** do Brasil sobre a Amazônia e que esta área deve ser considerada **patrimônio da humanidade**. Algumas dessas declarações são altamente intimidatórias e belicistas (ver declarações de Margareth Thatcher, Al Gore, François Mitterrand, John Major, Henry Kissinger, Mikahil Gorbachev, Gen Patrick Hughes).
- outras

(1) - Direito, Soberania e Meio Ambiente – Meira Mattos, Adherbal; ISBN 85-86718-78-5.

Também, de forma silenciosa, assistimos a ocupação da Amazônia se processar pela ação insidiosa de ONG internacionais, que dispendo de volumosos recursos adquirem e ocupam grandes áreas ou influenciam atuantes grupos ambientalistas, nacionais e estrangeiros, transformando imensas regiões em áreas protegidas, inacessíveis ao pleno desenvolvimento econômico-social e, destarte, incapacitando a plena integração da região ao país. A intocabilidade ambiental, uma das principais bandeiras defendidas por esses bem sucedidos grupos, vem conduzindo ao tão esperado objetivo internacionalista de engessamento da Amazônia, preservando-a para um futuro incerto, só do interesse das grandes potências, mas, definitivamente, contrário ao interesse maior do povo brasileiro.

Meus cumprimentos caro historiador e camarada, Cel Bento, pelo seu excelente livro que muito bem retrata esta incomparável epopeia militar de integração territorial, trazendo à discussão e meditação não apenas os fatos históricos do passado, mas a eles incorporando o presente, permitindo vistas no futuro ameaçador que paira sobre a Amazônia Brasileira. Mais do que nunca "O preço da liberdade é a eterna vigilância" e **queira Deus que, no futuro, não tenhamos que lutar para manter esta área tão arduamente incorporada ao patrimônio brasileiro.**

Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
Presidente do Clube Militar

COMENTÁRIO DO VICE PRESIDENTE DA FAHIMTB



Como vice-presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, cumpro-me a honra de posfaciar esta obra, cujo objetivo é destacar o trabalho de pesquisa histórica realizada pelo seu Presidente, o Coronel Cláudio Moreira Bento, em mais de quarenta anos de trabalho voltado à História Militar Terrestre do Brasil.

O livro representa o esforço deste dedicado pesquisador em resgatar a história da Amazônia Brasileira, apresentando uma visão atualizada dessa importante parcela de nosso território, destacando feitos e fatos memoráveis desconhecidos da nossa gente e dos historiadores que se dedicam a desvendar a história daquela região.

Em especial, a obra destaca o trabalho de pesquisa realizado por diversos integrantes da nossa Força Terrestre, que atuaram nas diversas organizações militares localizadas na Amazônia Brasileira.

A Amazônia brasileira abrange, total ou parcialmente, os Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, compreendendo uma área de mais de cinco mil quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 60% do território brasileiro. Ela abriga mais de 200 espécies diferentes de árvores por hectare, 1.400 tipos de peixes, 1.300 espécies de pássaros e 300 de mamíferos, totalizando mais de 2 milhões de espécies, sendo a maior reserva de diversidade biológica do planeta.

Esta obra, na linguagem simples e direta como se expressa o autor nos mostra a importância de se manter e preservar este inestimável patrimônio, conquistado com o esforço dos nossos antepassados, para que possa ser útil às gerações futuras e para que possamos manter a soberania sobre essa importante parcela do nosso território.

A Amazônia nos pertence! Brasil acima de tudo!

Carlos Roberto Peres - Coronel

Vice-presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/Resende - Marechal Mário Travassos. Pós-graduado em Relações Internacionais pela UCAM e Graduando em História pela UNIRIO.

APRESENTAÇÃO



“Ardua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”.

Certamente, o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, do alto de sua experiência amazônica, ao proferir esta magnífica frase, unindo em poucas palavras passado, presente e futuro, procurou transmitir aos seus seguidores o sublime compromisso da continuidade da luta em prol da defesa e do desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.

Compromisso extensivo a todos os brasileiros, civis e militares, jovens e idosos, homens e mulheres, ricos e pobres e, principalmente: amazônidas ou não! A luta é de todos, mesmo para aqueles que moram em outras regiões do país. A Amazônia também é deles. O compromisso também.

Irmanados todos, poderemos resistir às gravíssimas ameaças que pairam sobre aquela região, ameaças que são como abutres, os quais esperam somente a hora certa para avançarem sobre a carniça. É uma grave questão de soberania!

Embora pareça, isto não é nenhuma paranoia, nenhuma fantasia, nenhum exagero ou somente figura de retórica. Isto é real e verdadeiro. A ameaça existe, mas interessa aos seus autores que ela não seja perceptível e sim camuflada, das mais diversas formas, inclusive disfarçada de falsa amizade.

Esta obra, de quem considero o nosso maior historiador militar da atualidade, o Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), Coronel de Engenharia e de Estado-Maior Reformado CLÁUDIO MOREIRA BENTO, vem, finalmente, preencher uma lacuna no cenário dos trabalhos de divulgação e alerta sobre a Amazônia. **Parabéns, Coronel Bento!**

Fazendo uma retrospectiva histórica dos primeiros tempos e das primeiras conquistas realizadas pelos nossos antepassados, este livro resgata o significado do sacrifício empreendido pelos desbravadores portugueses para tomar posse da terra, expulsar invasores e consolidar o domínio. Tarefa hercúlea, felizmente tão bem compreendida e tão bem executada pelas autoridades lusas e seus prepostos enviados à Amazônia. Resgatando pioneira e integradamente todas as lutas internas e externas, bem como as pressões externas, pressões superadas sem lutas, o Cel Bento ainda revela a evolução da estrutura militar terrestre na área, no período Colônia-Brasil

independente (1616-2003). Resgate que constitui o principal objetivo desta original e oportuna obra, para auxiliar e emular o esforço defensivo terrestre a nível estratégico na região, de crescente importância no 3º milênio.

Chama o autor ainda, à atenção, sobre o novo tipo de inimigo da Amazônia, o "inimigo azul" que estimula campanhas adversas junto à opinião pública mundial, campanhas essas que visam restringir a soberania brasileira.

Pedro Teixeira, Mendonça Furtado, Lobo d'Almada e muitos outros, nos deixaram seus esplêndidos e inarredáveis exemplos de luta, renúncia, dedicação e patriotismo, para manter incólume aquele santuário. Santuário hoje bem mais valorizado, mercê da descoberta das suas potencialidades, nos campos científico-tecnológico e econômico, principalmente, mas também nos demais Campos do Poder Nacional. Sua importância extrapola em muito sua extensão geográfica.

Nos últimos anos, tem sido muito sério e preocupante o problema da biopirataria, ou pirataria ecológica. Neste contexto, laboratórios estrangeiros já patentearam diversas riquezas naturais oriundas da selva amazônica, como, por exemplo, a andiroba, o cupuaçu, o curare, a copaíba, o pau-rosa e o veneno da Jararaca. Mas o mais grave dessa exploração predatória é extração legal ou ilegal do mogno, que é "exportado", principalmente para os EUA e para a Inglaterra.

Outras ameaças existem, a saber, algumas Organizações Não-Governamentais, o narcotráfico e as guerrilhas de esquerda de países limítrofes, além do contrabando de animais e minerais. Além disso, como bem salienta o autor, há os "inimigos azuis", que alimentam, por ignorância, indiferença ou má-fé, as ambições estrangeiras, facilitando, junto à opinião pública mundial, as campanhas para intervenção na Amazônia.

Na verdade, a impressão que se tem é que as grandes potências estão realizando entre si uma verdadeira competição para dominar a Amazônia, e assim continuar explorando suas riquezas. E nós assistimos tudo e pouco fazemos.

Esta Diretriz, dos colonizadores portugueses, verdadeiros heróis, que nos deixaram a formidável herança amazônica, ainda é atual, e passível de ser obedecida, em caso de luta armada, hipótese que nunca deverá ser afastada:

"Julgada a causa justa, pedir proteção de Deus e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios".

E que o Criador nos ajude!

Cel Inf /EM Res Luiz Ernani Caminha Giorgis

Acadêmico, 3º Vice-Presidente da AHIMTB

Delegado da AHIMTB/RS - Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara

INTRODUÇÃO



O presente ensaio se destina a levantar pela primeira vez, de forma integrada e não pontual, a História Militar Terrestre da Amazônia Brasileira, com ênfase nas lutas internas e externas que a envolveram, bem como as pressões internacionais ali superadas, com ou sem lutas. No caso destas, com apoio na diplomacia ou na dissuasão militar. Pressões referidas que ameaçaram a Soberania, a Integridade e a Unidade de Portugal, e depois, do

Brasil.

O esforço realizado foi para melhor orientar, inspirar e emular o esforço de sua proteção militar terrestre, que se impõe, decorrente da análise de vários argumentos que iremos alinhando, abordando também os esforços de defesa da Integridade, da Soberania e da Unidade brasileira sobre a Amazônia, em diversas lutas ali ocorridas, muito pouco conhecidas e não abordadas em conjunto, como aqui pretendemos fazer, pioneiramente.

Lutas épicas, vencidas com galhardia, justificando estas palavras de estímulo do Gen Ex Rodrigo Otávio Jordão Ramos, antigo e muito atuante comandante Militar da Amazônia e atual denominação histórica do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, sediado em Manaus:

***Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la".
General Rodrigo Otávio***

Rememorar os sacrifícios ingentes de soldados e familiares luso-brasileiros, e depois brasileiros, para explorar, conquistar e proteger a Amazônia Brasileira de ameaças estrangeiras, com frequência apoiadas por índios hostis, será o objetivo complementar deste ensaio.

Destaque-se que os governantes da Amazônia colonial e os militares luso-brasileiros que a guarneceram cumpriram seus deveres militares, mantendo rigorosa vigilância, a possível, das fronteiras, as quais exploraram e demarcaram com ingentes sacrifícios. E que construíram e guarneceram, em locais estratégicos, fortificações, registros, destacamentos militares, protegeram e dirigiram aldeias indígenas em

auxílio a missionários católicos. Aldeias que se tornariam, em maioria, as atuais localidades da Amazônia.

Para o melhor desempenho da proteção da Amazônia foram até criadas as capitanias hereditárias de Marajó, Xingu, Coité e Cabo Norte (Amapá), etc. Em 1755 foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos, a qual viria a se transformar no atual Estado do Amazonas, com a capital na Barra do Forte, mais tarde denominada Manaus.

A Amazônia, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, pertencia à Espanha e hoje é espaço brasileiro, pela ação que os luso-brasileiros realizaram no período colonial, onde se destacaram militares, religiosos e sertanistas.

Merece destaque a ação dos militares luso-brasileiros, que remontaram rios até suas cabeceiras, atravessaram lagos, venceram cachoeiras, levantaram mapas, para demarcarem os tratados de Madrid e Santo Ildefonso, balizando assim, com segurança incontestável, nossas fronteiras, a serviço do objetivo geopolítico de manter a atual Amazônia Brasileira no espaço luso-brasileiro da América do Sul.

Aqui destacamos a figura do maior inimigo da Amazônia e que alimenta os sonhos alienígenas de conquistá-la. Trata-se do inimigo azul, ou seja, brasileiros que contribuem com suas antipatrióticas ações, para que circule e ganhe credibilidade no 1º mundo a falsa interpretação de que o "Brasil está desmatando e queimando a floresta amazônica e exterminando a sua população indígena". Argumento poderoso, para criar na opinião mundial a crença na legitimidade de uma interferência na Soberania do Brasil sobre nossa Amazônia. E este inimigo azul, que assume diversas formas criminosas de atuação, precisa ser combatido com tolerância zero, o que talvez hoje possa ser feito com maior eficácia com o apoio do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), desde que implementados e que não sofram a interferência de poderosos inimigos azuis infiltrados na burocracia brasileira.

Do nosso estudo e da consulta a fontes diversas fica claro que o maior inimigo da Amazônia, responsável pelo avanço da ambição estrangeira sobre suas riquezas e que fornece argumentos para a Opinião Pública Mundial justificar as posições ambiciosas de grupos econômicos do 1º Mundo, é o que caracterizo, no jargão castrense, de "inimigo azul", a que já nos referimos. Ou seja, o conjunto de maus brasileiros que inclui autoridades municipais, estaduais e federais, que são omissas, corruptas e fecham os olhos para atividades ilegais na Amazônia e que

lá não obedecem à estratégia de desenvolvimento auto-sustentável, incendiando-a e abatendo criminosamente a floresta, e agredindo a legislação brasileira relativa à proteção dos indígenas que a habitam. Aqui também contribui para a ação nefasta e impune do “inimigo azul” a ausência e a defesa da área de parte expressiva da Sociedade Civil Brasileira que para lá penso que deveria estar atenta, lá trabalhando lado a lado, ombro a ombro com representantes de nossas Forças Armadas, o que não ocorre, na realidade, ao se estudar a Amazônia Brasileira. Ausência que agrava a deficiência do controle, ao menos razoável, da questão ambiental na Amazônia, ao lado da deficiência de controle da presença de estrangeiros na área.

No SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), hoje uma realidade positiva, muitas esperanças foram colocadas, como uma espécie de “Big Brother”, que tudo registra de anormal, mas sem o poder de corrigir e punir infratores e de intervir para evitar mal maior, tarefa esta a cargo do SIPAM (Serviço de Proteção da Amazônia), em estruturação e pendente de expressivos recursos financeiros. Isto para que as repartições que os integram possam atender missões complementares às suas normais, já carentes de recursos humanos, materiais e financeiros, para bem as cumprir. E como então proteger a área sem recursos?

De tudo que consideramos, é fundamental para a preservação preventiva da nossa Soberania sobre a Amazônia e para evitar a sua submersão à ambição de forças econômicas mundiais, que a Sociedade Civil Brasileira assuma, com vontade política e determinação, o papel que lhe cabe nesta questão, relacionada com o controle da questão ambiental e dos estrangeiros na Amazônia, pela implantação de um eficiente SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) e exercício atento de sua ação fiscalizadora.

Esta ausência, efetiva da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira, é uma das deficiências mais reclamadas, como vital para a preservação da Soberania Brasileira na área e para a sua defesa em caso de agressão, neste surpreendente 3º Milênio, que iniciou com atos terroristas inusitados, guerras e pressões que podem levar a humanidade a outras guerras.

A presente edição atualizada, apresenta novas capas, como homenagens aos CMA,CMN e CIGS, através de vistas de seus quartéis e de seu brasões. Capas concebidas pelo autor das mesmas, o Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento, filho do autor e criador e administrador do site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br. Inclui nas abas o comentário do Presidente da FHE-POUPEX, Gen Ex Eron Carlos Marques. Entidade a qual FAHIMTB muito está a dever a sua existência, por amparo

desde o seu presidente General Milton Teixeira Rosa e mantido pelo Gen Ex Clóvis Jacy Burman e continuado pelo seu atual Presidente, autor do texto das abas desta 2ª edição homenageia os eternos comandantes do CMA e dois do novel CMN. E dentre seus eternos comandantes o atual comandante do Exército, Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, atual 1º Presidente de Honra da FAHIMTB.

Homenageia igualmente os ex-comandantes de CIGS por suas atuações em prol do desenvolvimento da Doutrina de Guerra na Selva Genuína, essencial para a Defesa e Manutenção da Amazônia.

Inclui os prefácios do atual comandante do CMA, General de Exército Antônio Miotto e o do primeiro comandante do CMN, O General de Exército Osvaldo Jesus Ferreira e o do Cel Carlos Roberto Peres, vice Presidente da FAHIMTB e os posfácios dos ex-comandantes da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. O primeiro, o General de Divisão André Luiz Novaes Miranda, ex- comandante da AMAN e o segundo, o seu atual comandante General de Brigada Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, aos quais se deve a iniciativa da publicação da preciosa obra O Exército Brasileiro nas Terras de Rondon- Raízes Históricas.

Atualiza a relação de monografias sobre assuntos da Amazônia, produzidas de 1904-1917 por alunos da ECEME.

Acrescenta comentários de valiosas obras recentes O Exército Brasileiro nas Terras de Rondon Raízes Históricas, bem como preciosa obra sobre Pedro Teixeira, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão e comentários sobre as seguintes instituições sobre cuja égide a presente reedição é publicada: Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRS) e Academia Canguçuense de História (ACADHIS) que foram fundadas pelo autor e por ele desde então presididas e que contribuíram para a divulgação da História do Exército Brasileiro em especial.

Sobre o valor da presente reedição, falam os ilustres prefaciadores e posfáciadores, todos com assinalados serviços militares, prestados a Manutenção e Segurança da Amazônia Brasileira.

Boa leitura.

Cel Cláudio Moreira Bento

Acadêmico Emérito

Presidente e fundador da FAHIMTB, IHTGS e ACANDHIS

1ª Parte

DA NECESSIDADE DE UMA HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE CRÍTICA DA AMAZÔNIA

DA NECESSIDADE DE UMA HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE CRÍTICA DA AMAZÔNIA

Origem da Amazônia Brasileira

Em 1494, por acordo entre Espanha e Portugal, com o beneplácito do Papa, a atual América do Sul foi dividida entre os reinos de Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, pertencendo a Portugal o que viria a ser o Brasil, ou seja, as terras a leste do Meridiano das Tordesilhas, uma linha reta imaginária unindo as atuais cidades de Belém, no Pará e Laguna, em Santa Catarina.

As terras a leste do Meridiano seriam, pois, domínio de Portugal, e as a oeste, abrangendo as terras da atual Amazônia Brasileira, seriam domínio da Espanha.

A partir de 1500, a atual Amazônia Brasileira passou a ser alvo de ambições de outras nações da Europa.

De 1580 a 1640, as coroas de Espanha e Portugal se uniram, sob a égide de um rei comum, o da Espanha, que passou a ser o rei das duas coroas ibéricas.

Ambas as coroas desenvolveram em conjunto uma luta intensa para defender a Amazônia de infiltrações e fixações de estrangeiros: holandeses, ingleses e franceses.

A partir de 1621, o Rei Felipe IV da Espanha e de Portugal, atribuiu à Portugal a missão de conquistar e povoar a costa do Pará e áreas adjacentes do que hoje é considerada a Amazônia Brasileira, tudo para fazer face às grandes pressões exercidas ali por holandeses, franceses e ingleses.

De 1616 a 1631, com apoio no Forte do Presépio, fundado em 1616, e origem da atual cidade de Belém, o jovem e intrépido Capitão Pedro Teixeira, com o concurso de outros bravos soldados, firmou a soberania luso-espanhola no estuário e baixo Amazonas depois de arrasar, em diversas operações militares tipo guerrilha, feitorias e fortificações estabelecidas por estrangeiros no atual Amapá, na ilha de Gurupá e ainda na foz e vale do Xingu.

De igual forma teve de lutar contra os Tupinambás, que ameaçaram colocar por terra a conquista portuguesa de Belém, base de apoio naval e terrestre para o início da conquista e da defesa da atual

Amazônia Brasileira.

Em 1639, no período de dominação holandesa do Nordeste, apoiada em Recife, e quase ao tempo da separação das duas coroas, o agora General de Estado Pedro Teixeira realizou memorável viagem fluvial até Quito.

De retorno, em Franciscana, na foz do Aguarico com o rio Napo, tomou posse solenemente, em nome do rei comum de Portugal e Espanha e para o reino de Portugal, das terras da Amazônia, entre Franciscana e Belém, as quais correspondem, em tese, hoje, à Amazônia Brasileira.

E com palavras solenes de grande projeção no Brasil, hoje país de dimensões continentais, e a competente lavratura pelo escrivão da Expedição do Termo de Posse, transcrito depois nos livros da Provedoria e Câmara do Senado de Belém, executou a tomada de posse da Amazônia para Portugal, em nome do rei de Portugal e Espanha.

Desfeita a União das Coroas de Portugal e Espanha, começaram os desencontros entre esses dois reinos, em razão de disputas territoriais na América do Sul e, em especial, no rio da Prata, levando-os a celebrar o Tratado de Madrid de 1750, consagrador, em teoria, da conquista da atual Amazônia Brasileira por Portugal, no período da União das Coroas Ibéricas, Portugal e Espanha, de 1580 a 1640.

A conquista da Amazônia por Portugal foi reconhecida pelo Tratado de Madrid de 1750 e pelo de Santo Ildefonso, de 1777, e herdada pelo Brasil em 1822, com nossa Independência.

Em 1903, o espaço foi aumentado com a compra do Acre à Bolívia e diminuído de 15.087 km² na região do Pirara, ocupada em 1842 por Schomburg com força militar e colocação de marcos fronteiriços, contrariamente ao que fora acordado, quando o Brasil se empenhava em pacificar revoluções em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde também era pressionado pelos ditadores Oribe e Rosas, que procuravam atrair o Rio Grande do Sul para suas esferas.

Em 1904, essa questão foi submetida à arbitragem do rei Victor Emanuel I, da Itália, que deu ganho de causa à Inglaterra, e o Brasil perdeu grande faixa do Pirara. Essa conquista assegurou o acesso da Inglaterra à Bacia Amazônica e tirou do Brasil o acesso direto ao mar das Antilhas, através do Rio Essequibo.

A conquista do atual Amapá por Portugal, depois de movimentada disputa militar e diplomática com a França, consagrou os limites como a Fronteira do Vai-e-Vem do Norte, e que só seria definida em 1900, por laudo arbitral, depois de 363 anos de disputas.

Razões que justificam a preocupação da defesa da Amazônia

A análise que o Cel do Exército Gélío Fregapani, gaúcho de Taquari, RS, grande conhecedor da área da Amazônia Brasileira, fez em seu livro, é eloquente no tocante à preocupação em defendê-la da ambição estrangeira, alimentada pelos "inimigos azuis". Eis seu raciocínio e argumentos: "A Verdade que poucos conhecem" - AMAZÔNIA: A grande cobiça internacional

O exame, ainda que superficial, do mapa demográfico mundial mostra-nos regiões superpovoadas e regiões despovoadas. Entre estas destacam-se o Saara, a Antártida, as vastidões geladas da Sibéria, o norte do Canadá, o Alasca, as alturas nevadas do Tibete ou alguns outros maciços e a **Amazônia!** Todas essas regiões são praticamente inabitáveis, exceto a última.

Levando-se em conta a explosão demográfica mundial, a terra desabitada, mas habitável, a Amazônia, é e será objeto cobiçado. E, se for a única, corre perigo, independentemente do consenso ou dos tratados.

Ante essa realidade, manifestam-se pressões, baseadas em concepções forjadas, segundo as quais acima das fronteiras nacionais está o interesse da humanidade.

Nossa Amazônia, com sua riquíssima biodiversidade, água abundante e vastíssimas riquezas minerais ainda inexploradas, é, naturalmente, motivo de grande inquietação. A demanda por novos espaços vitais em consequência da superpopulação mundial agrava as nossas preocupações.

Para complicar tal situação, a descoberta recente de incríveis jazidas minerais ameaça os cartéis e pode alterar radicalmente a ordem econômica mundial, fazendo a balança pender a favor do Brasil. Já existem demonstrações de difícil aceitação dessa realidade. Certamente, os senhores do poder mundial cogitarão usar todos os meios para impedir tais circunstâncias favoráveis ao Brasil.

E serão capazes até de atos de beligerância, conforme registra a história da humanidade. Trata-se de um perigo potencial real e imediato. Urge prevenir tal risco para que as nossas novas gerações do 3º Milênio não precisem recorrer às armas, na defesa da integridade nacional".

Em artigo sob o título Amazônia Brasileira sob Ameaça de Internacionalização, na publicação **Avante** nº 1360, de 23 Dez 1999, Socorro Gomes, como coordenadora do Movimento de Defesa da Amazônia no Pará, informa que:

"Está em curso uma campanha sem precedentes que tem como elemento central a negação explícita da plena soberania brasileira sobre a

Amazônia Brasileira.

A motivação geral de seus protagonistas é a promoção de interesses dos potentados internacionais econômicos e geo-estratégicos, acobertados por um discurso supostamente preservacionista que possui o poder de cooptar para a corrente de um movimento antinacional certas correntes de opinião no interior do próprio Brasil...”.

Samuel Benchimol, em sua obra **Um pouco antes e além depois**, assim define a Amazônia:

“1/5 da disponibilidade mundial de água doce. 1/3 das reservas mundiais latifoliadas. 1/20 da superfície terrestre. 4/10 da América do Sul. 3/5 do Brasil.”

A importância do estudo da História Militar Terrestre da Amazônia

Da lúcida análise do Cel Gélío Fragapani, reforçada pelo Movimento de Defesa da Amazônia no Pará, na voz de Socorro Gomes, e pela caracterização da área por Samuel Benchimol, decorre a importância e a urgência do estudo da História Militar Terrestre crítica da Amazônia, que tentaremos justificar.

Camões, o poeta soldado, em *Lusíadas*, já afirmava esta verdade:

“A Disciplina Militar prestante (leia-se Doutrina Militar) não se aprende, senhores, na fantasia, senão vendo (estudo da História Militar), tratando (exercitando-se) e pelejando (experiência de combate)”.

E grandes capitães da História têm reafirmado a importância do estudo crítico da História Militar e não da História descritiva.

Foi do Marechal Ferdinand Foch, o comandante da vitória aliada na 1ª Guerra Mundial, esta afirmação como professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, de onde saiu para comandar os aliados:

“Para alimentar o cérebro (Comando) de um Exército na paz, para prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações e lições do que o da História Militar”.

O livro da História Militar crítica da Amazônia não existe, como será demonstrado, dificultando, pois, fazer reflexões e retirar lições. É o que tentaremos iniciar pioneiramente no presente ensaio.

Segundo o pensador militar brasileiro Coronel do Exército J.B. Magalhães, patrono de cadeira na AHIMTB, ao prefaciar o livro do acadêmico

emérito Cel do Exército Amerino Raposo Filho, **Caxias e os nossos problemas militares**. (Rio de Janeiro: SGEx, 1969 -série subsídios doutrinários):

“Tudo o que existe deriva do que existiu antes. É isto que dá valor positivo aos registros da História, permitindo elaborar-se uma doutrina capaz de orientar com acerto as atividades humanas”.

O livro da História Militar Terrestre crítica da Amazônia

Como já foi afirmado, o livro da História Militar crítica da Amazônia não existe, como o do Sul, iniciado em 1922 pelo patrono de cadeira na AHIMTB, o maranhense General Augusto Tasso Fragoso, ao estudar criticamente a batalha do Passo do Rosário, ocorrida há 175 anos (referência a 2002), circunstância pela qual tem sido considerado o Pai da História Militar Crítica no Brasil.

E isso atendia a conselhos da Missão Militar Francesa (MMF) 1920-39, no Exército Brasileiro, de que a Tática, a Logística e a Estratégia brasileiras possuíam seus fundamentos na História Militar Terrestre Crítica do Brasil.

Nesses últimos 80 anos, a prioridade foi o Sul. Vários historiadores do Exército, hoje patronos de cadeiras ou acadêmicos da Academia de História Militar Terrestre, se debruçaram sobre esses estudos.

A Amazônia é um deserto de estudos críticos de História Militar Terrestre do Brasil, tanto por historiadores militares quanto pelos de História Geral da Amazônia, segundo Arthur César Ferreira Reis, o maior historiador da Amazônia Brasileira, que aponta nesse assunto várias áreas escuras a serem iluminadas.

Dos civis que têm escrito descritivamente sobre o tema, privei com sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já falecidos, e com valiosas obras a apoiarem estudos de História Militar Terrestre Crítica da Amazônia que relacionamos na bibliografia, valendo recordar seus nomes: Arthur César Ferreira Reis, Marcos Carneiro de Mendonça, Silvio Meira, Leandro Tocantins e Vicente Tapajoz.

E as obras de todos constam do **Dicionário de Historiadores Brasileiros**, editado em 5 volumes pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, idealizado e levado a efeito pelo presidente Vicente Tapajoz.

Em 1973, produzimos a plaqueta **Centenário do libertador do Acre Plácido de Castro**, que foi editada pela SUDAM e distribuída amplamente pelas escolas da área a pedido do Coronel do Exército Milton

Câmara Sena, superintendente da SUDAM.

No mesmo ano, como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro, a convite do General Adauto Bezerra de Araújo, do Brigadeiro Faria Lima e do Governo do Acre, lá pesquisamos, por uma semana, a campanha militar pela libertação do Acre por Plácido de Castro liderando cearenses.

E constatamos muitas originalidades guerrilheiras, ao entrevistarmos ex-combatentes, como o sargento Feitosa, mateiro de Plácido, ao qual ele deu sua bússola, e o homem que cortou a corrente que barrava a navegação em Porto Acre, que encontramos muito idoso, baixado a um hospital.

Enfim, luta cheia de ensinamentos para a defesa da área. A mais singular era o navegar-se na selva, abrindo-se picadas novas para evitar os caminhos entre os seringais sujeitos a emboscadas, etc.

Nela Plácido de Castro liderou a resistência vitoriosa contra o **Bolivian Syndicate**, formado por capitais privados americanos e ingleses, um autêntico Cavalo de Tróia, sedento para dominar as fontes de produção de borracha da Amazônia, com apoio em força armada. Mas ficamos livres dessa ameaça séria.

Julga-se que muitos fatos relacionados com a História Militar Terrestre da Amazônia tiveram seus registros perdidos. Estima-se que em torno de Tefé aconteceram fatos militares importantes.

As lutas militares e diplomáticas que culminaram com a incorporação do Acre ao Brasil, a fixação dos limites do Brasil no Amapá, no rio Oiapoque, e a perda da planície do Pirara por arbitragem internacional, são ricas em meditações e lições a serem colhidas.

A Revolta da Cabanagem e a impunidade de seus adeptos, motivada pela ausência do Estado, na imensa área amazônica, estimulava essa luta, podendo a mesma ter sido vitoriosa e dominar a foz da Amazônia, com a interferência francesa e estímulo inglês, se mais capacidade intelectual, militar e política tivessem suas lideranças. Porém a Revolta ameaçou seriamente a Unidade do Brasil na Regência.

Justiça seja feita aos cabanos, que resistiram às tentações francesas e inglesas, mas que criaram, com sua revolta, condições para a França ocupar então o Amapá por algum tempo.

A reação vitoriosa, liderada no Amapá, em 1895, por Cabralzinho, face ao desrespeito à nossa Soberania por uma Companhia de Infantaria da Marinha Francesa, transportada por uma canhoneira a Bengali, foi abordada no **Noticiário do Exército**, no 8430, de 1º Mai 1992, sob o título: "O combate da Vila Amapá de 15 Mai 1895".

A própria documentação relativa ao Forte Príncipe da Beira era desconhecida. Sobre ele, em seu bicentenário, conseguimos escrever só uma página no **Letras em Marcha**, em setembro de 1976, ampliada em 1982 no álbum a **História do Brasil através de seus fortes**, editada pelo GBOEX.

Até então existiam dúvidas sobre de onde vieram as pedras para a construção das muralhas do forte, tema só abordado em 1985 com o trabalho bilingue **Real Forte Príncipe da Beira**, patrocinado pela Odebrecht, de autoria do acadêmico da AHIMTB, Coronel do Exército José Maria de Souza Nunes.

Esse Forte, esquecido e abandonado, foi redescoberto pelo Marechal Rondon coberto pela selva. Em suas ruínas estava esta placa, testemunha do espírito que presidiu a epopéia de sua construção:

"A Soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte. E isto é obra e serviço dos homens de El - Rei de Portugal, nosso Senhor e, como tal, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê, é serviço de Portugal e tem de se cumprir"!

E assim foi tudo bem cumprido. E ele hoje ainda lá se encontra! Resgatamos a história do Forte São Joaquim do Rio Branco, em Roraima, na **Revista Militar Brasileira** v.106, Jan/Jun 1975, p.51-54.

Os fortes constituíram um arco de proteção da Amazônia à cobiça estrangeira, tendo sido colocados estrategicamente nos acessos fluviais aos rios amazônicos: no Guaporé, o Príncipe da Beira; o São Francisco Xavier em Tabatinga, no Solimões; os Moarabitanas (Cucuí), São Gabriel e Forte de Barcelos (ou forte do Rio Negro), no Rio Negro; o São Joaquim, na confluência dos formadores do rio Branco. Estes fortes foram citados durante a demarcação dos tratados de Santo Ildefonso, sob influência do Marquês de Pombal.

Havia também os do Presépio e Macapá (reconstruídos por ordem de Pombal), na foz do Amazonas. E, aprofundando as defesas no interior do vale, os fortes Paru (Almeirim), Gurupá, de Santarém, São José da Barra (Manaus), de Óbidos, etc.

Sendo a História Militar da Amazônia um Laboratório da Tática, da Logística e da Estratégia, para a sua defesa impõe-se com urgência, salvo melhor juízo, um estudo histórico militar crítico integrado pelas nossas FFAA, de todos os conflitos internos e externos que a envolveram. E é o que aqui tentaremos iniciar em caráter pioneiro.

Gostaríamos de conhecer proposta documentada que demonstre desnecessários os estudos que aqui sugerimos.

É do presidente Médici esta declaração, feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao ser empossado seu Presidente de Honra em 3 de jun de 1970:

“Não se governa bem sem História e historiadores!

Aqui podemos afirmar que não se governa bem sem História e historiadores. E nós brasileiros, podemos dizê-lo melhor do que ninguém, pois, pacificamente, nenhum país cresceu mais do que o Brasil, pela pesquisa e análise de nossos historiadores”.

2ª Parte

A Conquista da Amazônia Brasileira, 1616-1750

A CONQUISTA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 1616-1750

1 - RECONHECIMENTOS E EXPLORAÇÃO MILITAR TERRESTRE

Expedições ligeiras

Grandes expedições navais, dotadas de forte aparato militar, começaram a operar no Atlântico logo após o descobrimento do Novo Mundo.

Diversas precederam o descobrimento oficial do Brasil. Essas iniciativas revelam o grande interesse despertado na Europa pela descoberta de Colombo. Dessa série foram as expedições de Alonso de Ojeda (1499) e Vicente Yañez Pinzón (1500).

Partindo de Quito, desceram o Solimões as de Gonçalo Pizarro, irmão do conquistador do Peru (1539-42), e a de Pedro de Úrsua (1559-61).

A penúltima pertencia a Francisco de Orellana que, por motivos ainda não bem identificados, desgarrou com a nau de seu comando pelo Amazonas abaixo. Saindo no Atlântico, rumou para a ilha Margarida, nas Antilhas. Dali seguiu para a Espanha, onde divulgou fabuloso noticiário, ao qual não faltou a referência à lenda das aguerridas índias amazonas que originariam o nome do rio Amazonas.

Vicente Yañez Pinzón, em março de 1500, descobriu a foz do atual rio Amazonas, depois de sua tentativa de desembarque no atual Ceará ter sido repelida por índios.

Os espanhóis, por meio de Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, colocaram a Amazônia na Mídia da época. Valdez, em carta, contou ao Cardeal Pedro Bento a aventura de Francisco Orellana, que desceu o Amazonas, vindo de Quito, e alcançou o Atlântico em 1541. Em 1545, Orellana voltou à Amazônia para conquistá-la. Foi mal sucedido!

Pedro de Úrsua, mais tarde, partiu do Peru. Sua expedição atingiu o Atlântico, mas ele perdeu a vida. Os escritos fantasiosos de Frei Carvajal é que criaram a lenda das guerreiras Amazonas que incendiaram as fantasias sexuais dos aventureiros:

“As índias cavaleiras amazonas são alvas e brancas, usando cabelo comprido entrançado e enrolado na cabeça, pernas e braços bastante desenvolvidos, andam nuas, em pêlo, disfarçando seu sexo, com suas flechas e arcos nas mãos, fazendo a guerra tanto quanto os homens”.

Além da lenda das Amazonas existiam os mitos do Eldorado e do país da Canela, que atraíam aventureiros para a Amazônia.

2 - INFILTRAÇÕES E BASES ESTRANGEIRAS

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, a área era pertencente à Espanha. As primeiras expedições descobridoras foram da Espanha. Mas os ingleses e os holandeses se lançaram sobre ela com ímpeto, pelo que ela já representava como fonte de matérias-primas.

Holandeses e ingleses, partindo das Antilhas, atingiram a Venezuela e a Guiana, entre o Orinoco, o Oiapoque e o vale do Amazonas, onde penetraram e lançaram suas bases coloniais. Nos primeiros anos limitaram-se a reconhecimentos.

Em 1599, os holandeses penetraram o Amazonas e estabeleceram pequenas feitorias defendidas por fortins. Em 1600 instalaram as feitorias de Orange e Nassau, na região do Xingu, defendidas por fortificações.

Em 1616, instalaram-se entre Gorupatuba e Jenipapo, no baixo Amazonas, onde fundaram uma colônia e um forte.

Em 1626, os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, erigiram um forte na altura da estratégica ilha de Gurupá.

Em 1611, os ingleses começaram e se estabelecer no delta do Amazonas, após duas experiências malogradas à margem esquerda do Oiapoque.

Em 1613, Ribert Harcourt, por carta-patente da Corte inglesa, ganhou os territórios compreendidos entre o Amazonas e o Essequibo.

Em 1628, James Purcell lançou os fundamentos do forte Torrego.

Em 1632, uma terceira companhia, incorporada por Thomas Howard, Conde de Berkshire, pretendeu criar na Amazônia uma base do Império Britânico na América do Sul. E erigiu o forte Cumaú, no estratégico local do atual Forte de Macapá que domina o canal de acesso ao Amazonas pelo norte.

3 - RESISTÊNCIAS ARMADAS INDÍGENAS À PENETRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Na irradiação pela Bacia do Amapá, os índios ofereceram resistência às tropas militares e aos sertanistas.

Na foz do Amazonas, em torno da atual Belém, os índios Tupinambás e os Manos ofereceram tenaz resistência armada aos luso-brasileiros que fundaram o Forte do Presépio. E só foram dominados depois de muitas lutas.

No rio Negro, índios confederados pelos índios Manaus combateram

os luso-brasileiros que penetraram na região. E durante anos colocaram em perigo a soberania de Portugal sobre a área. Foram enfrentados por expedições militares comandadas pelos capitães João Pais do Amaral e Belchior Mendes de Moraes, que terminaram por vencer os índios liderados por Ajuricaba, que se suicidou nas águas da foz do rio Negro quando era transportado preso para Belém, atirando-se no rio. Esse fato merece uma nova leitura hoje, assim como o sacrifício de Zumbi dos Palmares.

Em seguida, militares luso-brasileiros alcançaram as cachoeiras do rio Negro, fundaram arraiais e atingiram o Orenoco pelo Canal de Cassequiari.

No rio Madeira, os índios Torás e os Muras se opuseram à subida de coletores de especiarias. Foram derrotados como os Tupinambás e os Manos.

Isso criou condições militares para sertanistas luso-brasileiros se encontrarem com os bandeirantes paulistas, como Raposo Tavares, que subiram o Madeira, como já havia acontecido no vale do Tocantins e aconteceria no Tapajós.

Assinalaram-se nessas tarefas no rio Madeira os capitães João de Barros Guerra, Mello Palheta, Antônio Raposo Tavares, Manoel Félix de Lima, José Leme do Prado e João de Souza Azevedo.

Por todas as partes os índios ofereceram resistência armada à expansão dos luso-brasileiros. Muitos se aliaram aos ingleses, holandeses, franceses e espanhóis para combater os luso-brasileiros em sua expansão em direção ao rio Napo, no interior da Amazônia, e em direção ao rio Oiapoque, conquistado de forma memorável pelo Capitão Diogo Pinto Gaia.

No Solimões, os luso-brasileiros, os militares e os religiosos, com o concurso de índios amigos, enfrentaram os espanhóis. E estes foram vencidos, de 1691 a 1697, pelos capitães Antônio Miranda e José Antônio da Fonseca, que solenemente retomaram Tefé (hoje sede de uma Brigada de Selva) e região em seu entorno. E dali prosseguiram até o rio Napo onde, sob a liderança do Capitão Belchior Mendes de Moraes, restauraram o marco em Franciscana, colocado por Pedro Teixeira em 1639, retomando a posse com lavratura de documentos correspondentes.

E se tornaram fatos memoráveis na História Militar Terrestre do Brasil na Amazônia as posses do Solimões, pelos capitães Antônio de Miranda e Antunes da Fonseca, e das regiões dos rios Napo e do Alto Madeira, por Mello Palheta.

Na expansão da Amazônia atuaram, de modo a diminuir a resistência

armada dos índios, os aldeandos pela catequese, missionários Franciscanos da Província de Santo Antônio, Jesuítas, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos da Conceição da Beira e Minho e Franciscanos da Piedade.

Na descoberta e exploração do rio Branco, cujos índios ofereceram resistência, se destacaram os capitães Francisco Ferreira, Cristóvão Aires Botelho, José Miguel Aires, Lourenço Belfort e Francisco Xavier de Andrade.

Exploraram o rio Tapajós, lutaram e submeteram seus índios os capitães Francisco Soares de Vilhena, Estevão Albuquerque e Fernão Coelho de Souza.

Toda essa expansão foi regulada por alentada legislação, que é encontrada na Biblioteca de Évora e na seção ultramarina da Biblioteca de Lisboa, e no Brasil na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, segundo o mestre Arthur César Ferreira Reis. E o campeão dessa expansão foi o General Pedro Teixeira.

Aspectos de interesse militar dos índios

O padre jesuíta João Daniel, por 18 anos missionário na Amazônia Brasileira, foi dali levado com outros companheiros para a prisão no cárcere de São Julião, em Lisboa. E ali escreveu precioso manuscrito, por volta de 1797, **Thesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**, dividido em 6 partes.

A 2ª parte começou a ser publicada no Brasil em 1840 como Notícia Geral dos índios e de algumas nações em particular, de sua fé, vida, costumes e das causas mais notáveis de sua rusticidade.

Por seu interesse militar despertam nossa atenção sua rusticidade (endurance), seu desprezo pelas riquezas e as guerras entre eles na Amazônia.

A seguir, sintetizamos os pontos que nos chamaram a atenção, em especial os que foram usados em apoio às atividades militares terrestres na Amazônia, ou atividades militares terrestres anfíbias. E refere o citado padre João Daniel em trechos que tivemos que adaptar à linguagem atual e em estilo mais fácil de entendimento pelo leitor atual.

“No rio Amazonas há nações que por viverem na selva e na sombra de árvores são tão brancas como os mais brancos europeus...”

E mais adiante:

“Eles não possuem barba e neste particular não há diferença entre homens e mulheres...”

“Existem algumas mulheres índias que, além de suas feições femininas, possuem olhos azuis e outras olhos verdes, com uma esperteza e vivacidade tão graciosa que podem ombrear com as mais escolhidas (belas) brancas...”

Sobre o espírito guerreiro dos índios da Amazônia, o padre João observou:

“As tradições que mais cultuam são as suas guerras e batalhas que têm tido com seus inimigos e tribos contrárias. E, com frequência, se põem a pregar e a contá-las aos demais ou entre si, à semelhança de pregadores em seus púlpitos. E isto, especialmente quando necessitam de animação para alguma batalha.

E nestes sermões, com a finalidade de melhor desempenharem o seu papel de motivadores e de melhor animarem os auditórios com suas palavras, conservam numa mão um arco e na outra uma flecha. E assim fazem muitas e variadas exhibições, seja colocando a flecha no arco, fingindo que vão disparar a flecha. Ou a retirando do arco e colocando-a na aljava. E todas estas ações belicosas para convencerem os demais de sua valentia e de que nada temem. E gastam horas e horas nestes sermões guerreiros...”

E sobre a educação dos guerreiros:

“Para fazerem os índios se criarem valentes, costumam alguns pais e parentes, desde a infância, castigá-los com pancadas, como que por influência da razão e pelas lições da experiência, que só será bom sofredor do trabalho quem desde menino se acostumou a padecer. E só desfalece na adversidade e na tempestade quem foi criado com mimos e regalos.

E isto não só observam na selva como também nas Missões depois de estarem sob a proteção da igreja...”

E sobre sua atuação como remadores de brancos:

“Os índios por suas provas de valentia são os que mais sofrem no trabalho, nas doenças e nas adversidades.

Causa grande espanto o quanto aturam ao remar uma canoa de brancos, dia e noite, sem dormirem, a não ser 2 ou 3 horas, por semanas inteiras e até meses.

O mesmo se observa em outros trabalhos. E isto muitas vezes passando dias inteiros sem outra alimentação que um punhado de farinha-de-pau (de mandioca) misturada com água e que eles chamam de tiquara. E se existem condições para o cozinhar ou esquentar no fogo o que chamam de mingau, passam a remar mais contentes.

E de igual forma em doenças não mortais, ou quando feridos com flechas ou facas ou com violentas cólicas ou febres ardentes, não dão um

ai, um gemido ou suspiro.

Dizem que herdaram por natureza esta invencível paciência. Não só os adultos, mas também os índios meninos suportam grandes dores, com tão rara paciência como se fossem insensíveis”.

Sobre o desapego a bens materiais, observou o padre João Daniel:

“O desapego que demonstram pela riqueza e bens materiais é inimitável. Se têm o que comer, como produto da caça na selva ou dos peixes dos rios, ficam mais contentes que os ricos com todos os seus tesouros, galas e banquetes.

Não se preocupam de onde virão os utensílios de suas casas, porque são despojados de tudo... E o maior cuidado que possuem, é em alimentar o estômago e mantê-lo satisfeito...

...Deste seu incomparável desapego a bens terrenos eles vêm se perderem o cacau, o cravo, a salsa, preciosas essências, prata, ouro e diamantes e as demais riquezas de que o Amazonas é abundante e pela posse das quais os europeus atravessam o Atlântico e aqui se expõem a tantos perigos.

Toda a riqueza desses índios se resume em possuírem um pouco de farinha-de-pau (de mandioca) que é seu pão de cada dia.

Mas muitas tribos ainda não possuíam farinha de mandioca e a substituem com frutas da selva.

Um arco com flechas, uma pequena canoa de casca de árvore e um remo, ainda que todos não a possuam, se satisfazem com uma jangada feita de canas, com as quais atravessam os rios e passam de uma ilha para outra ou de um lago para outro.

Todos os seus móveis, trastes e utensílios domésticos se resumem em 1 panela, 1 cuia (cabaça para beber água), 1 **machira** (rede de dormir), que muitos substituem por uma esteira, a que chamam **miaçaba**, tecida de palmas ou cipó. Alguns possuem machado de pedra, e a sua faca de pau (de madeira) ou de casco de tartaruga.

E com elas vivem contentes, por possuírem armas para a guerra e para caçarem e rede para pescarem. Quando possuem isto a sua casa está completa. E se querem se mudar de local não necessitam bestas de carga e nem muitos botes para o seu transporte...

Dissemos que usam machados de pedra e facas de pau. Eles usam dentes de animais, especialmente de cotia, que são muito duros e aguçados, com os quais alguns índios realizam seus trabalhos.

Porém, por mais dura que seja a pedra do machado, ele pouco serve a seu trabalho e feitura de roças onde mais amassam do que cortam as madeiras...

Também a faca de pau ou de algum osso, com o que alguns fabricam machados, para pouco lhes serve. E o que com ela não podem fazer usam as unhas e dentes como as feras...”

Entre suas bebidas diversas chamou atenção o seguinte:

“Chá Padú usado pelos índios do rio Negro, cujas folhas na boca, substituem o sono e se mastigadas saciam a fome e a sede, além de outros admiráveis efeitos em que é superior ao Affamael Betele da Ásia”.

Sobre o inestimável valor dos cachorros para os índios, o padre fez este interessante registro:

“É indispensável aos índios possuírem algum cachorro de caça. Não só para caçarem, mas para lhes servirem de companhia.

Estimam tanto os seus cachorros que se duvida amar mais os filhos ou os cachorros? Creio que talvez seja amor parêlo.

A experiência de muitos relata que numa caminhada, tendo algum cachorrinho a mulher ou um filho o leva no colo e o filho ou a filha que possa caminhar vai a pé.

Ainda os índios mansos aldeados conservam o costume. Na hora da alimentação um bocado é reservado ao dono e o outro ao cachorro. Assim o cachorro na mesa do índio ocupa o 2º lugar.

E argumentam que os cachorros não só os acompanham na caça, mas a descobrem e a levantam e muitas vezes a matam.

Por isso é alimentado depois do dono. E se faltar alimento, a família que jejue.”

Sobre os enfeites com colares das índias, registrou:

“Os enfeites mais comuns nas índias da Amazônia é usarem grandes colares e gargantilhas. Mas não de pérolas, aljofres (pérolas miúdas) e brilhantes, mas feitas com dentes dos índios que matam e que algumas tribos os comem.

E tais colares de dentes de inimigos, são só para moças índias ilustres por filhas dos maiores da tribo. Estes colares são símbolos de nobreza e brasão de valentia.

Nos dentes figuram o número de homens que eles deram honrada sepultura e alguns em suas barrigas. E representam um rol de índios mortos e comidos (devorados). Estes colares dão o número de defuntos e são instrumentos de memorizar os inimigos mortos.

E quanto mais comprido o colar mais linda, mais nobre, mais formosa e mais enfeitada é a sua detentora.

E preferem estes colares de dentes como se fossem de pérolas e corais ou pendentos de finíssimos brilhantes...”

Sobre as fortificações de proteção das aldeias, registrou:

“Muitas aldeias guerreiras indígenas se protegem com muralhas de madeira dura que nem pedra.

Em outras aldeias a muralha é feita de palmeira juçara, que possui espinhos tão grandes e duros que muitos usam como agulhas para fazerem meias.

E as muralhas de juçara só podem ser penetradas e rompidas pelo fogo. Isto por crescerem cheias de grandes e agudos espinhos e de tão enlaçadas umas as outras que se tornam impenetráveis.

Outras tribos constroem as muralhas de taboca, material que na Ásia chamam de bambu. E quando elas seguram as muralhas, podem dizer de sua eficiência os portugueses que têm combatido na Índia, onde alguns potentados as usam. E zombam dos europeus que, querendo atacá-los, voltam constrangidos e com as mãos na cabeça, surpresos com a resistência deste tipo de muralha.

Outras tribos fortificam suas aldeias com árvores e estacas disponíveis”.

Sobre a característica de ser anfíbio do índio da Amazônia, registrou:

“A comunicação dos índios normalmente é feita pelo mar, rios, baías, lagos. E se pode chamá-los de anfíbios, por passarem a maior parte de suas vidas na água.

Para tal dispõem de barcos leves e rápidos feitos de cascas de árvores. Outros usam balsas e jangadas. E outros não se cansam com estas construções. Quando querem navegar, apanham qualquer madeira boiando, cavalgam nela e com o remo na mão viajam. E se a favor da correnteza, navegam bem, sem temor de molharem suas vestes e nem correm maior risco do que o de serem atacados por um crocodilo ou jacaré.

E é comum ver-se navegando num pedaço de madeira muitos navegantes, inclusive mulheres e crianças, não só para viagens perto, como para atravessarem rios e lagos.

Sobre os vícios dos índios, o padre classificou-os: “1º: o vício da carne (sexo), 2º: o da bebida e 3º: o do canibalismo, não-generalizado”.

E índios com essas características de rusticidade e combatividade seriam enfrentados por luso-brasileiros na Amazônia, como inimigos ou como aliados, na luta contra tribos hostis e contra estrangeiros.

As guerras entre índios amazônicos e sua Arte Militar

E sobre isto registrou o padre João Daniel:

“São muito frequentes as guerras entre os índios. Guerreiam umas nações contra as outras e uns contra outros povos.

Embora todos sejam guerreiros, algumas nações são mais inquietas e propensas a Marte. E cada povoação (aldeia) tem outras aliadas, não só para não se agredirem, mas também para se darem as mãos umas as outras, e se defenderem de ataques.

Os motivos das suas guerras são três:

O apetite de se comerem, uns aos outros (canibalismo);

Por indução dos brancos para lhes venderem os índios que apanham;

Por causa de apanharem uns aos outros as mulheres.

Este terceiro motivo é o mais comum! Pois em toda a parte há Helenas formosas, que com o fogo da concupiscência acendem o da guerra. E não satisfeitos com as índias das suas povoações querem roubar as dos seus contrários.

As suas armas são, como já dissemos, arco e flecha, que igualmente lhes servem para pescar em lugar de redes, para caçarem nos matos, e para pelejarem nas guerras.

São porém ordinariamente diversas estas armas, quando combatem, quanto a grandeza dos arcos e das flechas. Pois são muito maiores no comprimento e grossura e as chamam Taquaras.

Colocam como ponta de flecha, facas de pau duro como ferro, ou de algum osso de animal, ou das cascas de Taboca, muito pontiaguda e aguçadas de dois fios, as quais atravessam qualquer homem, como também ao maior boi, ou fera do mato, e ainda atravessam uma porta e qualquer tábua.

Para irem direitas lhes põem no remate penas atadas com cordéis, coisa de meio palmo ou mais, à proporção da lança que tem adiante.

As hastes as fazem de umas canas sem nós, muito lisas e esféricas, que por este uso se chamam frechais. E não sendo ocas como as nossas, com âmago estupendo são tanto ou mais leves.

Os arcos com que as lançam são de pau, a que já por seu uso os brancos chamam de pau de arco, muito duro e forte. E por não conterem ferro, os índios possuem a arte de o lavrarem do tamanho que querem.

Os destinados à flechas taquaras tem 7, 8 ou mais palmos de comprimento. A sua grossura é como o pulso de um menino. São facetados por uma banda, e esféricos no mais.

Pela parte facetada lhe põem um fortíssimo cordel de alto e baixo, tecido de pita. E para o prenderem nas pontas fazem no arco umas cabacinhas.

Quando querem entesar o arco para lançarem as flechas, o encurvam nos joelhos, puxam o cordel. E pondo-lhe a flecha a atiram com tanta força, que repassam qualquer porta ou tábua em distância de 200 até

300 passos.

Algumas nações, além destas taquaras usam as suas flechas pequeninas e miúdas. E em lugar do arco as introduzem dentro de uns compridos canudos, a que chamam garavatana, (zarabatana). E a assoprando para o alto contra os inimigos, por elevação vão cair em cima das cabeças dos mesmos.

E mesmo que toquem muito levemente na carne do inimigo, matam em breve espaço, porque vão hervadas com o seu veneno Bororê.

Destas flechas miúdas eles usaram muito contra os portugueses e mais europeus nas muitas guerras que tiveram no princípio das conquistas. E eram algumas vezes tantas que pareciam chuva. Mas pouco estrago faziam, por caírem nos chapéus e fardas e não atingirem os corpos.

Outras nações não usam arco e flechas, mas de balestilha. E tanto uns como outros atiram as suas armas com muita perícia, e rapidez que apenas uma flecha sai do arco, quando outra já está nele.

Assim, enquanto um soldado carrega e dispara sua espingarda, pode um Tapuia atirar 10, 12, ou mais flechas.

São poucas as nações que atacam a peito descoberto, avançando umas às outras. Seu modo comum de atacar é a traição (surpresa) em repetidos assaltos, quando presumem os seus contrários descuidados, ou ocupados nos seus bailes e beberonas.

Por isso as nações mais belicosas e que têm mais inimigos, estão sempre alerta e fortificadas nas suas povoações com fortíssimas cercas de pau a pique ou tabocas, como já dissemos.

Quando não podem causar outro dano uns aos outros, queimam as povoações, que sendo de palha ou pindoba ardem em um minuto.

Outro dano é apanharem as suas canoinhas. E como a sua serventia é sempre por mar, rios e lagos, sempre os inimigos encontram algumas com gente, especialmente mulheres e meninos, que não podem fugir e não só ficam prisioneiros, mas ordinariamente pagam o pato, porque ficam objetos da ira e vingança dos inimigos.

Possuem suas espias e atalaias (observadores) que escondidas no sombrio das árvores a que sobem, descortinam e vigiam os rios. E avisam do que enxergam ao longe. E conforme a povoação de que o inimigo vem, tocam a rebate e avisam-se umas nações a outras suas aliadas. Possuem para isso um grande tambor feito do tronco de alguma árvore.

Para o tocarem suspendem-no em dois esteios ou grossas forquilhas, sustentando com cordas em uma trave, de sorte que não só fica no ar, mas sem tocar em coisa alguma. E só o tocam nas ocasiões das suas guerras, ou quando querem fazer alguma matança de encurralados para

os codearem (comerem).

Chamam Tocando a esta caixa de guerra. E assim que a ouvem, os índios que andam fora se recolhem ao arraial e se põem em armas, entesando os arcos, aguçando as flechas, e provendo as aljavas.

E quando o inimigo os acha deste modo prevenidos, ordinariamente se retira.

Não obstante o seu grande furor uns com os outros, são como os brancos europeus, muito tímidos. E por isso no princípio das conquistas ainda que se uniam em grandes exércitos, ordinariamente se retiravam por covardes.

E por esta razão, possuindo ânimo e valor bastam poucos europeus para vencer exércitos de Tapuias.

Especialmente se desanimam quando vêm cair com as balas dos arcabuzes seus camaradas mortos, por ser para eles totalmente nova a arma dos brancos.

Porém se chegam a perceber algum medo nos europeus, ou se possuem quem bem os comande, anime, e estimule, o fazem com tal ardor, coragem, e de modo que parecem leões. E assim se têm portado em muitas ocasiões em que têm lutado ao lado dos portugueses, como em Pernambuco contra os holandeses, também no Maranhão, e em muitas outras partes.

E na verdade se tivessem quem bem os capitaneasse e comandasse, não seria suficiente toda a Europa para os desalojar das suas terras na Amazônia, e nem ainda os atacar, pois bastava aos Tapuias jogarem as suas flechas das margens dos rios contra os navegantes. E escondidos e amparados não só com o sombrio do arvoredado imenso das suas matas, mas também detrás das árvores, de onde muito a salvo podem desbaratar grandes exércitos, e vencer aos mais invencíveis gigantes, sem temer que a mosquetaria ou artilharia atacante possam abrir brecha naqueles grossos e duros troncos.

Nem ainda os incêndios, que nas matas costumam ser o mais indomável e invencível inimigo, poderiam fazê-los perder um palmo de terra.

Pois são de outra espécie aquelas matas da América (Amazônia), que não ardem, nem se queimam, por mais fogo que lhe lancem.

Disso decorre que a cada passo estão os seus índios naturais e os europeus fazendo grandes fogueiras no meio dos matos, sem o fogo se estender mais do que à lenha seca que colocam na fogueira. E acesas as abandonam quando se mudam para outra parte, sem receio de que o fogo se propague.

Basta para prova o que já tem sucedido nas matas e ilha do Maranhão, onde costumam alguns anos faltar as chuvas do inverno, de sorte que a terra se abre em bocas de seca e se secam e queimam as serras com os calores do sol.

E assim por mais fogo que se ponha aos matos não ele se ateia, nem os queima.

O mais a que se estendeu o fogo foi a limpar o arvoredo por baixo, queimando em grande distância as folhas secas e os arbustos.

Desta sorte amparados no arvoredo das matas os índios fizeram guerra por muitos anos aos portugueses em todos o Brasil. Guerra que se acabou por diligências do venerável Padre José de Anchieta e outros religiosos da Companhia de Jesus.

Assim acabaram com os holandeses no Maranhão, matando muitos como seu alvo, encobertos uns com as árvores ou escondidos, outros nos matos, quando eles iam pelos caminhos e estradas.

Assim tiveram a barba tesa aos portugueses no mesmo estado do Amazonas, nas crudelíssimas e prolongadas guerras de 20 anos, em cujo espaço de tempo estiveram os europeus como encurralados no Pará, sem poderem subir para o Amazonas; porque os Índios zombavam das tropas. E matando quantidade de portugueses, cada vez se faziam mais formidáveis.

E só se concluíram as pazes com eles por prática, agência e diligência do grande Padre Antônio Vieira, e outros jesuítas. E desta mesma maneira ainda hoje perturbam alguns Índios a navegação do mesmo Amazonas e rio Madeira, e outros zombam das tropas, que por vezes se tem expedido contra eles.

As Tropas de Resgates: objetivos, abusos e extinção

A seguir o padre João Daniel aborda o problema das Tropas de Resgates, a razão de sua criação e os abusos por ela praticados.

“As Tropas de Resgates foram criadas no tempo do grande Padre Antônio Vieira, e por requerimento do mesmo, e dos religiosos missionários. Criadas por comiseração dos índios e com o objetivo de assim livrar os seus corpos da morte, e as suas almas do inferno, catequizando-os nas verdades católicas por anos e, com muito aplauso dos portugueses, que nos Tapuias resgatados tinham escravos e servos para os seus serviços e lavouras.

Instituída assim a tropa, de redenção de cativos, nomeava-se um cabo da tropa com oficiais, e davam-se as instruções e mais providências

necessárias para se praticar esta obra de tanta piedade, como era o bem, e a qualidade do negócio que se tratava o pedia.

Entre as providências uma era levar a Tropa de Resgate consigo algum religioso missionário teólogo, que além de prático da língua, e conhecimento do país, fosse zeloso, para averiguar e examinar os fatos.

E conforme **allegata et probata** declarar livres, ou escravos, os índios que se apresentavam. Este religioso missionário era sempre um jesuíta, por determinação dos Fidelíssimos Monarcas de Portugal. Era designado pelos seus provinciais, para a satisfação dos governos e magistrados, pois dele dependia não menos que a liberdade, ou escravidão dos índios, além da boa ou má consciência dos portugueses nas posses dos índios.

Além dos provimentos de víveres, se faziam também não poucos de bolorios, ferramenta, sal, panos, e outras drogas das mais estimadas e apetecidas dos índios, tudo a expensas da Fazenda Real, além de muitos outros resgates de particulares e interessados.

A região de atuação das Tropas de Resgates era ordinariamente no vale do rio Negro. Neste vale mais do que no outros vales da Amazônia existiam estas bárbaras nações indígenas que se comiam umas as outras.

Mas do rio Negro percorriam o rio Amazonas e os demais rios. E todos os índios que encontravam conduziam ao arraial do rio Negro (atual Manaus?) para serem examinados.

Daqui eram transportados para a cidade (Belém), onde os vendiam em pública praça. E o obtido se lançava no tesouro, para ressarcir as despesas da Tropa de Resgates e os gastos, que nas Missões eram feitos com os novos descimentos e diligências dos missionários, como também para a criação de novas Missões.

Do referido arraial no rio Negro saíam os brancos para tratar com os régulos (soberanos caciques) daquelas nações indígenas. E iam bem escoltados para que não lhes sucedesse irem buscar lã e ficarem tosquiados, ou metidos num curral, como por vezes sucedeu e serem comidos.

E a troca de um, ou dois machados, algumas facas, bolorios e similares coisas, os régulos lhe entregavam os Tapuias que haviam encurralado. E com eles voltavam para o arraial (Manaus atual?) para apresentá-los ao missionário da tropa, assim os que compravam os particulares, como os que se resgatavam em nome da tropa, e como ordinariamente cada nação tem diversa linguagem, o missionário se valia de práticos nas diversas línguas para o efeito de seus exames dos índios.

Consistia os exames em inquirir dos mesmos índios: - Como foram apanhados dos seus inimigos? Se em guerras que tiveram entre si, ou se

por assalto inopinado? Se os brancos os induziram a fazer aquela guerra? Ou qual fora a causa dela? Se estavam ou não nos curraes (mangueiras) para serem comidos pelos seus contrários? Ou se os brancos os tinham apanhado à força, ou por meios de ardil? Se os seus principais e régulos os tinham entregado aos brancos por troco de algumas drogas?

Com todos os mais requisitos, pontos e miudezas examinados em negócio de tanto peso e ponderação. Qual a solução do padre para cada índio - a liberdade, ou o seu perpétuo cativo.

E conforme o depoimento e rigoroso exame, ponderadas as razões pró e contra, o missionário passava ao índio um bilhete ou registro, em que **secundum allegata et probata** o declarava livre ou escravo.

E junto com o missionário assinava o cabo da Tropa de Resgates e com este registro ele fazia a entrega do índio.

Começou logo a ambição e a corrupção a reinar nos brancos. E sob a falsa capa da Tropa de Resgates para os miseráveis encurralados elas se estendiam aos índios livres e a quantos outros pudessem haver.

E as falsas Tropas de Resgates induziam os régulos (caciques) a assaltarem outras tribos e apanharem os que pudessem para os entregar aos brancos. Outras vezes induziam aos mesmos régulos a venderem os seus vassalos.

E muitas vezes de surpresa os mesmos brancos atacavam as povoações, onde moravam os Tapuias muitos juntos em cada casa. E os cercavam, e entravam logo dentro de cada moradia onde amarravam quantos índios achassem. E conduzindo-os ao arraial afirmavam ser dos encurralados, para que o não lhes faltavam testemunhas falsas. E assim índios livres se tornavam escravos.

Uma das leis destes resgates, além de outras condições, determinava que só fosse feito resgates em determinada região. Não se dando satisfeitos as falsas Tropas de Resgates saiam fora dos limites, e não havia rio em que não entrassem, nem aldeias que não assaltassem. E quantos cada falsa Tropa de Resgates podia maniatar, tantos elas contava com sendo seus escravos.

Assim já eram exorbitantes e intoleráveis excessivos os abusos das falsas Tropas de Resgates.

E para que no exame perante o Missionário e cabo da Tropa não arriscassem a sorte de os perder, eles faziam os pobres índios dizerem mentiras. E os instruíam nas respostas que haviam dar: como eram, que os seus régulos tinham guerra entre si. Como que tinham ficado escravos dos seus contrários. Que foram encontrados no curral (encerra) e destinados para a matança, etc... E concordavam com as respostas

ensinadas, porque como brutos não percebiam o chiste. E tinham para si de que tudo o que os brancos lhes ensinaram como respostas era o direito e o que mais lhes convinha.

E quando os brancos temiam que alguns descobrissem a verdade, por já terem notícia do cativo, os ameaçavam com as espadas e com a morte, caso não respondessem ao missionário como os tinham ensinado. Incrível a quanto se arriscava a ambição!

Confessou clara e publicamente um oficial de uma falsa Tropa de Resgates, onde era novato. Que quando era feito procurador dos índios, fora ele induzido por outros brancos e todos de uma mesma companhia de subirem por um rio, e assaltarem de repente uma povoação (aldeia). E que cada um foi amarrando e maniatando quantos índios pode. E que depois de cheias as embarcações destes pobres cordeiros, os conduziram ao arraial. E que à noite, estando companheiro seu na sua barraca, chamara por eles um dos camaradas, e lhe perguntara "se tinha já exercitado os seus índios do que haviam de responder ao Missionário no exame"?

A resposta foi de novato, dizendo que não, nem sabia que instrução daria.

Então o seu camarada, que era praticamente veterano neste modo de "catequizar Tapuias", o ensinou como devia instruí-los. E acrescentou não fazendo assim, todos sairão, e você ficará logrado. Pois se assim é (respondeu o novato) não quero tais escravos, que para o serem dependem de tais práticas.

Muitos, não se dando por satisfeitos e seguros com as suas práticas, os acompanhavam ao exame, e passeando pela frente do examinador, olhavam de quando em quando para os índios em exame. E com olhares e gestos significativos de que os decapitariam, se não respondessem como os tinham ensinado.

E de tal sorte os intimidavam, que eram forçados a responderem e concordarem em tudo, conforme a vontade dos brancos, sem embargo de ser com grande prejuízo da sua liberdade.

E quando iam se divulgando estas injustiças e muitas outras, alguns índios peitavam os cabos com promessas de lhes darem algumas peças (índios). Outras vezes brancos transportando-os furtivamente os índios até vizinhanças de Belém, os vendiam pelos sítios dos brancos.

Ai já o missionário examinador com prudência variava as perguntas e usava quesitos, e usava expedientes para frustrar estas práticas e poder se informar da verdade.

Com esta boa indústria de variação de perguntas livrou-se a milhares

e milhares de índios do injusto cativo dos brancos. Porém também muitos índios saíram do inquérito escravos, sem o serem.

Chegou finalmente a Corte a notícia destas injustiças. E para atalhar este mal, o Rei D. Pedro, de boa memória, mandou recolher e proibir a Tropa de Resgates, por julgar mal maior do que os índios se comerem uns aos outros. E proibiu se fazerem tantos e tão injustos cativos, com a capa de os resgatar.

Como porém esta proibição afetava a ganância dos portugueses que a praticavam e de tanto pedirem, instarem e alegarem que tornaram a conseguir a Tropa de Resgates.

Porém como as injustiças subiam a Corte, depois de várias vezes proibida e conseguida, finalmente em 1750 o rei de Portugal a proibiu de todo, e para decisão vários casos a motivaram.

Um motivo foi que chegaram a tanto excesso estas capturas de índios que, não se contentando em capturar índios em domínios de Portugal, se lançaram nos domínios de Espanha onde entraram numa aldeia e nela capturaram alguns índios. E não foi só uma, mas várias vezes.

Por estes insultos se viram obrigados os missionários espanhóis a dar conta ao rei de Espanha que comunicou o fato ao rei de Portugal.

Outro caso foi, que aportando ao Pará um cidadão, com a sua canoa cheia de peças (índios) feitas como temos referido, e fora da área onde vigiam as leis de resgate. Em que pese isto pediu o referido cidadão que fossem admitidos aos costumados exames os índios que capturara. Foi-lhe negado pelo Governo. Mas foram remetidos os índios ao Colégio dos Jesuítas para os examinar. E os padres da Companhia de Jesus disseram claramente que aqueles índios não deviam ser sujeitos ao exame, por serem já forros pelas mesmas leis. E os remeteram a outra religião, onde foram examinados e declarados por escravos.

Estes, e muitos outros tiranos insultos, motivaram a total proibição da Tropa dos Resgates em 1750, depois de terem saído só do Rio Negro perto de três milhões de índios escravos, como consta dos registros, os quais vendidos em praça pública se repartiam pelos moradores.

Basta dizer que havia particulares, que possuíam acima de mil escravos; e outros tinham tantos que não lhes sabiam os nomes; além de muitos que eram repartidos e distribuídos para a Comarca do Maranhão. E de lá, talvez, comprados pelos mineiros se distribuía por todo o Brasil e Minas.

Disse que só do Rio Negro pela Tropa de Resgates saíram perto de três milhões. Mas fora estes foram inumeráveis os índios, que por violência

dos moradores foram feitos escravos. E isto na ocasião de irem ao Sertão a colher cacau e mais riquezas de que abundam aqueles matos. Assim também aprisionavam índios.

E porquanto não podiam no retorno passar as fortalezas, sob pena de que lhe serem confiscadas as canoas com todas as pessoas e cargas, além de outras penas, às vezes subornavam os comandantes para os deixarem passar em paz.

Outras vezes passavam furtivamente pela outra margem do rio, à noite sem serem sentidos, e sem aportarem em Belém os vendiam aos mais moradores.

De tantas injustiças se seguiram muitas outras desordens. O pior que todas as consciências pesadas com que os moradores se sentiam exigia um grande e eficaz remédio, com que se compusessem as consciências dos maus possuidores, e se aliviasse a opressão dos índios, dos quais se alguns fossem verdadeiros escravos, outros não o eram. E discerni-los era moralmente impossível”!

A Abolição da escravatura indígena no Brasil em 1750

A seguir a abordagem da abolição da escravatura em 1750, tarefa na qual muito se empenharia o Capitão General do Grão Pará Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, como se verá na Parte Terceira e ocorrido 118 anos da Abolição da Escravatura no Brasil.

“Atendendo a estas e outras razões o rei de Portugal, por desencargo da sua consciência, baixou lei no ano de 1750, em que proibiu totalmente a escravidão dos índios, e os restituiu a sua liberdade, como em 1680 se tinha decretado, ainda que sem efeito, por reclamarem os cidadãos tão apaixonados pelas escravidões dos infelizes índios, que chegaram por duas vezes a expulsar daquele estado aos jesuítas, por acudirem os índios contra as injustiças dos brancos.

Publicou-se também a Lei das Liberdades em 1757, com a qual de uma vez, com um só golpe, o rei de Portugal D. José I rompeu tantos grilhões quantos eram os cativos.

E pôs um fim a inumeráveis desordens, exorbitantes injustiças e horrendos insultos de tantos anos, como já havia feito nos seus domínios o rei de Espanha. Iniciativa digna de uma e outra Coroa!

Com a vigilância dos magistrados e providências dos ministros, com mais razão os índios do Amazonas e da América, viverão as leis da natureza, sem Deus, sem Lei, e sem Rei, conforme a vontade de cada um.

General Pedro Teixeira (1570-1641)

O conquistador da Amazônia

Neste capítulo, talvez possamos contribuir com a mais completa síntese biográfica do, em realidade, Marquês de Aquella Branca e General de Estado Pedro Teixeira, que passou à História como Capitão Pedro Teixeira, o Conquistador da Amazônia.

Nosso herói nasceu em Cantanhede, distrito de Coimbra, Portugal, sendo de nobre ascendência. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo e Moço Fidalgo da Casa Real.

Casou com D. Ana Cunha, filha do Sargento-Maior Diogo de Campos Moreno, na localidade de Praia, nos Açores.

Chegou ao Brasil com 37 anos, em 1607, contribuindo para a expulsão dos franceses do Maranhão, onde se tornou notável por sua intrepidez.

Em 19 de novembro de 1614, defendeu do ataque dos franceses, em Guaxinguba, no Maranhão, o Forte da Natividade.

Integrou a expedição comandada pelo Capitão Francisco Caldeira Castello Branco, que deixou São Luiz no Natal de 1615, via marítima, para fundar Belém, aonde chegou depois de 18 dias de viagem.

Em 7 de março de 1616, a expedição foi enviada por terra a São Luiz, com alguns soldados e índios para, entre outras missões, levar notícias da fundação de Belém, retornando via marítima com reforços.

Em 7 de agosto de 1616, o agora Tenente Pedro Teixeira foi escalado para punir um barco holandês. Sua força punitiva foi constituída pelo Alferes Gaspar de Freitas Macedo, 20 soldados e muitos guerreiros tupinambás.

Em 9 de agosto atacou o navio, sendo ferido em ação, mas o incendiou e se apossou da sua Artilharia.

Por esse feito foi promovido a capitão em 28 de agosto de 1618, aos 48 anos.

Com a deposição do Capitão Castello Branco e sua conseqüente prisão, situação em que veio a falecer, houve uma revolta em Belém. Os tupinambás, então, resolveram atacar o forte do Castelo, sendo acalmados os ânimos com um tiro do Capitão Gaspar Fragoso o qual atingiu o cacique Cabelo de Velha.

Para cobrir o vácuo deixado pela ausência de comando, foi constituída uma Junta Governativa de 3 membros a qual, em 1620, ficou reduzida ao Capitão Pedro Teixeira.

Em 1622, Pedro Teixeira recebeu a missão de construir uma estrada ligando o Pará ao Maranhão, iniciando em Ourém em direção a Viana,

no Maranhão.

Em 1625, chefiou expedição ao rio Xingu para lá destruir o forte Mandiutuba, construído pelos holandeses. Com 50 soldados e 700 índios guerreiros atacou o forte liderado pelo Capitão Nikolaus Ondaen e o conquistou, em que pese a tenaz resistência dos defensores.

Em 1625 recebeu a missão de expulsar os ingleses do Forte Torrego. E em 24 de outubro conquistou o forte, perecendo nessa ação o comandante inglês do forte.

Em 10 de julho de 1632, para vingar seu colega, chegou ao Amazonas, com dois navios, o Capitão Roberto North, que atacou o Forte de Gurupá, onde se encontrava o Capitão Pedro Teixeira.

O Forte foi atacado, mas o Capitão North foi derrotado e obrigado a se retirar para a margem esquerda do Amazonas para procurar local para outro forte.

Com a notícia chegada a Belém da presença espanhola no Alto Amazonas, o Capitão General do Grão-Pará decidiu conquistar a maior parte da Bacia Amazônica.

Incumbiu dessa missão o Capitão Pedro Teixeira, aos 66 anos de idade, que então recebeu a patente de Capitão-Mor e General de Estado, com plenos poderes para levar a efeito sua missão.

O General Pedro Teixeira nomeou os seguintes militares para integrar a sua expedição: Cel Bento Rodrigues de Oliveira, pernambucano (como sub-comandante); Capitão Pedro da Costa Favela (cartógrafo); Capitão Bento da Costa (Piloto-Mor); Capitão Antônio de Azambuja (Mestre de Campo); Felipe de Matos Cotrim (Sargento-Mor); Capitães de Infantaria Pedro Baião de Abreu e Inácio de Gusmão; Alferes Fernão Mendes Gago, Bartholomeu Dias de Matos e Antônio de Oliveira, Maurício de Heliaste (Ajudante); Sargentos Diogo Rodrigues e Domingos Gonçalves; Manuel de Matos Oliveira (Almoxarife), João Gomes de Andrade (Escrivão) e Agostinho das Chagas.

Fizeram parte da expedição seis soldados espanhóis que haviam descido o Amazonas e agora regressavam como guias.

A expedição era constituída de 70 canoas das quais 45 eram grandes, com 20 remadores cada. O efetivo militar era constituído por 70 soldados e 1200 índios guerreiros e flecheiros que eram acompanhados por mulheres e filhos, o que elevava o total para cerca de 2.000 pessoas. É difícil conceber que cada canoa transportasse 29 pessoas (2.000:70 = 29 pessoas). Se foi esta a quantidade, seguramente os índios em grande parte viajaram em outras canoas.

Pedro Teixeira deixou Gurupá em 28 de outubro de 1637 e chegou à

foz do rio Napo em 3 de julho de 1638, depois de cerca de oito meses de viagem.

Dali viajou ora a cavalo, ora no lombo de mula, ora a pé. No dia 10 de novembro de 1638, depois de um ano do início de sua viagem, foi recebido em audiência pelo Governador em Quito.

No dia 16 de fevereiro de 1639, depois de cerca de três meses de permanência em Quito, Pedro Teixeira deu início à viagem de retorno.

Em 15 de agosto de 1639, à margem esquerda do rio Aguarico (atual rio do Ouro), tomou posse da Amazônia daquele ponto para o leste em nome do rei comum de Espanha e Portugal e da coroa lusitana.

E ali plantou um marco e um povoado a que chamou de Franciscana, em homenagem a 2 padres franciscanos mortos pelos índios Los Encabelados.

O ato de posse foi registrado no dia seguinte pelo Escrivão da Expedição.

Pedro Teixeira chegou a Belém em 12 de dezembro de 1639, depois de, aproximadamente, 10 meses de viagem de retorno e 2 anos e 2 meses de ali haver partido.

Desde então, a atual Amazônia Brasileira passou a ser legítimo domínio de Portugal, reconhecido mais tarde pelos tratados de Madrid de 1750 e confirmado pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. A partir de 1822, passou a ser domínio do Brasil.

Em 28 de fevereiro de 1640, o General Pedro Teixeira assumiu as funções de Capitão-Mor do Pará.

Neste período recebeu do rei Felipe IV de Portugal e Espanha o título de Marquês de Aquella Branca.

Em novembro de 1640 foi nomeado Governador do Pará, situação que o alcançou quando da separação, em 1 de dezembro de 1640, dos reinos de Espanha e Portugal, ao qual ele acresceu a imensa Amazônia Brasileira, fato assim interpretado pelo historiador Almirante Max Justo Guedes:

“A expedição fluvial de Pedro Teixeira é sem dúvida o segundo maior feito da nossa História”.

Não foi possível realizar seu sonho de retornar à sua Cantanhede, em Portugal, de onde saíra há 34 anos, pois faleceu em 6 de junho de 1641, com 71 anos, tendo sido sepultado na atual Catedral de Belém.

Seu feito épico de conquista da Amazônia Brasileira aos 69 anos cresce em projeção a cada dia que passa, em especial o desafio logístico vencido de sustentar, durante 2 anos, essa enorme expedição navegando pelo Amazonas.

Essas dificuldades poderão ser apreciadas e avaliadas neste trabalho

ao ser abordada a viagem do Capitão General Mendonça Furtado de Belém a Barcelos, em 1754, mais de um século mais tarde.

Se não tivesse acontecido essa feliz e oportuna expedição rio acima, seguramente ela teria sido feita por espanhóis rio abaixo, e a atual Amazônia Brasileira teria sido conquistada para a Espanha. O exemplo dessa "facilidade" rio abaixo foi a chegada de seis soldados espanhóis a Belém os quais o General Pedro Teixeira levou de volta como guias.

A nacionalidade brasileira tem agradecido e imortalizado, de diversas formas, o feito extraordinário do General Pedro Teixeira e Marquês de Aquella Branca.

Por ocasião da inauguração da Rodovia Pedro Teixeira, São Luiz - Belém, em 1973, como membro da Comissão de História do Estado-Maior do Exército fomos honrados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) com o pedido de elaborar a plaqueta **A conquista da Amazônia**, focalizando a saga do Capitão Pedro Teixeira, que foi distribuída amplamente no local da cerimônia inaugural.

Pedro Teixeira já fora homenageado em nota de cinco reais. Um barco de nossa Marinha de Guerra da Frotilha do Rio Amazonas recebeu o seu nome. Em 1966, nos 350 anos de fundação de Belém, a cidade ganhou sua estátua. Os pintores Antônio Parreiras e J. M. Machado imortalizaram a sua Conquista da Amazônia em óleos no Museu do Pará e no Ipiranga, em São Paulo. Humberto de Campos cantou seus feitos no soneto Os descobridores.

O Exército o homenageou dando seu nome como denominação histórica do Batalhão da Selva, sediado em Manaus.

Talvez seja muito pouco para celebrar a sua glória, que cresce de projeção a cada dia que passa, aqui no Brasil.

No Restelo, em Lisboa existe rua com o seu nome por empenho do historiador brasileiro Leandro Tocantins, grande estudioso da Amazônia. Existe em Cantanhede, terra natal de Pedro Teixeira, um largo com o seu nome e sua estátua.

Outras referências à ação do herói constam de nossa plaqueta **A conquista da Amazônia**.

4 - A FUNDAÇÃO DE BELÉM EM 1616, COM O FORTE DO CASTELO OU DO PRESÉPIO

Em 1616, depois de Portugal haver expulsado os franceses do Maranhão, Francisco Caldeira Castelo Branco foi nomeado Capitão-Mor

para a conquista do Grão-Pará (atual Amazônia Brasileira). O perfil desse militar foi traçado por Ernesto Cruz em sua História de Belém.v.1.

Ele viajou para o estuário do Amazonas e, na baía de Guajará, levantou um forte a que chamou Presépio (1616).

A partir daí, foi que se lançaram os militares luso-brasileiros à conquista do território, assumindo relevo, desde o início, os trabalhos de exploração e defesa da imensa calha fluvial contra intrusos estrangeiros e índios da região que se opunham à presença do branco.

Pouco depois surgiu o forte de Gurupá, construído sobre as ruínas de um fortim holandês, em ponto de alta expressão estratégica militar, o qual se constituiria na base de exploração, expansão e conquista do rio Amazonas e seus afluentes.

O forte do Presépio passou a ser a base avançada das iniciativas lusitanas no interior da Bacia Amazônica.

Por ordem de Felipe IV, rei de Espanha e de Portugal, desde 1621 fora atribuída a Portugal a obra de conquista e povoamento da costa paraense e adjacências, como já mencionado.

O jovem Alferes Pedro Teixeira, herói consagrado nas lutas que culminaram com a expulsão dos franceses do Maranhão, liderados por La Ravardiére, participou da expedição militar que fundou, em 1616, o Forte do Presépio, origem da cidade de Belém.

Ele recebeu do Capitão Castelo Branco, fundador de Belém, ordem de atingir por terra, São Luís, com as seguintes missões:

- Explorar e balizar um caminho terrestre ligando as bases militares luso-brasileiras de São Luís e Belém, para garantir apoio **terrestre militar mútuo** entre os dois pontos fortes, uma vez que a rota marítima era vulnerável a ataques de barcos ingleses e das fortificações em suas feitorias, estabelecidas no canal norte do estuário do Amazonas (em Macapá atual).

- Levar notícias a Alexandre de Moura, Conquistador do Maranhão, do êxito da expedição militar combinada, marítima e terrestre, fundadora de Belém e de Feliz Luzitânia, de onde se irradiaria a exploração luso-espanhola para o oeste e norte de seus domínios sobre a Amazônia Brasileira.

- Obter e transportar, por mar, reforços militares para **consolidar militarmente o Forte do Presépio ou Castelo, ameaçado de destruição por índios tupinambás hostis, e para uma ofensiva visando a destruir feitorias e fortificações inglesas, holandesas e irlandesas estabelecidas no canal norte do estuário (Amapá), ferindo a soberania luso-espanhola na região.**

Pedro Teixeira deixou Belém em 4 de março de 1616, acompanhado por uma pequena escolta de soldados e um grupo de índios amigos.

Atingiu São Luís, após dois meses de penosa jornada por terras nunca antes percorridas pelo homem branco e povoadas de índios bravios.

Entre os vales dos rios Guamá e Gurupi foi atacado por índios tupinambás. Venceu-os, submetendo-os a obediência, criando, temporariamente, condições de segurança para a importante ligação militar estratégica terrestre que estabeleceu.

Foi recebido como herói em São Luís e muito festejado pelas autoridades e pelo povo por seu brilhante e ousado feito.

Retornou a Belém por água. Levou preciosos reforços: 80 arcabuzeiros, equipamento bélico e uniformes para as missões de consolidação de Belém e ofensiva contra o invasor estrangeiro da Feliz Luzitânia, domínio das coroas unidas de Espanha e Portugal.

Com a feliz e bem-sucedida aventura de ligação terrestre Belém–São Luiz, Pedro Teixeira abriu, com página de ouro, as suas brilhantes folhas de excepcionais serviços militares que prestou, durante mais de 25 anos, às causas das conquistas do Maranhão e da Amazônia Brasileira. Além disso, manteve a integridade e a soberania luso-brasileira naquelas paragens, sob séria ameaça de ingleses, irlandeses, holandeses e franceses protestantes, “os hereges”, para o espanhóis e portugueses católicos atraídos para o Brasil depois da União das Coroas de Portugal e Espanha, em 1580, sob Felipe II da Espanha.

5 - A LUTA ARMADA PARA EXPULSAR “HEREGES” DO DELTA E DO BAIXO AMAZONAS

O conflito Protestantes x Católicos motivou muito a expulsão dos estrangeiros do delta e baixo Amazonas.

Para os soldados luso-brasileiros significava servir ao ideal político de Portugal de Dilatar a Fé Católica e o Império português, numa parceria da Cruz e da Espada, símbolos dos religiosos e dos militares.

Nessa cruzada sagrada se assinalaram, além de Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia, os militares Bento Manoel Parente, Pedro Baião de Abreu, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Luiz Aranha, Ayres Chichorro, Francisco de Medina, Pedro da Costa Favela, Jerônimo de Albuquerque, Jácome Raimundo de Noronha, Feliciano Coelho e Sebastião de Azevedo, os quais, combatendo com garra e determinação, derrotaram os intrusos “hereges” e seus aliados índios e fiéis a este pensamento

militar português já referido:

“Julgada a causa justa, pedir proteção de Deus e atuar ofensivamente mesmo em inferioridade de meios”.

Combater o “herege” para eles, naquelas circunstâncias, era causa justa.

Nessa luta contra os “hereges”, destacou-se o Frei Antônio de Marciana, liderando Franciscanos da Província de Santo Antônio, o qual, por suas ações na liderança de índios, por estes foi ajudado a combater e expulsar o “herege” do vale amazônico.

6 - UM EXEMPLO DA LUTA DE PEDRO TEIXEIRA CONTRA HOLANDESES NA FOZ E NO VALE DO XINGU

A bravura e o valor militar de Pedro Teixeira podem ser demonstrados no seguinte episódio:

Em 7 de agosto de 1617, ele partiu de Belém chefiando duas canoas armadas para enfrentar um barco de guerra holandês que bordejava próximo à foz do Xingu, distante três dias de Belém.

Ao defrontar com o barco inimigo, teve lugar singular combate naval. Pedro Teixeira e sua tropa foram repelidos num primeiro embate pelos canhões da embarcação holandesa. Mas não esmoreceu e retornou mais tarde, usando o seguinte ardil: penetrou com suas canoas no ângulo morto dos canhões inimigos. A seguir, abordou o barco holandês e travou violento corpo-a-corpo com sua guarnição. Ferido em ação, retirou-se após haver incendiado o barco inimigo, fazendo-o naufragar.

Mais tarde retornou ao local e chefiou a retirada, do fundo do rio, dos canhões do barco submergido. Transportou-os para Belém, onde foram reforçar as defesas do Forte do Castello, monumento hoje testemunha muda de suas façanhas que deve, por um imperativo cívico, ser preservado de destruição ou descaracterização como relicário nacional, de igual forma que os Montes Guararapes, onde despertaria, sete anos após a morte desse valoroso soldado, o espírito da Nacionalidade e de Exército Brasileiro que ele ajudou a alicerçar.

Foi obra militar sob o seu comando a destruição das fortificações e feitorias holandesas estabelecidas à margem direita do Amazonas: Forte Mariocay (substituído em 1623 pelo Forte português de Santo Antônio do Gurupá), Forte Mantiutuba, próximo à foz do Xingu, e as colônias ou feitorias de Orange e Nassau, no Vale do Xingu.

De 1616 a 1631, durante 15 anos, seu nome foi legenda, no estuário

e no baixo Amazonas, na luta contra o intruso estrangeiro “herege” e contra os índios tupinambás hostis.

Chefiou ou participou de diversas operações militares para arrasar feitorias e fortificações holandesas, inglesas e irlandesas: no atual Amapá, no canal do norte do Estuário, os Fortes Torrego (Foz do Marabá), o Felipe (defronte a Macapá) e feitorias ou colônias Uari-Miuacá e Tilletille (vale do Cajari), além de três fortins na ilha de Gurupá.

Por outro lado, destacou-se nas lutas para reduzir e pacificar índios tupinambás que ameaçaram deitar por terra a conquista portuguesa de Belém e de outros pontos fortes litorâneos, entre Belém e São Luís, como Cumã e Caités.

7 - A CONQUISTA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA POR PEDRO TEIXEIRA

Pedro Teixeira consagrou-se como explorador e conquistador da Amazônia Brasileira.

Em 1626 e 1628, chefiou Tropas de Resgates (captura de índios para escravizar) em expedições militares, nos vales dos rios Tapajós e Negro.

De 1637 a 1639, como general de Estado, realizou sua grande epopeia que o consagraria com o merecido título de Conquistador da Amazônia Brasileira.

Recebeu a missão de chefiar uma grande expedição de conquista da Amazônia, que foi inspirada e ordenada por Jácome de Noronha, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado, em 1621, desvinculado do restante do Brasil Colônia.

Essa ordem sofreu forte reação popular e das Câmaras do Senado e de Belém e São Luís. Nessa altura Portugal já tramava sua independência de Espanha com o conseqüente rompimento da União das Coroas Ibéricas.

E Jácome de Noronha, herói intrépido das lutas, para firmar a Soberania Ibérica no estuário do grande rio, procurou antecipar-se à Espanha na conquista efetiva da Amazônia, embora correndo o risco de desamparar seu estado aos holandeses em franco expansionismo, a partir do Recife, sob a direção de Maurício de Nassau.

Jácome de Noronha teve de convencer a população de que a expedição era fundamental para conquistar-se a amizade dos índios do Amazonas, que se encarregariam de bloquear o acesso holandês, pelo rio, às ricas minas de Potosi, no Peru.

O Capitão Pedro Teixeira chegou a Belém em 25 de julho de 1637. Em 28 de outubro partiu de Cametá, à margem esquerda do Tocantins, para

sua ousada aventura de mais de dois anos, de tão grande projeção nos destinos do Brasil e da Amazônia Brasileira.

Subiu o rio na chefia da Expedição composta de 9 oficiais, 2 sargentos, 1 almoxarife, 1 escrivão, 70 soldados e 300 índios flecheiros e remeiros, todos embarcados em 45 canoas.

Teve como piloto e subcomandante o caboclo pernambucano Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, o primeiro a atingir Quito, o precursor da expedição e o autor da Carta Hidrográfica do Amazonas, levantada na ocasião e norteadora da posterior ocupação efetiva do vale do Amazonas por valorosos e intrépidos soldados, missionários e sertanistas luso-brasileiros, aos quais tanto estão a dever as atuais e futuras gerações de brasileiros.

A expedição atingiu Quito após um ano de viagem. Foi recebida com festas e demonstrações de reconhecimento ao grande feito de Portugal.

Aos índios do Coronel Bento foi permitido abaterem, a flechadas, os touros utilizados numa tourada realizada em homenagem aos componentes da Vanguarda da Expedição.

De retorno, na confluência do rio Aguarico com o Napo, junto à atual fronteira Peru- Equador, Pedro Teixeira, após travar combate, vencer e reduzir os índios Encabelados que destruíram grande parte de suas canoas, fundou o povoado luso-brasileiro, a Franciscana, distante 1.200 léguas de Belém, para assinalar os limites das coroas de Portugal e Espanha, desde 1580 unidos sob a cabeça do rei da Espanha.

Em 16 de agosto de 1639, em gesto solene, em presença de militares da Expedição e de religiosos espanhóis, Pedro Teixeira, após apanhar um punhado de terra, a lançá-lo ao ar, proferiu em altas vozes estas palavras de tão grande projeção nas dimensões continentais do Brasil e nos destinos de grandeza, sob Deus, da Nacionalidade Brasileira:

“Tomo posse destas terras, pela Coroa de Portugal, em nome do Rei Felipe IV, nosso senhor, Rei de Portugal e Espanha. E se houver entre os presentes alguém que a contradiga ou a embargue que o escrivão da expedição o registre, pois, presentes, por ordem da real audiência de Quito, encontram-se religiosos da Companhia de Jesus...”

O escrivão lavrou o Termo de Posse, que foi assinado por todos os oficiais e graduados da Expedição. Esse termo, ao retornarem a Belém, foi transcrito nos livros da Provedoria e Câmara do Senado de Belém, e mais tarde serviria de primeiro argumento para o Tratado de Madrid de 1750, o qual tornou sem efeito o Meridiano das Tordesilhas, Belém-Laguna em Santa Catarina, confirmando a conquista luso-brasileira da

atual Amazônia Brasileira, realizada por Pedro Teixeira e seus bravos expedicionários.

Pouco depois do retorno da expedição a Belém, Portugal tornou-se independente da Espanha e tomou posse de uma Colônia Continente graças a essa expedição e à de outros bandeirantes, como Raposo Tavares, "o herói de todas as distâncias", que atingiu Belém 11 anos após a expedição de Pedro Teixeira, descendo o rio Amazonas pelo Madeira, proveniente de São Paulo.

O General Pedro Teixeira foi nomeado Capitão-Mor do Grão-Pará, função equivalente, hoje, à de Comandante Militar da Amazônia. Demitiu-se dessa função pouco antes de sua morte em Belém, em 1641, vítima de rápida e insidiosa moléstia.

Na ocasião, preparava-se para viajar a Lisboa, profundamente desgostoso com as atitudes do Governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, que somente denotava preocupação em resguardar seus interesses particulares contra os holandeses, ou seja, a defesa da capitania da qual era donatário, o atual Amapá, onde concentrou o grosso das tropas disponíveis, em detrimento das defesas do Pará e Maranhão.

Este foi invadido e conquistado pelos holandeses em 25 de novembro de 1641, graças a um ardil.

O governador Bento Maciel Parente foi preso e exilado no Rio Grande do Norte.

Pouco após, o Grão-Pará recebeu um Capitão-Mor à altura do General Pedro Teixeira. Tratava-se de Jerônimo de Albuquerque, o herói da resistência do forte do Rio Formoso, em Pernambuco, em 7 de Fevereiro de 1631, onde escrevera uma das mais belas e épicas páginas de História Militar Terrestre do Brasil.

Este bravo encontra-se sepultado em Belém, na Igreja de N. S. do Carmo.

Teve destacada atuação na libertação do Maranhão do jugo holandês, em 28 Fev de 1645.

O General e Marquês de Aquella Blanca Pedro Teixeira foi sepultado na Catedral Metropolitana de Belém, na entrada do rio Amazonas, "O Príncipe dos rios do Mundo", que fora o cenário de suas glórias. Ele teve o privilégio de ser o primeiro luso-brasileiro a percorrê-lo oficialmente e a desvendar seus encantos, mistérios e riquezas.

Pedro Teixeira foi fidelíssimo ao ideal político português – "Dilatar a Fé católica e o Império" e, na Amazônia, ao pensamento militar decorrente, assim sintetizado, de modo muito feliz, pelo consagrado historiador militar brasileiro, General F. de Paula Cidade, Comandante da 8ª RM durante a

Segunda Guerra Mundial:

Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.

Anete da Costa Ferreira, filha de Belém, acaba de publicar em Portugal, **A Expedição de Pedro Teixeira**—A sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia. Lisboa: Esquilo, 2.000. (A autora é correspondente em Portugal do jornal a Província do Pará e é Relações Públicas do Grupo Eurobrape). Seu livro foi enviado a AHIMTB pelo seu correspondente em Portugal Antônio Sucena do Carmo e serviu para atualizarmos a síntese biográfica de Pedro Teixeira.

Foi por certo pensando na obra de homens da dimensão de Pedro Teixeira que Joaquim Nabuco afirmou, com grande autoridade, certa feita:

“Nada da conquista de Portugal é mais extraordinário do que a conquista da Amazônia”.

Na saga de construção do Brasil de nossos filhos e netos, nada é mais grandioso, épico e comovente do que a batalha para a integração e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, sob inspiração e proteção de Deus.

Tal batalha vem sendo travada há mais de três séculos e meio (363 anos) por luso-brasileiros e, depois, brasileiros civis e militares, com comovente determinação, audácia e patriotismo, para vencerem, com soluções brasileiras, os desafios amazônicos, o Desafio Brasileiro do III Milênio, onde se destaca a preservação da Soberania Brasileira sobre a Amazônia, com seu desenvolvimento sustentável sem destruição da floresta e desamparo de suas populações indígenas.

Batalham com decisão, mas com humildade cristã, face à grandeza dos desafios já superados pelos luso-brasileiros e, depois, brasileiros que conquistaram a Amazônia e mantiveram, até nossos dias, a Integridade, a Unidade e a Soberania do Brasil na área. Cabe aqui buscar inspiração militar nas palavras de dois lutadores pela Amazônia: o Brigadeiro Lobo d’Almada que demarcou e consolidou a posse luso-brasileira até 1791, e o General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, que na atualidade estruturou o dispositivo militar terrestre da Amazônia para melhor apresentar segurança ao seu desenvolvimento sustentável e à sua defesa. Ei-las:

“Eu vou pessoalmente a todas estas expedições na Amazônia. Não sou capaz de permitir que os que me acompanham passem por trabalho ou perigo algum em que eu não seja o primeiro a dar-lhes exemplo. E considero que todo sangue que corre a serviço da Pátria é nobre”.

Brigadeiro Lobo d’Almada

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la".

General Rodrigo Otávio

Os "inimigos azuis" da Amazônia - um entendimento

Mas aqui não podem ser esquecidos os maus brasileiros que contribuem para destruir a Amazônia a serviço de seus interesses pessoais, entre eles os maus funcionários, os corruptos ou omissos, que fornecem argumentos para a manipulação da Opinião Pública Mundial no sentido de restringir o conceito de soberania e de intervir na Amazônia "para salvá-la para a Humanidade".

Os maus brasileiros fraudam e degradam os princípios de desenvolvimento sustentável e constituem o que os militares denominam de "inimigo azul", que atua em favor do inimigo vermelho e contra os defensores reais e sinceros da Amazônia.

Assim, o amigo azul tem de enfrentar o "inimigo azul", seu falso aliado, e o inimigo vermelho. O "inimigo azul" deve ser caracterizado, denunciado e combatido com tolerância zero e não somente o inimigo vermelho, que se serve das ações negativas do "inimigo azul" a serviço de suas teses de internacionalização da Amazônia, limitação de soberania, etc.

A maioria dos que defendem a Amazônia da ambição estrangeira, embora caracterize e denuncie o "inimigo azul", não o condena, limitando seus protestos contra o inimigo vermelho, que se fortalece em suas teses com os desmandos do "inimigo azul". Vale pensar nisto!

Para o geopolítico e historiador brasileiro, General Carlos de Meira Mattos, acadêmico emérito da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Arnold Toynbee, o autor do mais completo estudo das civilizações em **Study of História** é o criador da Teoria do Desafio e da Resposta, assim sintetizada:

"A Geografia condiciona, justifica, dificulta, sugere, inspira, estimula e apresenta o Desafio. Compete ao Homem responder a este Desafio. Ou ele responde e vence o Desafio, ou não responde ao Desafio e é derrotado".

Acreditamos que grande parte desse desafio na Amazônia reside no "inimigo azul", que estimula, com suas ações impatrióticas, as ambições do inimigo vermelho. Antes do combate ao inimigo vermelho, devem os

brasileiros, com tolerância zero, denunciar, caracterizar e combater o “inimigo azul”.

Ao longo deste trabalho chamo a atenção do leitor para o fato de que foi por ocasião de nossas lutas internas e externas que o estrangeiro tirou proveito para exercer suas pressões a serviço de seus interesses. Observem com atenção, em especial, o período regencial! Fiquem atentos ao detalhe!

8 - A EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA POR RAPOSO TAVARES EM 1648

Por volta de 1648, o bandeirante Raposo Tavares saiu de São Paulo, desceu o Tietê e atingiu o rio Paraguai. De suas cabeceiras atingiu as do rio Guaporé e desceu por ele, pelo rio Madeira e pelo Amazonas e atingiu Gurupá, de onde retornou para São Paulo. Sua expedição desbravadora, constituída de 60 brancos e alguns índios, durou cerca de 3 anos.

A presença de paulistas na Amazônia, à cata de ouro nos rios Tapajós, Madeira e Tocantins e em lutas contra índios no vale do rio Branco é abordada pela **RIHGB**, v.175, 1940, p. 217/330.

9 - O COMBATE AOS CABOQUENAS E A FUNDAÇÃO DE AIRÃO EM 1663

O Sargento-Mor Antônio Arnau de Vilela, por ordem do governador do Pará, Rui Vaz de Siqueira, partiu, em 1663, em operação de resgate (captura de índios para usar como escravos). Atingida a foz do rio Urubu, nas proximidades da Missão do Saracá, foi ludibriado pelos índios caboquenas, caindo a expedição numa emboscada que a dizimou, morrendo inclusive o próprio comandante.

Os sobreviventes regressaram em fuga para a Missão do Saracá, onde se encontrava o Alferes João Rodrigues Palheta. Este mobilizou os recursos disponíveis a fim de alcançar os Caboquenas, que foram duramente castigados. Ante o perigo de índios sublevados, resolveu o governador enviar nova força para submetê-los.

Coube o comando ao pernambucano Capitão Pedro da Costa Favela, que se deslocou, em 6 de setembro de 1663, com grande efetivo, em 34 canoas, chegando dois meses depois à boca do rio Urubu.

A partir desse ponto, Favela deu início às buscas, batendo a selva, até chegar ao contato com os indígenas, que, acossados, foram dispersos.

O comandante Airão foi enviado ao rio Urubu, agora por ordem do

novo governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Com a tropa vinha frei Teodósio da Veiga, que ajudou a fundar, nas imediações de Aruim, o primeiro povoado da região.

O núcleo, mais tarde transferido para perto da foz do Jaú, sob a invocação de Santos Elias, hoje é a localidade de Airão.

Nessa tarefa, guiado pelos Aroquis, o comandante Airão atingiu a barra do rio Negro, onde os Tarumãs o acolheram amistosamente.

De regresso ao Pará, em vista das informações que Favela pôde fornecer sobre a região, resolveu o governador mandar guarnecer a embocadura daquele rio.

Com essa medida ficaria assegurado o domínio português na área e estabelecida, para os sertanistas, uma base de apoio.

10 - A FUNDAÇÃO DE MANAUS EM 1663 COM O FORTE SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO

Designado para o desempenho da missão, veio, ainda nesse ano, o Capitão Francisco da Mota Falcão para fortificar a embocadura do rio Negro.

O forte foi levantado sobre um outeiro, três léguas acima da confluência do Negro com o Solimões. O fortim, uma obra leve, recebeu o nome de São José do Rio Negro e foi artilhado com quatro canhões.

Em torno da nova praça de guerra instalaram-se, desde logo, algumas famílias de índios Baré, Baníuas e Passés, que deram origem à primeira povoação do Lugar da Barra, núcleo de que se originou a cidade de Manaus.

Com o entrelaçamento de índios com civilizados, o povoamento alcançou a margem esquerda do Canaburi, de modo que, ao findar o século XVIII, os portugueses dispunham, além do fortim de São José do Rio Negro, dos povoados adjacentes ao forte Canaburi, das aldeias dos Tarumãs e do lago de Saracá.

11 - FORTIFICAÇÕES, COLÔNIAS MILITARES E PELOTÕES DE FRENTEIRA

No decorrer do período colonial, a Amazônia permaneceria fechada aos estrangeiros. Tal medida foi alcançada pelo estabelecimento de um sistema de fortificações que visava a impedir o contrabando, a exploração de recursos naturais e também a instalação de fortes ou vilas por intrusos

de outros países. No vale do rio Negro, pelo certo e pelo não, por temor de espionagem foi barrada a entrada, vindo da Venezuela, do grande cientista Alexandre de Humboldt. Na época era difícil identificar o grande cientista e comunicar-se com Manaus para a sua liberação.

Projeção limitada das fortificações da Amazônia

Os bravos e intrépidos soldados luso-brasileiros, depois brasileiros, que guarneceram por quase dois séculos o complexo defensivo da Amazônia Brasileira, ao custo de sacrifícios indiscutíveis, hoje esquecidos, mantiveram a segurança das posições contra ataques de índios e a inviolabilidade da área da cobiça e de ações colonialistas de nações mais fortes como Holanda, Inglaterra, França e Estados Unidos, como se verá.

Assim procedendo, e com sucesso, asseguraram a Soberania e a Integridade brasileiras na área, para que as atuais gerações empreendessem, com determinação e ousadia, o atual processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia – o desafio brasileiro do 3º Milênio – sob a proteção e inspiração de Deus, repetimos.

Segundo o mestre Arthur César Ferreira Reis em Fortificações da Amazônia no Período Colonial (RIHGB nº 344/jul/set,1984,p.217/227):

“O Plano de Fortificações da Amazônia com vistas a assegurar a soberania de Portugal na área, foi iniciativa em 1695, pelo Rei de Portugal D. Pedro II, ao ordenar que fosse elaborado um plano regional de Fortificações abrangendo o Maranhão e a Amazônia”.

Nesse plano deveria constar a situação das fortificações existentes e a indicação dos locais das que deveriam ser levantadas.

Tal plano foi elaborado e enviado ao rei D. Pedro II pelo grande conhecedor e fortificador da região, Pedro de Azevedo Carneiro, datado em Lisboa em 30 de dezembro de 1695.

Pedro de Azevedo Carneiro, em seu relatório, mencionou que as fortificações da Amazônia, no estuário e baixo Amazonas e no Amapá atual, não dispunham de Infantaria para guarnecê-las, nem mesmo em Belém, e que não era possível mobilizar, entre os moradores, 200 homens capazes de pegar em armas.

Solicitava o envio de soldados de Infantaria para guarnecer as fortificações existentes, bem como de canhões, armas de pederneira, pólvora, projéteis e alimentos para sustentar os soldados das guarnições. Além disso, solicitava ordem para o governador do Pará mandar fazer plantações de subsistência e pesqueiros, com antecipação, para que as guarnições das fortificações não perecessem de fome, como acontecera

com gente enviada das ilhas (Açores), em razão de os habitantes do Pará produzirem alimentos só para consumo próprio.

Sugeriu que as guarnições dos fortes do atual Amapá, do rio Araguari e do Cumaú (Macapá) atual, e mais os de Gurupá e do rio Paru, no Pará, fossem reunidos no forte de Cumaú, de onde saíam em 4 canoas com soldados de Infantaria, de março a julho (cerca de 5 meses), para serem deixados em cada uma das 4 fortalezas para dali fiscalizarem a área e impedirem que franceses, a partir de Caiena, conquistassem a simpatia dos índios e deles conseguissem informações que pudessem resultar em dano para Portugal.

O curioso é que alguns fortes como o Paru, o de Tapajós e outros foram construídos por Francisco Mota, em caráter particular.

Mencionou que o forte do rio Araguari, no Amapá, foi por ele construído quadrado, em forma de estrela, sendo destinado a conter incursões de franceses para escravizar índios no vale do Amazonas. Esse forte dissuadira o Governador de Caiena de assaltá-lo com oficiais, 30 soldados e índios.

Sobre o forte de Paru, com formato de estrela quadrangular, informou que era guarnecido por 1 tenente, 1 sargento e 6 soldados, além de três canhões, e que necessitava ser reforçado, pois ali iam ter franceses de Caiena para apresar índios, ao que parece, fornecidos pelos índios Aricorazes, Urubas, Ariaquis e Tucujus. Sugeriu uma guarnição de 18 infantas e 2 artilheiros.

Assinalou o forte de Tapajós e indicou a posição atual de Óbidos para ali serem erigidas duas fortificações, uma na margem esquerda que foi construída na antiga Tapera dos índios Condurijes, e outra na margem direita, que não foi concretizada.

Como se constata, era crítica a situação das fortificações da Amazônia em 1695. Esse sistema tomou grande impulso com o Marquês de Pombal, depois da celebração dos tratados de Madrid em 1750, e Santo Ildefonso, em 1777.

Ainda segundo o mestre Arthur César Ferreira Reis, os luso-brasileiros construíram na Amazônia 26 fortificações (Fortalezas, fortes, casas-fortes e baterias) que balizaram, protegeram as fronteiras e garantiram no interior da Amazônia a soberania luso-brasileira.

Parte do anel defensivo

Alguns historiadores afirmam que o Forte Joaquim fora erigido em 1719 pelos portugueses, de forma sumária, servindo, então, de forte argumento para a incorporação portuguesa do atual território de Roraima,

pelo Tratado de Madrid, em 1750.

Esse tratado confirmou a conquista portuguesa da Amazônia Brasileira, efetuada, inclusive, pelo General Pedro Teixeira e outros heróis.

Portugal, com a finalidade de proteger a atual Amazônia Brasileira da cobiça estrangeira e os seus súditos, de ataques de índios locais, como já mencionado, envolveu-a com um arco de fortes colocados estrategicamente nos principais acessos fluviais ao rio Amazonas: Forte São Joaquim (vale do rio Branco), fortes São José de Marabitanas (Cucuí), São Gabriel e de Barcelos ou Forte do Rio Negro (vale do rio Negro), Forte São Francisco Xavier em Tabatinga (vale do rio Solimões), fortes de Bragança e Príncipe da Beira (vale do Guaporé) e fortes do Castelo, de Gurupá e de Macapá (estuário do rio Amazonas).

O arco foi complementado por outros que aprofundavam as defesas da Amazônia de incursões hostis em seu interior, erigidos nos principais afluentes do Amazonas: Fortaleza São João da Barra (Manaus), Forte de Santarém dos Tapajós, dos Óbidos, do Paru, etc.

Fortificações e pressões de intrusos na Amazônia

Vale recordar! A União das Coroas Ibéricas (Espanha e Portugal) de 1580 a 1640 atraiu para o Brasil europeus inimigos da Espanha. Assim, holandeses e ingleses estabeleceram fortificações na Amazônia que foram conquistadas e destruídas a partir da construção, por Portugal, do Forte do Presépio, que foi o núcleo inicial de Belém, a histórica capital do Pará.

Assim, os holandeses construíram em 1599 e 1600, no rio Xingu, os fortes Nassau e Orange, que foram conquistados por Portugal e destruídos em 1625.

Em 1610, construíram o forte Mariocay, na atual Gurupá, em razão da tribo Mariocay, que habitava o local, e outro no local onde foi erigida Almeirim, no vale do rio Paru.

Em 1616, fundaram outra fortificação no baixo Amazonas, entre os rios Gorupatuba e Jenipapo.

No Amapá atual, na região dos lagos, erigiram uma fortificação que foi tomada e destruída em 1648 por Sebastião Lucena.

Os ingleses construíram, em 1611, no delta do Amazonas, o forte de Cumaú (15 Km ao sul de Macapá) e o forte North, ambos no Amapá, os quais, depois de 20 anos funcionando, foram conquistados e destruídos em 1631 pelo Capitão-Mor Feliciano Coelho e por Pedro Baião.

Em 1628, os ingleses construíram, na foz do rio Maracapu com o Amazonas, o forte Torrego, que foi atacado, conquistado e destruído

por forte expedição comandada pelo Capitão Pedro Teixeira e pelo pernambucano Pedro da Costa Favela.

Em 1615, os franceses estabeleceram na ilha defronte a Bragança, no Pará, o forte Caité.

Mas a forte e objetiva reação militar ofensiva dos luso-brasileiros conseguiu expulsar todos os estrangeiros que estabeleceram pontos fortificados na Amazônia, assegurando, assim, a Soberania das Coroas Ibéricas sobre a atual Amazônia Brasileira.

As ameaças estrangeiras, porém, continuaram e, para defesa da Integridade e da Soberania de Portugal na Amazônia Brasileira, foram construídas diversas fortificações, algumas em posições estratégicas nas quais o estrangeiro havia erigido fortes.

Mereceu prioridade a construção e a melhoria de fortificações no estuário do Amazonas, em Belém, Macapá e Gurupá atuais, para fechar o livre acesso à atual Amazônia Brasileira. Por último, foram construídos os fortes de Tabatinga (1769) e Príncipe da Beira (1778), para que Portugal pudesse controlar o acesso à Amazônia Brasileira a partir do rio Marañon (Amazonas).

Expulsos do vale do Amazonas, os ingleses, holandeses e franceses se estabeleceram nas Guianas Inglesa, Holandesa (Suriname) e Francesa, de onde continuaram pressionando a integridade e a soberania luso-brasileira sobre a Amazônia.

Mais tarde, a Amazônia colonial e brasileira sofreu pressões dos ingleses no vale do rio Branco, a partir da Guiana Inglesa, e também no estuário, ao proporem que os revolucionários cabanos do Pará proclamassem a Independência da Amazônia, o que foi recusado pelo líder cabano Angelim. Terminaram, porém, conquistando a região do Pirara, por laudo arbitral do rei da Itália.

Finalmente, em 1876, surrupiaram do Brasil, através de Henry Wickman, enorme carga de sementes de seringueira, com o rótulo de orquídeas, que, depois de preparadas em Londres, foram plantadas no Ceilão, anulando o monopólio brasileiro da borracha e provocando o colapso econômico da Amazônia, do ciclo da borracha, 1840-1912, que durou 72 anos, época em que a borracha representava cerca de 40% das exportações do Brasil.

O ciclo da borracha foi iniciado com a descoberta da vulcanização da borracha, em 1840, e atraiu, em sua esteira, a cobiça de grupos norte-americanos que tentaram, através do Bolivian Syndicate de Nova York, dominar as fontes de látex no Acre. Cerca de 20 anos mais tarde, Henry Ford inaugurou na Fordlândia, no vale do Tapajós, uma plantação de

seringueiras, iniciativa que veio a fracassar.

O governo tem procurado superar a estagnação da Amazônia com os projetos SPVEA (1953), que resultou na SUDAM e SUFRAMA (1966), Plano de Viação Nacional (1973), projetos PUN, RADAM, LANDSAT, ERTZ, CALHA NORTE, SIVAM/SIPAM, etc.

Esse ciclo foi revivido, por curto espaço de tempo, pelos Soldados da Borracha na 2ª Guerra Mundial, brasileiros que, aos milhares, se internaram na Amazônia e, na Batalha da Borracha, contraíram doenças tropicais ao extraírem, no coração da Amazônia, o precioso e estratégico látex, com o qual foram fabricados os pneus das viaturas e aeronaves aliadas que conseguiram participar da derrota do nazi-facismo, ajudando, assim, a preservar a Democracia e a Liberdade Mundial.

Mais tarde, o comércio da borracha da Amazônia foi novamente atingido com a descoberta da borracha sintética.

Vale lembrar que, em 1736, o francês La Condamine ficou encantado com as "bolas puladoras" feitas de látex, matéria-prima da qual, por volta de 1755, foram feitas duas roupas que foram presenteadas ao Rei D. José I.

Houve pressões dos franceses, a partir da Guiana Francesa, sobre o Amapá. Aproveitando a Revolta dos Cabanos no Pará, eles ocuparam o Amapá e sugeriram ao líder cabano Angelim que separasse o Pará do Brasil, sob a proteção da França. Mais tarde, em 1861, Napoleão III propôs a venda da Guiana Francesa (incluindo o Amapá) aos Estados Unidos por 8 milhões de dólares, porém essa transação não foi efetivada em razão de os Estados Unidos estarem com dificuldades financeiras, causadas por sua Guerra de Secessão, e preferirem comprar o Alaska.

Em 1816, segundo o Coronel do Exército Aimar Baptista da Silva em artigo **Amazônia IV—Clube Militar**, 2.000, p18/19, o Capitão Mathew Fawry, da Marinha dos EUA, enviou à Secretaria de Estado de seu país, com classificação sigilosa Ultra-Secreto, o memorando 157-1816 - Desestabilização da Colônia Brasil, onde fazia a seguinte proposta de redivisão do então Reino Unido do Brasil, depois de por aqui viajar:

"O Amapá ficaria sujeito a uma possível ocupação pela França.

Marajó e Fernando de Noronha seriam bases navais dos EUA.

Um trecho do Recôncavo baiano seria província autônoma.

O Restante do Nordeste passaria a constituir a República do Equador.

As ilhas Trindade e Santa Catarina passariam a bases navais inglesas.

O Rio Grande do Sul seria uma república independente.

Seria criado o Estado Soberano da Amazônia.

O que sobrasse constituiria o Império do Brasil".

Por essa proposta, o Brasil ficaria reduzido aos atuais estados de

Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Norte, Goiás, Tocantins e Bahia (menos parte do Recôncavo).

Esse plano apresentou algumas coincidências com a realidade. Em 1817, houve a Revolução Pernambucana. Em 1824, houve a Revolução da Confederação do Equador envolvendo o Nordeste. No Sul, a Revolução Farroupilha proclamou, no Rio Grande do Sul, a República Rio-Grandense e, em Santa Catarina, a República Juliana, as quais influenciaram a Revolta da Sabinada, na Bahia.

Na Amazônia, estourou a Revolta da Cabanagem, quando os franceses e ingleses propuseram aos cabanos que separassem a Amazônia do Brasil como República.

Na década de 40, com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, já referido, esta passou a ter grande importância industrial. Por ser a Amazônia a única produtora de látex extraído da seringueira, tiveram início, em 1849, as pressões diretas dos EUA, com apoio em idéias de Maury, oficial da Marinha dos EUA, que defendia que “para os Estados Unidos manterem a hegemonia na América, deveriam levar a sua fronteira sul até a margem esquerda do rio Amazonas”.

No ano seguinte, um cunhado de Maury liderou expedição naval secreta dos EUA à Amazônia, merecendo de Maury este comentário:

“Pouco me importa o que motivou o governo dos EUA a expedi-la. Sua ida vai ser o primeiro elo da grande cadeia que terminará na formação da República Amazônica”.

Essas pressões continuaram em 1866, para que o Brasil abrisse totalmente o rio Amazonas à navegação estrangeira, no momento crítico em que o Brasil enfrentava a Guerra do Paraguai. A pressão felizmente foi repelida por D. Pedro II que, ouvindo o conselho de Estado, não deu permissão para um navio de guerra americano remontar o Amazonas.

Mas nova pressão se fez sentir em 1900, na região do Acre, com a criação do Bolivian Syndicate de Nova York, com capitais americanos e ingleses, destinado a explorar, com apoio em força armada, as fontes de borracha.

A ameaça felizmente foi afastada com a ação militar de Plácido de Castro, liderando seringueiros cearenses. Foram expressivas as pressões espanholas exercidas na região de Tefé e nos vales do Guaporé e do rio Branco.

Houve ainda a pressão holandesa, a partir do Suriname, sobre indígenas no vale do rio Branco, o que motivaria a criação do Forte de São Joaquim do Rio Branco, que atuou também na contenção de pressões territoriais inglesas.

Enfim, violentas pressões foram superadas pelas autoridades luso-

brasileiras e brasileiras do passado, com o concurso de militares e missionários que merecem toda a admiração e gratidão dos brasileiros, entre eles os soldados e familiares que guarneceram as fortificações na Amazônia e que, por ações dissuasórias ou pela força das armas, complementadas por competentes ações diplomáticas, impediram o sucesso das tentativas estrangeiras de fixarem-se na Amazônia Brasileira.

E assim, na época atual, que seus exemplos inspirem e sejam seguidos por patriotas brasileiros para que continuem alertas na defesa dos interesses do Brasil na Amazônia, defendendo-a das ambições e pretensões estrangeiras e, principalmente, fazendo o seu dever de casa de preservá-la, promovendo o seu desenvolvimento sustentável, defendendo-a, com tolerância zero, da ação nefasta de maus brasileiros (**o inimigo azul**), já referidos, e de omissões governamentais.

Essa ação, como obrigação primeira, permitirá que, moralmente, tenhamos condições perante a Humanidade de defender a Amazônia a todo custo e, assim, negar o falso argumento de que estamos permitindo que ela esteja sendo devastada, incendiada, e as suas populações indígenas massacradas.

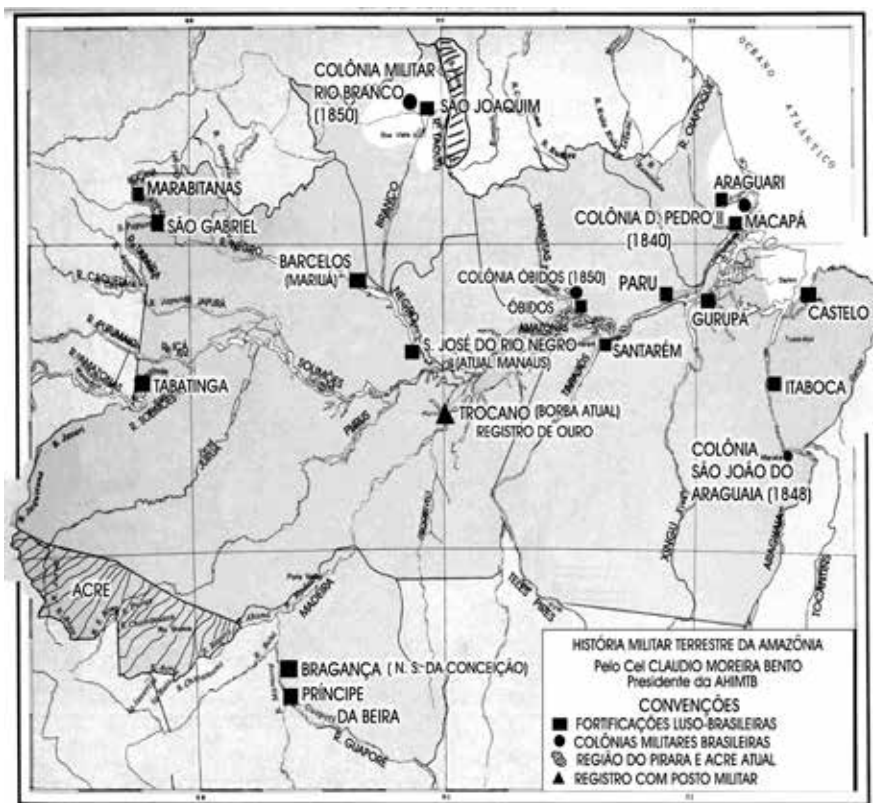
Fazer o dever de casa é preciso!!! Se não for feito pelo governo e pelos brasileiros, tememos pelo destino da Amazônia Brasileira. Pensem os brasileiros em defender a Amazônia do Inimigo Vermelho, sem esquecer de combater com energia o "inimigo azul", brasileiros, com frequência encontrados, para os quais vale esta classificação realista: **"Quem tem inimigo azul atuando na Amazônia, ali não precisa de inimigo vermelho."**

Papel histórico dos fortes na Amazônia

Os bravos e intrépidos soldados luso brasileiros e familiares, e após os brasileiros, que guarneceram por quase dois séculos este complexo defensivo da Amazônia Brasileira, ao custo de sacrifícios indiscutíveis, hoje esquecidos, mantiveram a inviolabilidade da área da cobiça e de ações colonialistas de nações mais fortes.

Assim procedendo, asseguraram a Soberania e a Integridade brasileiras na área, para que as atuais gerações empreendessem, com determinação e ousadia, o atual processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia – o desafio brasileiro do 3º Milênio – sob a proteção e inspiração de Deus.

O sistema de fortificações da Amazônia foi estabelecido na seguinte ordem, depois de expulsos da área intrusos holandeses, ingleses e franceses (defronte de Bragança). Ao longo deste estudo, serão fornecidas outras informações sobre as fortificações da **Amazônia**.



Forte do Castelo – Belém

1–1616. Foi iniciado após 8 de Jan 1616, quando ali aportou, vinda de São Luiz do Maranhão, reconquistada aos franceses, a expedição de cerca de 100 homens comandada pelo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Francisco C. Castello Branco. No local, hoje, junto à atual doca de Ver o Peso, então habitada por Tupinambás hostis, a guarnição iniciou um pequeno fortim com madeira e com a ajuda dos Tupinambás não hostis. Era uma dupla paliçada de madeira preenchida com areia entre elas, formando um parapeito voltado para o rio.

Ele foi artilhado com 10 peças trazidas pela expedição para defendê-lo dos índios e de estrangeiros que possuíam redutos e feitorias no estuário e Baixo Amazonas.

Consolidada a cabeça-de-praia estabelecida, o forte foi denominado Presépio de Belém, referência à partida da expedição de São Luiz, no Natal de 1615. A região foi denominada Feliz Lusitânia e, à sua sombra e sob a sua proteção, surgiu um núcleo denominado N. S. da Conceição de Belém, origem da capital do Pará, hoje com mais de três séculos e meio de existência.

A partir da cabeça-de-praia protegida pelo pequeno fortim, foi que se desenvolveu e se espalhou Belém, consagrado a invocação de Nossa Senhora de Belém.

De 1621 a 1626 o fortim foi reconstruído de forma quadrangular em taipa de pilão, na administração de Bento Maciel Parente. E por longo período ele passou por um processo de ruína que só foi atalhada em 1721 por força de carta Régia de 30 de maio de 1721 quando foi enviado para o Brasil para repará-lo o pedreiro Francisco Martins. Então, o forte melhorado foi denominado Forte do Castelo do Senhor Jesus Cristo.

Depois de um século entrou em ruína, sendo reedificado em pedra, em 1728, sob a direção do Sargento-Mór Engenheiro Major Carlos Varjão Rolim, o qual acrescentou ao forte o aumento das plataformas elevadas de tiro e algumas rampas de acesso às plataformas de tiro.

Depois desta reforma o Forte do Presépio passou por diversas obras, particularmente em 1759 e depois em 1773, quando nele foi estabelecido o Hospital Militar do Castelo, o segundo na Amazônia depois do Hospital Militar de Barcellos.

Com a Independência do Brasil ele ganhou o seu aspecto atual, depois de adaptações para torná-lo compatível com os avanços da Artilharia.

Este forte serviu de base de partida para a expulsão de estrangeiros que dominavam o estuário e o Baixo Amazonas e, sobretudo, para reconhecimento, exploração e conquista da Amazônia Brasileira, além da concretização da ligação terrestre Belém-São Luiz, feitos épicos que levaram a marca do legendário Capitão Pedro Teixeira.

Por ocasião da Independência foi reedificado. Na Regência, foi desguarnecido e desarmado, fenômeno generalizado e de inspiração liberal.

Em 1850, sendo Presidente do Pará o Cel Jerônimo Francisco Coelho, Pai da Imprensa Catarinense e da Engenharia Civil no Brasil, além de Ministro da Guerra do Brasil que ditou os termos de Paz de Ponche Verde na Revolução Farroupilha, o forte passou por grandes reformas. Passou a dispor de uma ponte sobre o fosso e de uma muralha da cantaria.

A Questão Christie, de que resultou humilhante ultimatum inglês ao Brasil e altivamente repellido, impôs reformas ao forte até hoje notáveis.

Foi artilhado com 27 peças. Em 1876, foi desativado para abrigar o

Arsenal de Guerra. Depois, serviu de depósito regional.

Atualmente, seus velhos canhões, transformados em atração turística, voltam-se simbolicamente para a baía de Guarajá, depois de cumprirem, com seu poder dissuasório e sem disparar um só tiro, sua destinação militar e geopolítica de imensa projeção na conquista, definição e preservação da inviolabilidade da imensa Amazônia Brasileira, segundo se conclui do historiador Arthur César Ferreira Reis, grande estudioso da história da Amazônia Brasileira, com quem convivi e muito aprendi no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1621, o Pará se tornou autônomo do Maranhão. Este forte, hoje, é consagrado como denominação histórica da 8ª Região Militar.

Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá

2-1623. Em 1623, no mesmo local onde os holandeses haviam construído o Forte de Mariocay, Manoel Maciel Parente construiu a fortaleza de Santo Antônio de Gurupá.

Comandava essa Fortaleza, em 1639, o Capitão João Pereira Cáceres que, em várias canoas guarnecidas, surpreendeu uma expedição holandesa nas proximidades da fortaleza e a derrotou.

Em 1691, essa Fortaleza foi reconstruída. Em 1660, 1771 e 1774, sofreu novos reparos e melhoramentos. Hoje está desarmada.

A Ilha de Gurupá tem 151 km de comprimento e 35 de largura. Fica situada a oeste de Marajó e à margem direita do Amazonas. É contornada pelo Amazonas, pelo Canal Gurupá e pelo Furo de Santa Maria.

Em 1633, foi criada a Capitania do Gurupá. Ela exerceu relevante papel estratégico na irradiação da expansão portuguesa para o interior da Amazônia e na contenção da expansão francesa no baixo Amazonas a partir de Caiena.

Forte de São Pedro Nolasco ou Forte das Mercês (Belém)

3-1665. Esse Forte foi construído em 1665 pelo 3º Governador e Capitão General do Pará, nos fundos do Convento dos Mercedários. Complementava, junto ao Reduto de São José, a defesa de Belém realizada pelo Forte do Castelo.

Por Aviso Ministerial de 16 de dezembro de 1841, foi autorizada sua demolição, para a construção dos cais de Belém, iniciado no Governo Souza Franco.

Efemérides expressivas: Em 1657, o rio Negro foi explorado por

Manoel Pires. Em 1659, foram descobertas canela e cravo, no Tocantins. Em 1663, foi feita uma expedição contra os índios do rio Urubu, próximo à foz do rio Madeira.

Em 1664, franceses fundaram Caiena. Em 1668, Pedro da Costa Favela descobriu e explorou o rio Negro. Em 1669, teve lugar a fundação da Manaus atual.

Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro

4-1670. Esta Fortaleza foi construída em 1670, por ordem do governador do Maranhão e Grão-Pará, Antônio Albuquerque C. de Carvalho, a três léguas da confluência do rio Negro com o Amazonas.

Seu construtor foi Francisco da Mota Falcão, estando situada a 17 km da confluência do rio Negro com o Amazonas. Foi seu primeiro comandante o Capitão Angélico de Barros. Dela teve origem a cidade de Manaus.

Em 1783, foi desarmada. No local da antiga Fortaleza existiu uma Estação de Rádio do Exército, instalada em edifício construído em cima dos escombros da velha Fortaleza, origem da cidade de Manaus.

Efemérides expressivas: Em 1677, foi criada a diocese de Belém e em 1685 portugueses se estabeleceram no alto Amazonas.

Fortaleza da Barra ou Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra (Belém)

5-1685. Na entrada do porto de Belém, do lado esquerdo para quem vem do sul, fica situada uma ilhota de pedra. Em 1685, Antônio Lameira Franco, Capitão da guarnição do Pará, requereu ao Governador Gomes Freire de Andrade autorização para construir uma fortaleza nessa ilhota, com a condição de ser o seu comandante vitalício.

Com despacho favorável, nesse mesmo ano foi iniciada a sua construção.

A fortaleza possuía duas ordens de baterias: uma em plano inferior, permitindo atirar ao nível d'água, e outra em plano superior, na plataforma.

Essas baterias foram armadas com 35 canhões. A fortaleza foi construída pelo engenheiro Joseph Velho Azevedo.

Em 1770, foi necessário construir-se uma sapata em volta da fortaleza, para proteger os alicerces da muralha.

Em 9 de maio de 1947, às 15 h 45 min, houve uma explosão motivada por faísca elétrica, e a fortaleza, que servia de depósito de inflamáveis, foi destruída. A própria Ilhota sofreu as consequências da explosão, ficando quase destruída e submersa parcialmente.

Efemérides expressivas: Em 1687, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho explorou, no atual Amapá, o rio Araguari e os lagos conhecidos como do Cabo Norte (atual Amapá).

Fortes Santo Antônio e São José de Macapá (Amapá)

6-1686. Com um raro senso estratégico providencial, os luso brasileiros lançaram sobre as terras que iam devassando uma sábia defesa contra as incursões estrangeiras.

Infelizmente, não o fizeram senão sob a ameaça dessas incursões.

As fortificações contra os ataques indígenas, erigidas em maioria no interior da Amazônia, revestiam-se do caráter de passageiras, pois eram erguidas ao acaso e na direção das reações dos índios. As demais fortificações defendiam a Amazônia da cobiça dos invasores e corsários.

Entre esses pontos figura o ocupado pela fortaleza de São José de Macapá, situada na cidade desse nome, na antiga província do Pará. Ela foi lançada em 1686 nas ruínas do forte de Cumaú, tomado aos ingleses, com a denominação do local – Santo Antônio de Macapá.

Por ordem do Capitão General do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, seu projeto arquitetônico foi atribuído a um jesuíta e matemático, importante elemento do séquito do mesmo capitão em suas inspeções administrativas.

Mais tarde o Marquês de Pombal, visando fortificar a foz do Amazonas, determinou a construção definitiva dessa monumental fortaleza que dominava o canal norte de acesso ao rio Amazonas e a 15 km do antigo Forte de Santo Antônio de Macapá, que tomou o nome de São José de Macapá, fortes os quais são por vezes confundidos .

Influiu na citada localização definitiva do Forte São José, estudo seguro e exato do regime das correntes e dos ventos, das condições de ancoragem, da altura do local e do coeficiente de erosão das águas.

Em 1686, o Capitão-General, o major alemão João Geraldo Goonfelts, mais Henrique Antônio Galluzi e outros engenheiros delinearão a poderosa fortificação.

Esses planos só se ultimaram em 1764, tendo sido aprovados pelo Capitão-General do Pará, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Explica-se dessa maneira o motivo por que seu projeto é atribuído ora a Goonfelts,

ora a Galluzi, sendo que a este último com maior soma de razões por ter sido o iniciador da construção.

A fortaleza de Macapá foi a mais vasta e importante obra permanente em sua época, pois era, a um só tempo, a garantia e a segurança da chamada Guiana Brasileira (atual Amapá ou Capitania do Cabo Norte) e a chave de entrada do melhor dos canais que davam acesso ao rio Amazonas.

A fortaleza de S. José de Macapá foi construída por ordem do Marquês de Pombal de 1764 a 67, a uma altura de 20 pés, tendo a forma de um quadrado de fortificação rasante.

Nos ângulos do quadrado ergueram-se quatro baluartes de figura pentagonal, cada um dos quais com 14 canhoneiras lançantes, guarnecidas por mais de 80 peças de ferro e bronze de diferentes calibres, montados em reparos a Onofre, trabalhando sobre o próprio terraplano.

O recinto da fortaleza, de forma quadrada, continha oito edifícios para a administração e por baixo do terraplano ficavam as casernas para o aquartelamento da guarnição.

As muralhas da fortaleza foram construídas de cantaria escura primorosamente trabalhada, extraída das rochas do rio das Pedreiras que corre a noroeste de Macapá.

Todas as abóbadas de cobertura dos paióis, das casernas, das prisões e das cozinhas foram construídas à prova de bombas.

Circundada por um profundo fosso nas faces sul e oeste, a fortaleza de Macapá nunca foi de todo terminada, pois as obras exteriores, tão necessárias não só ao complemento da defesa como à segurança da própria fortificação, jamais foram levadas a termo, deixando sua esplanada exposta às correntezas das águas do Amazonas.

O seu custo, em 1764, elevou-se a três milhões de cruzados.

Em 31 de maio de 1697, o Forte foi tomado pelos franceses e a 28 de junho foi retomado pelos luso-brasileiros.

Efemérides importantes: Em 1693, o Sargento Guilherme Valente do fortim São José do Rio Negro (Manaus atual), subiu o rio Negro até o rio Cabari e estabeleceu aliança com os índios Manaus.

Forte do Rio Baboute (Amapá)

7-1688. Em 1688, os luso-brasileiros construíram, no Amapá atual, na foz do rio Bataboute, afluente da margem esquerda do Araguari, um forte em forma de estrela. Em pouco tempo esse forte foi abandonado e destruído.

Fortaleza de Santarém ou Fortaleza dos Tapajós (Pará)

8-1695. Essa fortaleza foi erigida antes de 1695 por Francisco da Costa Falcão e às suas expensas, à margem direita do Amazonas, com a denominação de Fortaleza dos Tapajós e, depois, Fortaleza de Santarém.

Em 1740 e em 1782, foi reedificada e melhorada. Em 1803, sofreu novos melhoramentos. Novamente, em 1867, sofreu novos reparos. Mais tarde foi desarmada e abandonada. Hoje nada mais resta a não ser escombros.

Efemérides importantes: Em 1697, padres carmelitas foram enviados para evangelizar os índios no rio Negro, e franceses cobraram a posse do atual Amapá. Contrariados em suas pretensões, apoderaram-se pela força das armas do forte Santo Antônio do Macapá e arrasaram os fortins do Desterro e Toere, no Amapá. Os luso-brasileiros reagiram e expulsaram os invasores.

Fortaleza de Óbidos (Pará)

9-1698. Em Óbidos, o Amazonas tem 1892 metros de largura e uma profundidade de 80 metros.

Em 1698, Manoel da Mota Siqueira construiu, à margem esquerda do Amazonas, um forte que tomou a denominação de Pauxis, nome da nação de índios que habitavam essa região.

Mais tarde, em 1758, tomou a denominação de Óbidos, quando a aldeia dos Pauxis foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Óbidos.

Em 1749 e 1784, foi recomendada a sua reconstrução. Entretanto só em 1854 é que foi reconstruído e melhorado pelo Major Marcos Pereira Sales, face a pressões dos Estados Unidos para a abertura da Amazônia à navegação internacional, ocasião em que Mauá criou, em 1853, a Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas, que o consagraria com justiça patrono da Marinha Mercante do Brasil.

Sob esse título, Antônio Stumpf Bento, filho do autor desta obra, publicou trabalho na **Revista da Escola de Marinha Mercante** (Rio), ao ali formar-se em 1986.

Nessa ocasião, a região foi colonizada com cerca de 300 portugueses. Nos anos 40, em minha escola, em Canguçu, no Rio Grande do Sul, ouvi de uma professora que o nome Óbidos se devia em razão de ali ocorrerem óbitos de viajantes, vítimas de escorbuto depois de longa viagem sem o consumo de vitamina C.

As características do Forte de Óbidos, nessa época, eram as seguintes: reduto semi-circular, barbata, guarnecido com 10 peças, sendo 6 de calibre 80, montadas em carretas de marinha, e 4 montadas a Onofre.

Em 1869, foi esse Forte acrescido de uma plataforma corrida de cantaria de Lisboa.

Em 1910, foram levantadas novas fortificações e novo quartel de paz, sendo armado com 4 peças de artilharia de 6 polegadas Armstrong, montadas em pequenos bastiões de concreto e cimento, no cimo de uma colina isolada, na Serra da Escama, a 1 km da cidade, acima da garganta de Óbidos e a 600 metros da margem esquerda do Amazonas. Em 1924, ele tomou parte em revolta tenentista sofrendo pesado bombardeio legal. Na década de 1930 o Forte foi desarmado, em consequência de outra revolta ali ocorrida em 1932.

Forte do Paru (Almeirim-Pará)

10-1695. Este forte existia antes de 1695 como importante instrumento de contenção da infiltração de franceses no rio Amazonas, vindos de Caiena, e localizava-se junto aos fortes do rio Araguari, de Macapá e Gurupá.

Acreditamos ter sido reconstruído por Manoel da Mota Siqueira, na primeira década do século XVIII, à margem esquerda do Amazonas, próximo às Serras do Paru.

Em 1745 foi melhorado. Em 1748, a Aldeia do Paru foi elevada à categoria de vila com o nome de Almeirim.

Em 1838, esse Forte, em ruínas, foi abandonado. Há notícias de que nesse mesmo local, em 1628, os holandeses haviam construído um fortim.

Efemérides importantes: Em 1713, pela Paz de Utrecht, o atual Amapá foi reconhecido como domínio de Portugal. Em 1720, foi criado o bispado de Belém e, em 1724, foi introduzida no Pará a cultura do café. Em 1730, teve início a comercialização da borracha do Amazonas que, no ano seguinte, passou a ser exportada, e só em 1840 foi descoberta a vulcanização da borracha. Em 1738, Macapá foi reforçada com a construção de mais um reduto fortificado.

Fortim e Bateria da Ilha dos Periquitos (Belém)

11-1738. Em 1738, numa ilha da Baía de Guajará, que tomou nome de Ilha de Fortim, situada em frente e ao sul da Fortaleza da Barra, foi construído um forte estacado de forma regular, com 20 braças de frente

(20 x 2,20 m) e armado com cinco peças de artilharia. Esse forte resistiu pouco tempo, tendo sido destruído pela maré e pela correnteza. Nessa mesma época, em 1738, foi instalada uma bateria na Ilha dos Periquitos, que fica situada ao norte da Fortaleza da Barra.

Efemérides importantes: Em 1742, o rio Madeira foi explorado por Manuel Félix de Lima.

Casa Forte do Guamá (Pará)

12-1750. Na primeira metade do século XVIII, Luiz de Moura construiu uma Casa Forte no ponto inicial da estrada do Guamá para S. Luiz do Maranhão, em troca de uma patente de Capitão de Infantaria, com o soldo de soldado, que afinal nunca lhe foi pago. Dessa Casa Forte originou-se a cidade de Ourém.

Efemérides importantes: Foi celebrado em 1750 o Tratado de Madri, que reconheceu as conquistas de Portugal na Amazônia. Em 4 de abril de 1755 foram conferidas vantagens, no Brasil, aos brancos e a seus filhos nascidos de casamentos com índias, tendo sido proibido que eles fossem tratados de caboclos.

O cacau circulava em Belém como moeda. Foi edificada uma bateria de canhões em Barcelos (Mariuá) e foi criada a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão que, enquanto existiu, produziu 838.386 arrobas de cacau. A companhia Geral do Grão Pará seria fechada por D Maria I.

Em 1751, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado fundou a povoação de Macapá.

Fortaleza do Rio Negro (em Barcelos)

13-1754. Era composta de dois fortes de madeira artilhados defendendo a aldeia de Mariuá, mais tarde Barcelos, a base da demarcação dos tratados de Madrid e Santo Ildefonso e capital da Capitania do São José do Rio Negro até ser a mesma, por volta de 1804, definitivamente transferida para Manaus, depois de cerca de meio século de permanência em Barcelos. Essa Fortaleza não tem sido citada e ora a registramos.

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (Guaporé-Rondônia)

14-1759. Em 1759, o Capitão General Antônio Rolim de Moura Tavares

construiu, próximo do local (2 km) onde existira a missão espanhola de Santa Rosa (1754), um Forte, à margem direita do Guaporé, ao qual denominou N. Senhora da Conceição. Mais tarde, foi denominado Bragança pelo 3º Governador Luiz Pinto de Souza Coutinho, que o reconstruiu em 1772, tendo sido, posteriormente, já em ruínas, substituído pelo forte Príncipe da Beira, em 1776, por ordem do Governador do Mato Grosso, Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres, conforme veremos adiante. O campo de pouso dos aviões hoje lá existente é denominado Fazenda Conceição.

Fortaleza de Macapá (Amapá)

15-1761. Macapá era a denominação genérica da região amazônica compreendida entre Almeirim (Paru) e a foz dos Amazonas, que compreendia quatro antigas províncias de índios dessa região, pois o Forte de Santo Antônio de Macapá estava em ruínas.

Em 1740, por Carta Régia de 9 de fevereiro, de acordo com a Resolução de 6 de setembro de 1739, foi autorizada a construção de um Forte de faxina no local onde, em 1738, havia sido instalado um destacamento e haviam construído um pequeno reduto.

A planta desse forte foi planejada pelo Sargento-Mor de Batalha e Engenheiro do reino, Manoel de Azevedo Fortes, auxiliado pelo discípulo da Academia Militar, Manoel Luiz Alves.

Forte São Francisco Xavier (Tabatinga)

18-1766. Foi construído à margem esquerda do Solimões como importante instrumento de controle da entrada de espanhóis na Bacia do Amazonas, provenientes do atual Peru.

O local fora ultrapassado pelo General Pedro Teixeira em 1637, onde mais para leste ele havia fundado Franciscana, limite oeste do Brasil de então.

Mais tarde, mediante acordo, a fronteira refluíu para esse local.

Hoje não existem mais vestígios dessa importante fortificação pombalina, cujos canhões foram para o fundo do rio Solimões em consequência da erosão da margem onde fora o forte construído.

Mas a memória dos relevantes serviços que ele prestou, junto com suas guarnições e familiares, à preservação da integridade e da soberania do Brasil na região, foi consagrada pelo Exército, ao dar-lhe o seu nome de Forte São Francisco como denominação histórica do Comando de Fronteira do Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva, ali sediado.

Forte de São Gabriel – hoje Uaupés (Rio Negro)

16-1762. Situado à margem esquerda do rio Negro, era guarnecido com 16 canhões. Serviu de base para operações de reconhecimento e demarcação do tratado de Santo Ildefonso por Lobo d'Almada.

Forte de Marabitanas (Cucuí)

17-1763. Forte de Marabitanas (Cucuí). Local atingido pelos portugueses em 1759. Em Cucuí ainda existem os velhos canhões que marcaram os domínios lusitanos naquelas longínquas paragens do norte do Brasil.

Situado à margem direita do Rio Negro, foi guarnecido com 4 Baterias: S. Pedro, S. Luiz, S. Simão e S. Miguel, armadas com 19 peças de ferro.

Reduto São José (Belém)

19-1771. O Reduto de São José foi construído, em 1771, no flanco do Convento dos Capuchinhos de S. Antônio e sobre a praia, por ordem do Governador da Capitania, o Capitão General Fernando Ataíde Teive. O Reduto era circundado por uma paliçada e armado com quatro canhões de grosso calibre.

Forte de São Joaquim do Rio Branco - Roraima

20-1778. Alguns historiadores afirmam que o São Joaquim foi erigido em 1719 pelos portugueses, de forma sumária, servindo, então, de forte argumento para a incorporação portuguesa do atual território de Roraima pelo Tratado de Madrid, de 1750.

Na épica e árdua tarefa de penetrar, reconhecer, explorar e definir brasileiro o território de Roraima, bem como na de assegurar a soberania portuguesa, e após brasileira, nos vales do rio Branco e de seus principais formadores, coube papel destacado aos bravos militares que o guarneceram, desde 1719, segundo alguns historiadores, e por quase dois séculos as estacadas e, após, as muralhas do Forte de São Joaquim, erigido pelos luso-brasileiros na confluência dos rios Tacutu e Uraricoeira, que formam o rio Branco.

Em 1778, um ano após a celebração do Tratado de Santo Ildefonso, o forte foi concluído, ocasião em que recebeu o nome de São Joaquim do

Rio Branco.

Em 1786, serviria de base de operações para um dos maiores soldados e patriotas que serviram na atual Amazônia Brasileira – o engenheiro militar Coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada, que tão relevantes e inesquecíveis serviços prestou à Segurança e ao Desenvolvimento da área no período de 1770-91. Lobo d'Almada fora encarregado de levantar, mapear e organizar a defesa do vale do rio Branco.

Data dessa época o levantamento do Forte São Joaquim por um dos membros de sua expedição cuja reprodução foi feita na História do Exército Brasileiro, 1972, vol.1, p. 296. Lobo d' Almada quase perdeu a vida num naufrágio nas cachoeiras do Uraricoera.

Considerou este perigo e sofrimento, bem como a maleita e outros que padeceu em 19 anos de Amazônia, como título de honra e nobreza. E afirmava:

“Todo sangue que corre a serviço da Pátria é nobre”.

Ele foi o maior explorador e herói militar dos vales dos rios Branco e Negro. Impunha sua liderança sobre a expedição pelo exemplo. E justificava:

“Eu mesmo vou pessoalmente a todas as expedições. Não permito que os meus companheiros passem por trabalhos ou perigos em que eu não seja o primeiro a dar-lhes o exemplo”.

O forte foi desativado por volta de 1900. Suas históricas e heroicas muralhas foram demolidas para servirem em parte aos alicerces e paredes do edifício sede e da caixa d'água do Posto de Proteção aos índios, instalado na Fazenda São Marcos, na foz do Tacutu com o Uraricoeira, defronte ao local onde outrora se erigiu esta histórica sentinela do extremo norte do Brasil, hoje envolta na mata e balizada por suas ruínas sagradas.

Quando da construção, foi artilhado com 10 canhões, dos quais dois de bronze, fundidos em Belém, em 1763.

Dos ferro, 5 foram colocados em destaque defronte ao quartel do 6º BEC, por ordem de seu comandante Tenente Coronel João Tarcísio Cartaxo Arruda que, junto com sua unidade, prestou um relevante serviço à preservação da memória nacional no extremo Norte do Brasil.

A chave do Forte de São Joaquim, guardada como relíquia por seu último comandante, foi transferida, em 1941, por uma de suas netas ao Capitão de Mar e Guerra Brás do Amaral, chefe da Comissão de Demarcação de Limites do Setor Norte.

Este, por sua vez, a doou ao ilustre historiador General Lobato Filho, que a doou então ao Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, que finalmente a confiou ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, onde por certo deve encontrar-se.

Isto é o que se concluiu de artigo do então Capitão Salm de Miranda, biógrafo do Marechal Floriano, em: "As chaves do Forte de São Joaquim", publicado na Revista Militar Brasileira, Out/Dez 1941, e uma das poucas referências a esse forte, na alentada Literatura Militar Brasileira.

O Forte São Joaquim continua a ser um ilustre desconhecido quanto a sua saga. Não teve nem um centésimo da sorte do Forte de Coimbra, que completou mais de 200 anos de existência gloriosa e que mereceu do venerando historiador militar General Raul Silveira de Mello, que faleceu centenário, alentado estudo em 4 volumes, além de diversos artigos e plaquetas fixando detalhes particulares.

É possível reconstituir o Forte São Joaquim a partir de sua planta levantada em 1787, cujas cópias fazem parte da Mapoteca do Centro de Documentação do Exército, em Brasília.

O Estado-Maior do Exército, na p. 296, volume 1 da obra História do Exército Brasileiro, lançada em 1972, sob a coordenação da extinta Comissão de História do Exército, que integramos como Adjunto de sua Presidência, fez publicar a planta do forte como ele se apresentava em 1787 e com a seguinte legenda:

"Uma das sentinelas avançadas das Amazônia século XVIII. O Forte de São Joaquim do Rio Branco não mais existe - permanecem os valores espirituais e morais que o animaram".

Reconstituí-lo ou, no mínimo, preservar o que dele restou, é um sagrado dever cívico, principalmente para o Governo e Povo de Roraima, como uma prestação de contas para as futuras gerações do lugar que por certo desejarão evocar e homenagear, no local, os pioneiros que, no interior daquele quadrado, definiram brasileiro o destino de Roraima e alicerçaram a grandeza moral e espiritual daquela rica e importante parte do Brasil e impediram a expansão inglesa, holandesa e espanhola tentadas sobre território brasileiro, como foi o caso de Lobo d' Almada cuja vida e obra focalizaremos na Terceira Parte.

Hoje esse forte foi consagrado pelo Exército como denominação histórica do Comando de Fronteira de Roraima e é sede do 7º Batalhão de Infantaria de Selva sediado em Boa Vista – Roraima.

Bateria de Val de Cans (Belém)

21-1780. O Governador das Armas, José Maria de Moura, na segunda metade do século XVIII, mandou construir e instalar uma bateria sobre

a Ponta de Val de Cans. Essa Bateria foi armada com 4 obuses de 6 a 9 polegadas. Em 1833 foi abandonada.

Val de Cans - Há controvérsias sobre a origem dessa expressão. Segundo alguns, origina-se dos cães que possuíam os Frades Capuchinhos do Convento que aí existiu: isto é, "Vale dos Cães". Segundo outros, origina-se dos cabelos brancos dos Frades, ou seja: "Vale das Cans".

Durante a 2ª Guerra Mundial, em Val de Cans foi construída a base aérea do Estados Unidos para, junto com a base aérea de Macapá e a do Rio Grande do Norte, apoiarem o esforço de reconquista da África e da Europa aos nazistas.

Forte Príncipe da Beira, Rondônia

22-1785. Foi iniciado em 20 de Jun de 1776, no local da antiga guarda de Santa Rosa Velha, tendo sido concluído apenas em 1785 pelo intrépido Coronel Ricardo de Almeida Franco, o maior fronteiro do Oeste, e patrono dos Engenheiros Militares do Exército, segundo projeto do Capitão Sambucetti, que morreu durante sua obra.

O esforço despendido para implantá-lo foi ciclópico, comparável, guardadas as devidas proporções no tempo, ao despendido para a construção de Brasília. Concorreram, neste esforço, as capitânias de Mato Grosso, Goiás, Pará e Rio de Janeiro, que forneceram mais de 200 operários. O forte foi um imponente quadrado com muralhas de 8 metros de altura e cerca de 480 de perímetro, com quatro baluartes tipo Vauban, com 14 canhoneiras cada e facilidades para vida em seu interior. O fosso possuía 2 m de fundo e 32 m de largura.

A entrada era através do imponente portão, que fazia descer ponte levadiça de 4 metros, que assentava em outra, fixa, de 28 m, que ia até a plataforma.

Os blocos de pedra canga férrea vieram em canoas especiais de local próximo, junto ao rio Guaporé, segundo Marcos Carneiro de Mendonça, estudioso da projeção no Brasil da obra do governo do Marquês de Pombal.

Os seus canhões, além de símbolo de Rondônia, são testemunhas mudas do hercúleo esforço dos soldados luso-brasileiros e familiares e depois soldados brasileiros anônimos que construíram e guarneceram o forte com sacrifícios que presumimos enormes, hoje apagados da Memória Nacional.

Em assim procedendo, ajudaram de modo decisivo a alicerçar e a

preservar durante mais de um século, naquelas, até hoje, remotas paragens do território pátrio – Um Brasil Continente.

Conforme afirmou a **Revista Militar Brasileira**:

“O forte Príncipe da Beira não chegou sequer a disparar um tiro, porque exprime senão nossa determinação em permanecer onde estamos”.

Hoje esse forte foi consagrado pelo Exército como denominação histórica do Comando de Fronteira de Rondônia e 6º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Guajará-Mirim.

Forte Bateria de Santo Antônio (Belém)

23-1791- Em 1791, vinte anos depois da construção do Reduto de S. José, o Governador Francisco de Souza Coutinho mandou construir uma sólida Bateria sobre a praia, próxima ao Reduto, entre este e o Forte de São Pedro de Nolasco, denominando-a de Bateria de Santo Antônio.

Em meados de 1793, foi essa Bateria armada com cinco canhões de grosso calibre e com outros menores.

Em 1807, o Reduto de São José foi ligado à Bateria de Santo Antônio por um semibaluarte e por uma muralha.

Em 1832, tudo já estava em ruínas e, posteriormente, essas fortificações foram demolidas, tendo em vista o alinhamento de uma rua da praia.

Forte da Cachoeira de Itaboca (Tocantins) - Pará

24-1797. Foi demolido o Forte de Alcobaça, em 1797, pelo Alferes Joaquim José. Este construiu junto à Cachoeira de Itaboca, acima de Alcobaça, outro Forte.

Posteriormente, foi criado mais acima da Cachoeira de Itaboca, junto do igarapé Araparí, e defronte da Ilha de Tucumanduba, um outro núcleo de povoação.

Mais tarde, foi esse Núcleo transferido para a margem esquerda do Tocantins, entre Saco do Bacabal e a praia do Tição, próximo à confluência do Araguaia com o Tocantins, tomando a denominação de São João do Araguaia. Nesse local foi fundada, em 1850, uma Colônia Militar pelo Tenente Constâncio Dias Martins, acompanhado do frade Manoel Procópio do Coração de Maria.

Forte de Araguari (Amapá)

25 – Foi construído para conter a infiltração de franceses no Amapá.

A Bateria da ilha de Bragança

26-1804. Segundo se conclui do Dr Manuel Barata, no artigo A Bateria da ilha de Bragança, na **RIHGB**, t.74, 1ª parte, 1911, p.229/236, a citada bateria foi erigida em 1803/4, na ilha Bragança, entre as ilhas de Curuá (ou Curauá) ou, segundo Carlos de Laet, Quariana, a nordeste de Caviana, no meio do canal norte de acesso ao rio Amazonas. Ela foi mandada construir pelo Governador e Capitão General D. Francisco de Souza Coutinho, para integrar o sistema de defesa do acesso ao Amazonas de parte de franceses de Caiena.

Ela foi erigida de faxina e guarnecida por destacamento fornecido por Macapá, com a finalidade de avisar esta praça, por mensageiro expresso, da entrada do inimigo.

Nessa bateria foram montadas 12 peças (canhões) de ferro, sendo duas de calibre 36, duas de 18, seis de 9 e duas de 6.

Essa posição foi considerada mal escolhida por estar exposta a inundações das marés e aos frequentes castigos pela pororoca. Assim, em fevereiro de 1804 foi castigada pela pororoca e, em março, foi desmantelada.

Em abril, o Conde de Arcos, sucessor de Souza Coutinho, mandou inspecioná-la para saber o estado de sua Artilharia e os meios de conservá-la. O Dr. Mário Barata não soube o resultado. Por volta de 1810, foi informado por um caboclo residente na ilha Caviana e conhecedor da ilha Bragança que na maré baixa eram vistas peças enterradas na praia, o que nos leva a crer que a bateria foi vencida pela pororoca e pelas enchentes.

Em realidade, no ano de 1809 partiu de Belém expedição para conquistar Caiena, a qual ficou até 1817 (cerca de nove anos) sob domínio de Portugal, que tinha sede no Brasil sob o príncipe D. João. A Guiana Francesa só foi devolvida por força do Congresso de Viena de 1815.

Colônias Militares na Amazônia Brasileira

A primeira colônia militar brasileira foi a D. Pedro II, na Amazônia, à margem do rio Araguari. Foi criada em 1840 face às pressões sobre

o território entre os rios Oiapoque e Araguari, contestado ao Brasil pela França.

Em 1849, foi criada, no local chamado Remansão, no rio Tocantins, a colônia militar Santa Tereza do Tocantins. Com a Lei nº 555 de 15 de junho de 1850, que instituiu a colonização militar, foram criadas colônias militares por todo o Brasil.

Na Amazônia foram criadas as colônias militares de São João do Araguaia, em 1850, com base na transferência, com o nome de São João do Araguaia, da extinta Santa Teresa do Tocantins; a de Rio Branco, nas proximidades do Forte São Joaquim e, em 1854, a Colônia Militar de Óbidos.

Essas colônias foram vinculadas ao Ministério do Império (Interior) até 1860, quando passaram para a jurisdição do Ministério da Agricultura, cabendo ao Exército fornecer a tropa, equipá-las e pagá-las, sem interferir na escolha do local.

Colônia Militar Dom Pedro II: Foi estabelecida em 1840 pelo Comandante das Armas do Pará, Cel Marcos Antônio, à margem direita do rio Araguari, no Amapá, em local insalubre, confrontando o território disputado pela França. Foi determinação do regente Pedro de Araújo Lima.

Foi guarnecida por um Alferes, em comissão, que comandava a ilha de Balique, fazendo-se acompanhar da mulher, de um filho, 27 praças casados e suas respectivas famílias. O terreno era próprio para a lavoura.

Sua função teve expressiva projeção geopolítica no sentido de assegurar a posse brasileira e a inviolabilidade do delta do Amazonas e a sua pretensão sobre o território contestado entre os rios Araguari e Oiapoque, vitoriosa por laudo arbitral de Berna que fixou os limites do Brasil no rio Oiapoque, pondo fim a uma rumorosa e longa questão de limites com a França. Sua importância foi assim referida pelo Presidente do Pará, em Ofício datado de 14 de 22 Nov de 1859:

"A Importância da Colônia Militar D. Pedro II, em relação aos territórios que são disputados ao Império do Brasil pela França, e aos indivíduos selvagens e civilizados, que os franceses tem se empenhado em atrair para os seus interesses, contra os nossos..."

Segundo o Coronel do Exército Luiz Lobo, o objetivo dessa colônia era fixar um ponto de concentração de esforços do Brasil em face dos franceses na Guiana Francesa e também do domínio brasileiro na área.

Foi transferida para o Oiapoque em 1907, com a denominação de Colônia Militar do Oiapoque, mas deixou na sua base inicial um

Destacamento do Exército, com enormes sacrifícios para seus integrantes, vítimas de impaludismo.

Colônia Militar de São João do Araguaia: Foi instalada em 15 de Out de 1849, com o nome de Santa Tereza do Tocantins, pelo Cel Jerônimo Francisco Coelho. Inicialmente, a entrada era pela margem esquerda do Tocantins, no Remansão, na entrada da cachoeira de Itaboca. Foi depois transferida para o local onde funcionara o registro de São João do Araguaia, com o nome de Colônia Militar de São João do Araguaia.

Ela tinha por objetivo, segundo seu diretor, o Ten Cel Ayres Carneiro, prevenir desmandos de malfetores e contrabandistas, apoiar a navegação fluvial e criar condições para desenvolver a área. Nela se situa a cidade de Marabá.

Colônia Militar de Rio Branco: Foi instalada em 1850 nas imediações do Forte de São Joaquim, em Roraima atual, com as seguintes finalidades:

Desenvolver a colonização brasileira na Zona Fronteiriça com a Guiana Inglesa, em litígio com o Brasil na chamada questão do Pirara.

Apoiar a guarnição do Forte São Joaquim contra a penetração inglesa em nosso território, a partir da Guiana Inglesa, que ocupava a litigiosa região do Pirara.

O Coronel Francisco Xavier Torres, comandante das Armas, mandou instalar essa Colônia em comprimento a ordens do Presidente do Pará, Ângelo Custódio Corrêa, e do Governo Imperial.

Colônia Militar de Óbidos (Pará): Foi criada para auxiliar a reconstrução do Forte de Óbidos, que estava em ruínas, e era impositiva para defender a Amazônia de pressões dos Estados Unidos para forçar a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

O início das obras foi assistido pelo Presidente da Província Sebastião do Rego Barros. Essa colônia foi criada na embocadura do rio Trombetas.

Mauá destinou à Colônia de Óbidos 500 agricultores portugueses, para ocupar a área e desenvolvê-la à base da agricultura.

Foi seu primeiro diretor um capitão de Mar-e-Guerra de nossa Marinha, dada a importância militar da posição face à pressão dos Estados Unidos em internacionalizar a navegação do Amazonas e ao fato de ter sido negado o seu pedido de permissão para uma corveta sua subir o Amazonas.

Mauá solucionou o problema, criando uma Companhia de Navegação e colonizando Óbidos.

Como se pode concluir, essas Colônias Militares na Amazônia tiveram relevante projeção estratégica como instrumento contra pressões da Inglaterra sobre Roraima atual, da França no Amapá e dos EUA em Óbidos, com importante posição de bloqueio do rio Amazonas nos dois sentidos.

Floresceu sua agricultura por algum tempo. Mais tarde foi transferida para a margem do Tocantins, em frente à cachoeira de Itaboca.

Atuais Pelotões de Fronteira na Amazônia

O sistema de proteção dos vazios demográficos brasileiros junto às fronteiras de países vizinhos foi solucionado, em parte, com a criação de Pelotões de Fronteira, que desempenham missão de grande projeção na geopolítica do Brasil, pois contribuem para a preservação e proteção dos vazios demográficos, entre nossas fronteiras na Amazônia e os centros mais populosos do Brasil, de influências ou atrações por outros centros de poder.

E ali gerações de militares do Exército e seus familiares, como no passado os das guarnições dos fortes e das colônias militares, têm pago, nessa árdua tarefa um pesado tributo, longe do conforto da civilização e de seus benefícios, conforme abordamos no artigo O papel do Exército no Desenvolvimento Nacional – O Exemplo Brasileiro, na **Military Review**, 4º trimestre 1986 p.64/72.

Vigiam a nossa fronteira na Amazônia os seguintes Pelotões de Fronteira: Príncipe da Beira (junto a antigo forte de mesmo nome), em Rondônia; Brasília, Assis Brasil e Santa Rosa, no Acre, face ao Peru; Palmeira do Javari, Estirão do Equador, Ipiranga, no Amazonas, face ao Peru; Vila Bittencourt, Pari Cachoeira, Yauretê, Auris, BV-8 e Bonfim, em Roraima, face à Venezuela; e Tiriós (em instalação), no Pará, face ao Suriname.

Por conta do Projeto Calha Norte foram construídas instalações para os seguintes pelotões de Fronteira: Pari Cachoeira, Iauaretê, São Joaquim, Querari e Maturacá, no Amazonas; o Surucucu, Ericó e Auris, em Roraima; e o Tiriós (não-concluído), no Pará.

Vale lembrar que, segundo o General Rubem Bayma Denys, o **Programa Calha Norte**, para a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas, com 1.221.000 Km² (14% do território do Brasil e habitada por 1.600.000 brasileiros, ou 1,2% da população do Brasil) visa melhorar as condições para manter ali a Integridade e a Soberania do Brasil pela intensificação da presença do Estado e do Governo, numa área inexplorada, com pouca e rarefeita presença de brasileiros na sua fronteira de 6.771 km, e habitada por 72% da população indígena brasileira, que vive entre Tabatinga e o Oiapoque.

Os Pelotões de Fronteira da Calha Norte, instalados pelo Projeto Calha Norte, cuja maior tarefa coube ao Exército, dispõem de postos de saúde para o atendimento e apoio das populações da área de sua influência e de modernos sistemas de comunicação que lhes permitem manter contato com o restante do Brasil e receber imagens de TV.

Era projeto, ainda, a construção de Pelotões de Fronteira em Tunuí, região da Cabeça do Cachorro no Amazonas, e em Uiramutã, na Região de Raposa do Sol a NE de Roraima.

Vale lembrar que o reconhecimento, o mapeamento e a consolidação da conquista da região da Calha Norte foi realizada pelas comissões demarcadoras dos tratados de Madrid e Santo Ildefonso, de 1752 a 1791, quando até então eram terras de ninguém, e em especial pelo Coronel Lobo d'Almada, tema que será abordado mais adiante.

Tiros de Guerra na Amazônia

Hoje o Exército realiza experiências com quatro tiros de guerra, possibilitando a criação de reservas mobilizáveis em áreas estrategicamente importantes, que atuam como verdadeiras escolas de civismo e cidadania com apoio dos governos federal, estadual e municipal, evitando a criação de unidades de alto custo em locais ermos, conforme a Revista **Verde Oliva**, nº 174, 2002, p.38.

Os atuais tiros de guerra na Amazônia possuem a seguinte localização:

No Amazonas, em Manicoré, Mauês, Eirunepé, Lábrea, Presidente Figueiredo, Urucurituba, Carauari e Novo Aripuanã. O de Boca do Acre foi desativado recentemente.

No Pará, em Cametá, Bragança, Abaetetuba, Breves e Castanhal.

Em Rondônia, em Colorado do Oeste, Vilhena e Pimenta Bueno.

Em Roraima, em Mucajaí e São João da Baliza.

No Acre, em Tarauacá. O de Xapuri foi desativado em 2001.

12 - LUTAS EM TORNO DE TEFÉ, COARI, FONTE BOA E SÃO PAULO DE OLIVENÇA, COM ESPANHÓIS E ÍNDIOS CAMPEBAS, 1703-1713

Missionários espanhóis iniciaram, em 1689, sob a direção do padre Samuel Fritz, a catequese dos ribeirinhos do Solimões. E fundaram missões que, mais tarde, sob o controle português, vieram a constituir as vilas de Fonte Boa, Coari, Tefé e S. Paulo de Olivença.

Detido em Belém, o famoso catequista foi levado, sob escolta, até às suas missões. E ali o forçaram a se retirar para fora do território português.

Mas ele retornou, em 1704, para continuar no seu antigo trabalho. E novamente, em 1709, foi substituído por missionários carmelitas portugueses.

A reação espanhola logo se fez sentir por meio de uma expedição militar que, enviada de Quito, destruiu as aldeias dos carmelitas e aprisionou o Capitão Inácio Correia e os poucos soldados que as guarneciam.

O Governador do Pará revidou com uma força comandada pelo Sargento-Mor Antunes da Fonseca. E atacou e desalojou os espanhóis, aprisionando seus soldados e missionários.

A partir de 1710, os portugueses limitaram ao Javari o seu campo de atividades, tanto religiosas como sertanistas, deixando o trecho entre os rios Javari e Napo definitivamente em poder dos espanhóis.

No século XVIII, segundo Arthur Neiva, o povoamento português assim se distribuía na bacia amazônica: em Belém e ao longo do Amazonas, pequenos núcleos missionários ou militares, origens de Gurupá, Santarém, Óbidos e Manaus.

O vale do rio Negro era povoado pelos carmelitas, até as cachoeiras. O vale do rio Branco fora penetrado, mas sem ocupação. O vale do Madeira abrigava aldeias jesuíticas, inclusive as primitivas localizações de Borda e Itacoatiara, no vale do Tocantins. Cameté era o ponto extremo de ocupação. E ainda Bragança, no litoral.

Assim, conclui-se da ocupação luso-brasileira da Amazônia:

Raros contingentes militares, confinados em algumas dezenas de fortificações, distribuídas ao longo dos rios. Com o tempo constituíram vilas e cidades;

Cerca de uma centena de missões religiosas encontrava-se igualmente espalhada na selva, nas quais o aborígene era aldeado e estimulado ao preparo de roças que, reforçadas pelo produto de caça, pesca e frutos silvestres, garantiam a subsistência. Elas foram os embriões de vilas e cidades.

Belém, no estuário, e Manaus, na embocadura do Negro, eram os pontos de apoio e de comando das iniciativas.

Duas questões de limites na Amazônia atravessaram os séculos, acarretando, em várias ocasiões, o recurso às armas, até serem finalmente resolvidas pela ação diplomática.

Fronteira do Oiapoque - Depois de haverem sofrido vários insucessos no Brasil, nos séculos XVI e XVII, encaminharam-se os franceses para a Guiana e desembarcaram um pequeno contingente às margens do Sinamari.

O pequeno núcleo se estabeleceu 50 léguas ao ocidente do Oiapoque e a mais de 100 do rio Amazonas. Posteriormente, em 1633, com a criação da Companhia Francesa do Cabo Norte, fundou-se Caiena.

Ao norte, continuaram as disputas entre luso-brasileiros e espanhóis durante o século XVIII e entre o Brasil e os países confinantes, desde a independência.

A linha Apaporis–Tabatinga ficou, em 1851, assente no Peru. A pretensão da Colômbia sobre terras entre o Solimões e o rio Negro arrastou a questão até 1907, quando ela foi solucionada à base de mútuas concessões.

13 - A GUERRA DO CACIQUE AJURICABA, APOIADO POR HOLANDESES, 1723-27, NOS VALES DOS RIOS NEGRO E BRANCO

Desde o início do século, caracterizaram-se os acontecimentos militares na Amazônia pelo desenvolvimento dado à sua fortificação e por um sensível aumento das forças destinadas à defesa da região.

O desenvolvimento do vale do rio Negro, dominado quase inteiramente pelos Manaus, impôs choques cruentos entre as tropas de resgate (escravizadoras de índios) e os índios.

À medida que os sertanistas subiam o rio, na coleta das drogas do sertão, mais repetidos e sangrentos eram os reencontros com os Manaus.

Esses índios tornaram-se poderosos, desde que os padres carmelitas chegaram ao vale do Negro, em 1695, pois nos trabalhos de catequese os missionários uniram vários aldeamentos.

Ajuricaba, influente e estimado, além de intrépido guerreiro, era chefe de um dos grupos.

Inconformado com a perseguição de seus índios, o grande cacique levantou o brado de revolta, e as forças indígenas, integradas pelos Manaus e seus aliados Maiapenas, além de várias outras nações subjugadas, lançaram-se à luta, levando o pavor às povoações luso-brasileiras e aos próprios índios colaboradores. Essas ações guerreiras varreram o vale do Negro e subiram pelo rio Branco, onde os carmelitas haviam estabelecido novas missões.

A revolta, que se prolongou de 1723 até 1727, levou os selvagens a enfrentar, com bons resultados, as tropas de resgate (captura de índios para escravizar), que nem sempre conseguiram derrotá-los.

Em devassa mandada proceder pelo governador João Maia da Gama, apurou-se que do conflito participaram as nações indígenas do rio Negro,

estimuladas, apoiadas e até armadas pelos holandeses da Guiana, interessados na hostilidade aos luso-brasileiros.

A repressão, por fim determinada por João Maia da Gama, exigiu o emprego de uma unidade de Infantaria, comandada pelo Capitão Belchior Mendes de Moraes, militar de grande valor profissional.

Inicialmente, por meios amigáveis, inclusive utilizando a mediação do jesuíta Manoel Joseph de Souza, Ajuricaba foi convidado à pacificação.

Mas ele não cumpriu o trato, pela leitura feita na época. Numa leitura atual considero Ajuricaba um herói nacional, como hoje o é Zumbi dos Palmares. A cessação da rebeldia tornava-se indispensável, pois além das perdas em vidas humanas e dos prejuízos para a economia, ainda ameaçava a segurança da conquista, dada a cooperação prestada aos índios pelos holandeses do Suriname.

A expedição recebeu reforços de povoadores, e um novo comandante: – João Paes do Amaral – passando o Capitão Mendes de Moraes a servir como seu lugar-tenente.

Até então, a construção de fortificações, registros e as próprias forças e familiares que os construíram e guarneceram, e que assim ocuparam escassos pontos do imenso território, constituíram-se em fatores de povoamento da Amazônia.

E em torno delas foram se aglutinando os índios e uma crescente população mestiça, habituada ao convívio com os soldados e cuja miscigenação foi estimulada oficialmente por Portugal, com vantagens para os descendentes. Os missionários chegaram com os primeiros contingentes da força militar e o seu trabalho aglutinador não esmorecia nunca. Desde os começos do século XVII, os missionários franciscanos, jesuítas, carmelitas e mercedários se empenharam na Amazônia na conquista do índio para a sua bandeira e para o cristianismo.

Era a associação da Cruz e da Espada para a conquista do ideal político de Portugal de “Dilatar a Fé Católica e o Império de Portugal”. Ideal tão presente e vivo na imortal obra **Os Lusíadas**, do poeta-soldado Camões.

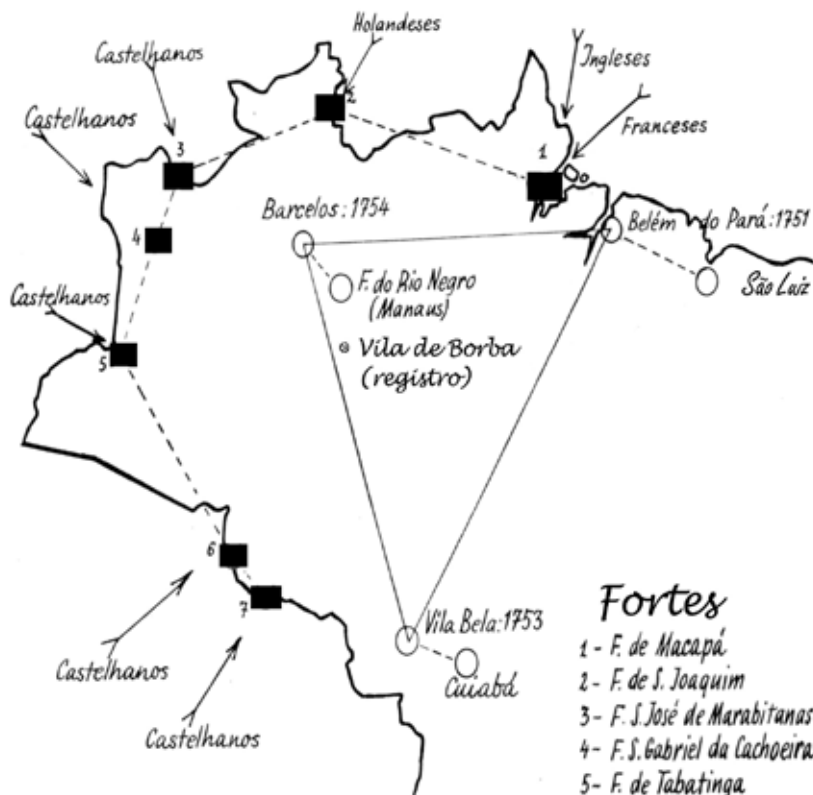
3ª Parte

A Consolidação da Conquista da Amazônia, 1750-91

O TRIÂNGULO E OS PILARES MESTRES DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XVIII

CORRESPONDÊNCIA INÉDITA DE
FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO

1751 ~ 1758



Fortes

- 1 - F. de Macapá
- 2 - F. de S. Joaquim
- 3 - F. S. José de Marabitanas
- 4 - F. S. Gabriel da Cachoeira
- 5 - F. de Tabatinga
- 6 - F. de Bragança
- 7 - F. Príncipe da Beira

⊙ -> Invasores

FONTE: MENDONÇA, Marcos Carneiro de.
A AMAZÔNIA NA ERA POMBALINA, Rio de Janeiro:
IHGB, 1961.

A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA DA AMAZÔNIA, 1750-91

Neste período, no reinado de D. José I de Portugal teve lugar, sob a orientação do Marquês de Pombal, a consolidação da conquista da atual Amazônia Brasileira, com o início da execução da demarcação do Tratado de Madrid de 1750 a partir de Mariuá (atual Barcelos) e só completada por volta de 1791 com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Período em que se consagraram, nestas missões, o Capitão-General do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão mais moço, por parte de mãe, do Marquês de Pombal, na fase inicial (até 1757) e na final, a partir de 1780, o Brigadeiro Manuel da Gama Lobo d'Almada, como demonstraremos nesta parte.

Na Amazônia, os acontecimentos militares se caracterizaram desde o começo do século XVIII pelo desenvolvimento de fortificações e por um progressivo aumento das forças destinadas à defesa da região.

Às 5 Companhias de Milícias existentes no Pará e às 2 Companhias de Infantaria pagas, de Pernambuco, juntou-se, em 1711, uma Bateria de Artilheiros, formada lá mesmo.

No Rio Grande do Sul, o problema das demarcações dos Tratados de Madrid de 1750, que incluiu a Guerra Guaranítica de 1752-56, e o da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, abordamos na **História da 3ª Região Militar, 1808-1889 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM/ SENAI, 1994.

Abordamos a consolidação da conquista do Mato Grosso no artigo Defesa e defensores de Mato Grosso, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, alusiva aos 200 anos da criação da Capitania de mesmo nome. Abordamos em detalhes a guerra de 1774/1776, da qual resultou a reconquista do Rio Grande do Sul atual, que fora invadido pelos espanhóis em 1763 e em 1774, na obra **A Guerra da Restauração**.

O Tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Espanha

Portugal e Espanha haviam dividido entre si, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, o mundo desconhecido, graças aos seus descobrimentos e benefícios de bulas papais.

Mas logo perceberam que não seria tarefa fácil e pacífica exercer a soberania sobre os territórios que descobriram e viriam a descobrir.

Lideranças na Holanda, Inglaterra e França demonstravam vontade de

partilhar das riquezas de além-mar, invadindo as colônias e pressionando Espanha e Portugal de várias maneiras

Na metade do século XVIII, Portugal e Espanha estavam em ótimas relações.

D. João V reinava em Portugal. Sua filha, D. Maria Bárbara, casara com o rei D. Fernando VI. Este, de gênio dócil, era influenciado por sua esposa, o que veio a favorecer em muito os interesses políticos de Portugal.

Graças a esse clima foi possível ao brasileiro de Santos, Alexandre de Gusmão, oferecer o Tratado de Madri de 1750, que reconheceu a conquista de Pedro Teixeira da Amazônia Brasileira em 1639 e definiu, no Brasil, as fronteiras Portugal-Espanha que praticamente, em linhas gerais, são as atuais, menos o acréscimo do Acre, adquirido da Bolívia.

As principais cláusulas do histórico tratado que consagrou as dimensões continentais do Brasil foram:

“Art. I – Invalida todos os outros tratados e convenções antecedentes.

Art. II – Cede o rei a Portugal tudo que tem ocupado pelo rio do Maranhão acima, até Mato Grosso.

O rei de Portugal cede à Espanha:

1º) todo o terreno desde a boca ocidental do Japurá;

2º) todo terreno entre este rio e o do Amazonas ou Maranhão;

3º) toda a navegação do rio Içá;

4º) tudo o que se segue ao ocidente deste rio;

5º) a aldeia de S. Cristóvão e qualquer outra que Portugal tenha fundado naquele espaço de terra.

Nenhuma das nações permitirá que entrem nos seus portos e passem por seus territórios da América Meridional os inimigos da outra”...

Nomearam as duas Cortes os respectivos comissários, que fariam, em conjunto, a demarcação.

Constituíram duas comissões mistas. Indicaram-se, para o norte: pela Espanha, D. José de Iturriaga e por Portugal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal) que governaria o Grão-Pará de Belém e, por largo período, de Mariuá (atual Barcelos, no rio Negro). Local que serviu de capital do atual Estado do Amazonas até transferir-se para Manaus em definitivo em 1804.

A capitania do Grão-Pará era objeto de intensa pressão de parte de espanhóis, ingleses, holandeses e franceses.

Era impositiva a missão de Portugal de bloquear os caminhos fluviais representados pelos afluentes da margem sul do Amazonas, que conduziam ao coração do vice-reino em Mato Grosso e Goiás, onde se

encontravam minas de ouro e diamantes. E, em especial, o acesso pelos rios Amazonas, Madeira e Guaporé (Aporé).

Competiria ao Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado, dirigir o trabalho desde a Serra de Pacaraima, limite com a Guiana Holandesa, até a confluência do Jauru, no rio Paraguai. Para tal disporia de três partidas:

A primeira agiria entre aquele ponto de tripla junção e a foz do Japurá, no Solimões; a segunda competiria determinar a chamada linha leste-oeste, entre o Madeira e o Javari, a qual daria origem a futuras dificuldades, só resolvidas com a compra do Acre à Bolívia. Linha que hoje divide o Acre do Estado do Amazonas.

A terceira demarcaria limites entre os rios Madeira e Jauru.

Mendonça Furtado viajou ao rio Negro, ao encontro do comissário espanhol D. José de Iturriaga, que penetraria na Amazônia pelo Orenoco e rio Negro e estabeleceria a sua base de operações na aldeia de Mariuá (atual Barcelos), à margem esquerda do rio Negro.

Não se verificou, entretanto, o encontro previsto, em que pese a longa espera por Iturriaga em Mariuá.

Mas nem tudo foi perdido como se verá! Além do maior conhecimento e povoamento da região, inclusive com o incentivo trazido pela ereção de vilas, também houve a criação de uma nova capitania, a de S. José do Rio Negro (atual Amazonas), em 1755.

A Comissão de Portugal para a Amazônia veio chamar a atenção para essa fronteira, como demonstraremos adiante.

O Marquês de Pombal e sua projeção na consolidação da Amazônia Brasileira

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782). Nasceu em Portugal, com origem em família tradicional. Estudou Direito, História e Política. Seu tio, Cardeal da Mota, o apresentou a D. João V que o enviou como embaixador em Londres e depois em Viena.

Ficando viúvo, casou com a austríaca Leonor Daun, da antiga nobreza e bem mais moça do que ele. Dizem que tiveram um casamento feliz e a rainha de Portugal D. Maria (austríaca) tornou-se muito amiga de sua compatriota, protegendo Pombal, que já não era bem visto por D. João V.

Isto talvez tenha influído na sua escolha, aos 50 anos, por D. José I para seu ministro, e mais, a sua notável aprendizagem política internacional e administrativa em Londres, a qual colocaria em prática.

Pombal conquistou a inteira confiança do rei e monopolizou o poder, especialmente depois do terremoto de Lisboa em 1755.

Tornou-se odiado pela nobreza e pelos jesuítas. O genovês Pele que tentou assassiná-lo foi punido como regicida. Quanto ao visionário jesuíta Malagrida, tido como suposto herege, Pombal mandou-o queimar em fogueira.

De 1750 a 1777, por cerca de 27 anos, Pombal foi o virtual ditador de Portugal. Com a morte de D. José I em 1777 houve violenta reação contra Pombal, reação que passou a história como "A Viradeira". Processado politicamente, Pombal foi declarado ser merecedor de castigo exemplar.

Foi perdoado por D. Maria I das penas corporais, morrendo poucos meses depois de terrível doença, na Quinta de Pombal, em 8 de maio de 1782, com cerca de 82 anos, depois de haver deixado o poder absoluto, como déspota esclarecido, cinco anos antes.

Ele tentou impedir a evasão do ouro, retirado do Brasil, para a Inglaterra.

Promoveu reformas na administração e no ensino, estimulou a indústria e o comércio e fortaleceu a posição internacional de Portugal.

No tocante ao desenvolvimento do Brasil, sua expansão, consolidação geográfica e fortalecimento militar este trabalho o demonstra.

Estimulou a exportação do açúcar e do fumo e entrou em conflito com os jesuítas que se opuseram militarmente à entrega dos Sete Povos das Missões a Portugal em troca da Colônia do Sacramento. Fato que provocou a expulsão dos jesuítas da América do Sul por Portugal e Espanha.

Segundo João Abel da Fonseca, que revelou as cartas secretas do Marquês de Pombal ao seu irmão Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado, o confronto de Pombal com os jesuítas na Amazônia teria sido em razão de estarem estes ali se digladiando na disputa por privilégios e opondo à política portuguesa/espanhola as congregações religiosas "e em especial a Companhia de Jesus, voltada para controlar a Amazônia, onde formariam um Estado de Deus independente da tutela de Portugal e Espanha".

No Sul, os jesuítas haviam se oposto militarmente à entrega dos Sete Povos das Missões, da Espanha a Portugal, no que passou à História como Guerra Guaranítica, 1752-54.

Os jesuítas, muito antes, no período da União das Coroas de Portugal e Espanha haviam estabelecido as reduções jesuíticas de Itatins (no Mato Grosso do Sul), de Guairá (a oeste do Paraná) e Tape (no Rio Grande do Sul) das quais foram expulsos pelos bandeirantes paulistas.

Reduções que em conjunto teriam formado um Império Teocrático Guarani que o Marechal Solano Lopes, mencionam alguns intérpretes, tentou reconstituir, ao invadir, durante a Guerra do Paraguai, o atual Mato Grosso do Sul por Dourados e o Rio Grande do Sul por São Borja.

Em 1755, Pombal criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para desenvolver a Amazônia, concedendo-lhe o direito exclusivo de navegação, comércio de produtos da Amazônia e tráfico de escravos negros para substituir a escravidão indígena por ele proibida, fato que provocou a revolta dos escravistas da Amazônia.

No decorrer deste trabalho ficará mais clara a sua grande projeção na definição do destino brasileira da Amazônia e no seu fortalecimento militar.

A ação do Marquês de Pombal, absolutista, mas considerada esclarecida, foi apoiada entre outras ações que relaciono a seguir, com apoio no Acadêmico Cel João Ribeiro da Silva, em sua obra **O Brasil colonial e imperial**:

Administrativamente, apoiada em razões de Estado.

Na legitimidade real, basear-se no princípio de nacionalidade e não em suposta origem divina.

Na luta, para restaurar a fraca economia de Portugal, com política independente do controle inglês, principalmente.

Basear sua política em princípios mercantilistas.

No estreitamento das relações da metrópole com suas colônias e em especial com o Brasil, por delas resultar a sobrevivência de Portugal.

Na rigidez do comércio da metrópole, no caso do Brasil, com monopólios exportador e importador, pelas criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 e a de Pernambuco e Paraíba em 1759, pois só o monopólio asseguraria a remessa de lucros para Portugal. Companhias que seriam extintas pela rainha D. Maria I.

Transferência da capital do norte de São Luiz para Belém, para maior apoiar a consolidação da conquista da Amazônia por demarcação e fortalecimento militar.

Na transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, por razões estratégico-militares, face a problemas com espanhóis, relacionados com a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões e posterior apoio à guerra contra os espanhóis que invadiram e dominaram cerca de 2/3 do atual Rio Grande do Sul por cerca de 13 anos (1763-1776), fato que abordamos amplamente na citada obra **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro; BIBLIEx, 1996.

Em reformas sobre cobrança de impostos, combate ao contrabando, etc.

Na extinção das Capitanias Hereditárias e fortalecimento do poder

dos vice-reis.

No estabelecimento da derrama na mineração, das Casas de Fundição e fixação de cotas anuais de 100 arrobas (1.500 kg).

Na concentração em Diamantina do monopólio da extração de diamantes.

A não tolerância a nenhuma interferência ou reação à autoridade real, do que resultaria a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por haverem desafiado as autoridades dos reis de Portugal e Espanha, que resultou na Guerra Guaranítica (1752/54), já citada, que abordamos na **História da 3ª RM, 1808-1889 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM, 1994.

O seu período como embaixador na Inglaterra e Áustria se constitui em valiosa escola de manejo administrativo e político de Portugal de 1750/77, período de grande movimentação no Brasil e de definição e consolidação de suas dimensões continentais. Esta abordagem é importante para melhor entender-se esta nossa História Militar Terrestre da Amazônia.

Foi sob a influência do Tratado de Madrid de 1750 e sob o Rei D. José, que o Marquês de Pombal, particularmente com o concurso de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que abrangia os atuais estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso e também chefe plenipotenciário da Comissão de Limites de Portugal com a Espanha, consolidou a conquista da Amazônia Brasileira e em especial a expressiva parte da área hoje denominada Calha Norte, ao norte dos rios Japurá e Amazonas.

Além disso, os dois irmãos consolidaram a posse luso-brasileira de parte de Rondônia atual, onde asseguraram a ligação da Amazônia com Mato Grosso, ou das bacias Amazônica e do Prata, através da liberação do caminho Belém – rios Amazonas, Madeira e Guaporé – Vila Bela - Cuiabá, alternativo do escoamento do ouro de Mato Grosso.

Ao Marquês de Pombal a História Militar Terrestre do Brasil está a dever o seu fortalecimento militar terrestre, a ocupação e a estrutura da defesa de nossas fronteiras, não só na Amazônia como também no Sul e no Oeste.

Segundo se concluiu de Marcos Carneiro de Mendonça, no passado grande goleiro do Fluminense e depois assinalado historiador, e em seus estudos **A Amazônia na Era Pombalina**. Rio de Janeiro: IHGB, 1963, 3ªv. e O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas na Amazônia. **RIHGB** v. 251, Abr/Jun 1961:

A administração pombalina consolidou a posse da Amazônia

conquistada pelo General Pedro Teixeira, em 1639, com as seguintes providências militares:

- Construção dos Fortes do Macapá (potencializado); do de São Joaquim, no Rio Branco; do de São José de Marabitanas; do de São Gabriel da Cachoeira; do de Tabatinga, dos de Mariuá (atual Barcelos); dos de Bragança e Príncipe da Beira, além de uma Guarda Militar na antiga missão jesuítica de Trocano (atual Borba), próximo da foz do Madeira, para funcionar como registro e impedir o descaminho de ouro das minas de Cuiabá e infiltrações norte-sul nas minas de Mato Grosso e para apoio logístico a viajantes autorizados entre a Amazônia e Mato Grosso.

A fortaleza de Macapá visava fazer face a pressões dos franceses. O de São Joaquim para fazer face a pressões dos holandeses e mais tarde serviria para conter pressões dos espanhóis e parcialmente dos ingleses da Guiana Inglesa. Os de Moarabitanas, São Gabriel, Mariuá (Barcelos), Tabatinga, Bragança e Príncipe da Beira para fazer frente a pressões de espanhóis, que chegaram a estabelecer na margem direita do rio Guaporé as missões jesuíticas espanholas de São Miguel, Santa Rosa, São Simão e São Nicolau.

Missões que foram removidas para o outro lado do Guaporé, proporcionando segurança e continuidade ao caminho fluvial luso-brasileiro Belém – Vila Bela – Cuiabá. Pressões que cessaram com a expulsão dos jesuítas da área pela Espanha. Na de Santa Rosa foi erigido o forte N^a S^a da Conceição e mudado seu nome para Forte de Bragança.

E completa Marcos Carneiro de Mendonça:

“Quanto às fortificações pombalinas da Amazônia, só tenho a reafirmar o que venho sustentando a respeito. Toda a imensa região das terras situadas ao norte do rio Amazonas, só não passou a ser terra de ninguém depois que o Gabinete do Marquês de Pombal fez ali construir as fortalezas e fortes de Macapá, São Joaquim, Moarabitanas, São Gabriel, Tabatinga e Príncipe da Beira”. E completariamos com o Forte do Rio Negro em Barcelos (Mariuá), uma espécie de Quartel-General da Demarcação da Amazônia.

Em 1758, o rei de Portugal, em carta a D. Antônio Rolim de Moura, o fundador de Vila Bela, em Mato Grosso, e um dos artífices da consolidação da conquista da Amazônia, dizia dos luso-brasileiros agentes desta obra ciclópica, algo semelhante ao que Winston Churchill diria mais tarde dos pilotos ingleses da RAF, na Batalha Aérea travada contra Hitler: **“Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”**.

D. José disse mais ou menos assim ao referir-se à consolidação da conquista da Amazônia Brasileira sob sua égide, lembrando e

assemelhando a saga amazônica às ações de Portugal na Índia Oriental:

“Onde tão poucos portugueses (lusobrasileiros) fizeram tantos e tão façanhos progressos e dominaram tantas e tão numerosas ações”.

A abertura do caminho pelo Amazonas – Mato Grosso fora proibido por D. João V, para impedir o descaminho do ouro e diamantes do rio Cuiabá.

E mais, infiltrações estrangeiras na região de Cuiabá. Mas isto estava alimentando a ameaça de espanhóis de interromperem esta ligação com a instalação de missões jesuíticas na atual Rondônia. Missões que só não prosperaram por serem ameaçadas por criminosos, homiziados na ilha Comprida do rio Aporé (Guaporé), os quais impediram os jesuítas de expandirem suas missões.

E para impedir a circulação entre a Amazônia e as minas de Cuiabá e que estrangeiros atingissem estas minas foi levantada a linha de ação de bem fortificar a entrada do Amazonas.

Mas foi lembrado que os espanhóis achavam-se muito fortes no rio Mamoré, navegando a toda hora pelo rio Madeira, onde fundaram, por descuidos lusobrasileiros, diversas missões.

A fundação de Vila Bela (atual Mato Grosso) por Rolim de Moura mereceu do Capitão General do Grão-Pará Mendonça Furtado este estímulo:

“Não ter dúvida de que em pouco tempo será uma populosa cidade. E isto baseado no grande zelo e atividade que atribui ao seu fundador”.

E completou:

“Sobre o ponto de vista estratégico, o local onde fundou Vila Bela era impossível que fosse outro melhor. E principalmente se o rei D. José I permitir a comunicação de Vila Bela com as minas de Cuiabá”.

Vila Bela, situada na Bacia Amazônica, podia comunicar-se com as minas de Cuiabá, na Bacia do Prata, da seguinte maneira:

Existem dois rios navegáveis, o Alegre e o Aguapeí, tributários das bacias Amazônica e do Prata e separados por uma planície de mais de 2 léguas, através da qual se poderiam transpor cargas de Vila Bela para Cuiabá e vice-versa.

Além das citadas fortificações pombalinas da Amazônia, o Marquês de Pombal criou dois regimentos de Infantaria, com mais de 500 homens cada para guarnecer Belém e a nova e poderosa fortaleza de Macapá. Esta, com dominância de vistas e fogos sobre o principal canal de acesso à Bacia Amazônica.

E a definição do destino brasileiro de Rondônia muito está a dever

à ligação fluvial Belém–Vila Bela, à construção dos fortes Bragança e Príncipe da Beira e à Guarda Militar e Registro de Ouro da atual localidade de Borba.

Antes das providenciais pré-demarcações do Tratado de Madrid na Amazônia e da chegada do Capitão-General do Grão-Pará, irmão do Marquês de Pombal, os documentos a seguir dão uma ideia da situação militar da Amazônia.

As defesas da Amazônia no ano de 1750

Carta do Conde de Atalaia de 20 Dez 1751, do Pará (MENDONÇA, Amazônia., p. 123, v. 1), assim caracteriza a tropa que guarnecia Belém:

“Depois de tomar posse no governo (do Pará) comecei a inspecionar as chamadas tropas. E achei gente miserável, que de soldado só tem o fato de estarem constando assim no livro da Vedoria. Não possuem disciplina, ordem ou aspecto de tropa militar, digo de Milícia, e desprezo pela função...

...Os oficiais, além de velhos estropiados, são tão ignorantes como os soldados. Nenhum conhece o posto que tem, nem a obediência que lhes é devida pelos soldados. Tudo é confusão e desordem.

Vagando dois postos de sargento, e havendo muitos candidatos, disse-lhes que promoveria os que na minha frente fizessem o correto manejo de armas.

“Faz mais de 2 meses que existem abertas as vagas. E até agora nas 5 Companhias que se compõe a guarnição, não se apresentou candidatos que se atrevessem a fazer este grande exame”.

Carta de Gonçalo José Silveira Preto a Marques, Estribeiro-Mor e 4º Marquês de Marialva, de 3 Dez 1751, dá a seguinte impressão da tropa que guarnecia Belém:

“Cheguei ao Pará onde nem se encontra soldado nem homem que pareça soldado. Aqui não se conhece obediência nem disciplina alguma.

O pequeno Corpo Militar que aqui existe é pouca gente com que El-Rei faz bastante despesa. E entre eles há homens a que chamam oficiais, e se reduzem a estropiados velhos e ignorantes. E qualquer palavra que se lhes dirija sobre a economia ou disciplina é novidade para eles.

Se me mandarem oficiais para ajudar-me, que venham alguns que conheçam o ofício e possam ensinar esta ignorantíssima gente. E todos os que vierem serão poucos para reduzir a ordem e a confusão em

que se encontra a situação militar em todo este Estado. (Grão Pará). (MENDONÇA, A Amazônia... p. 92, v. 1)

O ex-Capitão-Mor, Sargento-Mor e Capitão de Infantaria de Macapá João de Almeida da Mata, aposentado com soldo de soldado com que ingressara no Exército de Portugal, requer a graça real de receber 200\$ réis, a metade do que recebia como Capitão-Mor, para viver com decência e sustentar 3 filhas e em reconhecimento aos serviços que prestou". (MENDONÇA, A Amazônia...p. 88, v. 1)

Na carta de 2 Dez 1751 à Secretaria, Pedro da Mata da Silva, que assumiu o governo do Pará em 20 Set 1751, assim sugere as fortificações da Amazônia:

"Aqui não há fortaleza sem ruína. Os poucos oficiais militares que aqui existem se reduzem a estropiados velhos e ignorantes. Os soldados sem disciplina nenhuma. Oficiais mecânicos, não existe nem uma corporação deles.

As que existem são das Ordens Religiosas e entregues aos escravos dos Padres e a seus aldeamentos, sem utilidade nenhuma para o público. Finalmente Senhor Excelentíssimo, aqui não se acha mais do que pobreza, miséria e confusão".

O Capitão-General Mendonça Furtado e as suas missões, ostensivas e secretas

Duas difíceis missões foram dadas a Mendonça Furtado no Governo do Grão-Pará, que assim podem ser sintetizadas:

1- Proibir a escravidão dos índios na Amazônia, cujo trabalho devia ser remunerado e recorrer ao braço escravo africano.

2- Conseguir que os padres com excessivo poder temporal na Amazônia, com possuidores de grandes patrimônios, abdicassem dos mesmos e ficassem restritos só ao poder espiritual.

No combate a esta supremacia temporal e na tentativa de assegurar a liberdade indígena, Mendonça Furtado mediu forças com os religiosos e com os colonos e, inclusive, com uma insurreição abortada, visando entregar Belém ao Rei de França, através de Caiena.

Em 31 Mai 1751, Mendonça Furtado, entre as várias instruções de Diogo de Mendonça Corte Real, que dirigia os Negócios de Ultramar, recebeu esta diretriz relacionada com a Defesa do Grão-Pará:

"A defesa do Estado do Grão-Pará pelo equipamento e disciplina das tropas e a fortificação das fronteiras, principalmente a de Macapá, está

carecendo de atenção especial.

Que o Governador nomeado do Grão-Pará veja o assunto com presteza e cautela, para não provocar suspeitas dos confinantes estrangeiros". (REIS, Estadistas portugueses na Amazônia. p.69).

O Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, enviou 19 cartas secretas a seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1752/56), Capitão General do Grão-Pará.

Aqui abordaremos, em linguagem e ortografia atual, somente os assuntos ligados à Defesa da Amazônia, ou à História Militar Terrestre da Amazônia.

Cartas exploradas por João Abel da Fonseca em Amazônia Pombalina... in: Portugal e Brasil no Advento do Mundo Moderno. (Lisboa: Edições Colibri, 2001.p,207-244) e em: A propósito do Tratado de Limites ao Norte do Brasil – 7 cartas secretas do Marquês de Pombal. (Lisboa: FLUL, 2001.p.279/304).

E Pombal iniciou com este conselho ao irmão de 51 anos, em sua primeira carta secreta, de 10 de maio de 1753:

"Sendo débeis as tuas forças corporais te peço para não trabalhares sem ordem e sem regras. Repartas o teu tempo de modo que haja tempo de trabalhar e que preserves sempre as horas de comer, dormir e respirar, pois nenhum morto poderá fazer o teu serviço. Quem governa os outros e a si próprio pode regular tudo isto com facilidade".

E mais adiante:

"S. Majestade o rei D. José te honrou ao te nomear o seu principal Comissário e Plenipotenciário com amplíssimos e ilimitados poderes".

Pombal antecipou ao irmão em carta secreta o que ele receberia como orientação especial e lhe faz sugestões:

"A primeira consiste em ires deitando tuas linhas (informações) para saberes de onde tirarás índios para serviços e para a guerra, bem como suprimentos para suprir os espanhóis (demarcadores) quando aí chegarem instruções a respeito.

E de como deverás alojar em Belém e prover os oficiais que daqui de Portugal forem enviados para que aí possam viver, supondo para tal, ordem para ai se estabelecerem, além de regras de polícia. Guarda por ora a este respeito inviolável segredo.

A segunda é levares em conta que os hóspedes espanhóis (demarcadores) não devem achar que o Grão Pará está em fraqueza e abandono como hoje ele se encontra. Assim debes

trabalhar para exercitar algumas milícias com a pouca gente que ai houver, mandando-os praticar exercícios militares e os assistindo para animá-los.

Não deves esperar ordem do Conselho para logo ires formando o maior Corpo de Tropas regulares que te for possível juntar (mobilizar).

Para tudo enviarei fardas para que depois eles sejam vestidos.

Ainda enviarei tropas para elas marcharem e desfilarem ai em Belém, pois nesta cidade se deve conservar um Corpo Militar, capaz de ser visto, para quando a ela retornarem os hóspedes (espanhóis) não achem Belém desguarnecida e deserta como ela até agora esteve. E que desse abandono os espanhóis e mais vizinhos não tirem proveito para virem se estabelecer em Belém, conhecendo que ela não possui quem a defenda pela força das armas.

E não seria decente e, mesmo sem perigo, que estrangeiros vissem os domínios de S Majestade abandonados e desguarnecidos militarmente, até o ponto onde se acham"...Pombal procurava assim impressionar os demarcadores espanhóis sobre serem suficientes os meios militares que possuía para assegurar a soberania sobre as terras de Portugal previstas na Amazônia pelo Tratado de Madrid de 1750.

Noutra carta alerta o irmão sobre o rio Guaporé:

"Os espanhóis já estão bem estabelecidos com aldeias na margem oriental do rio Guaporé, (em Rondônia atual) tirando proveito de nosso anterior descuido. Consta que os fundadores destas aldeias (os jesuítas) costumam treinar militarmente os índios no bom uso das armas. E certo que eles se esmeraram neste particular ao conhecerem o Tratado de Madrid".

E a este respeito prossegue:

"A reflexão acima me fez suspeitar de insincera a ostentação que os espanhóis tem feito da falta de forças militares naquela parte e da necessidade que nós os socorramos. Será prudente todo o cuidado que tiveres sobre este assunto fazendo-me lembrar de nosso judicioso vulto Luiz de Camões ao dizer:

Eu nunca louvarei o capitão que diz: Eu não cuidei!

E como nada disto se oculta às incomparáveis e perspícuas luzes de El Rey Nosso Senhor e Majestade, ele dará a esse respeito a providência cabível possível. É necessário que estejas de acordo com esta matéria para aí ires lançando as tuas linhas com antecipação, à chegada ai de oficiais e soldados para socorrer-te".

Os socorros enviados foram dois regimentos de Infantaria de 500 homens cada um, para guarnecerem Belém e Macapá.

Noutro trecho ele orienta o irmão sobre manter livre o caminho ligando as bacias do Amazonas e a do Prata através dos rios Guaporé e Cuiabá.

...“a navegação do rio Jauru dever ficar privativa de Portugal e também que nos fique a salvo o Caminho do Cuiabá para o Mato Grosso”.

Consistia em um caminho de transposição da bacia do Guaporé, de Vila Bela (atual Mato Grosso) para Cuiabá.

Na Segunda carta, oito meses depois da primeira, Pombal refere-se a 3 medidas a serem tomadas quando da chegada dos demarcadores espanhóis:

“A primeira é com toda a cautela ser instruído o comandante escalado para comandante-em-chefe da tropa que irá fazer a demarcação, ou seu substituto, no caso de morte ou impedimento, no sentido de quando se estabelecerem as duas extremidades da linha divisória, que eles saibam, desde já, os locais precisos das extremidades e, com segurança, e neles atuem com desembaraço e sem dúvidas”.

Em outra carta Pombal, preocupado com a boa imagem do irmão, sugeriu-lhe o seguinte artifício.

“A este respeito devo lhe advertir que as tropas que Gomes Freire levou (para o atual Rio Grande do Sul) para a sua guarda foram somente 4 companhias de granadeiros e tão faustosas e bem disciplinadas que assombraram os espanhóis.

Ai no Grão-Pará podes fazer o mesmo, armando com barretes de granadeiros mais 2 companhias ligeiras e dispondo tudo o mais com o possível luzimento (brilho) e com a bem praticada economia que tenho certeza observarás, fazendo a despesa por conta da Fazenda Real”.

Sobre as fortificações da Amazônia Pombal escreveu:

“Ao mesmo tempo em favor da faculdade que El Rey Nosso Senhor te enviou para fundares no Grão Pará as fortalezas que forem necessárias.

Deves tomar por objetivos o fundar vilas junto a elas e também em algumas fazendas grandes e populosas dos nobres deste Estado. E sugerindo que eles peçam a S. Majestade o senhorio honorífico delas. E, com a condição que fiquem sujeitos os seus juízes e oficiais à existência e correição dos ouvidores

dos Estados.

E que as concessões sejam feitas nos puros termos acima indicados e debaixo de justas condições”.

Sobre a criação da Capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), Pombal assim escreveu ao irmão em carta secreta:

“Quero referir a criação do novo governo de São José do Rio Negro que deve ser promovido (instalado) com o maior cuidado pela indispensável necessidade de se povoar esta fronteira ocidental e mantermos com ele a navegação do rio Madeira para o Mato Grosso e a passagem para as minas do rio Cuiabá”.

Noutro trecho se refere ao local que seria Mariuá, atual Barcelos.

“Um segundo problema que é colocado ao governador e principal comissário, é a necessidade de que seja fundado um arraial, onde se concentre o núcleo de apoio e que sirva de sua residência enquanto durar a demarcação. O Arraial do Rio Negro (futura Barcelos), foi um sugestão sua que colheu de Lisboa total aprovação”.

Acerca do relacionamento com os espanhóis, franceses e holandeses confinantes com Portugal na Amazônia:

“Sua Majestade me ordenou que lhe instrua sobre o seguinte: Ao falar com o Comissário espanhol atue de modo a despertar nele estar tratando com pessoa confiável e sincera, mas sem perder de vista a circunspeção que requer este grave negócio, para não causarmos ciúmes aos holandeses, mas também porque sendo os franceses nossos confinantes mais próximos, não se deve dar nenhum passo que anime contra nós uma Potência como ela, pois há muitos anos não fizemos aliança para a provocar, sendo ela a autora de guerras na Europa”...

Pombal, preocupado na Europa com o segredo inviolável dos trabalhos de demarcação e fortalecimento militar da Amazônia, fez a seguinte recomendação ao irmão:

“Deveis proibir teus colaboradores de escreverem para Lisboa sobre novas ligadas as negociações da demarcação. Pois só os generais costumam escrever. E é sumamente prejudicial que se publiquem semelhantes notícias, pois algumas vezes se impõe conservar segredo inviolável sobre elas e outras vezes publicá-las com determinadas restrições, por não ser possível publicar tudo, sem graves prejuízos”.

Noutra carta, Pombal sugere ao irmão que destruísse ou violasse a correspondência dos jesuítas portugueses com os jesuítas espanhóis, para

impedir a troca de informações que pudessem prejudicar as negociações em curso.

Para Pombal realizar a sua política na Amazônia, segundo João Abel da Fonseca, citado, repetimos, "ele via, como grandes opositores, as congregações religiosas, que se digladiavam na disputa de privilégios, em especial a Companhia de Jesus, voltadas para controlar a Amazônia, onde formariam um Estado de Deus, independente da tutela de Portugal e Espanha".

E do confronto com os jesuítas no Sul e na Amazônia resultou serem os mesmos expulsos da América do Sul por Portugal e Espanha. No Sul, lideraram os índios dos Sete Povos das Missões a resistirem militarmente à entrega das Missões aos exércitos demarcadores de Portugal e Espanha, sendo derrotados com o sacrifício de centenas de índios nos combates de Caiboaté e Churueby, conforme abordamos na já citada **História da 3ª Região Militar, 1808-1889 e Antecedentes** .v.1.

Segundo ainda João Abel da Fonseca, em suas cartas secretas Pombal revelou, entre outras, as seguintes preocupações:

- Grande preocupação de que o irmão não praticasse qualquer erro no desempenho da sua missão que pudesse descontentar o governo central em Lisboa e um grupo de lá que não viu com bons olhos a nomeação do irmão para tão importante função no Brasil.

- A sua preocupação em que não se causasse desconfiças aos comissários espanhóis da demarcação.

- A necessidade de encobrir à cobiça espanhola a existência das minas de ouro e diamantes de Cuiabá.

- Postura intransigente de não motivar conflitos com a França.

- Revelação de clima de indisfarçável desinteligência com os jesuítas.

Creio que podemos acrescentar ainda mais as seguintes preocupações:

- Preocupação em manter na Amazônia efetivo militar terrestre compatível, com capacidade dissuasória suficiente e parecendo até superior do que em realidade, ao simular, com uniformes, tratar-se de tropa de granadeiros;

- Manter aberto o caminho entre Belém e Cuiabá, através de Vila Bela, aberto a membros autorizados e fechado para os demais.

Uma tentativa de secessão na Amazônia

O bispo D. Frei Miguel de Bulhões, o 3º bispo do Pará, foi encarregado de substituir Mendonça Furtado no governo do Grão-Pará, quando este estivesse em missão de demarcação. E o substituiu interinamente em

2 Out 1754, quando Mendonça Furtado se transferiu para Barcelos atual e pela 2ª vez em 15 Jan 1758. A este bispo se deve a organização eclesiástica da Amazônia e o fato de ter se colocado ao lado de Pombal, segundo Arthur César Ferreira Reis em **A Amazônia e a integridade do Brasil**.

Na ausência de Mendonça Furtado, o bispo D. Miguel conheceu, por um padre, a existência de uma conjuração de moradores de Belém, dispostos a entregarem a Amazônia ao Rei de França. E, neste sentido, teriam escrito ao bispo, através de Caiena, em carta assinada pela maior parte dos conspiradores.

A motivação era a revolta dos colonos proibidos de escravizar os índios e dos padres obrigados a abdicarem de poderes temporais e se restringirem aos poderes espirituais.

Foi aberto um inquérito. O Capitão de Infantaria João Henrique Pereira foi encarregado de deter o morador Manoel Pereira Dinis que ora confirmava ora negava a conspiração e terminou fugindo, sendo presos sua mulher e cunhado.

O local da conspiração fora o Engenho Itapicuru, na foz do rio Acará, e os principais conspiradores o jesuíta padre Roque Hunterfundt, o padre Miguel Ângelo de Moraes, clérigo de Hatros e o Sargento-Mór das Ordenanças de Belém João Furtado de Vasconcelos.

O bispo D. Miguel mandou prendê-los. E apresentou-se o citado Manoel Dinis. Feito o processo, concluiu-se existir a conspiração para entregar a Amazônia à França.

Não foi confirmado se fora escrita carta e remetida ao rei da França e se este a respondeu. E por fim ficaram dúvidas se, em realidade, houve esta conspiração.

O bispo D. Miguel pelo certo e pelo não, tratou de se prevenir militarmente, para evitar um ataque de surpresa dos franceses a partir de Caiena, organizando assim a melhor defesa possível de Belém. Para tanto, visitou as fortalezas, autorizando providências para que elas funcionassem com eficiência.

Sobre o Fortim da Barra ele dizia: "Ele é o mais interessante para a defesa, por estar junto ao canal. E mandei logo continuar o trabalho de construção de uma cortina, acabar-se a plataforma e construir-se os parapeitos necessários à Artilharia".

Na fortaleza da Barra mandou engrossar o parapeito e consertar as carretas dos canhões para que estes pudessem manobrar com facilidade. Pela praia de Belém determinou a construção de alguns redutos de faxina (feixes de paus curtos, para fortificação).

Tudo com vistas à orientação superior de aplicação imediata de todos os meios para organizar uma mediana defesa de Belém, enquanto o rei D. José I não determinasse a fortificação regular da cidade.

O bispo D. Miguel foi elogiado pelo rei através do Ministro D. Diogo Mendonça Corte Real em 26 Mai 1756, em especial por sua atuação no episódio da conspiração, escrevendo:

“É preciso toda a vigilância sem desprezar nem os pensamentos... Que os franceses de Caiena nada fariam sem comunicar a sua Corte... Pelo que respeita aos cúmplices da conspiração proceda na forma que dispõe o direito”.

Segundo o mestre Arthur César Ferreira Reis em **Estadistas portugueses na Amazônia**, os capitães gerais que sucederam Mendonça Furtado no governo do Grão-Pará foram fiéis às diretrizes por ele implantadas.

“E ali praticaram serviços de benemerência notável. Expressão que não implica em generosidade na apreciação do processo histórico da Amazônia Brasileira que eles ativaram, uma realidade admirável que o exame sereno refletido do que ali fizeram, balanço ao qual vimos nos entregando há algum tempo, e não pudemos deixar de confirmar.

Plantando cidades, organizando municípios, criando núcleos povoadores, facilitando a miscigenação intensiva entre o ádvena branco e a mulher da terra, destruindo assim a distância entre brancos e índios até então existente, **policiando a fronteira, defendendo-a da cobiça do espanhol e do francês** (Amapá), **demarcando-a sob os rigores do ambiente hostil**, estudando o espaço da Amazônia nas suas particularidades mais difíceis, identificando as espécies naturais que serviam aos objetivos econômicos da colonização, disciplinando o trabalho, equipando o Grão-Pará com peças que lhe dariam a movimentação mais rápida e mais produtiva e organizando a vida agrária”...

O Real Hospital Militar de Barcelos

Entre as notáveis providências administrativas do Capitão-General Mendonça Furtado destaca-se o estabelecimento do Real Hospital Militar de Barcelos, local que utilizou como sua morada em sua longa permanência naquela localidade, pouco depois tornada a capital da Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755. Capital que ali permaneceu até Manaus tornar-se a capital definitiva, meio século mais tarde.

Nele trabalhou o cirurgião Dr. Araújo Braga. Em 1772 a atividade do hospital foi regulamentada. Vale lembrar alguns itens do seu regulamento:

“Método que se deve praticar no Hospital Real da Vila de Barcelos:

Haverá um inspetor que poderá ser oficial, sargento ou soldado que seja, em verdade, de boa economia e caridade, o qual será o detentor da carga dos móveis ou alfaias do hospital. Carga registrada nos livros da Fazenda Real e assinada pelo Inspetor.

Haverá um livro rubricado pelo Provedor da Fazenda, no qual o Cirurgião receitará os medicamentos para os enfermos e pelo qual o encarregado da Arrecadação reunirá citados medicamentos.

Haverá outro livro para o Cirurgião lançar diariamente a qualidade (tipo) e quantidade dos alimentos que manda dar aos enfermos e por ele assinado.

O oficial da Guarda Principal irá diariamente assistir as visitas do Cirurgião, bem como o jantar e a ceia dos enfermos e participará tudo ao Governador em parte por ele assinada.

Não entrará jamais no Hospital um doente sem haver se confessado, aceito pelo Cirurgião e sem ordem do Governador. O inspetor deverá participar por escrito ao Governador.

Ex: O fulano de tal foi aceito pelo Cirurgião e se confessou.

Convém que o Governador vá ou envie pessoa de sua confiança ao Hospital algumas vezes para saber dos soldados se estão bem ou mal atendidos”.

E a seguir um modelo para o pedido diário de alimentos para os enfermos e que nos dá uma ideia da alimentação fornecida naquela época no hospital:

“Hospital Real dos Soldados da Vila de Barcelos

Inspetor..... 4 de março de 1772

Governador/Provedor

3 galinhasA 6 enfermos
6 pães.....A 6 enfermos
7 rações de tartaruga.....A 7 enfermos
7 rações de farinha (mandioca).....A 7 enfermos
2 quartilhos de vinho.....A 4 enfermos
6 onças de farinha do Reino para caldos.....A 3 enfermos
3 libras de arroz para jantar e ceiaA 9 enfermos
6 libras de açúcar para caldos.....A 3 enfermos
4 onças e ½ de manteiga do Reino para caldos.....A 3 enfermos

Nome/Sobrenome

Escrivão da Fazenda Inspetor do Hospital

Mais detalhes Arthur César Ferreira Reis revela na **RIHGB**, v.231,p.331/254.

Foi recolhido ao hospital, para alívio do impaludismo que o atacara ali no Vale do rio Negro, o Coronel Lobo d' Almada, que mais tarde reconhecera, demarcara e estabeleceria fortes e destacamentos militares protetores dos limites do Tratado de Santo Ildefonso nas bacias dos rios Negro e Branco, como se verá mais adiante.

As fortificações do Grão-Pará antes da chegada de Mendonça Furtado

Antes da chegada de Mendonça Furtado para assumir seu posto de Capitão-General do Grão-Pará e Comissário de Demarcação de Limites na Amazônia, a situação de suas defesas militares era crítica, conforme se constata pelas documentos a seguir, constantes da citada obra **Amazônia na era pombalina**. Pois, ao assumir a Capitania do Grão-Pará e inspecionar as fortificações da Amazônia, Mendonça Furtado escreveu:

“Achei que as fortalezas estavam arruinadas e quase todas as povoações perdidas”.

E em carta de 9 de novembro de 1752 escreveu a seu irmão, o Marquês de Pombal:

Pelo que respeita as fortificações que há no país (Grão-Pará), esta V. Excia está muito bem informado e não tenho nada de novo a lhe dizer, senão que todos os dias elas se vão pondo em pior estado.

E a Fazenda Real na maior impossibilidade de as poder remir (reparar). E, em consequência, eu não posso me defender de qualquer insulto que me quiserem fazer, e ainda que as ameaças sejam fomentadas com muito poucas forças, pois quaisquer que elas sejam, hão de ser superiores às nossas, e os domínios de S. Majestade ficam expostos à primeira pessoa que quiser se apoderar deles”...

Isto provocaria a construção das fortalezas mencionadas no período de seu governo, razão pela qual ao final do mesmo proclamou:

“Que ao chegar encontrará o Pará somente com o Maranhão a ele subordinado e o deixava com mais governos dependentes do Grão Pará e com 40 aldeias convertidas em vilas, além de 4 vilas mais, por ele fundadas no Macapá, no rio Negro, no Javari e no Madeira, etc. ”

O Capitão-General Francisco Xavier Furtado de Mendonça comunicou

em 22 Fev 1754 que pretendia explorar o rio Branco para determinar o local onde seria erigido o Forte São Joaquim.

E toda esta consolidação do domínio luso-brasileiro da Amazônia foi exercido a partir de Mariuá (Barcelos) por cerca de 40 anos, até 1791, período em que funcionou como a capital do hoje Estado do Amazonas. A capital ainda retornou ali por algum tempo até se fixar em definitivo em 1804 no Local da Barra e, mais tarde, Manaus atual.

Em 14 Nov 1753, o Capitão-General do Grão-Pará, em carta a seu irmão Marquês de Pombal assim referiu-se aos seus encargos e à guarnição militar:

Que "iria aumentar as escoltas das tropas castelhanas empenhadas na Demarcação do Tratado de Madrid, sem desfaltar os dois regimentos de Infantaria em Belém e Macapá". E "forneceria gastadores (sapadores) que fossem precisos, para apoiar as 3 partidas que aplicaria na demarcação".

Que "os citados dois regimentos recebidos de Portugal com 500 homens cada não poderiam ser desfalcados e que poderia mobilizar mais 100 homens". E "com estes 1100 homens guarneceria as fortificações do interior da Amazônia, colocando por hora em Macapá 150 homens".

E "que logo que chegasse ao rio Branco edificaria a nova Fortaleza de São Joaquim, a guarnecendo com uma Companhia de Infantaria completa de 150 homens e colocaria no local em que eu me localizar (foi em Mariuá, Forte do Rio Negro e atual Barcelos) uma tropa ao menos de 200 homens, além de destacar soldados para a segurança das 3 partidas demarcadoras". E assim, Belém não poderia ficar com o efetivo que Pombal ordenara.

Um teste para uma vaga de Sargento-Maior de Regimento

Mencionou ao irmão que ao fazer um exame militar para preencher uma vaga "se apresentaram 3 candidatos. O primeiro chegara atrasado e foi mandado ordenar formar de 5 para 4 e fazer esvaziar uma praça de guerra.

O segundo veio em melhor horário. Comandou com mais desembaraço diversas evoluções sob aplauso geral, e encheria a tarde se uma chuva torrencial não o obrigasse a interromper o exame.

O terceiro em pouco ou nada superou o primeiro. Estes exames me informaram eram para completar a vaga de Sargento-Maior do Regimento do Maranhão.

O primeiro tem aqui dado mostras de possuir temperamento revoltoso

e faltou com atenções dívidas ao governador do Maranhão Brigadeiro Gonçalo Pereira que por isso não gostava dele. E se for designado Sargento Maior daquele regimento do Maranhão não agradara aquele governador.

E dos 3 examinados, não se igualando, excede o segundo, em ciência, desembaraço e préstimo como em conduta. O terceiro o tenho como honrado, mas é menos desembaraçado do que o segundo”.

A oficialidade do Grão-Pará e a fundação da Companhia Geral de Comércio do Pará

Em sua 52ª Carta ao seu irmão Marquês de Pombal, de 24Jan1754, Mendonça Furtado mencionou que sua ideia de criação de uma Companhia Geral de Comércio no Grão-Pará, que visava atalhar a pobreza da Capitania, encontrara repulsa geral dos habitantes.

E que então recorreu à oficialidade da Guarnição Militar e, após informá-los da ruína do Grão-Pará, convidou os que possuíssem algum dinheiro para se associarem à Companhia, do que lhes poderia resultar algum lucro.

“E corresponderam à minha expectativa, conhecendo a ruína em que se achava o Grão Pará.

Mencionaram que ainda que não esperassem lucro algum, estavam prontos, cada um, a dar o que possuíssem para auxiliar o rei em desenvolver a tão importante conquista do Grão Pará.

E desses pobres oficiais obtive a soma que me parecia impossível sair de seus bolsos”.

A esta Companhia, para cuja existência houve a contribuição de militares luso-brasileiros, se deve a exploração da navegação fluvial na Amazônia, a plantação de arroz em Carolina, do café no Pará, do cacau no Baixo Amazonas, etc. A Companhia seria, posteriormente, desativada pela rainha D. Maria I.

A preocupação com a defesa do Amapá, ameaçada por franceses

O Doc. 29, constante da obra citada, **Amazônia na era pombalina**, é revelador da preocupação, na época, com a defesa do atual Amapá.

“Agora resta dizer a V. Excia. que necessitamos com a brevidade possível fazermos junto àquela povoação alguma fortificação que

a cubra e a defesa de algumas violências ou insultos que se intente contra ela.

Que eu não tenho aqui oficial algum a quem encarregue esta diligência, porque o Engenheiro que aqui está é velho e está sumamente esquecido de sua profissão.

Que na Fazenda Real não há dinheiro com que se faça esta obra, como a V. Excia. tenho feito presente. Que suposta a necessidade que há da obra, e a falta de dinheiro que há nesta Provedoria, não me resta outra coisa que fazer.

Era preciso que houvesse um clérigo que fosse com esta gente, para lhes dizer missa e confessá-los. Pedi ao Bispo me desse algum que quisesse ir de graça a fazer esta obra de misericórdia.

Com efeito um apareceu e lá está fazendo ofício de pároco, sem cônica nem pé de Altar.

Também me era preciso um oficial militar que fosse governar em paz e sossego aquela gente e fazer-lhes quartéis em que se acomodassem.

E como não achei nesta Praça mais do que os oficiais de que tive a honra de informar a V. Excia., encontrei aqui, por acaso, um moço que acabava de ser Capitão-Mór de Gurupá, chamado João Batista de Oliveira, que serviu comigo nas naus, (na Marinha) com préstimo e atividade, e lhe disse que por serviço de S. Majestade, adiará o recolher-se à sua casa, até o fim do ano. E que neste ano me fosse acudir a esta gente que ia ao desamparo.

No mesmo instante me disse que estava pronto, e foi com muito boa vontade, sem soldo nem ajuda de custo, estando na verdade pobríssimo.

Parece-me que ele faz um requerimento a S. Majestade para tornar a entrar na Marinha.

Se S. Majestade lhe der esta mercê (graça), persuado-me a que terá nele um oficial de préstimo, porque tem gênio e curiosidade, e a sua pobreza o fez sair do Regimento da Marinha e ver se podia remir no Gurupá, de onde irá com o mesmo cabedal que trouxe de Lisboa".

Desapreço pelo serviço militar em Belém em 1752

12ª Carta: "Ilmo. o Exmo. Sr. Meu irmão do coração: Achei nesta terra (Belém) um ódio estranhável ao serviço militar. E é rara a pessoa de distinção que quer servir nas tropas.

O primeiro que pude conseguir que o fizesse é o dono da petição que remeto a V. Exa. e lhe peço que veja se pode conseguir a dispensa que ele pede, para ver se com este exemplo os posso persuadir a que sirvam a S. Majestade. Fico para servir a V. Exa. com a vontade que devo. Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Pará, 28 de janeiro de 1752.”

Dificuldades de apoio logístico à tropa luso-brasileira

24ª Carta: “Ilmo. e Exmo. Sr. Tudo se vence, e não há coisa dificultosa. O sustentar toda aquela gente que deve andar naquelas tropas é o grande trabalho que eu imagino, porque esta terra é falta de todos os víveres e dos seus habitantes raros são os que lavram mais do que aquilo que apenas chega para a sustentação da sua casa.

Pelo que respeita aos soldados, tenho trabalhado o que posso para os tirar da vileza, penúria e confusão em que os achei.

Como, porém, não tenho oficiais é necessário que este trabalho carregue sobre mim e que não estão tão adiantados como eu quisera.

Porém, em lugar de baeta preta, de que a maior parte andavam vestidos, e outros sem véstia (túnica) e descalços, os convenci a que vestissem uniforme de linhagem, com canhões encarnados, com a qual já parecem soldados.

E assim vão-se desembaraçando bastante na instrução.

Já marcham sofrivelmente, fazem fogo muito bem. Finalmente já parece isto um Corpo Militar.

Porém, como já lhes disse, não posso fazer-lhes pagamento, nem tenho esperança do meio por que os socorrerei.

Receio que tudo isto não vá adiante, porque é uma quantidade de pobres, que, sem comerem, é impossível que possam trabalhar.

Se S. Majestade for servido mandar para aqui alguns oficiais, peço a V. Exa. que faça com que venha algum a quem eu possa encarregar da economia e da disciplina destas tropas, pois sem um oficial como o que peço, eles não poderão se conservar em ordem.

Acho-me com 270 soldados, dos quais tenho 113 destacados, e entre doentes, presos, licenças e diligências 73. Atualmente se acham 90 prontos para o serviço, dos quais destacarei um dia destes 40, para irem ao rio Capim socorrer aqueles moradores que se acham consternados pelos insultos de uns poucos mocambos estabelecidos nas vizinhanças daquele rio.

E ficarei na Praça (Belém) com 50 homens que creio ficarão de guarda perpetuamente”.

As fortificações da Amazônia em 1752

“Pelo que respeita às Fortificações que há no país está V. Exa. muito bem informado, e não tenho nada de novo que lhe dizer, senão que todos os dias se vão pondo em pior estado e a Fazenda Real em maior impossibilidade de as poder remir (reparar).

Em consequência eu não posso me defender de qualquer insulto que me queiram fazer. Pois quaisquer que sejam as forças que insultem, hão de ser superiores às nossas e assim os domínios de S. Majestade expostos à primeira pessoa que quiser apoderar se deles.

Enquanto a divisão pelo rio Japurá tem seu trabalho e perigo, porque ali duas vezes por ano ocorrem epidemias trabalhosas, ali é preciso entrar com o rio cheio e sair antes dele principiari a vazar para se livrar das epidemias. Pois não se navegando nesta conjunção, são indispensáveis as tais epidemias.

No Japurá perdemos todas as terras que vão desde a sua boca ocidental até o Napo, em que antigamente Pedro Teixeira, na era de 1639, colocou os marcos dos domínios portugueses.

A tropa que subir pelos Madeira e Guaporé, deve ser poderosa, porque os padres (jesuítas) têm as três aldeias que devem ceder-nos.

A de Sta. Rosa é considerável, pois me afirmam que tem muita gente de armas, e chegam até o ponto de me dizerem que possuem mais de três mil arcos. (Nela seria erigido o Forte de Bragança).

Para o sucesso da missão, me parecia que para dar calor às nossas tropas, deveriam também ir naquele corpo de gente duas pecinhas de novo invento (tipo de canhão) para rebater qualquer desobediência ou insulto que estes padres (jesuítas), se apresentar-se ocasião, queiram nos fazer.

Creio que as tais peças (canhões) farão um excelente efeito, e causarão horror a estes bárbaros, e que nenhum deles parará diante delas. Deus guarde a V. Exa. muitos anos. Pará, 9 de novembro de 1752”.

A ameaça potencial de holandeses do Suriname sobre a atual Roraima e a ordem de construção do Forte São Joaquim em 1752 e de outros que forem necessários

Londres, II, Mss.20988. Este documento, em MENDONÇA. **A Amazônia na era pombalina**, revela a preocupação do Rei D. José I pela segurança da atual Roraima em 1752, ameaçada por holandeses vindos do Suriname.

“Dom José, por graça de Deus, etc. - Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará, que sendo-me presente que pelo rio Essequibo têm passado alguns holandeses das terras de Surimam, ao rio Branco, que pertence aos meus Domínios e cometido naquelas partes alguns distúrbios, fui servido ordenar, por resolução de 23 de outubro deste ano (1752), tomada em consultas do meu Conselho Ultramarino, que sem dilação alguma se edifique uma fortaleza nas margens do rio Branco, na passagem que considerares ser mais própria, ouvidos primeiro os Engenheiros que nomeares para este exame.

E que esta Fortaleza esteja sempre guarnecida com uma companhia do Regimento de Macapá, a qual se mude atualmente.

E aos ditos engenheiros fareis visitar também outras paragens e postos dessa Capitania, de que a defesa seja importante, particularmente das que forem mais próximas às colônias e estabelecimentos estrangeiros.

E formarem um Mapa das fortificações que julgarem convenientes, e que remeteréis com o vosso Parecer, declarando ao mesmo tempo as fortificações de que necessitarem as cidades do Pará e do Maranhão e as suas barras.

El-Rei nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, abaixo assinados, e se passou por duas vias. Teodósio de Cobellos Pereira fez em Lisboa, a 14 de novembro de 1752. O Conselheiro Diogo Rangel de Almeida Castelo Branco, a fez escrever”.

A carta ao Capitão-General do Grão-Pará sobre visita a Macapá em 1752 e as fortificações da Amazônia

“Depois que saiu a Frota desta cidade também saí eu dela e fui ao Macapá ver aquele novo Estabelecimento, e animar e ajudar aqueles povoadores nos seus trabalhos.

E depois de 2 meses daquele exercício, me meti na minha canoa, e fui pelo rio Amazonas acima visitar as fortalezas e ver que cousa era umas povoações chamadas aldeias.

Achei que as fortalezas estavam arruinadas e quase todas as povoações perdidas, como a V. Excia. informarão melhor o seus colegas, por Deus de a V. Excia. muitos anos. Pará, 19 de novembro de 1752. Ilmo Exmo. Snr. Pedro da Mota e Silva.

O contato do Capitão-General do Grão-Pará com o Governador de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura em 1752

Londres, II-20991. Documento constante de MENDONÇA. **A Amazônia na era pombalina**, dá a seguinte notícia sobre o contato dos governos do Grão-Pará e de Mato Grosso:

"Ao Governador do Mato Grosso. Ilmo. e Exc. Senhor. - Dando-se-me parte das fortalezas dos Pauxis (Óbidos) e Gurupá que, no início do mês de outubro, havia passado por elas um correio expedido por V. Excia.

Chegando-me esta noticia muitos dias antes de que ele aparecesse, e tendo eu neste porto um navio a partir para Lisboa, esta demora me colocou em grande cuidado, e me obrigou a mandar por estes rios acima um oficial em busca do tal correio.

E o encontrou ao 3º dia da viagem e se recolheu com ele a esta cidade de Belém, no dia 15 do mês passado, no qual recebi uma mesma honra com que sempre me favoreceu V. Excia. como toda a sua Exma Família.

A jornada que V. Excia fez, mais a fadiga e trabalho de um tão prolongado escabroso caminho, não podia deixar de muito molestar a V. Excia. E para aliviar e sossegar o ânimo no fim dela, não foi grande remédio as sezões (febres) de que V. Excia. foi atacada neste sítio.

Espero em Deus que V. Excia. esteja não só livre delas, mas logrando aquela perfeita e constante saúde que eu sempre lhe desejo.

Das vias que V. Excia. entregou ao Manuel Roiz Capelo, somente chegou uma e com o endereço tão apagado que me custou perceber que pertencia à Secretaria de Estado.

A do Conselho diz que lhe ficara na última cachoeira, aonde se alagou a canoa. E esta que me chegou a mão foi logo remetida para Lisboa.

A Vila que V. Excia. fundou em dia de São José (Vila Bela e atual Mato Grosso) tenho por sem dúvida que em pouco tempo será uma populosa cidade, porque tendo nela para fomentar as obras, uma tal pessoa como V. Excia, com o seu grandíssimo zelo e atividade, é impossível que não cresçam à proporção do magnânimo coração de V. Excia.

A situação em que ela se fundou era impossível que fosse melhor, principalmente se S. Majestade for servido a permitir a comunicação desta cidade (Belém) com essas Minas, cidade na qual se podem embarcar os efeitos em uma canoa e irem desembarcar em Vila Bela.

E isto é tão grande avanço para o comércio que é impossível que em poucos anos deixem de crescer as lavras (minas) que se não excederem ao menos se igualem sem dúvida às das Minas Gerais.

A este respeito fiz já presente a nossa Corte aqueles fundamentos que me pareceram mais sólidos, para que S. Majestade permitisse a abertura deste comércio com o qual se remirão essas minas e este Estado.

O embarço que ha para esta comunicação, e que me foi ratificado quando saí de Lisboa, assim como me desembarçou o ir satisfazer a precisa obrigação de ir aos pés de V. Excia. tomar-lhe as ordens, também colocou essas terras na consternação em que V. Excia. me diz que elas se acham.

Para poder permitir que fosse este socorro, me vi bastante duvidoso, face as supostas ordens positivas que tenho para embarçar, por ora, esta comunicação, resolvi-me com tudo me socorrer a V. Excia., e a dar parte a S. Majestade.

E espero que o mesmo Senhor haverá por bem, e se for servido estranhar-mo, terei neste grande mal ao menos a pequena consolação de que obrei unicamente naquilo que me pareceu que era mais conforme ao seu Real Serviço.

Aqui estou todas as horas esperando uma nau de guerra com os oficiais e geógrafos que hão de fazer a divisão dos reais Domínios de S. Majestade por esta parte do norte.

E estava a partir com tal pressa que saindo o navio que fora as ilhas (Açores) buscar os casais que para aqui deveria transportar, lhe disse o senhor Diogo de Mendonça que lhe não entregava as vias porque haviam de vir na nau de guerra que chegaria primeiro do que ele.

Depois, parece que foi embarçada a partida da tal nau pelos práticos, pois nenhum quis tomar conta dela em semelhante tempo, e suposto isto, me convenço que em Lisboa se entendendo que a nau poderia vir com menos risco a expediram.

E em janeiro ela poderá chegar, porque cessam as ventanias e estão as terras já claras.

Como se entendeu em Lisboa que vinha logo a nau de guerra, todos se guardaram para escrever por ela, e não tive mais carta de parte alguma do que uma particular de meu irmão o senhor Sebastião José, escrita em Belém, (em Portugal) aonde se achava com S. Majestade (Rei D. José), e feita com tal pressa que apenas me dava nela a nova mais importante qual era a de que a preciosíssima saúde de SS. Majestade e mais família real se conservava como todos nós desejamos.

As outras novas que vieram são tão incertas e se contradizem umas às outras, de sorte que não merecem atenção alguma.

João de Moura parte com o pouco que conseguiu achar nesta terra, que sobre ser miserável lhe faltou este ano a frota.

Eu lhe perguntei se tinha aparecido alguma farinha e vinho, e me diz

que vinho muito pouco e farinha nenhuma.

Para poder socorrer a V. Excia. com estes gêneros, tomo a liberdade de oferecer-lhe o pouco com que por ora me acho, porque também a malotagem ficou para vir na nau de guerra e apenas me meteram neste navio um par de barris de farinha, um barril de vinho e uns poucos de presuntos.

João de Sousa de Azevedo se acha dilatado aqui por ordem de S. Majestade. Creio que para acompanhar aos geógrafos que hão de subir pelo rio Guaporé fazer esta divisão, por cuja razão não está em min podê-lo remeter logo a V. Excia., nessa terra.

Da expedição que se fez do Rio de Janeiro para principiarem as divisões pela parte do sul, estará V. Excia. mais bem informado do que eu, sendo a única coisa que aqui consta, com certeza, e a de que o senhor Gomes Freire fora por primeiro Comissário e Plenipotenciário de S. Majestade, não se sabe porém ainda quem será desta parte do norte, nem em Lisboa tinha havido nada a este respeito. Em pouco tempo nós o tiraremos desta dúvida.

Em toda ocasião que V. Excia me permitir a honra de servi-lo me achará para esse exercício com aquela fiel vontade, que é inseparável de minha obsequiosa obrigação. Deus G. e a V. Excia. D. Antônio Rolim de Moura”.

Guarda Militar do Trocano – Vila de Borba

O Capitão-General do Grão-Pará enviou o tenente D. Antônio de Castro e Menezes, com escolta, para a aldeia jesuítica do Trocano (a atual Borba), próxima à foz do rio Madeira, e com a ordem de ali estabelecer um quartel para uma Guarda Militar que ali deveria permanecer. E, logo que ali chegasse, erigir um quartel militar com o auxílio dos índios.

“O quartel deve ser feito junto a aldeia, separado da casa dos índios. E ali se devem recolher todos os soldados depois das Ave Marias, e para todas as noites responderem a Revista, devendo castigar com aspereza, os ausentes da Revista do Recolher.

Deverá vigiar com o máximo cuidado que os soldados não pratiquem desordens e humilhações aos índios. Não consentir que os soldados tomem nada dos índios sem pagamento e nem permitindo que os desprezem, mas antes os tratem com muito amor e caridade.

Submeter os viajantes precedentes de Mato Grosso a obrigação de declaração do ouro que transportam. E feito isso dar uma busca rigorosa nas canoas. E tudo o que achar lavar um Auto assinado por V. S. pelo Sargento e dois soldados testemunhas, enviando tudo a Belém com

discriminação e clareza. A apreensão deve abranger só o ouro em pó, que deve ser remetido com o Auto de Apreensão. O ouro em barras, com guias da Casa de Fundição deve conferi-los com argúcia, para concluir se conferem, fazendo uma memória delas para meu conhecimento.

Se conhecer que no rio exista um desvio por onde os viajantes possam contornar, evitando o Registro da Aldeia, envie escolta para lá e proceda da mesma forma como na aldeia.

Enfim, cuide que não se extravie ouro algum por este local, pois esta é a principal e única finalidade que envio esta Guarda Militar a esta vila.

Os índios que trabalharem no quartel como romeiros deverá apontar seus trabalhos diariamente e remeter a relação deles com respectivos tempos de trabalho para lhes mandar pagar pela Fazenda Real.

Por conta da Fazenda Real mande fazer roças de manibas (mandioca), feijão e milho para apoiar a gente que deve assistir no Arraial do Rio Negro e o viajar de embarcações.

Cuidará de reunir a maior parte de galinhas, patos e demais criações que for possível, porque necessitarei muito destes gêneros.

Espero que nesta missão se distinga com a eficiência e honra na qual deposito confiança e que diligencie tão importante mercê (graça).

P.S.: Vigiará com todo o cuidado para não deixar passar ninguém a montante desta Aldeia, sem minha licença por escrito e com o objetivo de alcançar as minas de Mato Grosso, e remetendo os que prendeu a minha ordem para Belém, com segurança.

Quando se tratar de eclesiásticos (padres) apreenderá tudo que lhes pertencer, exceto suas pessoas e o padre D. José dos Anjos que deve vir puro por ordem do Exmo. Sr. Bispo (Belém, 27 de maio 1754)“.

A viagem do Capitão-General do Grão-Pará de Belém a Marina (atual Barcelos) de 2 de outubro a 28 de dezembro de 1754 (87 dias)

“Outubro: O Capitão-General Mendonça Furtado deixou Belém em 2 Out 1754, depois de assistir missa e comungar. E embarcou em sua grande canoa acompanhado do Bispo D. Miguel de Bulhões.

A Infantaria de Belém, formada na Praia, deu 3 salvas de mosquetes e toda a Artilharia dos fortes da mesma deu uma salva. A expedição era composta de 23 canoas grandes.

A canoa do Capitão-General possuía um camarote espaçoso, forrado de damasco carmesim com filetes dourados e mobiliado com caixas cobertas de forração de damasco, 6 tamboretas (bancos), 2 cadeiras

estofadas e uma mesa grande, com uma papeleira com o retrato do Rei D. José no topo.

Tinha 2 janelas de cada lado e 2 na copa e tudo bem dourado e a canoa pintada de encarnado e azul.

Sua guarnição era de 26 remeiros vestindo calças brancas, calções azuis e barretes de veludo azul e seda cor de ouro, com chapas de prata das armas.

O piloto (Jacarnaúba) levava libré de caça como o de V. Excia, comum, com talabarte de veludo e seda”.

A canoa pequena, das mesmas cores que a grande, era guarnecida por 1 piloto e 16 remeiros vestidos como os da canoa grande.

Outras 11 canoas transportavam pessoas, tanto oficiais como astrônomos e engenheiros.

Outras 10 serviram de armazéns e levavam parte de Infantaria da Expedição. E mais 5 canoas de pescaria que foram aumentando e que atingiram 18 ao todo. (Total: 41 canoas).

A primeira parada foi em Maju.

Em 5 de outubro o Bispo deixou a expedição sob salva dos soldados de Infantaria.

Viajavam juntos os capitães-engenheiros Gaspar João Geraldo Grönfeld e João André Schwebel.

E ao longo do caminho o Capitão-General não aceitou doações e pagava tudo que adquiria para a expedição.

No dia 10 desembarcaram numa aldeia (depois da Vila de Meforma) que encontraram vazia por orientação do padre, como forma de protesto ao Tratado Preliminar de Limites. (Madrid).

Em 19 de outubro atingiram a Fortaleza de Gurupá que recebeu o Capitão-General com pompa e circunstância e salva de Artilharia. Ele hospedou-se na casa do comandante.

Dali destacou o Capitão Miguel de Siqueira Chaves para conseguir índios no Xingú para substituir os índios remeiros que desertaram, devendo encontrar-se com a expedição em caminho.

Ordenou ao tenente da Fortaleza de Gurupá que desse toda a ajuda ao término da construção da igreja local.

E deu uma gratificação em dinheiro aos soldados da fortaleza, que ficaram contentes.

Os engenheiros fizeram a planta da Fortaleza de Gurupá. Próximo, a expedição teve de tomar cuidado com as onças que haviam devorado dois índios, dois dias antes.

Em 22, a Expedição partiu com menos 16 índios remeiros que

desertaram, dos quais cinco da canoa do Capitão-General.

No dia 23 chegaram em Carrazêdo (atual). A expedição recebeu 30 alqueires de farinha de mandioca e as índias ofereceram grande quantidade de bananas que foram repartidas pelos oficiais de **Infantaria**.

Em 24 atingiram a aldeia Caviana e depois Tapará, local onde aquartelava uma Companhia de Granadeiros do Maranhão, comandada pelo Capitão João Teles de Menezes e Melo e que recebeu o Capitão-General com três salvas de mosquetes.

No dia seguinte o Capitão-General deu uma pataca a cada soldado e levou dali o Tenente de Granadeiros Luiz Alves por estar em desordem com seu capitão.

Na foz do Xingu a expedição pescou de redes. Recebeu bananas das índias. E constatou 36 deserções da Expedição de índios das aldeias dos jesuítas. Foi feito o repletamento das deserções com índios trazidos pelo Capitão Siqueira.

Novembro. Depois de uma viagem sem incidentes chegaram em 4 de novembro, depois de um mês de viagem, na Fortaleza de Tapajós (atual Santarém, na foz do Tapajós) onde o Capitão-General foi recebido com uma salva de Artilharia e três de mosquetes da Companhia de Granadeiros do Capitão José da Silva Delgado. E a seguir hospedou-se nas casas dos oficiais.

Era aldeia fundada pelo jesuítas. Ali desertaram 28 índios, repletados na área.

Ali, a Expedição permaneceu de 5 a 9 de novembro. Deram um apoio à construção da igreja e mandou dar uma gratificação aos militares da Fortaleza e da Companhia de Granadeiros que ali aquartelava.

O Capitão Miguel trouxe índios e saiu para conseguir outros como remeiros.

No dia 12 atingiram a Fortaleza dos Pauxis (atual Óbidos), que se encontra num local elevado e agradável. O Capitão-General foi recebido com salva da pouca Artilharia dela e outras honras militares, o qual mandou dar uma gratificação em dinheiro a todos os militares.

Em 14 encontraram na foz do rio Trombetas uma canoa com um Sargento e 4 soldados da recém criada Guarda Militar da Missão de Trocano (atual Borba) como escolta de uns mineiros vindos das **minas de Mato Grosso**, os quais se extraviaram deles numa tempestade.

Os mineiros foram encontrados logo adiante e o Capitão-General mandou apreender 15,6 kg de ouro para ficar sob a guarda do tesoureiro. E permitiu que os mineiros viajassem para Belém e assim não arriscassem a perder o ouro numa canoa tão precária.

Em 26, depois de viajar sob chuvas intermitentes, chegaram à boca do rio Saiacã ou Urubu, onde o Capitão-General mandou canoas apanhar tartarugas que fartaram a Expedição. Suprimento que duraria vários dias. E mais adiante os índios tiraram grande número de ovos de tartaruga.

Nos dias 5 e 6 ultrapassaram as correntezas antes de Puraquequara, sendo necessário serem puxadas por cordas as canoas do Capitão-General e a do Capitão Siqueira.

Dezembro. A seguir começaram a remontar o rio Negro. E ao meio-dia de 7 de dezembro chegaram à Fortaleza São José do Rio Negro. Nela o Capitão General mandou distribuir uma gratificação à **guarnição**. Desde Belém até o rio Negro era possível viajar a noite. O rio Negro não permitia isto. (Vale lembrar que a navegação era feita a remo e a vela quando possível).

Dia 9 foi despachado na frente o Sargento Marçal Cordeiro para comprar suprimentos nas aldeias. Dia 10 acamparam junto ao igarapé Anavilhenas (Anavilhanas), numa ilha.

E navegaram pelo rio Negro entre pontas de pedra e com vento de proa.

No dia 16 prosseguiram com o vento favorável, que durou pouco, e veio a calmaria. Em 17 atingiram Airão (atual), onde os índios ofereceram presentes correspondentes à sua grande pobreza e rusticidade.

Em 18 enfrentaram uma forte tempestade de 4 horas.

Em 19 a Expedição viajou entre pedras e ilhas e passou por uma cachoeira. Atingiu uma laje, onde a veio encontrar o Comandante Mór Gabriel de Souza Filgueiras.

Em 21 atingiu a aldeia da Pedreira onde a Expedição se dirigiu à igreja e ouviu missa cantada pelo padre e índios, que à noite fizeram oferendas e culminaram com músicas e bailes rústicos.

Pelas 5 horas da madrugada do dia 21 entramos a navegar e favorecendo-nos um vento brando.

Chegamos pelas 10 horas na aldeia da Pedreira e, encaminhando-nos logo para Igreja. Cantou missa o padre Frei José da Madalena, e com as índias da aldeia.

Nesta tarde concorreram as índias com as suas costumadas putavas (cestas) à S. Exa. e a noite o vieram lisonjear com músicas e baile, à altura da sua rusticidade.

A 22, depois de ouvirmos a missa saímos dessa aldeia e, navegando todo este dia com bastante calma e por muitas pedras, aportamos pelas 5 horas da tarde em uma enseada que passamos a noite com bastante chuva.

No dia 23, pelas 6 horas da manhã continuamos nossa viagem com

vento, que nos favoreceu até a aldeia de Aracari (atual Carvoeiro) onde chegamos pelas 3 horas da tarde e nela pernoitamos.

No dia 24, pelas 7 horas da manhã, depois de ouvirmos a missa, saímos desta aldeia e, favorecendo-nos um vento brando, chegamos pelas 5 horas da tarde a um lago em que nos recolhemos por causa de umas trovoadas que estavam armadas e descarregaram depois de estarmos abrigados.

No dia 25, (Natal) pelas 4 horas da madrugada, seguimos a nossa viagem e pelas 7 aportamos em uma boa praia em que disseram os capelães as missas do Natal, e depois prosseguimos até às 7 horas da noite, e ficamos em umas ilhas bastante abrigadas a todo tempo.

Pelas 5 horas da madrugada do dia 26 continuamos a nossa viagem sem mais demora. E navegamos este dia sem vento algum até que pelas 4 horas da tarde avançamos bastante caminho com uma intensa trovoadas com que corremos por ser em popa, e pelas 11 horas da noite aportamos em uma boa praia de areia.

No dia 27, pelas 4 horas da madrugada seguimos a nossa derrota, e pelas oito chegamos à aldeia do Cumaru (atual Poisares) onde ouvimos missa na qual recebeu S. Exa as costumadas ofertas, ou putavas das índias, às quais mandou remunerar e respeitar na forma ordinária.

Depois de feita esta diligência, que foi breve, saímos com vento por proa. Foi preciso chegarmos ao mato enquanto passou a força. Ficou depois uma noite muito serena e clara e navegamos até a meia-noite, em que ficamos em uma praia para descansarem os índios.

Pelas 4 horas da madrugada do dia 28 entramos a navegar e pelas 9 horas da manhã chegamos à aldeia de Mariuá, (atual Barcelos) em que estava formado o arraial onde S. Exa foi recebido com muitas demonstrações de alegria. Ele saltou da sua canoa com apoio em uma boa escada.

E por um caminho todo guarnecido por arcos de flores chegou ao lugar da aldeia de Mariuá que é eminente.

No principio dela estava formado um pórtico de madeira em forma de arco de triunfo, e junto dele repetiu um índio o bom sucesso da viagem.

E logo entramos em uma pequena praça em que estavam formados os soldados do Destacamento, que aqui se achava, os quais receberam a S. Exa com três descargas de mosquearia e ao mesmo tempo também salvaram com Artilharia duas fortalezas formadas de madeira.

Logo S. Exa se encaminhou para a Igreja onde se cantou pelas índias da aldeia o Te Deum Laudamus com todo o primor e depois celebrou missa, com toda solenidade, o Revdo. Padre Comissário e cantada pelas

mesmas índias músicas, admirando-se todos de que, em país tão remoto, de comunicação e civilidade das gentes e tão faltos de professores, pudessem ser bem instruídas.

Os oficiais da Expedição foram aquartelados em casas preparadas que o Capitão-General visitou todas. Depois foi hospedado em quarto que o acomodou com toda decência no Hospício dos Padres (Hospital).

No outro dia o Capitão General começou a trabalhar. Despachou canoas para buscarem suprimentos.

Mandou vestir, à sua custa, as índias que andavam nuas e expediu ordens às aldeias para que todas na mesma situação viessem para Mariuá para trabalharem para o rei e ganharem para se vestirem.

A seguir passou 11 dias visitando aldeias e inspecionando roças e desenvolvendo atividade para abastecer os armazéns para suprir o arraial de Mariuá e a Comissão de Demarcação Espanhola que ali era esperada.

A Expedição era constituída de 1.025 pessoas, das quais 511 índios (ou 50%) dos quais fugiram 165. Número de 1.025 que os paraenses julgavam impossível alimentar numa viagem tão longa (87 dias) por falta de alimentos.

Porém a atividade e grande zelo do Capitão-General superou estas grandes dificuldades, fazendo com que todos viajassem contentes, em que pese a maior parte das aldeias não cumprirem as providências que 2 anos antes lhes tinha sido recomendado. Ass: João Antônio Pinto da Silva (Secretario da Expedição)”.

A viagem de Mendonça Furtado de Belém à Fortaleza do rio Negro (atual Manaus) durou 72 dias. Decorridos quase 100 anos, em navios à vela a viagem durava 30 dias. Em 1843 o navio a vapor Guapiassu, do Barão de Mauá, cobriu o trecho em 10 dias. Hoje, este trecho é coberto em cerca de 3 dias, por navios modernos.

Enquanto transcorria esta viagem, em 21 Out 1754 o Ajudante José Barros e o Tenente Inácio Soares foram mandados pelo comandante de Macapá com alguns soldados para a aldeia de Santana no Amapá, para civilizar seus índios, enviando os jovens à escola e ensinando a todos a língua portuguesa, além de estimular a produção agrícola para que eles a vendessem em Macapá.

E mais, orientar os índios para que construíssem uma canoa capaz de ir de Amapá atual até Belém, levando seus produtos para vender, sempre acompanhados de 2 soldados e com o conhecimento do bispo D. Miguel de Belém do que eles levavam para vender, para evitar que fossem explorados.

Em novembro de 1756, autorizado pelo rei, Mendonça Furtado,

adoentado e irritado pela demora da chegada a Barcelos do Comissão Demarcadora da Espanha, viajou a Belém, onde chegou viajando rio abaixo em 22 Dez, depois de 29 dias de viagem. Vale lembrar que levava de Belém a Barcelos, rio acima, 83 dias de viagem.

O esforço para liberar o caminho Belém-Vila Bela das missões jesuíticas

O Capitão-General Mendonça Furtado, do Grão-Pará, abordou a facilidade com que as aldeias dos jesuítas liberaram seus locais (em Rondônia atual) e foram para o lado espanhol.

E menciona os índios charruas do Rio Grande do Sul, hoje consagrados na denominação histórica da **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada-Brigada Charrua**, sediada em Uruguaiana- RS, cuja história estamos desenvolvendo no 10º volume da História do Exército na Região Sul, junto com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

“A facilidade com que estes padres evacuaram as aldeias do Guaporé me faz entrar em ideia de que a Corte de Madrid expediu as ordens a este respeito, e que no rio Guaporé as executaram, porque os padres nesta parte não conservam em segredo o alto mistério de todas as povoações da margem do Uruguai, e das imensas que há entre eles e o Paraguai, sendo soberanos de todas as nações que habitam naquelas vastíssimas terras, entre as quais é mais importante, segundo as notícias que eu tenho, a nação dos Charrua, que, por serem infinitos, são sumamente guerreiros.

E ainda que tudo se acha no mundo, parece que se faz incrível que El-Rei Católico (Espanha) queira, em obséquios daqueles benditos padres, ceder os importantes tesouros que todas aquelas terras deveriam entrar nos seus reais cofres, se não tivessem tiranizadas à força de tanta virtude.

E enfim, o tempo nos descobrirá a verdade.

Se o Senhor (Deus) não fosse servido fertilizar estes rios que me socorreram em grandíssima abundância de peixes, tartarugas e caça, de que tudo houve uma quantidade indizível, com bem vê V. Excia o meio que esta gente seguiu para me por na prisão, ou ser obrigado a recolher-me ao Pará, ou morrer, eu e toda a gente que passava fome, entre estes matos, como tinham prognosticado e divulgado naquela cidade (Belém), tendo-se por impossível nela que eu concluísse a viagem a Mariuá, com o bom sucesso que tive nela”.

Refere Mendonça Furtado que a população de Belém previa que ele não conseguiria atingir Mariuá por falta de alimentos para tão numerosa Expedição.

Uma revolta contra o Capitão-General do Grão-Pará

O Capitão-General Mendonça Furtado prosseguiu seu relato descrevendo revolta contra ele em Mariuá, sob a liderança do padre Aleixo Antônio:

...”Deus Nosso Senhor, porém, foi servido socorrer-me com mão tão larga como acima disse, para se destruírem todas aquelas sediciosas ideias.

Outro caminho que seguiram para me atormentar, é o mais escandaloso, qual seja o de entrarem na diligência de revoltarem contra min todos os oficiais que puderam, principalmente os astrônomos e engenheiros da Comissão.

Colocou-se à testa deste insulto (revolta) o Pe. Aleixo Antônio, que é um dos maiores inimigos que aqui tem os interesses da coroa e o bem comum.

Ele é o mais perigoso, porque debaixo de uns acidentes (permita-me que me explique assim) do seu bigodão, é de um ânimo revoltoso, soberbo e avarento, que não perdoa a meio algum de arruinar o público para fazer toda inconveniência à sua comunidade.

E, para por em prática a ideia que intentava, seguiu os meios que direi.

Continuando o dito Pe. Aleixo Antônio na mesma ideia, se meteu com uns poucos oficiais debaixo de virtuoso pretexto.

Pelo que tenho referido verá V. Exa a contínua guerra que esta gente me esta fazendo, e a aflição de espírito em que é necessário estar continuamente para tirar a estes padres todo o pretexto de alguma invectiva, e servir a S. Majestade, com a eficácia e exatidão que devo, e espero em Deus que me há de ajudar a consegui-lo, porque conhece a sinceridade com que obro.

Devo ultimamente informar a V. Exa que entre todos os oficiais que vieram, o ajudante Filipe Sturm não se meteu nunca em parcialidades, e tem procedido na forma que em outro aviso fiz a V. Exa.

O Capitão João André Schwebel em que pese haver sido atacado para aquela união se retirou dela logo e veio dela a min dar parte e tem vivido neste arraial com quietação e servido com préstimo.

O outro, Capitão Grönfeld, tem também préstimo e como não

lidei com ele mais do que na jornada até aqui, pois que logo chegou em Mariuá foi doente para o Pará. Não sei se emendaria (aderiria) a causa que fez uma grande desordem no caminho”...

Acriação da Capitania do Rio Negro, o atual Estado do Amazonas

Por Carta-Régia, 5 de março de 1755, D. José I organizou o governo do Rio Negro, constituindo-se numa capitania separada do Grão-Pará.

A criação foi consequência do Tratado de Madri de 1750. E visava atender às necessidades de segurança e demarcação das fronteiras norte e oeste.

A sede de seu governo funcionaria até 1791 em Mariuá (Barcelos), transferindo-se depois para Manaus. Essa transferência respondeu à necessidade da presença de uma autoridade política mais próxima e assim foi a criada a Capitania do Rio Negro, futuro Estado do Amazonas.

O chefe das 3 partidas de demarcação no Norte

Em carta ao Marquês de Pombal de 12 Jul 1755, o Capitão-General deu a seguinte ideia da chefia e organização das 3 partidas de demarcação de limites na Amazônia:

...”Pelo que acima digo se vê que a tropa que for ao Mato Grosso é a que deve nos dar maior cuidado. E para a qual se deve escolher os oficiais mais hábeis e de maior autoridade e inteligência.

Como Coronel, Antônio Carlos Pereira de Souza foi oficial da Marinha, e o tenho por homem de honra, faço intenção de que ele seja o primeiro Comissário daquela tropa, porque entendo que executará completamente as ordens de que for encarregado, e mesmo porque tem juízo e honra, e não há de deixar de ter conhecimento das cartas geográficas, e do que é meridiano e paralelo. E com ele, me parece que S. Majestade ficará bem servida.

Para Segundo Comissário, se não houver novidade, faço intenção de que vá o Capitão de Granadeiros Manuel José Henrique de Lima, que serviu muitos anos na Marinha e tem bastante conhecimento da esfera.

Como leva também dois Comissários, faço intenção de aproveitar para Terceiro Comissário a um Ajudante, que aqui servia, chamado Acinte Francisco de Távora, que sempre há de ir nesta tropa porque já foi aquelas minas (Cuiabá), e possui grande pratica da navegação de todos estes rios, e serve a S. Majestade com grande zelo e préstimo.

E faço a intenção de lhe dar uma patente de Capitão de Infantaria,

para ir cobrindo o Corpo de Soldados que for aquela expedição e ficar assim mais graduado.

O astrônomo que deve ir é o Pe. Inácio Sanmartoni e por companheiro do novo Ajudante Henrique Wilckens, que é nascido e criado em Portugal.

Para fazer o mapa deve ir o Ajudante Filipe Sturm, que é hábil, e tem a circunstância de ser casado em Lisboa com portuguesa e esta estabelecido com a casa e família naquela corte.

Deve ir mais um oficial subalterno de Infantaria e 2 sargentos.

O numero de soldados me parece que não deve ser grande, porque por aquela parte não temos quem nos resista com força, e, como o caminho que se há de fazer por terra é no nosso continente, não temos que recear.

E quando haja alguma novidade não imaginada o Governador de Mato Grosso socorrerá com o que puder.

E ele mesmo assenta e me pede que a tropa que for não seja mui numerosa.

E postas estas circunstâncias, faço intenção de mandar de 40 até 50 soldados, mas todos escolhidos e dos que houver melhor conceito.

Para a que deve entrar no Javari, Juruá e Purus, faço intenção de que vá por Primeiro Comissário o Sargento-Maior Gabriel de Sousa Filgueiras de cujo oficial faço uma inteira confiança.

Ainda não me resolvi quem será o segundo e ando ainda examinando o préstimo e probidade de algum oficial para o por neste lugar.

O astrônomo desta tropa deve ser o Dr. João Ângelo Bruneli. Para fazer a delineação do mapa há de ir a estes rios o Capitão João André Schwebel, que é habilíssimo e capaz de fazer tudo com grande perfeição.

Há de ir mais um oficial de Infantaria e 2 sargentos com 60 até 70 soldados, porque naqueles rios há infinitos índios e alguns deles guerreiros. E é necessário força para lhes resistir.

A 3ª tropa que é a do Japurá, ainda não tenho resolutivo quem seja o Primeiro Comissário.

E naturalmente irá isto passar a um dos Officiais da Sala, pois qualquer deles dará conta de si. E João Pereiras Caldas é moço, tem muito juízo e honra, e infinito brio, e há de dar conta de tudo de que for encarregado.

Enfim, daqui até que se expeça esta tropa, verei qual deles poderá dar melhor conta da diligência, ou se aparece outro que me ponha o meu cuidado (zelo) em maior descanso.

Também ainda não me determinei (defini) o nome do Segundo Comissário, porque isto por cá não esta mui abundante de homens em quem eu sossegue e que possa separar de min.

Não tenho até agora a quem encarregar as observações astronômicas ou ao menos quem determine as latitudes, que é, na minha estimação, nestes negócios coisa sumamente importante.

Para delinear o mapa, faço intenção de mandar ao Capitão Grönfeld, que entendo fará a sua obrigação muito bem.

Nesta tropa deve ir outro oficial subalterno de Infantaria com outro igual numero de soldados, porque os índios daquele rio são bastante atrevidos e traidores.

As ordens que levam são fielmente as de S. Majestade e que foi servido mandar-me expedir assim na Instrução, como nas mais que vieram alusivas a esta importante diligência.

Se alguma destas disposições não for aprovada por S. Majestade, será preciso que V. Exa logo me avise, porque poderão chegar os castelhanos, e eu devo despedir as tropas com a brevidade que couber no possível. Deus guarde a V. Exa muitos anos. Arraial de Mariuá, em 12 de julho de 1755”.

As instruções passadas ao Tenente Diogo Antônio de Castro para a Vila de Borba, a Nova, na antiga Aldeia do Trocano

O Capitão General do Grão-Pará, depois de mandar construir quartel na Aldeia do Trocano, como abordado anteriormente e também como Registro de Ouro, passou as seguintes instruções ao seu comandante:

...”Sendo S. Majestade servido mandar frequentar a comunicação desta Capitania para as minas do Mato Grosso, e querendo que os seus vassalos que fizeram esta larga navegação achem nela não só descanso mas socorro e fresco pronto.

E não havendo outros meios para conseguir aqueles interessantíssimos fins, senão haver povoações civis e população, nas quais os seus moradores cultivem todo o gênero de mantimento para acudir às necessidades que se experimentavam na dita navegação, foi servido o dito senhor, em benefício comum, assim dos passageiros (viajantes) como dos moradores, mandar erigir em Vila esta povoação, que até agora se conhecia por aldeia do Trocano, impondo-lhe o nome de Borba, a Nova.

Troca-se por esta forma a rusticidade da povoação antiga dos miseráveis índios que nela viviam, em civilidade ou polícia, com cujo meio só adquirirão todos os moradores que nela assistem e novamente os que se vierem estabelecer por meio de comércio a se fazer com os passageiros (viajantes), vendendo-lhes os frutos e mais gêneros que tiverem.

E mais, tirarão os índios o sólido interesse de conseguirem o verdadeiro conhecimento da nossa santa fé, na qual estão superficialmente instruídos, como a V. Mce. tem sido assaz notório.

A primeira coisa em que V. Mce. deve empregar todo o cuidado, é em fazer conservar todo este povo em paz e união, e que assim que Índios como é o único meio que há, não só para sua conservação.

Para absolutamente desarraigam nesta Vila o prejudicial abuso que esta arraigado em todo este Estado, de que só os índios são os que devem trabalhar e que a todo o branco é injurioso o pegar instrumento para cultivarem a terra.

Com base neste principio não consentirá V. Mce que Índio algum sirva a morador que pelas suas mãos não cultive as terras que lhe forem dadas, vigiando com grande cuidado quais são os que se empregam no trabalho com atividade para ajudar a estes, dando-lhes os Índios que V. Mce entender que são preciosos para adiantar as plantações que quiserem fazer, e declarando diante de todos os outros que S. Majestade tanto manda ajudar aos que fazem, quanto cabe no possível para adiantar a cultura das terras, quando manda castigar e desprezar os que pondo-se em vida ociosa querem viver à custa do trabalho dos outros. E que por essa razão, ajuda aqueles e sem dúvida alguma há de castigar a estes.

Como presentemente virão para esta Vila alguns casais de homens brancos, casados com Índias, pode suceder que pelo tempo adiante queiram por em desprezo as mulheres para alguma sujeição de algumas pessoas menos intencionadas, que não zelam como devem os interesses sociais do Estado.

Se a V. Mce lhe chegar nota alguma de desordem a este respeito, cuidará muito em evitar, fazendo compreender ao agressor a deformidade da ação, e o quanto deve estimar sua mulher, em contemplação da qual se lhe fizeram todas as honras e mercês (graças) que ele experimentou.

E, mais que S. Majestade manda fazer aos que contraírem semelhantes matrimônios e que seus filhos chegarem a fazer algum serviço, se lhes faça mercê (concessão) do Hábito de Cristo, e necessitarão só de dispensa dos pais; porquanto, pelo mais, estão habilitados para todas as honras.

E que isto é uma demonstração clara e evidente de que casaram com mulheres mais nobres do que eles, e como tais, as devem estimar.

Se não contiverem, os que continuarem a tratar mal as suas mulheres, como suas escravas; pelas primeiras vezes os castigará V. Mce como lhe parecer justo, e se não emendarem me remeterá informações seguras. Pois se não se favorecerem estes casamentos, perderemos certamente um dos mais principais estabelecimentos do Estado.

Aos que estimarem as mulheres, louvará V. Mce publicamente, e os favorecerá o quanto puder no possível, para que esta demonstração sirva de estímulo aos outros para viverem como devem, e são obrigados.

Porquanto não podemos fazer um estabelecimento sólido nesta Vila se os Índios não concorrerem conosco igualmente, para a causa comum, fazendo os interesses recíprocos.

É preciso que nos benquistemos com eles, e que façamos todo o possível para que eles conheçam não só que os estimamos, mas que buscamos todos os meios de os fazer ricos e opulentos.

V. Mce cuidará muito em distinguir e honrar aos Principais e mais Oficiais que havia na antiga Aldeia, que hoje se acham moradores desta Vila; fazendo repetidas práticas em que se lhes mostre por obras a verdade e sinceridade com que fala, seguirá V. Mce a este respeito os meios que vou indicar-lhe”...

Em 1º Jan 1756, a Aldeia do Trocano, cujo missionário era o jesuíta Anselmo Eckart, teve mudado seu nome para Vila de Borba, a Nova. Fato que exacerbaria o incidente do Marquês de Pombal com os jesuítas. A Vila de Borba era considerada um dos mais importantes estabelecimentos do Grão-Pará. Pois além de evitar com sua guarda militar e registro o descaminho de ouro e diamantes de Cuiabá, apoiava logisticamente viajantes que circulavam entre Vila Bela e Belém.

As instruções ao Sgt Mor Eng Sebastião José da Silva, para governar Mariuá enquanto o Capitão-General foi fundar A Vila de Borba, a Nova

Ao viajar para fundar em Trocano a Vila de Borba, a Nova, o Capitão-General deixou a seu substituto as instruções a seguir, em que omitimos os números 5 a 8. Ressalta a esperança da chegada da Comissão de Espanha.

“1. Porquanto me é forçoso sair deste Arraial (Mariuá) por algum tempo, enquanto não chega a ele o Brigadeiro Antônio Carlos Pereira de Souza, ou outro oficial de maior patente do que V. Mercê, deve V.M. ficar comandando o mesmo Arraial, e fazendo dar as providências que forem precisas, não só para a sua subsistência, mas igualmente para se continuar na cultura e adiantamento das roças e mais obras em que atualmente se trabalha e da mesma forma conservar este aquartelamento em quietação e sossego, os soldados em disciplina, de forma que não se atrevam a cometer as desordens e excessos que naturalmente podem fazer, se os não contiver o respeito que devem ter a quem os governa.

2. Quando as roças, não se deve perder um instante, assim em beneficiar as que estão plantadas, como em fazer todo o possível para as ampliar.

A que está junto a esta Povoação tenho encarregado o cuidado dela ao Sargento Francisco Brune, que tem dado conta de sua obrigação com zelo e atividade, e V. M. terá cuidado de ir a ver todas as vezes que lhe for possível.

Ao dito Sargento mandará dar toda a gente que ele entender que lhe é precisa, assim para conservar o que está plantado, como para plantar o que falta, e fazer o roçado que lhe deixo recomendado.

3. A roça em que se acha o Tenente Antônio José Rebelo, saberá V. M. do mesmo oficial, o que lhe é necessário, assim para acabar a plantação que esta fazendo, como para a replanta que lhe deixo recomendada, e dará para se adiantar aquela cultura, toda a providência que o dito oficial lhe pedir, não omitindo meio algum para se conseguir o importante fim de podermos ter mantimentos certos destas roças.

4. Tenho mandado principiar a desfazer (colher) uma parte das sobreditas roças, para se sustentar este Arraial.

E a mandioca deve vir para a Fábrica que está junto a esta Povoação, entregue ao Sargento Francisco Brune, o qual, depois de a mandar reduzir a farinha, entrará com ela nos armazéns, declarando na entrada a roça a que pertence.

5. As obras dos Quartéis para o Ministro de El-Rei Católico, e para os seus Officiais se deve fazer toda a diligência que couber no possível para as adiantar, até que com efeito se concluem. E para cuidarem nas ditas obras, estão destinados o Ajudante Engenheiro, Filipe Sturm, e o Tenente Valentim Ribeiro da Silva, aos quais V.M. deve recomendar que não percam tempo algum ou perdoem a meio algum de conseguirmos aquele fim.

6. Na quietação e disciplina dos soldados se deve cuidar muito, para evitar as desordens que costumam fazer, em havendo, em quem os manda, algum descuido nesta grande matéria.

7. Para se conseguir o fim de se evitar uma grande parte das mesmas desordens, se deve fazer executar a ordem que tenho passado, para que os soldados e sargentos (que não estão dispensados de dormirem nos Quartéis) estejam às oito horas, passando-se-lhes, às horas costumadas as revistas ordinárias, a tempo competente.

8. Contra os que perturbarem o publico, ou violentarem mulheres, ou lhes fizerem qualquer força, procederá V. M. com toda a atividade, e os réus destes delitos ficarão logo presos à minha ordem.

9. Na canoa grande que deve ir receber aquele Ministro de Espanha, deve ir, tendo chegado a este Arraial, o Ajudante de Sala João Batista de Oliveira, ou quando não tenha vindo, deve ir o Capitão de Granadeiros Manuel José Henriques de Lima, e na falta destes dois, aquele Oficial que V. M. julgar mais hábil para uma ação tão séria como esta. (Tratava da recepção do Comissário espanhol e comitiva).

10. Nas ocasiões que ocorrerem, e que aqui não estão expressadas, dará V. M. aquelas providências que lhe parecerem mais úteis ao serviço de S. Maj. e ao sossego deste Arraial”...

A presença de duas peças de Artilharia com os jesuítas em Trocano

151ª Carta. “Ilmo. e Exmo. Sr. Meu irmão do meu coração. A V. Exa. avisei em carta de 15 de novembro do ano passado de que, sem embargo da pouca saúde com que achasse logo que expedisse a via que deveria levar o iate para esse corte, saía deste arraial (Mariuá) para ir fundar a Vila de Borda, a Nova, no rio da Madeira, na forma que me ordena.

O que restava eram duas outras canoas velhas, uma forja de ferreiro e uma balança de pesar o seu negócio, o sino, e duas peças de artilharia que me disse que lhes serviam para se defender dos Muras.

O segundo foi tirar aos padres toda a presunção de que, se houvesse novidade maior, lhes pudesse fazer deixar nas aldeias os outros bens mais importante que nelas tem, porque do procedimento que houvesse com eles nesta primeira fundação havia de fazer argumentos para as outras, e por isso pelejei o que pude para poder nas outras obrar mais livremente, nas quais o espólio há de ser mais importante, principalmente nas grandes, que estão mais perto da cidade.

Porém , para não dar jogo aos ditos padres, lhe escrevi na forma da cópia que em outra hei de remeter a V. Exa., na qual lhes dizia que a decisão da pessoa a quem pertenciam aqueles bens tocava inteiramente a S. Majestade.

E escrevi ao padre visitador, de cuja carta e resposta também remeto copia a S. Exa. onde dizia respeito ao altar, o sino e as duas peças de Artilharia da aldeia do Trocano, porque estas, de sorte nenhuma, lhe competiam e muito menos nestes centros, porque eram armas que não as costumavam possuir senão Príncipes Soberanos, e que eu não lhes podia consentir em parte nenhuma a posse das peças. E que deveriam ficar com aqueles pobres bens em depósito até S. Majestade determinar a quem pertenciam tudo”...

Segundo Marcos Carneiro de Mendonça, as 2 peças de Artilharia na aldeia de Trocano deram motivo ao que, contra os jesuítas, levantou o governador Mendonça Furtado.

Isto porque estando ele, como se constata nesta correspondência, senhor das notícias vindas do sul (a Guerra Guaranítica), achava, com razão, que em momento oportuno os jesuítas, com seus índios na Amazônia, podiam servirem-se delas, como os jesuítas e índios que reagiram militarmente no Rio Grande do Sul, na mesma época, sob a liderança dos padres, à entrega, a Portugal, dos Sete Povos das Missões, conforme determinava o Tratado de Madrid.

Fundada a vila de Borba, a Nova, pelo Capitão-General Mendonça Furtado, este deixou governando-a o Tenente Diogo Antônio, conforme comunicou ao Marquês na sua 152ª Carta.

Os casamentos de soldados com índias na Amazônia na Vila de Borba e medidas para desenvolver este local

154ª Carta. "Ilmo. e Exmo. Sr. Meu irmão do coração. Como era preciso introduzir alguns soldados, depois de publicada a lei por que S. Majestade foi servido habilitar aos descendentes destes de índios, para todas as honras, para os que se casassem com índias.

E logo o primeiro casamento se ajustou. E seguiram-se uma quantidade deles e até agora completei os 23 casais soldados x índias e ficam para se receber 3 ou 4 casamentos.

E muitos mais teriam casado, se pudessem constar aqui que não tem embaraços.

Dos conteúdos na dita relação se acham já 20 na vila de Borba e os restantes irão em poucos dias.

O dote que lhes dou é o pouco que cabe nas presentes circunstâncias, porque os armazéns estão bastante desprovidos, pelo que apenas mandei dar a eles umas fardas velhas que havia.

Uma farda a cada noivo, e a sua mulher, camisa de pano e saia de aniagem, enxada, machado e foice.

Enquanto houve serras, enxós, e martelos, mandava dar uma peça de cada ferramenta, e meio alqueire de sal.

E com este bom dote e com a mulher os soldados se foram mui contentes para a sua nova terra.

Como, porém, a mesma vila (de Borba) não pode se manter sem nela haver gados, mandei ordem ao Tenente dos Pauxis (Óbidos), para que nas aldeias do Surubi e Jacundás faça toda a diligência para comprar de

20 até 30 cabeças de gado vacum para repartir por aqueles moradores, de acordo com o que S. Majestade foi servido praticar com moradores que vieram das ilhas (Açores) para as novas vilas que se fizeram junto ao Pará.

E ainda quando não houvesse esta real determinação sempre se deveria na vila de Borba introduzir gado para que os passageiros (viajantes) do Mato Grosso tivessem naquela vila todo o gênero de mantimentos.

E como os novos moradores de Borba são tão pobres, seria impossível aquela introdução de vacuns se S. Majestade não fosse provê-los deste remédio.

Também seria mui conveniente que se pudesse introduzir éguas, porque aquela vila, em que pese estar sumamente bem situada, tem 7 ou 8 léguas de terras firmes em roda de si e todas excelentes"... Deus aguarde a V. Exa muitos anos. Arraial de Mariuá, 13 de outubro de 1756.'

A revolta de tropas de Portugal em Mariuá, conforme relato do Capitão-General Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal em 1757

178ª Carta. "Limo. e Ex.mo. Sr. Meu irmão do meu coração. Neste instante lhe acabo de dar conta da desordem acontecida no arraial do rio Negro (Mariuá), e será agora preciso fazer-lhe mais alguma reflexão nesta matéria, e dar-lhe notícia que V. Ex.a creio que nunca soube, nem eu quis falar nela, por se não entender que em mim havia segunda intenção, ou que nas minhas representações podia haver coisa que não fosse puro serviço de S. Majestade.

Como se apresenta esta ocasião, já não é tempo senão de dizer o que sinceramente entendo sobre o que se passou com estas tropas, que há 4 anos vieram para este Estado, e que me tem dado o que fazer e mais do que se pode imaginar, sem nunca tirar delas outro fruto do que se conterem (comportarem-se) na parte em que vivo com elas, não chegando na minha presença a fazerem excesso maior.

E pois o caso que passando S. Majestade positivas ordens para que dois regimentos que foi servido mandar para guarnição desta capitania do Grão Pará não fossem compostos daquela vivíssima canalha que se costuma mandar para Índia e para as outras conquistas, por castigo.

E ratificando V. Ex.a esta ordem um par de vezes, como me constou, totalmente a desfizeram.

Pois a maior parte da gente que veio eram ladrões de profissão,

assassinos e outros malfeitores semelhantes, que principiaram logo a por a terra em uma perturbação grande, cometendo toda a qualidade de crimes, obrigando-me a proceder contra eles com castigos rigorosíssimos, sem nunca os poder fazer conter dos seus excessos.

Também soube muito bem, que dizendo-se a V. Exa. que estava uma capoeira cheia desta gente para mandarem para cá, o fez V. Exa. presente a S. Majestade. E foi o mesmo servido ordenar que tal gente viesse.

Sem embargo de tudo, se introduziram na Trafalha, soltando-se só do regimento de Setúbal, 72 ou 73 soldados, conforme me diz o Tenente-Coronel Luís José Soares Serrão, suprimindo-se aquelas praças com estes malfeitores, que por um milagre da onipotência divina, não tem feito aqui maiores excessos, como normalmente se deveria esperar de homens de tal procedimento, e castigá-los quanto me parece justo, sem contudo colher o fruto que desejava.

Com cujo objeto rogo a V. Exa. queira representar a S. Majestade que, se for servido mandar algumas recrutas, sejam daqueles mesmos homens que S. Majestade ordenou já que viessem nestes regimentos, e que as tais capoeiras de malfeitores se distribuam por outras partes e não por um Estado que se esta criando, pois não servem de outra coisa aqui, aqueles delinquentes, senão de arruinarem estas miseráveis plantas tão tenras, como V. Exa. tem muito bem compreendido.

Torno a rogar a V. Exa. que a este respeito se tomem aquelas providências que parecerem mais condizentes a este importante fim, em forma que se executem as ordens de S. Majestade, da maneira que o mesmo Senhor mandou.

Tenho metido nos regimentos 140 recrutas de filhos da terra e ainda me faltam mais outros tantos para os completar. E vou trabalhando por ver se posso conseguir, e não me dou mal com eles.

Porém, se houver até 50 dos bem procedidos em que entrem alguns casados, estimaria que S. Majestade me fizesse a mercê (graça) de os mandar para esta praça, porque concorrendo neles aquelas qualidades, não serão indiferentes entre os outros.

S. Maj., porém, resolverá o que julgar mais conveniente ao seu real serviço. Deus guarde a V. Exa. Pará, 13 de junho de 1757 “.

Um pedido de promoção a Brigadeiro, para um grande soldado

180ª Carta. “Ilmo. e Exmo. Sr. Meu irmão do meu coração. Como V. Exa. conhece muito bem ao Coronel Cipriano de Azevedo, é notória não só a grande honra deste oficial mas os relevantíssimos serviços que fez,

em toda a guerra a S. Majestade, não tenho que cansá-lo em recordá-los e só dizer-lhe que se ele acha com 78 anos de idade e com pouquíssima saúde, e que pretende que S. Majestade o honre no último quartel da sua vida com a patente de Brigadeiro, e provera a Deus que ele a pudesse conservar muitos anos, porque é tão benemérito, como é notório.

Para conseguir, pois, aquele fim, me trouxe aqui a petição inclusa para a remeter a V. Exa.

E se V. Exa. lhe achar a justiça que eu compreendo que possui este pobre velho, a apresentará a S. Majestade para lhe definir como lhe parecer justo, esse conceder o despacho que me parece que se lhe dá mais um par de anos de vida. Deus guarde a V. Exa. Pará, 17 de junho de 1757".

O Capitão-Geral deixara Mariuá em 18 de outubro de 1756.

Nesta altura, o Capitão-General retornou a Belém do Pará depois de liderar uma série de medidas que muito concorreram para a Segurança e Desenvolvimento da Amazônia Brasileira, e que iriam em grande parte constituir a infra-estrutura para apoiar a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

O Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) e a sua Projeção Histórica na Amazônia Brasileira

Ao concluirmos esta parte é justo tentarmos interpretar a projeção histórica de sua obra na Amazônia Brasileira, com apoio na consulta de variadas fontes e tentar pela primeira vez resgatar seu perfil biográfico a ser completado com dados que não nos foi possível obter.

Mendonça Furtado foi um soldado português com obra pouco conhecida e divulgada, mas de grande projeção na consolidação da conquista da Amazônia Brasileira, como Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1758, ao executar ali a política traçada por seu irmão, o Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), ministro do rei D. José I.

Mendonça Furtado nasceu no Solar dos Carvalhos, na Freguesia Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, em 1700, filho de Manuel de Carvalho Ataíde e de D. Teresa Luiza de Mendonça e Mello, da qual herdou o ilustre nome Furtado. Era um ano mais moço do que o Marquês de Pombal, nascido em 1699.

Faleceu aos 69 anos, em 1769 em Vila Viçosa, 13 anos antes que seu famoso irmão e na época em que chegou ao Brasil o mais tarde Brigadeiro Lobo d'Almada, que abordaremos mais adiante, ainda nesta parte.

Foi oficial do Regimento da Armada de 14 de abril de 1735 a 7 Jan 1751, por mais de 14 anos. Ocupou os postos de soldado, tenente, capitão-tenente e por último, Capitão de Mar-e-Guerra, participando de várias missões navais no Brasil. Serviu no quartel de Vidigueira. Em 1736 recolheu-se a Lisboa e embarcou na Nau N. S. da Arrábida que foi em socorro de Colônia do Sacramento e lá se incorporou à Esquadra Portuguesa. E no mesmo navio, em 1737, retornou de Colônia para o Rio e deste para Pernambuco. Dali foi enviado junto com a Esquadra comandada pelo Capitão de Mar-e-Guerra José Soares de Andrade, para confirmar se em Fernando de Noronha se haviam estabelecido franceses. E ali, além do serviço de mar, ajudou nos serviços de fortificações e de faxinas na ilha "com grande atividade, distinção e zelo que foram bem notórios aos cabos e officas daquela esquadra."

E depois da ilha de Fernando de Noronha ficar fortificada e preparada para a sua defesa, ele retornou a Pernambuco em 7 Fev 1738. Retornou de Pernambuco a Portugal comboiando a frota de Pernambuco.

Ele participou, em 1736, do socorro à Colônia do Sacramento no atual Uruguai, cercada por espanhóis, que iniciaram a bombardeá-la em 28 de novembro de 1735 e tentaram assaltá-la em 10 de dezembro do mesmo ano, chegando a 120 metros de uma brecha, quando foram repelidos. E continuaram o bombardeio até 6 de janeiro de 1736, quando os seus canhões emudeceram. E a razão teve explicação na manhã seguinte, dia 7.

É que haviam entrado no porto de Colônia 7 navios de guerra conduzindo reforços. E entre eles vinha Francisco Xavier de Mendonça Furtado. E os atacantes foram obrigados a se retirarem para Buenos Aires. Mas, convênio assinado em Paris, permitiu que a Colônia ficasse sitiada. E dali retornou Mendonça Furtado para Pernambuco em novembro de 1737 depois de permanecer na Colônia por cerca de 18 meses.

E voltaria ao Brasil 13 anos mais tarde, aos 51 anos, nomeado em 19 de abril de 1751, para assumir as suas importantes funções, em cujo exercício realizou importantes ações que resultariam na consolidação da conquista da Amazônia, obra que seria completada expressivamente, até 1791, pelo Brigadeiro Gama Lobo d'Almada, que chegou na Amazônia no ano de sua morte.

Sua atuação no Brasil, na História Militar Terrestre do Grão-Pará (atual Amazônia Brasileira) a documentamos expressivamente neste trabalho, com apoio em obras de Arthur César Ferreira Reis, Marcos Carneiro de Mendonça, João Abel da Fonseca e outras que aqui serão citadas e indicadas.

Sua missão principal no Brasil era de demarcar a nossa fronteira na

Amazônia com os domínios de Espanha, em acordo com o Tratado de Madrid de 1750.

E, no contexto desta tarefa, conter os jesuítas e submeter ao governo de Portugal os índios que eles lideravam.

Recebeu do irmão, Marquês de Pombal, cartas secretas sobre sua missão no Brasil e publicadas por João Abel da Fonseca em Amazônia Pombalina-Portugal e Brasil...(Lisboa: Ed. Colibri, 2001). p. 207/244, e aqui abordadas anteriormente, no tocante à História Militar Terrestre da Amazônia.

E enviou ao irmão, Marquês de Pombal, cartas publicadas em Portugal na obra **Relação abreviada da república que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias e da guerra que nela tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses**. Na realidade só houve guerra no Rio Grande do Sul - A Guerra Guaranítica, que focalizamos na **História da 3ª RM-1808-1953 e Antecedentes** (Porto Alegre: 3ª RM, 1995).

Ao retornar a Portugal foi nomeado, em 20 de março de 1759, Secretário dos Negócios do Reino, como adjunto de seu irmão Marquês de Pombal.

Em 1762, ocupou a pasta da Marinha e Ultramar, continuando a projetar sua ação no Brasil.

Mendonça Furtado chegou em junho de 1751 ao Maranhão e logo a seguir viajou para Belém do Pará. Depois de uma viagem fluvial de 83 dias (de 3 de outubro a 28 de dezembro de 1754), de Belém atingiu Mariuá (atual Barcellos ou Forte do Rio Negro) onde permaneceu cerca de 4 anos, até retornar a Belém.

Antes de deixar Belém tomou as providências iniciais para a aldeia Trocano, próximo da foz do rio Madeira, passar a chamar-se Vila Nova de Borba, providência que consolidou mais tarde, ao partir de Mariuá para fundá-la oficialmente.

E transformou a Vila de Borba numa Guarda Militar, Registro de Ouro e Base Logística para impedir a descida pelo rio Madeira para as minas de ouro e diamantes, registrar o ouro daquelas minas passando pelo local e ali produzir suprimentos para apoiar os viajantes autorizados, procedentes ou para as minas de Cuiabá.

E para fortalecer esta vila estimulou com dotes, o casamento de soldados com índias, além de introduzir na Vila de Borba, a Nova, gado vacum. Segundo interpretação da publicação Público, Lisboa, 9 de abril de 1995:

“Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como responsável pela demarcação das fronteiras no Norte do Brasil com a América Espanhola, empreendeu várias viagens pelo território sob sua administração que lhe permitiram reconhecer, por um lado, o estado de conservação e eficiência das fortificações que vigiavam o acesso e navegação da bacia hidrográfica do rio Amazonas e, por outro, o tipo de colonização estabelecido, até à data, no interior do Estado.

Como consequência, empreendeu um programa de reformas administrativas, econômicas e militares, destinado a consolidar o domínio da coroa portuguesa sobre a região.

Saliente-se a difusão das leis de liberdade aos índios e da abolição da autoridade temporal dos missionários sobre as aldeias indígenas, em 1757. Mendonça Furtado regressou ao Reino em 1759”. Interpretação esta de Ângela Domingues, no **Dicionário da História da Colonização Portuguesa do Brasil. Lisboa: Verbo, 1994.**

Segundo Izabel Viera Rodrigues, fundamentaram a ação de Mendonça Furtado no Grão-Pará e no Maranhão, 1751/59:

“A posse da terra e sua delimitação. O objetivo primordial era geopolítico: consistia em reclamar para a Coroa portuguesa os vastos territórios da bacia amazônica e impor a autoridade do Estado aos moradores que a desconheciam ou a desafiavam.

Para atingir este desiderato teve que realizar viagens ao hinterland, povoar e fundar povoações, constituir uma expedição de demarcações, enfrentar os elementos rebeldes, fossem ameríndios, reinóis ou regulares.

Ele, o irmão de Pombal, executou a política traçada em Lisboa. Iniciou uma dinâmica de povoamento e desenvolvimento que permitiriam integração política, administrativa, econômica, social e também cultural do Estado no todo do Império. Foi sob a sua égide que se formou e preservou a unidade do território”.

A cidade de Bragança está muito a lhe dever, segundo Armando Bordallo da Silva. Pois, fundada em 13 de fevereiro de 1634, ela recebeu grande impulso de desenvolvimento pelo Capitão General Xavier de Mendonça que ali colocou, para colonizá-la, 30 casais de açorianos e batizou o local com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Bragança.

A Mendonça Furtado coube a missão de implementar a colonização do atual Amapá:

“Ele assumiu o governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 24 de setembro de 1751, e já em dezembro organizava uma expedição a Macapá sob comando do Sargento- Mór João Batista do Livramento, constituída de soldados e principalmente, de colonos da Ilha dos Açores.

Foram recepcionados pelo comandante da guarnição, Manoel Pereira de Abreu e padre Miguel Ângelo de Moraes que estavam em conflito, porque o militar negava-se em atender os pedidos e solicitações do sacerdote, inclusive de alimentação.

O povoado rapidamente progredia, mas a insalubridade do local tornava-se um grave problema a ser enfrentado pelos colonos.

Em 1752, uma epidemia de cólera grassou em Macapá. A notícia chegou a Belém e em 7 de março desse ano, inesperadamente, Mendonça Furtado aportou na povoação, trazendo o único médico que havia na Capitania e medicamentos, conseguindo controlar a moléstia.

Mendonça Furtado, no início de fevereiro de 1758, novamente aportou em Macapá em numerosa comitiva. Estava em missão de demarcação de fronteiras da Colônia com as terras pertencentes à Espanha, na região amazônica, definida pelo Tratado de Madrid, assinado em 1750.

Veio para elevar o povoado à categoria de vila. No dia 2 de fevereiro, começou com as providências, criando a Câmara Municipal e empossando os vereadores Domingos Pereira Cardoso, Feliciano de Souza Betancort, Francisco Espindola de Betancort, Antonio da Cunha Davel, Thomé Francisco de Betancourt e Simão Caetano Leivo.

No transcurso de uma solenidade, no dia 4 de fevereiro, Mendonça Furtado mudou a categoria administrativa do povoado de Macapá, elevando-o à condição de Vila de São José de Macapá”.

Em 1758, ao passar pela aldeia Surubiu, no Pará, elevou-a à Vila de Alenquer, em acordo com a Carta Régia de 6 de junho de 1755 que determinava a elevação à vila, das povoações com condições para tal, batizando-as com os nomes de cidades portuguesas, como no caso Alenquer, berço em Portugal de Camões, de D. Dinis, da rainha Santa Izael, do infante D. Duarte, etc.

Também ganhou nome de local de Portugal a aldeia de Mariuá, que foi a base de Mendonça Furtado na Amazônia e então denominada de Barcelos. Foi também conhecida como Forte do Rio Negro.

E o mesmo aconteceu com as atuais localidades da Amazônia com nomes tirados de locais em Portugal: Moura, Silves, Vila de Borba, Faro, Óbidos, Santarém, Almeirim, Porto de Mós, Melgaço, Porto, Aveiro, Barão, Adivelas, Alcobaça, Oeiras, Chaves, Bragança, Benfica, Ourém, Viseu, Belém, Mazagão (o antigo Marrocos português), etc.

Gilberto Paim em artigo Informação para desvendar o Mistério Amazônico em Carta Mensal, nº 567, v. 48, Jun 2002, assim interpretou a missão de Mendonça Furtado:

“Não foi difícil a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, chefe do

governo das províncias do Norte (1751/59) com sede em Belém, fincar marcos portugueses na embocadura de dezenas de tributários do rio Negro e pouco depois, em 1755, instalar a Capitania de São José do Rio Negro, núcleo do futuro Estado do Amazonas.

Outra providência de largo alcance político foi o fechamento do Amazonas à navegação espanhola, entre a colônia peruana e a metrópole, e no ano seguinte partindo para assegurar, por meio de povoamento, o efetivo domínio da Amazônia.

O casamento de soldados com índias, premiado com terras, instrumentos de trabalho e mantimentos, contribuiu para legitimar a ocupação de vastas partes ermas da vasta superfície territorial que se estendia do Piauí ao Mato Grosso. Este esforço provocou a sua utilidade"...

A era pombalina, a partir do governo de Mendonça Furtado (1751/1759), consolidou, em definitivo, o domínio das terras nos limites com o atual Acre e outros ajustes. Data desta época a introdução do arroz em Carolina, no Maranhão, do café da Guiana no Pará, do cacau no Baixo Amazonas, a criação da frota pesqueira no Solimões e introdução do boi nos vales dos rios Branco e Madeira.

A presente síntese biográfica, até então inexistente, a ensaiamos com apoio do dedicado escritor e historiador Sargento-Ajudante Antonio E. Sucena do Carmo, do Exército de Portugal e operoso sócio correspondente naquele país da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e também estudioso de problemas da Amazônia na Revista Boina Verde (vide bibliografia).

A nós interessou, na obra de Mendonça Furtado, aspectos relacionados com a História Militar Terrestre da Amazônia que procuramos resgatar dos seguintes autores, cujas obras constam da bibliografia: Arthur César Ferreira Reis, Berta Leite, Marcos Carneiro de Mendonça, João Abel da Fonseca, Isabel Vieira Rodrigues, etc.

Mendonça Furtado: Secretário de Marinha e a Amazônia, 1765

Mendonça Furtado obteve permissão para voltar para Portugal, tendo chegado em Lisboa em 28 Mai 1758, para convalescer de graves e perigosas enfermidades que lhe provocaram grande fadiga. E em 14 junho foi nomeado pelo Rei como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Mendonça Furtado continuou preocupado com a defesa da Amazônia, e agora dos espanhóis, conforme documento que transcrevemos, adaptado a linguagem atual e publicado na **RIHGB**, t.4.v.4 nº 16, Jan 1843, p.502/503.

Entre suas atribuições destaque-se: Regulação e pagamento de dívidas de Armazéns; direção e economia do Arsenal de Ribeira das Naus; direção do comércio de Portugal; e intendência da Fundição de Artilharia para os arsenais da Marinha e do Exército.

E as desempenhou bem, tendo por esta razão recebido, em doação, diversas mercês, ao serem considerados seus bons serviços.

Vale lembrar que em 1763, dois anos antes, os espanhóis haviam invadido o atual Rio Grande do Sul, de onde só foram expulsos 13 anos mais tarde, em 1776, conforme abordamos em detalhes na obra **A Guerra da Restauração** (já citada). Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996.

“Ordem Régia pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha para se deitarem canoas de observação pelo rio Branco”

Dirigida a Fernando da Costa de Attaide Teive Capitão-General do Grão Pará

Sendo presentes à S. Majestade as cartas de V. S. de 7 de outubro de 1763, e de 31 de julho de 1764, nas quais deu conta das negociações que D. José de Yturriaga, e outros espanhóis estabelecidos no rio Negro, pretenderam quando Manoel Bernardo de Mello e Castro governou esse Estado, determino que V. S. vigie com grande cuidado o vale do rio Branco, mantendo nele sempre 2 ou 3 canoas bem guarnecidas, principalmente em tempos de águas (cheias) , que é quando se pode navegar pelos centros.

Estas canoas encontrando canoas explorando os Domínios de S. M., as deve apreender, remetendo todas as pessoas que nelas se acharem para Belém, segurando todos os papeis que trouxerem, e os remetendo igualmente, para V. S., dar conta de tudo pela primeira ocasião que se oferecer.

As canoas de observação devem cruzar ao centro do rio Branco tanto quanto puderem, nele vigiando o rio Caraterimani (Catrimani) que é essencial por vir da parte do Poente (oeste), e receber as águas do Orinoco, onde nunca há seca porque sempre é abundante a sua corrente, e a boca fica distante 6 dias de viagem da embocadura do rio Branco com o rio Negro.

Também vem outro rio da mesma parte, distante 5 dias deste, chamado Yayarany, que corre o mesmo e por ele há menos risco de invasões.

Porém S. M. ordena que haja cuidado com ele e que seja sempre vigiado, ainda que o principal objeto seja o Careterimani (Catrimani atual), por ser o mais próprio para navegação.

Ainda há outro rio na mesma área acima da cachoeira e dela distante

4 dias de viagem. E é muito conveniente que também se possa vigiá-lo. Pois, além de ser navegável (de águas), corre por largas campinas, onde estão estabelecidos os índios Paravilhanos, Chaperos, e Guajuros, que são os mais fáceis de domar.

Quanto aos outros rios que deságuam pela parte esquerda, ou da parte de leste, não merecem cuidado algum, porque os holandeses, que algumas vezes desceram por eles, se tem abtido há muitos anos daquela navegação.

Quanto, porém, V. S. receber cartas dos Castelhanos, que tragam alguma novidade, determinou Sua Majestade que eu previna a V. S para que as responda sempre no sentido de como o fez Manoel Bernardo.

Isto é, referindo-se aos artigos da paz, sem se meter em novas disputas, e dizendo que informará a Corte (Lisboa), para na Europa se decidirem as questões nos Gabinetes dos Monarcas de Portugal e Espanha.

Deus Guarde a V. S. Palácio de N. S. da Ajuda a 27 de Junho de 1765. - Francisco Xavier de Mendonça Furtado”.

Como se conclui, Mendonça Furtado temia invasões espanholas vindas por rios com nascentes na atual Venezuela. E estava despreocupado com rios nascidos que permitissem o acesso de holandeses do Suriname.

A demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 na Amazônia

Os limites previstos pelo Tratado de Madrid não foram demarcados por ausência na Amazônia, conforme fora acertado, da Comissão de Demarcação de Espanha que foi aguardada em vão até 1756 em Mariuá (atual Barcelos). Mas as providencias para defender a Amazônia e apoiar os trabalhos prosseguiram.

Assim, em janeiro de 1770, ela recebeu 163 famílias portuguesas cristãs, precedentes de Mazagão, em Marrocos, na África.

Segundo o correspondente da AHIMTB em Portugal, historiador Sargento-Ajudante Antônio E. Sucena do Carmo:

“Mazagão era uma cidade fortificada portuguesa na costa ocidental do Marrocos de 1513 a 1769, por 250 anos, e de lá removida pelo Marquês de Pombal em 1769, sendo que parte de sua guarnição e povoadores vieram em 1770 guarnecer o Forte de Macapá e fundarem a atual cidade de Mazagão no Amapá. A antiga Mazagão no Marrocos é atualmente a cidade marroquina de El Djadidá, importante centro turístico próximo ao Mediterrâneo.

Esta imigração foi forçada pelos mouros mazaganenses convertidos aos islamismo que entraram em conflitos armados com os portugueses cristãos, culminando com a saída forçada destes para o Amapá onde se fixaram em local que denominaram Mazagão, trazendo do Marrocos a tradição da festa de São Tiago.

O Amapá havia recebido no tempo do Capitão-General Mendonça Furtado uma imigração açoriana que não se adaptou ali, pela malária, a insalubridade, ao clima local e às desinteligências do Coronel João Baptista do Livramento com o padre Miguel Ângelo de Moraes, em cuja companhia ali chegaram.

Manoel da Gama Lobo d'Almada- atuação na Amazônia, 1770-1799

Entre outros imigrantes de Mazagão, no Marrocos, e que se distinguiram na Amazônia, veio o Capitão Manuel da Gama Lobo d'Almada, natural de Lisboa e que ali se encontrava desde 1760. Era um homem ilustre e inteligente, engenheiro militar, geógrafo e cartógrafo. Ele havia combatido em defesa da integridade dos territórios ultramarinos de Portugal, em Mazagão, no Marrocos.

Foi encarregado, em 1770, de comandar a Fortaleza de Macapá, prestando juramento ao governador do Pará, Fernando da Costa Ataíde Teive. E em 1771, com como sargento maior (major) organizou a colônia de Mazagão no Amapá com as famílias que vieram do Marrocos com as quais convivia há cerca de 10 anos.

Organizada Mazagão e promovido a Ten Cel retornou a Macapá para comandar novamente a Fortaleza de Macapá, a mais poderosa da Amazônia, à cuja frente ficou por cerca de 9 anos, de 1773 a 1784, quando no Sul era travada a guerra de 1774/77, que expulsou os espanhóis do Rio Grande do Sul, que o ocuparam expressivamente por cerca de 13 anos, o que abordamos em detalhes na já citada obra **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996.

Personagem (d'Almada) sobre o qual escreveu o mestre Arthur César Ferreira Reis: **Lobo D'Almada—um estadista colonial**. Manaus, 1940 e ultimamente pelo Dr. Alcir Gurgem Miranda em artigo "Lobo d'Almada na terra de Macunaíma" na **Folha de Boa Vista**, 21 de julho de 1995.

Lobo d'Almada devia inspecionar as obras de fortificação de Macapá, cuja finalidade era garantir a soberania portuguesa em região ambicionada pelos franceses de Caiena.

Em 19 março de 1782, dia de São José, coube-lhe como tenente

coronel comandante da Fortaleza de Macapá a inaugurar, fazendo romper fogo com todos os canhões de seus baluartes.

Macapá tornara-se a menina dos olhos de Lobo d'Almada. Ele trabalhou no Amapá por mais de 10 anos, até 1784, tendo concorrido decisivamente para a segurança e desenvolvimento da região.

Promovido a coronel em abril de 1884, recebeu nova missão, a de integrar Comissão de Demarcação de Limites com a Espanha e a de comandante do Forte de São Gabriel. Neste, com a missão de defender a região encachoeirada do rio Negro e explorar os principais rios desta bacia.

Foi ciente que, em carta de 13 de dezembro de 1771, o Governador do Pará denunciara a infiltração de holandeses na atual região de Roraima e sugeria a fundação de uma povoação que se tornaria a atual cidade de Rio Branco. E informava que os holandeses desciam pelo rio Tacutu e a seguir pelos rios Branco e Negro para comerciarem com nossos índios e escravizar outros que levavam para a Guiana Holandesa.

E mais, que holandeses haviam feito fogo contra os índios de nossa missão do Aricari, que tentaram impedir as suas descidas, obrigando nossos índios a uma retirada.

Sugeriu a criação de uma povoação na atual Roraima, para impedir a entrada em nosso território de holandeses e para ali defender a Fé Católica e os domínios de Portugal. Mencionava que a região ficava distante 50 dias de viagem de Belém.

Em 1784, quando estavam em curso os trabalhos de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, na Amazônia, Lobo d'Almada foi mandado assumir também, em Barcelos (Mariuá ou Forte do Rio Negro), o Comando Militar do Alto Rio Negro.

A sua missão principal era executar explorações geográficas em uma vasta área, da atual Calha Norte, então praticamente desconhecida e muito ameaçada por ações de espanhóis e de holandeses do Suriname.

Deveria estabelecer contato com as tribos da área, organizar povoados, promover a defesa do território e desenvolver a cultura do anil.

Ele chegou em S. Gabriel da Cachoeira, em 3 de maio de 1784. E ali instalou a sede provisória de sua administração. Encontrou, no comando da fortaleza de São Gabriel da Cachoeira o Tenente Marcelino José Cordeiro, grande conhecedor da região, e que seria o seu braço direito no governo do Alto rio Negro.

O General João Pereira Caldas, governador do Grão Pará, era o seu chefe e plenipotenciário da Demarcação. E deu-lhe, em 5 de outubro de 1784, as seguintes instruções minuciosas de caráter técnico e político:

“Explorar e cartografar toda a rede potamográfica da bacia do rio Negro”. E Lobo d’Almada, segundo o dr. Alcir Gurgen Miranda, descobriu duas ligações do rio Negro com o rio Jaburi. A ligação do Canaburis com os rios da Carabina, hoje venezuelanos, e uma passagem do rio Ixié para as águas do rio Negro, que correm em território atualmente venezuelano.

Nos últimos meses de 1784, e em 1785 e 1786 Lobo d’Almada dedicou-se ao cumprimento de sua missão, dando exemplos de coragem, capacidade e rusticidade.

Em 30 de dezembro de 1786, o Coronel Lobo d’Almada foi instruído por Portugal para reconhecer e explorar o vale do Rio Branco, cobiçado por espanhóis. Contou com a colaboração do grande cientista português Alexandre Rodrigues Ferreira. Devia retomar os trabalhos do Capitão Ricardo Franco de Almeida Serra, atual patrono dos engenheiros militares do Exército, auxiliado pelo astrônomo Antônio Pires da Silva Ponte, segundo ainda Alcir G. Miranda. Devia reconhecer as cabeceiras dos rios Rapunami e Aneuá e os cursos dos rios Xerui e Catrimani.

Assim, foi penetrando na selva, subindo rios de curso desconhecido, em frágeis embarcações, atravessando pantanais, galgando cachoeiras, acampando sem conforto, sempre observado de perto por índios bravios, em plena mata.

Em contato com a natureza amazônica vigorosa e hostil foi colhido pela maleita, minando-lhe a saúde, e reconheceu as cordilheiras do Parima e Paracaima, em cujos divisores deveriam passar os limites estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso de 10 de outubro de 1777.

E prosseguiu na missão, sem queixas, indecisões, e fraquezas.

A liderança do grande explorador impunha-se aos companheiros pela coragem e pela lição de patriotismo permanente que sempre evidenciava. E afirmava com frequência:

“Eu vou pessoalmente a todas estas expedições. Não sou capaz de permitir que os que me acompanham passem por trabalho ou perigo algum em que eu não seja o primeiro a dar-lhes exemplo”.

E sobre os perigos de vida que corria com seus comandados, em suas missões, dizia:

“Todo o sangue que verte a serviço da Pátria é nobre”.

Assim levantou preciosas e precisas cartas dos cursos d’água, ao custo de sacrifícios ingentes que não o faziam desanimar e sempre exaltando os esforços e sacrifícios de seus companheiros de jornada.

Empenhou-se a fundo em reconhecer e mapear todos os cursos d’água afluentes do rio Negro.

Nesta tarefa atravessou igapós com água pelo peito e fez previsões

dos espanhóis que poderiam descer sobre território de Portugal pelos rios Orenoco e Cassiquiare, estabelecendo em consequência, postos militares para barrar estas descidas.

Ele deixara Barcelos em 20 de fevereiro de 1787, para reconhecer e explorar o Alto rio Branco. E de tudo deu conta em relatório sobre povoados, indígenas, fauna e flora e as gramíneas que revestem os campos da região em seu **Planogeografia do Rio Branco, seus afluentes e cabeceiras do Rapunami.**

E retornando da Terra de Macunaíma continuou seu esforço notável para definir as redes hidrográficas do Alto Rio Negro e Japurá, que espanhóis disputavam com os portugueses. E mais uma vez teve de retornar a Barcelos para tratamento de febre palustre.

No vale do rio Branco havia reconhecido as cabeceiras do Rapunami e do Ananau e verificado as cordilheiras por onde devia passar a linha do Tratado de Santo Ildefonso.

Em seu citado Planogeografia, segundo o Dr. Alcir Gurgem Miranda, sugeriu que portugueses povoassem o vale do rio Branco, com colonos de outras partes do Brasil, favorecendo a introdução do gado vacum. E mais, que atraíssem o maior número de índios, "os convencendo das vantagens do sistema português e sustentá-los, vesti-los, não os fatigar; dar o que se promete e pagá-los prontamente sem usuras; deixar que cultivem as próprias roças e alimentarem-se segundo seus próprios costumes; não obrigá-los a trabalhos forçados; não arrancar os filhos e mulheres das famílias índias e favorecer os casamentos entre soldados e índias, até incentivando-os com o donativos de vacas".

Durante o tempo em que trabalhou no Alto Rio Negro, por duas vezes teve de recolher-se para tratamento de saúde a Mariuá (Barcelos), sede da capitania do Rio Negro desde 1755.

Traduziu o resultado do seu trabalho em minucioso levantamento cartográfico da região.

Com base nele, Lobo d'Almada, em cumprimento a ordens recebidas, apresentou grande número de alternativas para a ligação entre os rios Negro e Japurá.

Serve de amostra sobre esta missão o Relatório de sua subida ao rio Uapés em 1785.

Dele retiramos estas notícias, enviadas ao Comissário da Demarcação Cel José Pereira Caldas, relatando suas dificuldades e a sua determinação no cumprimento da missão:

"Está V.S. ciente do total abandono em que me deixaram os índios e soldados no meio de um sertão fechado.

Em 7 de abril fugiram outros só me restando 11 índios...Quando eles fugiram só me faltava subir a última cachoeira, a mais trabalhosa que o rio Uaupés possui.

Mas eu prossegui rio acima, ajudado por índios locais. E depois de 34 dias de viagem, a montante da última cachoeira, acabou toda a farinha.

Parei para fazê-la com mandioca colhida numa roça de índios.

E sem poder prosseguir com a despedida do índios locais, e sem índios remadores, desci até a foz do Juacari para ali esperar o socorro de índios que pedi.

Um guia índio me informou que as cabeceiras do Uaupês são serras de pedra e montes (matas) e que elas vem do lados dos castelhanos.

Eu já estava informado da existência de uma comunicação do Uaupês para o Japurá.

Com notícias favoráveis, logo que tive mais índios, além dos 11 que haviam ficado, subi para reconhecer as comunicações do Uaupês com o Japurá.

Os índios foram fugindo e eu fui prosseguindo enquanto os que ficaram não abandonassem de todo as canoas da expedição.

Em Ussa-paraná me fugiu parte dos índios, restando-me 25 índios doentes ou convalescendo, pois com saúde nenhum estava.

Fui obrigado a retornar depois de 1 ano e 7 meses de haver saído de meu quartel e a ele me recolhi tão amofinado e consumido, como se retornando de uma campanha militar derrotado pelo inimigo.

E toda a minha mortificação e o embaraço em que me encontro de não dar conta e satisfação completa do Real Serviço de que tenho a honra de ser encarregado.

E a razão de semelhantes missões não poderem ser realizadas sem ser com índios e soldados do País, é por tratar-se de gente de tão falta de espírito, que qualquer pequena doença, os impede de qualquer esforço.

Alem de tudo que referi estou prontíssimo desde hoje, desde já, neste instante, para tornar a sair em missão, me nomeando e determinando V.Excia a equipe com a qual devo me por em ação”.

Na região do Alto rio Branco foi grande o esforço dos militares que ali atuaram sob a liderança de Lobo d'Almada para definir o seu destino brasileiro.

E entre eles o já citado Ricardo Franco, atual patrono dos Engenheiros Militares do Exército.

No vale do rio Branco, Lobo d'Almada naufragou na cachoeira de Uriracoera. Perdeu mapas e instrumentos de trabalho como geógrafo e quase a vida, ao submergir 4 vezes no rebojo da correnteza, tendo se

ferido seriamente nas pernas e braços.

Antes, já havia passado maus momentos ao ser colhido por uma enchente no vale do igarapé Anucapra.

Nos mapas que levantou no vale do rio Branco identificou os divisores das serras.

Segundo o mestre Arthur César Ferreira Reis, o Coronel Lobo d'Almada revolucionou a Geografia Física da Amazônia com sua obra **Descrição relativa ao rio Branco e seu território**, em que detalhou tudo com precisão.

Até o Tratado de Madrid elas eram, na prática, terras de ninguém. E Lobo d'Almada e seus comandados percorreram e levantaram as seguintes possibilidades de possíveis inimigos a pressionarem a região:

- Os espanhóis poderiam passar do rio Orenoco ao rio Branco, atravessando uma cordilheira.

- Os holandeses podiam remontar o rio Essequibo, passarem ao rio Rapunami e as Campinas (região do Pirara) e o Tacutu e atingir o rio Branco e por tantos caminhos, quantas fossem as passagens na Cordilheira.

Mais tarde por aí passaram os ingleses, terminando por incorporar por laudo arbitral esta planície do Pirara, pelo qual foi negado ao Brasil o acesso ao Mar das Antilhas pelo Essequibo e proporcionando a Inglaterra o acesso à Amazônia Brasileira.

Os franceses de Caiena não podiam comunicar-se com o rio Branco e só pressionavam muito no Amapá (atual).

Os espanhóis reclamaram soberania sobre a área do rio Branco, sendo repelidas suas pretensões com a informação que expedições luso-brasileiras exerciam soberania sobre a área.

Pois ali estiveram: Em 1725, os capitães Francisco Xavier Mendes de Moraes e Balduo Mendes. Em 1736, Cristóvão Álvares Botelho. Em 1740, os capitães Cristóvão Francisco Xavier de Andrade e Lourenço Belfort. E em 1744, os capitães Joseph Miguel Ayres, Sebastião Valente, Francisco Ferreira, etc.

Para fazer frente a todas estas ameaças foi mandado erigir o Forte São Joaquim o qual já estudamos aqui e que foi construído com dinheiro enviado de Portugal.

Com a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso e construção das fortificações na entrada dos principais afluentes do Amazonas, nascidos em terras estrangeiras, a Amazônia tornou-se inviolável por aquelas partes, todas elas sob segura soberania luso-brasileira.

Desse modo a nossa fronteira terrestre e o interior da Amazônia

foi bordada com os fortes do Castelo, Gurupá, Paru, Macapá, Araguari, Óbidos, Santarém, São José do Rio Negro, São Joaquim, São José das Moarabitanas, São Gabriel da Cachoeira, reduto São José, Forte Gurupá e Parque da cidade.

No braço norte, constantemente ameaçado pelos franceses, havia a fortaleza de Macapá, guarnecida pelo Regimento de Macapá com 646 homens, além dos corpos auxiliares com 1.200 homens. Guarnição que possuía um contingente mais ao norte, no rio Araguari.

Realizando a ligação entre o Amapá e Belém, havia companhias de auxiliares na ilha de Marajó, com cerca de 400 homens. Existia também um destacamento de 60 milicianos na vila de Almeirim, outro com o mesmo efetivo em Santarém, na foz do rio Tapajós, e um em Manaus.

Em 9 de fevereiro de 1788, o Coronel Lobo d'Almada assumiu o governo da Capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas).

Por doente, segundo Arthur César Ferreira Reis, o General Pereira Caldas, chefe da Comissão Demarcadora passou a chefia da mesma a Lobo d'Almada, sem lhe deixar os meios necessários. Levou com ele, de Barcelos para Belém, a Carta Régia de 7 de janeiro de 1780, que regulava os trabalhos de demarcação, o secretário, o cirurgião, o capelão e os oficiais e soldados da Comissão. Lobo d'Almada sentiu esta hostilidade de José Pereira Caldas. Estava baseado em Tefé o Comissário da Demarcação por Espanha e ex-governador de Maynas, D. Francisco Requena y Herrera, que se considerava e agia como senhor absoluto das terras na margem esquerda do rio Solimões, do trecho entre Tefé e Tabatinga, onde se contentava que ele legislava, cobrava impostos e montara em território de Portugal, em Tefé, um lago Cupacá, um pesqueiro e ribeiras para reparos de embarcações.

E reclamava da falta de apoio e de outras questões, provocando a suspensão da demarcação pelo General José Pereira Caldas.

Lobo d'Almada assim reagiu preventivamente às reclamações de D. Requena:

- Não permitir a entrada de ninguém na Amazônia, nos postos militares de Portugal, em Tabatinga e em Içá, sem sua ordem por escrito.

- Vigiar todos os passos dos espanhóis em território considerado de Portugal.

Ao conhecer que o Destacamento Espanhol no rio Javari abandonou seu posto por falta de alimentos e desceu até sua embocadura, ele representou a D. Requena, como violação de instruções em vigor.

Lobo d'Almada determinou que fosse impedido, a todo o custo, e inclusive pelas armas, se necessário, o deslocamento do destacamento

espanhol no Javari. Passou a controlar manobras espanholas em território de Portugal e inclusive atitudes de D. Requena, de suborno a trabalhadores portugueses humildes. E orientou, como bom político, além de excelente soldado, que os espanhóis, ao comando de Requena fossem tratados com brandura, mas com firmeza. Orientação que transmitiu ao Capitão João Henrique Wilkens, nosso 2º Comissário da Demarcação, com base em Tefé. Requena colocara no rio Içá, distante 3 dias de sua foz, um destacamento que violava instruções em vigor. Lobo d'Almada solicitou sua retirada e Requena desculpou-se, atribuindo que fora iniciativa tomada à sua revelia.

Lobo d'Almada foi informado de haver partido ordem de Espanha para uma possível ação militar do Comissário Requena.

E, por via de consequência, reforçou os postos militares de Tabatinga, Javari, Ega e Içá e ordenou vigilância rigorosa sobre os movimentos de Requena, além de outras providências para defender militarmente a integridade da capitania de São José do Rio Negro.

Em 21 de maio de 1791, Lobo d'Almada mandou ocupar militarmente o lago Cupacá, em Tefé. E de modo diplomático reclamou de Requena que a Comissão de Demarcação da Espanha que este chefiava, estava praticando excessos em território de Portugal.

Em protesto, Requena abandonou Ega, finalizando a demarcação, viajou para Belém e dali retornou para a Espanha em janeiro de 1791. A demarcação estava encerrada!

Antes, em 1786, quando explorava e demarcava no vale do rio Negro, na qualidade de Comandante do Alto Rio Negro, Lobo d'Almada propunha a seus superiores, no caso de guerra que ali pudesse ocorrer:

"Adotar atitude ofensiva imediata e não a defensiva. Atacar o forte espanhol de São Agostinho e tomar posição fixa na barra do Cassiquiare. Uma ofensiva rápida, viva, uma guerra relâmpago".

E justificava:

"A guerra viva é o meio mais seguro de uma paz rápida. E neste particular até a humanidade grita, contra uma guerra sem atividade (ação) e com lentidão".

Se fosse obrigado a adotar a defensiva propunha guarnecer Cucuí, a foz do Tié e do Cauabores e guarnecer, com 400 homens cada, os fortes de Moarabitanas e São Gabriel, além de outras providências complementares.

Felizmente não se confirmaram as ameaças espanholas em sua área. E os efetivos de d'Almada foram rocados da frente do rio Negro para a entrada da Bacia Amazônica, em Macapá e Belém, para ali ficarem em

condições de enfrentarem uma ação militar da França, partida de Caiena.

Mais tarde, em 1792, correu a novidade de que Espanha iria declarar guerra a Portugal. Se houvesse um ataque em sua capitania ele disporia de somente 86 homens para defendê-la. E mostrou-se disposto a sacrificar sua vida em defesa de sua capitania contra uma invasão espanhola. Manifestou-se assim à autoridade superior:

“Não querendo sobreviver ao descrédito de ver conquistados, por inimigos, no meu governo da Capitania de São José do Rio Negro, estes Reais Domínios de Sua Majestade, terei de me sepultar com alguns pouco defensores com os quais eu socorreria a primeira fronteira atacada. Resolução a que estou determinado, porque volto a dizer, não sobreviverei a perda de um só palmo desta Capitania”.

O Capitão-General do Grão-Pará determinou que ele transferisse a sede da Capitania de São José do Rio Negro, de Barcelos (ou Forte do Rio Negro), onde ela estava situada, fazia 37 anos, desde que criada em 1755, para o Logar da Barra (atual Manaus).

Lobo d’Almada, como governador da Capitania de São José do Rio Negro, ao chegar no Logar da Barra (atual Manaus) foi se hospedar na casa do comandante daquela fortificação.

E como soldado dotado de grande capacidade de vida rústica e de conviver com o desconforto, assim comentou sobre o seu “novo palácio”:

“Uma casa de palha é muito suficiente para min, que não pretendo figurar (ostentar, aparecer) e somente servir a S. Majestade e com zelo a sua Real fazenda, como sempre tenho servido. Os demais que estão comigo seguirão o meu exemplo e se acomodarão todos sem conseqüências maiores de despesas, as quais sempre busco evitar”.

Não sucateou a antiga capital Barcelos (Forte do Rio Negro), a qual havia melhorado em muito, antes de deixá-la, em benefício do Logar da Barra (atual Manaus), onde tudo faltava.

Com sua presença, Manaus conheceu vida nova. Foram erguidas várias construções, teve início a construção da nova igreja e de casas para a guarnição militar da nova capital da Capitania.

A descrição relativa ao rio Branco e seu território, que o Coronel Lobo d’Almada escreveu em 1787, foi publicado pela RIHGB, depois de ser ofertada ao IHGB por João Wilckens de Mattos.

Sua descrição, depois da exploração do vale do rio Branco e de seus afluentes (afluentes) contém o seguinte, que adaptamos à linguagem atual:

- Uma relação do rio Branco, onde e quais são os seus principais

afluentes, as suas cabeceiras e todas as suas fontes.

- A continua cordilheira que fica ao longo da fronteira.

- Quais as nações ali confinantes, como podem elas se comunicarem com os domínios portugueses e a demonstração, por coleção de documentos autenticados, nos competentes arquivos, das injustas pretensões dos espanhóis ao rio Branco e do direito de Portugal a este rio e a seus afluentes.

- Alguns produtos naturais da região e a propriedade de seu comércio e de sua agricultura.

- A situação da população do rio Branco e de suas povoações em geral.

- As nações indígenas que habitam as matas e montanhas, os meios de fazê-las descerem e colonizar com elas o vale.

- A fortificação que lá existe (Forte São Joaquim), suas vantagens e defeitos e mapa de sua guarnição militar.

Lobo d'Almada levantou as populações das seguintes localidades: do Carmo (221 hab.), dos quais um cabo como diretor e um soldado. Santa Maria (167hab), sendo um soldado como diretor e sua mulher. São Felipe (249 hab.), sendo um cadete diretor e um soldado. Conceição (288 hab.) e dois soldados, dos quais um diretor.

“Quanto a fortificação ela se reduz a um forte dos mais pequenos. O lado da porta é fortificado por uma cortina, nos flancos e faces. O lado que está para o rio não permite manobra da Artilharia, que consta de 12 peças de ferro calibradas, de 6” até uma quarta.

Este forte de São Joaquim está situado no foz do rio Tacutu, em local apropriado, pois protege a passagem do rio Branco na altura da confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, defendendo estes canais, por onde nações estrangeiras confinantes poderiam comunicar-se com o rio Branco”.

A guarnição do forte era de 34 homens (1 capitão comandante, 1 alferes, 32 soldados). Fora da Fortaleza 8 integrantes: 1 cabo, 1 cadete e 6 soldados, que dirigiam e auxiliavam a administração das 5 povoações citadas, com uma população total de 931 habitantes.

Sobre os produtos do rio Branco, o Coronel Lobo d'Almada referiu-se à prodigiosa quantidade de veados e à abundância de tartarugas, com cujos ovos e banhas fazem manteiga. E mencionou a plantação de um cafézal junto a aldeia do Carmo e sobre o anil que era encontrado ali na região.

Enfim, um bom levantamento estratégico do Rio Branco, como os Decretos 4.411 e 4.412, de 7 out 2002, de proteção de reservas indígenas e ambientais, diriam hoje.

Registrou, à p. 72, os nomes do pessoal militar e dos índios que conheciam a ligação do rio Uapês com o Japurá, que ele reconheceu com incontáveis sacrifícios, mas cumprindo a missão. Eram eles 9 soldados do Regimento de Macapá, 5 do Regimento de Belém e 44 índios, num total de 58 homens.

Na obra **Lobo d' Almada - um estadista na Amazônia**, Arthur César Ferreira Reis transcreve, às p.93/97, o Mapa da Força da tropa fornecida pelos regimentos de Infantaria de Belém e de Macapá e a sua disposição no vale do rio Negro:

Guarnição do Forte de Moarabitanas (Cucuí): 1 oficial superior, 2 oficiais, 1 anspeçada e 27 soldados. Total: 31 militares.

Guarnição do Forte de São Gabriel da Cachoeira: 2 oficiais, 2 oficiais inferiores (hoje graduados), 1 tambor, 1 ajudante e 26 soldados. Total: 33 homens.

Guarnição de Xié: 1 oficial e 8 soldados (Este era um posto avançado próximo do Forte espanhol de Santo Agostinho).

Mandados (destacados): 3 oficiais inferiores (graduados) e 12 soldados, diretores das aldeias Castelo Novo, São José, São João Batista, Caldas, Camanao, São Felipe, São Miguel, Nazareth, Camide e S. Joaquim. Esta era dirigida pelo Cabo de Esquadra Raimundo Maurício, com auxílio de um soldado, por ser constituída "de índios altanados com pouca sujeição".

Explicava que havia colocado militares de diretores de aldeias em razão de no rio Branco só existirem 3 homens brancos.

O relacionamento do Coronel Lobo d'Almada com os Capitães-Generais do Grão-Pará fora muito bom. Mas, a partir de quando D. Francisco de Souza Coutinho assumiu o Governo do Grão-Pará, o seu relacionamento com Lobo d'Almada foi se deteriorando.

D. Francisco viera com outra orientação e os dois não se entenderam no tocante a defesa do Grão-Pará. D. Francisco julgava que os projetos de defesa de Lobo d'Almada colocavam sob ameaça as relações de boa vizinhança com espanhóis.

E deste clima de desentendimento tiraram proveito inimigos de Lobo d'Almada, ao ponto deste ser acusado de enriquecimento ilícito, o que o obrigou a fazer um Inventário, o que hoje chamamos de Declaração Patrimonial, para comprovar a sua probidade administrativa. Inventário que reproduzimos a seguir, em linguagem atual:

"Inventário de próprio punho, sob juramento dos Santos Evangelhos, por tudo que há de mais sagrado na Religião Católica que professo, pela hóstia consagrada que reverente adoro e temo, com o mais profundo respeito:

Que eu não possuo nenhuma pedra preciosa, ouro ou prata senão o seguinte:

- 2 pares de fivelas de ouro de sapatos, com o peso de 131 oitavas e 21 graus.
- 1 par de fivelas de ouro de calção, pesando 17 oitavas.
- 1 fivela de ouro de pescocinho, pesando 9 ½ oitavas e 10 graus.
- 1 par de botões de punho, pesando 8 oitavas e 8 graus.
- 1 cadeia de ouro de relógio de sua chave, pesando 7 oitavas
- 1 cordão de ouro servindo de cadeia de relógio, com 7 oitavas e 5 graus.
- 1 castão de ouro de que não sei o peso, em uma bengala de cana da Índia.
- 1 anel inventado por Bartolomeu Costa encastado de ouro.
- Galões de ouro da farda e do chapéu.
- 1 Espadim de prata dourada com gancho, também de prata.
- 1 par de esporas e fivelas de prata.
- 1 Faqueiro com 12 talheres e 12 colheres para chá, escumadeira e tenaz, tudo de prata.
- 2 colheres de prata.
- 1 colher de prata para tirar sopa.
- 1 colher de prata para tirar arroz.
- 1 salva de prata pesando 136 oitavas.
- 6 castiçais com casquinha de prata (banhados de prata) e em um deles uma banda com varão de prata.
- 1 Espevitador com seu pratinho de prata pesando 38 oitavas.
- 1 Barra de ouro valendo 23\$00, conforme guia.
- 1 Barra de ouro valendo 20\$00, conforme guia.
- Dinheiro, 30 meias dobras no valor de 162\$00.
- Em moeda provincial 520\$00.

NB (Notem bem): Em tudo o que declaro entram objetos de minha propriedade que não chegam ao total de 4 mil cruzados.

Vale lembrar que tenho a cobrar da Fazenda Real 2.081\$422 (cruzados) dos meus soldos vencidos até o dia de hoje (2 Jan 1798) e líquido dos socorros, com os quais tenho sido assistido e da quantia com que pela permissão de Sua Majestade eu socorro em Lisboa, minhas 2 irmãs. (Dado que sugere ele ser lisboeta).

Declaro que não possuo dinheiro algum em meu poder, nem que eu o tenha remetido para entesourar na mão de alguém, nem em moeda, nem em coisa que valha moeda, e nem dívida alguma ativa para cobrar, senão meu soldo vencido”.

Com o físico e a saúde abaladas pelo paludismo, contraído desde os detalhados e sofridos reconhecimentos que fez no rio Negro, e desgostoso, magoado, humilhado e apaixonado, não resistiu às injustiças e veio a falecer na Amazônia em 23 de outubro de 1798, decorridos cerca de 9 meses da sua citada declaração, depois de excepcionais serviços para a consolidação e defesa da conquista da Amazônia, por cerca de 28 anos, de capitão a brigadeiro, segundo se conclui de Arthur César Ferreira Reis. O Brigadeiro Lobo d'Almada faleceu cinquentenário, em Barcelos, onde foi sepultado, em 27 de outubro de 1798, depois da obra notável para o reconhecimento, demarcação e defesa da então terra de ninguém, a região setentrional da Amazônia (atual Calha Norte), contribuindo, expressivamente, para a sua dominação e a consolidação da posse definitiva por Portugal. Segundo o Dr. Alcir Gurgem Miranda ele foi sepultado em Barcelos. Fora militar de escol, governador, demarcador, explorador geográfico, pioneiro e cartógrafo e também fiel ao pensamento militar de Portugal, decorrente de seu pensamento político de Dilatar a Fé Católica e o Império de Portugal, assim interpretado pelo General Francisco de Paula Cidade, patrono de cadeira na AHIMTB e que na época da 2ª Guerra Mundial comandou a 8ª RM:

“Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios”.

A capital voltara para Barcelos em março de 1798 de onde retornou em definitivo para Manaus (atual) 6 anos mais tarde, em 28 Mai 1804.

Como se conclui, Portugal, de 1750 a 1791 não descurou da defesa da Amazônia e nela desenvolveu um grande esforço militar para consolidar a conquista luso-brasileira da área, destacando-se sobretudo neste contexto as ações do Capitão-General Mendonça Furtado, hoje consagrado como denominação histórica da 12ª Região Militar e a do Brigadeiro Manoel Gomes Lobo d'Almada e de seus liderados.

Por decreto de 13 Nov 1991, foi desativada a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Petrópolis-RJ e reativada em Boa Vista-RR como 1ª Brigada de Infantaria de Selva - Brigada Lobo d'Almada. Justa homenagem a este engenheiro e bravo soldado que ali se imortalizou na definição do destino brasileiro de Roraima, através do reconhecimento e demarcação metuculosos e precisos de nossos limites, ao custo de ingentes sacrifícios, todos heraldicamente imortalizados no brasão da Brigada.

Foi de iniciativa de Lobo d'Almada a introdução, em 1789, do gado bovino e cavalari, em Roraima, nas fazendas Santo Antônio (no rio Uraricoera), São Felipe (no rio Tacutu) e em 1799, na São Marcos, defronte ao Forte São Joaquim e até hoje propriedade indígena.

4ª Parte

A DEFESA, A MANUTENÇÃO E A VIGILÂNCIA DA UNIDADE, DA INTEGRIDADE E DA SOBERANIA DO BRASIL NA AMAZÔNIA

(contra a ambição estrangeira e a degradação por maus brasileiros: os inimigos azuis)

A DEFESA, A MANUTENÇÃO E A VIGILÂNCIA DA UNIDADE, DA INTEGRIDADE E DA SOBERANIA DO BRASIL NA AMAZÔNIA

.....

(contra a ambição estrangeira e a degradação por maus brasileiros: os inimigos azuis)

14 - A CONQUISTA DE CAIENA POR PORTUGAL EM 1808

Antecedentes

Em 1637, o rei Felipe IV de Espanha e III de Portugal doou a capitania do Cabo do Norte (atual Amapá) a Bento Maciel Parente, então governador do Estado do Maranhão, por serviços militares prestados na expulsão de estrangeiros da entrada do rio Amazonas.

Foram usados os jesuítas para consolidar a capitania do cabo Norte, os quais tinham suas bases de missões entre os rios Araguari e Oiapoque, cartografadas pelo Padre Conrado Pfeil.

Em 1640, foi desfeita a União das Coroas Ibéricas (1580/1640) e D. João IV, rei de Portugal, em 1665 reconheceu a patente de capitão-mor e senhor daquela capitania hereditária, de Bento Maciel.

Esta capitania ia do Cabo Norte, ao sul, ao Oiapoque, ao norte, com uma extensão de cerca de 40 léguas de litoral. Residia aí a origem da soberania luso-brasileira sobre o atual Amapá.

Os ingleses e franceses também voltaram para as Guianas, respeitando, de início, o limite com Portugal, ou seja, o Oiapoque.

Em 22 de maio de 1604, o inglês Charles Leigh tomou posse da margem esquerda do Oiapoque, onde estabeleceu uma colônia com 76 homens, chamada pelos índios de Caribote, que malogrou em 31 de maio de 1606.

Em 17 de maio de 1698, o inglês Robert Harcourt, com 60 homens, desembarcou na margem esquerda do Oiapoque, fundando nova colônia que também teve curta duração.

Os franceses, em 1633, com permissão do Cardeal Richelieu organizaram a Companhia do Cabo Norte ou Guiana na região entre os

rios Maroni e Oiapoque, mas ela fracassou.

Após a concessão a Bento Parente da Capitania do Cabo Norte foi estabelecida na área a 2ª Companhia do Cabo Norte, liderada por Jacob Bomtemps. Ele tinha a permissão de explorar as terras entre o Orenoco e o Amazonas. Mas dos 300 franceses que desembarcaram em Caiena, em novembro de 1643, poucos sobreviveram após um ano.

Em 29 de dezembro de 1652, a França organizou nova companhia. E 500 homens desembarcaram em Caiena, com permissão para ocupar toda a Guiana, do Orenoco ao Amazonas, em flagrante atentado à soberania de Portugal sobre o atual Amapá.

Era a França Equinocial, tendo como principal acionista desta companhia o Secretário- Geral da Marinha da França.

Mas, em menos de um ano, cerca de 400 colonos franceses foram exterminados por doenças tropicais. Os poucos que restaram foram transportados para o atual Suriname por um navio holandês.

Em 1664, foi fundada Caiena, capital da Guiana Francesa.

Em 17 de novembro de 1678, a Espanha, pelo Tratado de Nimègue, cedeu à França seus supostos direitos sobre o Cabo do Norte (Amapá), anulando a concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente. Então o Marquês de Ferrolles, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, e em plena paz com Portugal atacou o Forte de Cumau (Macapá) e o retomou aos franceses, restaurando a soberania luso-brasileira sobre o Amapá.

Foi providencial esta retomada, assim consolidada em razão de, na Europa, a Liga de Augsburg: Inglaterra, Espanha, Holanda e Alemanha terem colocado um fim ao expansionismo do rei Luís XIV da França, o que teve efeitos diretos em nosso território no Amapá.

O Governador Antônio de Albuquerque reagiu, equipando expedições lideradas pelos capitães Francisco de Souza e Souza Fundão, que retomaram as fortificações e aprisionaram os invasores e seu material de guerra e até uma bandeira, como troféu.

Mas os franceses pressionavam o Amapá através de missionários e de colonos escravizadores de índios e de pescadores autorizados por Caiena. E os luso-brasileiros, civis, militares e religiosos se opunham a estes intrusos aprisionando-os e devolvendo-os à Guiana.

Flotilhas de canoas foram construídas em Belém, consagrado ponto de irradiação luso-brasileira sobre o Cabo Norte (Amapá), como o foi Gurupá, centro irradiador da expansão luso-brasileira para o interior da bacia Amazônica e ponto de partida do Capitão Pedro Teixeira para a conquista da Amazônia em 1637, as quais, guarnecidas por soldados de

Infantaria, policiavam a costa do Amapá, assegurando a soberania luso-brasileira.

Um dos resultados das decisões tomadas pela Liga de Augsburg foi a assinatura do Tratado Provisional, entre Portugal e França, em 1700. Tratado que, felizmente, teve curta duração. Por este Tratado, a França concordou em neutralizar a capitania do Cabo do Norte (Amapá). Portugal teria de abandonar e demolir os fortes, construídos no atual Amapá. O Rei D. Pedro II assinou-o, sob pressão de ameaças de Luís XIV, com sérios prejuízos à nossa integridade territorial. Curta seria a duração.

Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, entre Portugal e França que, pelo artigo IX, anulou o Provisional de 1700. Os franceses pressionaram, mas em 1713 a fronteira foi declarada como sendo no Oiapoque.

Expedições militares, em 1723 e 1728, foram até o Oiapoque, comandadas pelos capitães João Paes do Amaral, Diogo Pinto Gavier Botero e Francisco de Melo Palheta, para localizarem os marcos de pedra balisadores de fronteira, os quais os franceses destruíram para confundir.

Houve forte tensão militar, e Portugal acabou afirmando a fronteira no Oiapoque.

A França renunciou, pelo artigo VII, a todas as suas pretensões no Cabo do Norte (atual Amapá), situadas entre o Amazonas e o Oiapoque. E reconheceu a posse plena do Amapá por luso-brasileiros.

Em fevereiro de 1727, o Governador-Geral do Estado do Maranhão enviou reclamação a Claude D'Orvilliers, governador da Guiana Francesa, exigindo observância do Tratado de Utrecht, constantemente violado pelos franceses, que traficavam índios em terras sob controle de Portugal.

Seguiu-se um período de calma, até o advento da Revolução Francesa, em 1789, ocasião em que D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, Governador do Pará, projetou a conquista da Guiana Francesa, mas o projeto não foi aprovado por Portugal.

Pombal havia ampliado a Fortaleza de São José de Macapá, guarnecendo-a com 62 canhões e com um Regimento de Infantaria.

Mas a ideia do Governador do Pará foi posta em prática em 1808 pelo Conde de Linhares, seu irmão, e nosso Primeiro-Ministro da Guerra do Brasil, hoje com Museu Militar em sua memória em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, como organizador de nossa estrutura militar.

Após uma série de lutas desenroladas na Europa, inclusive na península ibérica, onde Portugal se aliara à Espanha para uma frustrada incursão em território francês, houve uma mudança de posição do

governo espanhol em favor da França.

Em 27 de março de 1802, a Grã-Bretanha, que combatia os franceses, assinou um tratado de paz com a França e seus aliados (Espanha e República Batava). Esse tratado, firmado em Amiens, fixava a fronteira pelo rio Araguari, para delimitar os territórios do Brasil e da Guiana Francesa. Portugal, ausente, não aderiu a estas resoluções do Tratado de Amiens.

A Conquista de Caiena por Portugal

Com a invasão da península ibérica pelos franceses, e a entrada do General Junot em Lisboa, o governo português emigrou para o Brasil, de onde continuou a governar Portugal e seu Império Ultramarino.

Em 22 de janeiro de 1808, aportou na Bahia a maior parte da esquadra, trazendo a Família Real, a corte e o governo.

Uma das primeiras medidas do príncipe-regente D. João foi ordenar a conquista de Caiena, não só como represália à França, mas para fixar em definitivo os limites do Brasil no rio Oiapoque. Declarou nulos os tratados anteriores impostos pela força das armas e ordenou a expulsão das tropas francesas de Caiena.

A organização da expedição coube ao Tenente-General José Narciso de Magalhães de Menezes, Governador e Capitão-General da capitania do Grão-Pará e Rio Negro (atuais Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Roraima).

A expedição foi formada basicamente por brasileiros, mas também com oficiais e praças ingleses e portugueses.

Seu objetivo militar, segundo proclamação de seu comandante, ficou bem claro em 1º de outubro de 1808:

“Se pretende estabelecer outra vez os limites no rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinzon, barreira original da América Portuguesa, ao norte do Equador, marcada com os antigos padrões, firmados com a posse útil daqueles territórios e já nos primeiros tempos cultivados por vassalos portugueses e depois solenemente ratificados com a cessão e garante do Tratado de Utrecht”.

Organização da Força Expedicionária

A força terrestre foi comandada pelo Tenente-Coronel Manoel Marques d'Elvas.

Foi constituída por duas companhias de Granadeiros dos 1º e

3º Regimentos de Linha, duas companhias de Caçadores dos 1º e 3º Regimentos de Linha e 1 companhia de Artilharia.

A 3 de dezembro de 1808, ela deixou o Pará. E chegou à baía do Oiapoque, onde as tropas expedicionárias desembarcaram e ocuparam posição na sua margem esquerda.

A força naval era constituída pela corveta inglesa Confiance (20 bocas de fogo), sendo comandante o Capitão de Mar-e-Guerra James Lucas Yeo; pelos brigues Voador e Infante D. Pedro; pela escuna General Magalhães (12 canhões), pelos cuters Vingança e Leão (oito canhões cada) e por três barcos-transporte.

Integravam a expedição cariocas, fluminenses, paulistas, mineiros e um contingente de soldados paraenses.

Os combates

Não houve resistência no desembarque da Expedição, que marchou ao encontro do inimigo.

Em 15 de dezembro, combateram com o fortim Apronague, que foi conquistado, depois de breve combate, pelos CMG Lucas Yeo e CT Luís da Cunha Moreira.

Prosseguindo nas ações, em 7 de janeiro de 1809, o CMG Lucas Yeo e o Major Joaquim Manuel Pinto desembarcaram, às 0300 horas da madrugada, na costa oriental da ilha de Caiena, na entrada do Mahuri.

Após este desembarque naquela região, o CMG Lucas Yeo, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, depois de vigorosos combates, apoderouse da bateria do barco Diamant, com 3 peças, cujo comandante, Capitão Chevreuil, morreu na ação.

O Major Joaquim Manuel Pinto, com 140 luso-brasileiros, em violenta luta, conquistou a bateria de Degras-des-Cannes.

Terminado o confronto, o comandante da Expedição, Manuel Marques, desembarcou à frente de 350 luso-brasileiros e atacou a bateria Trió.

Finalmente, às 1800 horas, nossa Infantaria ficou dona da praça, na entrada da Crique-Fouille e de outra bateria no canal Torcy.

Às 1900 horas, o comandante Marques de Souza repeliu um contra ataque francês, dirigido por Victor Hughes, governador da Guiana.

No dia seguinte, 8 de janeiro de 1809, prosseguiu o combate. Os franceses, manobrando à noite, ocuparam uma posição junto ao canal Torcy. Coube ao comandante Yeo, com 80 marinheiros ingleses e 100 soldados luso-brasileiros, travar nova luta, desalojando-os da posição, e apoderando-se de duas peças de Artilharia de Campanha.

A capitulação e entrada em Caiena

A expedição marchou para Legrand Beau-Regard em 9 de janeiro de 1809. No dia 10, foi enviado um parlamentar ao governador da Guiana, Hughes. E este fez um pedido de trégua, por 24 horas, e indicou lugar onde pudesse solicitar explicações e fazer sua proposta.

Em 12 de janeiro, foi assinada a capitulação em Bourda (ilha de Caiena), entre o Tenente-Coronel Manuel Marques e o comandante James Lucas Yeo, comandantes das forças aliadas de terra e mar, do Brasil e da Grã-Bretanha, e Victor Hughes, governador de Caiena.

Foi ajustada a entrega da Guiana Francesa ao príncipe-regente D. João, sendo concedidas à guarnição francesa de Caiena as honras de guerra e seu transporte até à França.

As tropas luso-brasileiras e inglesas entraram em Caiena em 14 de janeiro de 1809.

O Tenente-Coronel Manuel Marques, em carta-relatório ao Governador do Pará escreveu:

“O artigo 1.º (da Capitulação) foi exatamente cumprido no dia 14, em que entrei com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solenizando este ato com uma salva de 21 tiros.

A tropa francesa embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, e são ao todo 593 homens.

E para se dar cumprimento aos artigos 2º e 3º, faz-se preciso que V. Exa. envie aqui as embarcações competentes.

Os negros, a quem se devia a liberdade, também embarcaram. Achou-se na praça muita Artilharia, porém quase toda desmontada e muito pouca munição de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vieram à mão.

Sendo necessário velar pela segurança interior, política e pela tranqüilidade da Colônia, e não tendo a quem encarregasse destas importantes comissões, organizei uma Junta Provisória, como verá, composta de 8 dos principais habitantes (da Guiana), cuja constituição, deveres e condições verá V. Exa. na Ordenança n.º 7, pela qual a instituí ea criei...”

Vitória final

Com a conquista de Caiena, o embarque dos franceses para a Europa e com a plena posse de toda a Guiana, estava encerrada a parte militar do período.

Destaque-se o desempenho em ação de nossos combatentes. O episódio serviu não só para testá-los, como também para impor nossa soberania diante de soldados de uma das maiores potências militares da época.

Foi mais uma página de valor e glória, escrita na História Militar do Brasil.

Este ato de guerra firmou a soberania e o limite norte do Brasil no rio Oiapoque, além de hostilizar a França, invasora de Portugal, forçando a vinda, para o Brasil, da família real, da corte e do governo.

O primeiro acordo entre as potências, após a conquista de Caiena, fez-se por ocasião da assinatura do ato final do Congresso de Viena, em 9 de junho de 1815.

O Barão do Rio Branco escreveu em suas Efemérides Brasileiras:

“O artigo 107 tratava nos seguintes termos a restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 por Portugal:

Sua Alteza Real, o Príncipe-Regente do Reino de Portugal e do Brasil, para com Sua consideração particular para com Sua Majestade Cristianíssima, obriga-se a restituir a Guiana Francesa até o rio Oiapoque”.

Era mais uma afirmação da soberania do Brasil sobre a atual Amapá.

A Guiana foi devolvida à França em 1817, depois de nove anos sob domínio de Portugal. Mas a pendência continuaria até 1900 quando, por laudo arbitral, foi definido o Amapá como território brasileiro.

Como se conclui, o Amapá, de igual forma que o Rio Grande do Sul, se constituiu em fronteiras do Vai e Vem, pelas oscilações de seus limites, fruto de disputas diplomáticas e militares, felizmente vencidas por Portugal e depois pelo Brasil e para as quais concorreram os soldados luso-brasileiros e depois brasileiros.

Os portugueses travaram luta épica, no atual Amapá, contra os estrangeiros e índios e contra a natureza hostil do local, em especial a sua insalubridade.

A região era encharcada pelas águas dos inúmeros lagos da bacia do Araguari e de outros rios, o que a tornava impraticável no inverno. Mas a orientação estratégica de Portugal foi manter o Amapá a todo o custo.

Nesta tarefa distinguiram-se dois soldados e grandes governantes da Amazônia: Gomes Freire de Andrade e Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho.

Gomes Freire fez Portugal visualizar a importância estratégica militar do Amapá. Antônio Albuquerque viajou pelo Amapá mais de uma vez e desfechou uma ofensiva contra os franceses, os índios hostis e o meio ambiente hostil do Amapá.

A saga da definição do destino brasileiro do Amapá é relatada com minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo já falecido historiador Sílvio Meira na obra **Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá**. (São Paulo, SUP, 1989), na qual prestou grande contribuição à História Militar Terrestre do Brasil.

15 - A REAÇÃO À INDEPENDÊNCIA NO PARÁ

De 1808 a 1817 o Pará teve destacada participação militar na conquista e defesa da Guiana Francesa.

Depois da devolução da Guiana, o Pará e o Amazonas foram sacudidos por agitações políticas que iriam desaguar na revolta da Cabanagem, de 1835 até 1840, durante a Regência.

A Amazônia Brasileira subordinava-se diretamente a Lisboa antes da Independência. Sua produção não tinha mercado no restante do Brasil, e sim na Europa e nos Estados Unidos.

A atual Amazônia Brasileira fora a primeira a aceitar, em 1820, a Revolução Liberal do Porto e a mostrar-se disposta a ficar unida a Portugal na condição de um Vice-Reinado, com a participação de Goiás e Maranhão e desvinculada do Rio de Janeiro.

Em 1º de janeiro de 1821, o Pará se manifestou a favor da Revolução Liberal do Porto, sob a liderança do universitário Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, em Coimbra, que foi apoiado pela guarnição militar. E teve lugar a formação de um novo governo.

Com a retirada dos portugueses da Bahia, o Lord Cochrane deslocou-se para o Maranhão, com a nau D. Pedro I, a fim de impedir desembarques inimigos em São Luís. Ali aprisionou o brigue de guerra lusitano São Miguel e vários outros navios, surtos no porto.

Pouco tempo mais tarde, Lord Cochrane enviou ao Pará o Capitão John Pascoe Greenfell com a missão de pacificar aquela província.

No Pará, o quadro era confuso, devido às constantes divergências entre as lideranças locais.

A rebelião libertadora, chefiada pelo Capitão Boaventura Ferreira da Silva e pelos alferes Antônio Loureiro Barreto e Mariano de Oliveira Belo, fracassara. E foram presos os chefes e numerosos implicados na luta pela Independência.

Grenfell, em 10 de agosto de 1823, chegou a Belém com o brigue D. Miguel (com nome mudado para Maranhão). Usando, inteligente, um ardil, dominou a situação e estabeleceu uma Junta Governativa, composta de 4 militares: Coronel Geraldo José de Abreu, Capitão José Ribeiro Guimarães,

porta-bandeira Feliz Antônio Clemente Malcher, Capitão João Henrique de Matos e 1 religioso, o cônego João Batista Gonçalves Campos.

As discordâncias entre radicais e moderados provocaram várias divisões, que se refletiram na disciplina das tropas e na onda de desordens e tropelias.

Nessa emergência ocorreu o trágico e cruel episódio no navio Palhaço, em cujo porão morreram, por asfixia, mais de 200 prisioneiros para lá enviados no contexto da repressão. Foi uma grande tragédia!

O Pará não se tranquilizou, surgindo mais tarde, na Regência, a grave Revolta dos Cabanos, fruto de animosidade e desacordos políticos.

Só serenaram os ânimos no segundo reinado, depois de ser pacificada a citada revolta, a qual ameaçou seriamente a Unidade Nacional e o Brasil correu o risco de, por sugestão de franceses, de perder a Amazônia, por seu desligamento do Brasil, e a região ficar sob proteção da Inglaterra.

16 - REVOLTAS NA AMAZÔNIA, DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

A adesão do Pará à Independência foi abordado por Arthur César Ferreira Reis na obra **Adesão do Pará à Independência**. Belém: Graf. Ed. Globo, 1973.

No atual Estado do Amazonas houve reação, depois da Independência, à permanência de Portugal, com portugueses ocupando postos e funções de Comando militares e civis.

Em Cametá teve lugar uma insurreição que envolveu o Vale do Tocantins e o baixo Amazonas, dando origem a um governo militar em Santarém, para restabelecer a ordem, evento do qual o Arquivo Público de Belém guarda fontes primárias.

Os transportes fluviais foram decisivos para a movimentação dos rebeldes e das forças navais.

De 1823 a 1829, Belém foi cenário de revoltas de tropas, com apoio popular, indignadas com a presença dominante de portugueses na sociedade, no comércio e na liderança das tropas.

Parte da guarnição militar derrubou o presidente da Junta de Governo, saqueou Belém e praticou homicídios durante dois dias. A ordem foi restabelecida em 15 Out 1823 por marinheiros e voluntários, que fuzilaram seis rebeldes e dissolveram unidades suspeitas.

Em 2 Jun e 16 Jul 1829, Belém foi sacudida por dois motins militares sem motivação política.

Como reflexo da revolta de Belém, em outubro de 1823 eclodiram motins militares em Cametá; em 17 Nov 1823, em Monte Alegre; e em 13 e 20

Mar 1823 em São Caetano de Odivelas.

Em Monte Alegre, revoltosos atacaram de madrugada, dominando-a e saqueando-a. Assassinaram 3 personalidades locais, retalhando seus corpos, cujas partes foram amarradas às colas dos cavalos e arrastadas pelas ruas.

Dominaram a localidade por cerca de sete dias, até a chegada de tropas enviadas de Santarém e Óbidos. Elas chegaram a Monte Alegre às 3 horas da madrugada e decidiram descansar até o clarear do dia, tendo sido surpreendidas com um ataque dos revoltosos. No confronto, a tropa legal perdeu por morte um tenente e vários soldados, e ainda houve 30 feridos em ação. Isso reforçou o arsenal dos revoltosos com armas e munições.

O governo enviou uma expedição com Artilharia, ao comando do Ten Cel José Coelho de Miranda Leão. Este, depois de parlamentar, fez um acordo com os revoltosos, que deixaram Monte Alegre.

Em São Caetano de Odivelas, nativistas e povo, revoltados contra a administração civil e militar de portugueses e pela permanência destes no comércio, temendo que a Amazônia voltasse a ser colônia, assumiram o controle da vila e hostilizaram os portugueses, surdos aos apelos de paz do bispo D. Romualdo.

Partiu de Vigia uma força militar que, depois de choques, com vítimas, acalmou a situação, mas não os espíritos dos nativistas.

Estas agitações nativistas foram o sinal do que estava por vir - a Revolta da Cabanagem.

Em 1832, depois da Abdicação de D. Pedro I, fato que acalmou os ânimos na Amazônia Brasileira, a comarca do Rio Negro (atual Estado do Amazonas) desligou-se do Pará e arvorou-se em Província, no bojo de uma grande turbulência política na área amazônica.

Para coibir sua desobediência, partiu de Belém uma força naval transportando tropas do Exército ao comando do Cel Cunha Baiana. Este venceu as resistências opostas em Manaus atual, que foi ocupada sem reação. Mas não foi abandonada a sua ideia de autonomia do Pará.

Este episódio foi resgatado pelo mestre Arthur César Ferreira Reis em seu livro **A Autonomia do Amazonas**. Manaus: Governo do Amazonas, 1965.

Em 1832, a situação em Belém era tensa e ameaçadora. O Cel João Batista Camecram, comandante do 1º Batalhão da Guarda Nacional e integrante do Conselho Provincial, homem radical e impulsivo, em pronunciamento em sessão no citado Conselho em 7 Abr 1833, se dispôs a evitar com sua tropa a ascensão dos Caramurus ao governo, em razão

de pretenderem separar a Província do Império.

Assumiria a Presidência da Província o deputado Bernardo Lobo de Souza, experimentado administrador, trazendo a fama de violento, e como comandante das Armas o Ten Cel José Joaquim da Silva Santiago, "homem áspero e intratável".

O clima na Amazônia era de efervescência, e a sua sociedade estava insegura e dividida pelo ódio. A Província do Pará foi a que mais sofreu entre a Independência e o início da Revolta da Cabanagem.

À exceção do presidente do Pará, Marechal Soares Andréa, desde a Independência seus presidentes e comandantes de Armas foram vítimas ou contribuíram para revoltas e sedições paraenses no período.

Vale recordar que, com a Abdicação de D. Pedro I, o Presidente do Pará, Barão de Itapicuru-Mirim recomendou aos paraenses respeito à Constituição e às autoridades.

O Partido Liberal local quis depor o presidente, o então Brigadeiro Soares Andréa e seu comandante da Armas, no que foi impedido pelo Partido Conservador.

Em 16 Jul 1831, o novo presidente do Pará, Visconde de Goiana, e o seu comandante de Armas, o Coronel José Maria da Silva Bittencourt, nomeados pela Regência, chegaram a Belém.

Decorrido pouco tempo, o comandante das Armas liderou um sedição que depôs o seu presidente. Na ocasião, foi preso o influente cônego João Baptista Gonçalves Campos e mais cinco opositores da sedição, e a presidência passou a ser exercida pelo mais antigo membro do Conselho Provincial.

Em 23 Fev 1832, chegaram os novos presidente e comandante das Armas, os tenentes- coronéis José Joaquim Machado de Oliveira e Antônio Correia Seara. Ficaram impunes os líderes da sedição de 7de Ago que depôs o presidente Visconde de Goiana.

O cônego João Baptista escapou quando ia ser degredado. Ganhou o interior do Amazonas, onde levantou o partido que chefiava e que fora derrotado na sedição. Seu argumento: os portugueses trabalhavam para entregar o Pará ao príncipe D. Miguel (ex-D. Pedro I), que não tardaria a chegar a Belém, para ali se manter, até mesmo com o Pará separado do Brasil.

O presidente, Ten Cel Machado de Oliveira, convocou o cônego do interior e lhe fez várias concessões. Assim, conseguiu acabar com as constantes revoltas e indisciplinas, como a do Destacamento da Barra do Rio Negro (atual Manaus), em 12Ago1832, que se revoltou e assassinou seu comandante, o Coronel Joaquim Felipe dos Reis.

E ocorreu nova substituição do presidente e do comandante das Armas do Pará, pela Regência, pelo desembargador José Mariani e pelo Ten Cel Ignácio Corrêa de Vasconcellos, respectivamente, que chegaram em Belém em abril de 1833, tendo sido repelidos e rejeitados pelo partido do cônego Baptista, como este ficou conhecido.

E então teve lugar violenta rebelião popular em 16 de abril, com verdadeiras hordas populares comportando-se como selvagens, que ensanguentaram as ruas de Belém, onde praticaram atos de horror, de violência e anarquia.

A Regência decidiu nomear novo presidente e comandante das Armas do Pará, os quais seguiram para seu destino, sem meios para dominar a situação revolucionária. Foram os já citados presidente deputado geral Lobo de Souza e comandante das Armas o Ten Cel Santiago.

Em 7 Jan 1835 rebentou, outra revolução a qual depôs e assassinou o presidente e seu comandante das Armas. Estourava assim a Revolta da Cabanagem,abordada mais adiante.

Neste dia trágico, partidários do Cel Malcher entraram em Belém e atacaram o quartel do Exército, obrigando sua tropa a debandar e libertando, a seguir, os prisioneiros.

Antes mesmo do amanhecer, os revoltosos assassinaram, no Palácio do Governo, o comandante das Armas Ten Cel Santiago e o Capitão-de-Fragata Guilherme James Inglis, que comandara uma expedição contra o Cel Malcher, e mais o presidente Lobo de Souza, quando este procurava ocultar-se. Foram assassinados também seis oficiais e 14 populares. Tinha início a Revolta da Cabanagem, enquanto ingleses lutavam para conquistar a região do Pirara.

17 - OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA, 1835-1842

Os ingleses chegaram à Guiana Inglesa em 1781, depois de a conquistarem aos holandeses.

Em 1810, pela primeira vez, subiram o rio Essequibo, sendo detidos por um destacamento militar português do Forte São Joaquim, que forçou os ingleses a voltarem para a margem esquerda do rio Rapumani.

Os ingleses, representados por missionários evangélicos, formaram no Pirara um pequeno núcleo, aumentado por índios contratados e por exilados do Pará favoráveis à ideia de não-independência do Brasil. E formaram o que chamaram Forte de Nova Guiné, de onde foram expulsos por contingentes militares brasileiros.

Em 1827, quando o Brasil enfrentava a Guerra da Cisplatina (1825-

28), desfalcado de três divisões que retornaram a Portugal com a nossa Independência, se refazia das lutas para a consolidação da Independência e do combate à Confederação do Equador, em 1824, o Governador da Guiana Inglesa aproveitou para contestar os limites Brasil x Guiana Inglesa.

Em 1837, quando o Brasil enfrentava a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no RGS, o Lord Palmerston promoveu a missão Schoburgk "de reconhecer as montanhas que dividiam as bacias do Amazonas e Essequibo, dando continuidade a reconhecimentos realizados em 1835 por conta da Royal Geographic Society".

Mais tarde, ao contrário de dois relatórios anteriores, afirmou que o Forte de São Joaquim havia sido sempre considerado o limite do Brasil com a Guiana Inglesa. Aí teve início a manobra espoliadora do Brasil da planície do Pirara.

Em junho de 1838, estabeleceu-se no Pirara, então brasileiro, com uma missão, o reverendo inglês Thomas Youd.

Em fevereiro do ano seguinte, o Capitão Leal, comandante do Forte São Joaquim, forçou o Reverendo Youd a retirar-se da região em litígio.

Esta ação provocou reação dos ingleses, que comunicaram ao Brasil terem encarregado Schoburgk "de delimitar as fronteiras Brasil x Guiana Inglesa" e ao governo da Guiana "para se opor a toda a usurpação sobre o Pirara ou sobre o território até agora ocupado por tribos independentes". Ou seja, os índios macuxis, para ali atraídos pelos ingleses.

O Pirara foi ocupado pelo missionário brasileiro, frei José dos Santos Inocentes, que foi intimado a abandonar o Pirara por um oficial inglês, e o território brasileiro limítrofe foi ocupado por "índios independentes".

O Brasil, sob a Regência, e enfrentando lutas internas, ingenuamente concordou em retirar do Pirara seu destacamento militar e seus delegados, assim como, também, dos territórios ocupados por "tribos independentes", reconhecendo assim, em caráter provisório, a neutralidade dos territórios citados.

Estabeleceu como condição: "Que os índios permaneçam ali independentes do Brasil e Inglaterra e na posse exclusiva do terreno, até a definição dos limites contestados entre o Brasil e Inglaterra".

O Brasil cometeu um equívoco diplomático ao concordar com a tese de "tribos independentes".

Mas aí veio a manobra de esbulho ao Brasil, liderada por Schoburgk em fevereiro de 1842, quando iam acesas e vivas as revoluções Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Liberal em São Paulo e depois a de Minas Gerais, que roubavam a atenção do Governo Imperial.

Com a proteção de um destacamento militar inglês, Schoburgk chegou ao Pirara e colocou os marcos fronteiriços, sem esperar por uma decisão sobre a área em litígio. A Inglaterra contestava uma área de 54.687 km².

Em 1888, protestou junto à Rainha Victória o General Dionísio Cerqueira, como Ministro das Relações Exteriores, contra decisão do Tribunal Anglo-Venezuelano, que decidiu traçar os limites entre os dois países por território brasileiro não contestado. Protesto renovado no ano seguinte.

Em 1891, na época da renúncia do Presidente Marechal Deodoro, forçada por uma revolta, a Inglaterra reduziu a área a menos da metade, ou seja, 25.687 km².

Desta área, o Brasil renunciou a cerca de 3/5, ou 15.087 km², ao aceitar, em 1904, o laudo arbitral do Rei Vittorio Emmanuel, da Itália.

Com este final, o Brasil perdeu o acesso ao rio Essequibo através do rio Rapunami e, conseqüentemente, ao Mar das Antilhas, e a Inglaterra passou a desfrutar de acesso à Bacia Amazônica pelo Pirara, descendo o rio Tacucú, afluente do rio Branco. O limite do Brasil no rio Rapunami recuou para o rio Mahú.

Joaquim Nabuco foi encarregado de defender o Brasil. A solução, que foi julgada injusta e que passou a História como Questão do Pirara, foi aceita pelo Brasil como fidelidade aos princípios de respeito às decisões de arbitramento internacional.

Schoburgk foi premiado por seus serviços à Inglaterra com o título de Sir.

A retirada do Pirara do destacamento do Forte São Joaquim, que a garantia, possibilitou a presença na área de faiscadores de diamantes, o que serviria de argumento à Inglaterra para alegar sua soberania sobre a área.

Em 1975, em viagem como aluno da Escola Nacional de Informações, então subordinada à Presidência da República, ouvimos exposição do Comandante Militar da Amazônia, General Bethlem, que em território brasileiro, ao leste de Airão, fora encontrada uma tribo falando inglês. Então alertamos pelo precedente ali ocorrido com a perda da planície do Pirara.

Foi informado, na ocasião, que na fronteira Brasil x Guiana Inglesa, por onde havia se infiltrado esta tribo falando inglês, fora colocado um Pelotão de Fronteira.

Estudou este episódio o acadêmico da AHIMTB Cel João Ribeiro da Silva, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

Rio de Janeiro, 162(411)159/161, Abr/Jun2001, na qual indicou alguns outros trabalhos, entre eles o do General Mário Travassos, patrono da Delegacia da AHIMTB em Campinas-SP e o do General Antônio de Souza Junior, patrono de cadeira na AHIMTB.

18 - A REVOLTA DA CABANAGEM NO PARÁ

Antecedentes

Dois fatos associaram-se para dar início à rebelião: inconformismo de fazendeiros e comerciantes locais contra o presidente, deputado geral Lobo da Costa, nomeado para a província pelo governo central, e a extrema pobreza em que vivia a população paraense. A grande maioria vivia em cabanas, perto dos rios; daí a designação "**cabanos**", dada aos revoltosos.

Revolta

As notícias da abdicação de D. Pedro I, ao chegarem ao Pará, provocaram uma série de manifestações populares que culminaram com a queda de numerosas autoridades locais, conforme já abordado anteriormente.

Vale lembrar que, mobilizando a comarca do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), o cônego João Batista Gonçalves Campos submeteu o governo da província a suas determinações, passando a controlá-la indiretamente.

Só em fins de 1833, com a nomeação do deputado geral Bernardo Lobo de Sousa para a presidência do Pará, tendo como comandante das Armas o Major Santiago, o governo regencial procurou restabelecer sua autoridade. A enérgica repressão, impulsionada por Lobo de Sousa, logo o tornou impopular.

A facção de Batista Campos conspirava contra o novo presidente e, nas páginas de **A Sentinela Maranhense** e na **Guarita do Pará**, Vicente Ferreira Lavor denunciava as arbitrariedades governamentais.

Em 1834, Lobo de Sousa ordenou a prisão do cônego, que se refugiou numa propriedade de Félix Antônio Clemente Malcher, editor do jornal **A Sentinela**.

Ali entrou em contato com Eduardo Angelim e com os irmãos Francisco Pedro, Manuel e Antonio Vinagre, dispostos a pegar em armas contra o governo do Pará, e se auto-intitulou o "1º presidente cabano".

Em 7 de janeiro de 1835, já falecido o cônego Baptista, os cabanos investiram e conquistaram Belém, sob a liderança de Antônio Vinagre e Souza Aranha.

Dominaaram facilmente a guarnição do Exército e o Palácio do Governo e comunicaram sua conquista à Regência, em 16 de março de 1835.

Formou-se, então, o governo cabano, agora presidido por Malcher, e bem solidificado, graças às medidas de controle militar adotadas.

Representante dos proprietários rurais, Malcher pretendia manter o Pará unido ao Império. Contrários a essa política, Vinagre, Angelim e outros líderes populares refletiam a radicalização das camadas populares.

As divergências entre os dois grupos explodiram a 19 de janeiro, quando Malcher ordenou a prisão de Angelim e de Ferreira Lavor.

A seguir, voltou-se contra Francisco Pedro Vinagre, que ocupou o Arsenal de Guerra e depôs o governador.

A fraqueza e a falta de visão da Regência e as ambições irreconciliáveis dos partidos locais ameaçavam jogar Belém no caos, enquanto o domínio cabano, cada vez mais, encontrava apoio no interior da Amazônia Brasileira.

Em 1º de abril de 1835, foi nomeado Presidente e Comandante das Armas o Marechal Manoel Jorge Rodrigues. Aportou em Belém em 1º de junho de 1835, apoiado em forte esquema militar. Foi bem recebido, inclusive pelos cabanos.

Apesar da oposição dos setores mais radicais liderados por seu próprio irmão (Antônio Vinagre), o líder cabano acabou negociando com as autoridades e, a 26 de julho de 1835, entregou o governo ao Marechal Manuel Jorge Rodrigues, nomeado pela Regência. Governo do Pará que Francisco Vinagre exercera por meio ano. O Marechal Manoel Jorge substituiu as forças cabanas pelas suas.

Os cabanos, simbolicamente, devolveram suas armas e munições. Em realidade, as melhores, incluindo canhões, eles as contrabandearam para o interior, para suas bases.

Insatisfeitos com o acordo obtido, os líderes mais radicais, Antônio Vinagre e Eduardo Angelim, retiraram-se da capital e refugiaram-se entre os sertanejos, os índios tapuias e os negros e, em pouco tempo, estavam prontos para investir sobre Belém, o que fizeram em 14 de agosto de 1835, menos de dois meses depois da posse do Marechal Manoel Jorge.

Em 22 de agosto, pela desproporção de efetivos, tornou-se insustentável a situação das forças legais, sitiadas por terra.

Na madrugada de 23 de agosto, o Marechal Manoel Jorge evacuou Belém e estabeleceu o Governo e seu Quartel General na ilha Tatuoca,

bloqueando o porto de Belém.

Em 26 de agosto de 1835, Eduardo Angelim foi aclamado o "3º presidente cabano", proclamou a república e desligou a província do império. Começou então a ter grande dificuldade para dominar a situação: por não conhecer os manejos da administração; por estar sob bloqueio naval; e por desentendimentos entre as lideranças cabanas que o sustentavam no poder.

O Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues (1777-1845), foi estudado por A. Pretextato Maciel da Silva in: Os generais do Exército Brasileiro. Rio, BIBLIEx, 1940, v.2,2 ed. p. 255-262.

Em 1815, foi condecorado com a medalha inglesa de York, por haver se destacado no comando de um batalhão, nas batalhas de Otriz e Toulouse, onde se houve "com intrepidez, energia e muito tino".

Integrando a Divisão de Voluntários d'El Rei, veio para o Brasil em 1817 e participou da incorporação da Província Cisplatina ao Brasil. Tomou posição francamente a favor da Independência e da sua defesa na Colônia do Sacramento. Em 1825, foi efetivado como brigadeiro.

Na Colônia do Santíssimo Sacramento, na então Província Cisplatina, no Uruguai atual, como seu governador, destacou-se no combate aos argentinos na Guerra da Cisplatina, 1825-28, sendo, em consequência, promovido a Marechal de Campo.

Em 1829-30, foi governador das Armas no Rio Grande do Sul, onde debelou motim do 14º BC, em Porto Alegre. Logo a seguir foi comandante das Armas em Minas Gerais.

Em 1835, pediu reforma, que lhe foi negada. Foi nomeado Presidente e Comandante Governador das Armas (atual 8ª RM) do Pará em 1835, onde perdeu, em luta contra a Cabanagem, seu filho Jerônimo Herculano Rodrigues.

Vogal do Conselho Supremo Militar de Justiça, foi graduado tenente-general.

Em 24 de julho de 1839, assumiu o comando do Exército do Sul, que combatia a Revolução Farroupilha.

No indeciso combate de Taquari de maio de 1840, teve morto o seu cavalo.

Em 14 de julho de 1841, passou a Conselheiro de Guerra e, em 1842, assumiu as funções de Governador das Armas da Corte (atual 1ª RM).

Em 1845, foi distinguido com o título de Barão de Taquari, ano em que faleceu no Rio, em 14 de março de 1845, como tenente-general.

Não cursou Escola Militar. Possuía passado operacional notável

como veterano das campanhas da Península, 1808-14, em Portugal e na Província Cisplatina, 1817-18.

Em 9 de abril de 1836, foi substituído pelo Marechal Soares Andréa, que reassumiu a Presidência e o Comando das Armas do Pará.

Utilizando operações conjuntas, Andréa foi retomando várias posições cabanas e tornando insustentável a posição dos revoltosos em Belém.

Em 13 de abril de 1836, depois de cerca de sete meses sob domínio cabano, Belém retornou, em definitivo, ao controle da Regência.

Os cabanos deixaram a cidade em pequenos barcos e foram, em grande número, capturados pela Marinha.

No interior da província, o governo não se fez presente, deixando espaços vazios. Espaços ocupados por lideranças cabanas, que conquistaram o apoio popular, até por coação.

O Marechal Andréa procurou identificar concentrações cabanas e batê-las por partes, sem, no entanto, conseguir capturar Eduardo Angelim e outros líderes, escondidos no labirinto aquático da Amazônia. Só foram capturados em 20 de outubro de 1836, no rio Pequeno, próximo do lago do Porto Real.

Em dezembro, o Marechal Andréa conseguiu retomar Santarém dos cabanos.

Houve um momento em que a Integridade Nacional do Brasil esteve em perigo, traduzido pelo apoio aos cabanos no Amapá de parte dos franceses que ali litigavam com Portugal e depois com o Brasil em torno de limites. Os ingleses também propuseram aos revoltosos se separarem do Brasil, mas estes se recusaram. Este fato merece ser assinalado como patriotismo paraense.

Mas o esforço para desintegrar a resistência cabana, atomizada na imensidão da Amazônia, prosseguiu durante os anos de 1837 e 1838.

Designado para combater na Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o Marechal Andréa passou o governo do Pará ao Dr. João Antônio de Miranda, que realizou excelente administração. Eis o perfil do Marechal Andréa, que abordamos em nosso livro *O Exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1991.2v:

Francisco José de Soares Andréa (1781-1858), Marechal de Exército, foi estudado por Pretextato Maciel da Silva in: **Generais do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1940, v. 1, 2 ed., p. 75-91 e por Andréa in: **Andréa**, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.

Nasceu em Lisboa, em 21 de Janeiro de 1781. Coursou a Real Academia de Marinha de onde saiu formado, com distinção, em Engenharia Militar.

Fez a campanha de 1801 em Portugal, como cadete na Artilharia.

Em 1807, serviu como voluntário da Esquadra do Estreito e veio para o Brasil com a Família Real.

No Brasil, já como capitão, passou a trabalhar no Arquivo Militar, criado em 7 de abril de 1808 (e do qual não descende o Arquivo Histórico do Exército, como comprovamos ao dirigi-lo de 1985-91).

Durante três anos e até 1811, trabalhou como engenheiro em diversos projetos no Rio de Janeiro (Quinta da Boa Vista, Copacabana e na cidade em geral).

Como Major, integrou o Estado-Maior da expedição que combateu a Revolução Pernambucana de 1817.

Permaneceu no Recife por quatro anos, no comando da Brigada de Engenheiros e na direção de todas as obras civis e militares, tendo sido secretário do governo.

Já como Coronel, retornou de Pernambucano para o Rio, onde aderiu à Independência.

Durante quatro anos, até 1826, no Rio, aplicou-se em reconhecimentos do litoral do Rio a Sepetiba, tendo dado início ao farol da Ilha Rasa.

Foi promovido a brigadeiro quando se encontrava em São João d'El Rei, inspecionando rodovias.

Dali seguiu para o Sul, em novembro de 1826, tendo participado da Batalha do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 como Ajudante-General do Exército "onde foi insuperável durante a batalha e prestou muitos grandes serviços", segundo o General Marquês de Barbacena.

Em 1828 e 1829, trabalhou na fortificação da Fronteira do Rio Grande e projetou o farol da Barra do Rio Grande.

Governou as Armas de Santa Catarina em 1829 e as do Pará em 1830, de onde foi demitido em função do 7 de abril de 1831, por suspeito de ser influente membro da Sociedade Militar.

Respondeu a Conselho de Guerra no Rio e foi preso em 14 de dezembro de 1833 e enviado para São José do Norte, no Rio Grande do Sul, aguardando ordens da Regência, numa espécie de desterro.

Em 1835, foi enviado para combater a Cabanagem no Pará. Com ele seguiram os, mais tarde, heróis de nossa Marinha: Frederico Mariath, Francisco Barroso e Tamandaré.

Permaneceu até 1835 no Pará, depois de vencer a Cabanagem, tendo recebido acerbadadas críticas, pelos métodos empregados, dos quais procurou justificar-se, face às circunstâncias que enfrentou.

Do Pará, já Marechal de Campo efetivo, foi mandado para Santa Catarina como Presidente e Comandante das Armas, para lutar contra a República Juliana, proclamada em Santa Catarina pelos farrapos,

conforme abordamos em **A Grande Festa dos Lanceiros**, Recife: UFPE,1971.

Com forças de terra e mar, sendo esta ao comando do Almirante Frederico Mariath, atacou e reconquistou Laguna aos revolucionários em 15 de novembro de 1839 e frustrou a efêmera república que, 50 anos mais tarde, seria implantada em todo o Brasil, em 15 de novembro de 1989.

Suas tropas sofreram o revés de Santa Vitória em 14 de dezembro de 1839, vencido pelo Cel Joaquim Teixeira Nunes, comandando Lanceiros Negros farrapos, inclusive com o sacrifício do brigadeiro Xavier da Cunha, conforme abordamos no já citado **O Exército farrapo e os seus chefes**.

Em 1840, foi enviado para a Província do Rio Grande do Sul como seu Presidente e Comandante das Armas, ao início da Maioridade de D. Pedro II, ocasião em que o General Bento Manuel Ribeiro passou à neutralidade mediante acordo com ele.

Andréa tentou a paz com o líder farrapo General Bento Gonçalves e se convenceu de que ela aconteceria quando mostrasse possuir forças imbatíveis.

Bento Gonçalves era a favor da sustentação da guerra, como meio de obter-se paz honrosa. E quanto melhor fosse a posição militar obtida, melhor trunfo teriam para negociar.

No campo militar foi executada estratégica operação através da Divisão de Labatut, mobilizada em São Paulo, com a qual conseguiu que o sítio farrapo de Porto Alegre fosse levantado em definitivo, conforme abordamos em **Porto Alegre-memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília:EGGCF,1989.

A seguir, reocupou a sua cadeira de deputado no Rio de Janeiro e passou a comandar o Corpo de Engenheiros.

Em 1843, foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro.

De 1843 a 44, foi Presidente e Comandante das Armas de Minas Gerais (atual 4ª RM) e, de 1845 a 46, exerceu idênticas funções na Bahia (na atual 6ª RM), bem como no Rio Grande do Sul, de 1848 a 50, quando executou diversos trabalhos em Caçapava do Sul, visando a transformá-la em base militar e logística para operações contra Oribe, do Uruguai, trabalho que lhe valeu o título de Barão de Caçapava, em 1855. E ali deixou plantado o Forte D. Pedro II, que nunca foi acabado e utilizado.

Faleceu em São José do Norte, em 20 de outubro de 1858, como tenente-general, local onde ainda devem se encontrar os seus restos mortais, atrás do altar principal.

Ligou-se à fundação de Santa Vitória do Palmar, fato que abordamos

em "Santa Vitória na História Militar". **Revista Militar Brasileira**, 1974, Jul/Dez p. 63-76.

Em 1840, o poder central declarou a Cabanagem pacificada.

A impunidade cabana e a ausência do Estado na imensa área amazônica estimularam esta guerra quase sem fim, que teria sido vitoriosa se maior capacidade intelectual e política tivessem tido as lideranças cabanas, e se tivessem também cedido às tentações da França e da Inglaterra de se separarem do Brasil.

Entre os diversos estudos sobre a Cabanagem, destacamos a obra do oficial de Artilharia do Exército e historiador militar LOBO, Luiz. **História Militar do Pará**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1943. O mestre Arthur César Ferreira Reis também abordou o assunto na **RIHGB**, v.347, Abr/Jun 1985: A Cabanagem, p.7/29.

19 - A HISTÓRIA MILITAR DO PARÁ NO SEGUNDO REINADO, 1840-89

No segundo Reinado, pacificadas a Cabanagem e a Balaiada, o Pará era guarnecido por 1.560 homens, sendo 1.015 do Exército, dos quais dois corpos de Infantaria e um de Artilharia.

A Marinha dispunha de 101 homens, que guarneciam uma flotilha de 3 a 5 navios.

O Corpo de Caçadores de Polícia do Pará possuía 229 homens, e a sua Guarda Policial, 155 homens, que eram os chamados para o serviço. Mas estavam nela alistados 661 oficiais e 15.528 guardas, distribuídos pelas comarcas de Belém, Bragança, Cametá, Macapá, Alto e Baixo Amazonas.

Esta era a força que guarnecia a entrada do Amazonas depois da Revolta da Cabanagem.

O apoio logístico era propiciado pelo Trem de Guerra, que foi reforçado em 3 de Maio de 1874, pela criação da Companhia de Aprendizes, com 40 aprendizes.

As unidades do Exército sediadas em Belém passaram a ligar-se mais tarde, por terra, bem como com o Depósito de Pólvora e Artíficos de Guerra em Uaurá.

Combateu a Revolta Praieira em Pernambuco o Batalhão de Artilharia, sediado em Belém, forte de 300 homens.

Em 1852, foi reerguida a Guarda Nacional no Pará, subordinada a três comandos superiores: 1º comando em Belém e Bragança, 2º comando em Cametá e 3º comando em Macapá. Esta Guarda Nacional, reerguida devido a ausência de soldados do Exército, era constantemente convocada

para desempenhar funções do Exército.

Para a Guerra do Paraguai, Belém enviou o seu Corpo Provincial de Caçadores de Polícia que passou a se constituir no 13º Corpo de Voluntários da Pátria que, em Montevidéu, ao Comando do Ten Cel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Belo, foi incluído na 10ª Brigada de Infantaria. Teve vida efêmera. Foi dissolvido pelo General Osório, e seu efetivo completou o 6º de Voluntários da Pátria. Participou da invasão do Paraguai em 16 de abril de 1886, em Passo da Pátria, e no outro dia combateu em Laguna Serena e em diversos outros embates.

O 13º VP retornou a Belém em 8 de julho de 1870, trazendo a bandeira que recebera, ao partir, das mãos da mulher paraense, a qual foi guardada na Catedral de Belém.

Com a ausência do 13º VP e de forças do Exército enviadas para o Teatro da Guerra, todas as fortificações de Belém foram ocupadas pela Guarda Nacional, para ficarem em condições de enfrentar ameaças francesas vindas da Guiana.

Foi ferido mortalmente no combate da Ponte de Itororó o bravo paraense Brigadeiro Hilário Maximiliano Antunes Gurjão, o qual faleceu no dia 10 de janeiro de 1869, em Humaitá, tendo recebido o seguinte elogio póstumo do Marquês de Caxias, que comandava o Exército na conquista da ponte:

“O brigadeiro Hilário Maximiliano Antunes Gurjão, já vantajosamente conhecido e respeitado no Exército, por seu amor à disciplina, inteligência superior, bravura e intrepidez, de que tantas e tão brilhantes provas dera nas difíceis e arriscadas comissões de que foi encarregado no Chaco, selou as listas do seu nome pela intrepidez e calma com que se portou no combate de 6 de dezembro de 1868 e pelo honroso ferimento que nele recebeu, como se publicou em ordem do dia 14 de janeiro de 1869”.

Em 1951, aluno do 2º ano da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), quando despertava a minha vocação de historiador militar, e eu não possuía consciência disto, ao colecionar frases célebres de chefes militares em combate, sempre exerceram forte impressão as palavras do Brigadeiro Gurjão ao ser ferido em Itororó: **Assim é que morre um general brasileiro!**

Ele era filho do Capitão Hilário Pedro Gurjão que, depois da Independência, durante a luta do atual Amazonas para separar-se do Pará, foi nomeado Comandante das Armas do Pará por seu presidente José Felix Pereira Burgos. E a luta prosseguiu até que, em 1832, o Amazonas elegeu seu 1º presidente e o Pará mandou tropa ao comando do Ten Cel Domingos Simões da Cunha Baiana, para obrigar a normalizar a situação

de dependência do atual Amazonas ao Pará. Houve um confronto, segundo Milton Miró Vernalha, no local denominado Lages, vencendo os legalistas do Capitão Hilário Gurjão. Mas o Amazonas tornou-se independente, e a atual capital, então chamada Lugar da Barra, foi elevada a vila e passou a se chamar de Manaus. E o governo imperial nomeou um presidente para a nova província do Amazonas.

Em 1871, a Guarda Nacional do Pará passou a ter cinco comandos, com cerca de 4.000 homens de Infantaria e 642 adidos: 1º Comando - Belém. 2º Comando - Cametá. 3º Comando - Igarapé-Mirim. 4º Comando - Santarém. 5º Comando - Vigia. 6º Comando - Bragança. 7º Comando - Marajó e Cachoeira. 8º Comando - Macapá, e 9º Comando - Gurupá.

Em 1876, a tentativa do Serviço Militar Obrigatório, implementada pelo Ministro da Guerra e Presidente do Gabinete de Ministros Duque de Caxias, conseguiu alistar 129 sorteados para o serviço de Paz e 1346 para o Serviço de Guerra.

Proclamada a República, às 15 horas de 16 Nov 1885, o 15º BI saiu do seu quartel em direção ao Palácio do Governo para depor seu presidente. Operou junção com o 4º Batalhão de Artilharia na praça Saldanha Marinho, para a seguir cercarem o Palácio do Governo. No caminho encontraram o Corpo de Polícia, ao comando do Ten Cel em Comissão e Tenente do Exército Raimundo Antônio Fernandes de Miranda, que aderiu ao movimento.

Este movimento cercou o Palácio do Governo e recebeu a adesão do Corpo de Bombeiros, que estava formado na frente do Palácio.

O Presidente do Pará foi deposto sem resistência, e foi eleita uma Junta Provisória, da qual fez parte o Ten Cel Bento José Fernandes Júnior, do Exército, como comandante das Armas do Pará.

Foi eleito governador o Major Dr. Lauro Sodré, natural de Belém e propagandista da República desde 2º Tenente no 4º Batalhão de Artilharia.

Mais tarde seria o único governador a opor-se, em 1891, ao fechamento do Congresso pelo Marechal Deodoro e um dos conspiradores responsáveis pela Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, o que determinou o seu fechamento, seguido de sua extinção.

Ainda não está bem clara a projeção de sua ação no Amapá, em 1895, sob a liderança do Triunvirato e Exército do Amapá na região aurífera, contestada pela França ao Brasil, entre os rios Araguari e Oiapoque, assunto que será tratado mais adiante.

20 - PRESSÕES DOS EUA NA AMAZÔNIA EM TORNO DA BORRACHA

Em 1845, depois da Balaiada, foi patenteado um processo de vulcanização da borracha de que a Amazônia era a única produtora, fato que daria origem ao Ciclo da Borracha, 1844-1912, atraindo a cobiça de lideranças dos Estados Unidos e de nações europeias para a Amazônia. Ciclo esse, interrompido em 1912, pela concorrência da borracha plantada na Ásia, com sementes contrabandeadas, em 1876, pelo inglês Wickman.

Em função disto, o interesse pela Amazônia cresceu nos Estados Unidos, disfarçado na versão de que o Brasil cometia um crime contra os interesses da humanidade, com a política de restrições à livre navegação internacional da Amazônia Brasileira por barcos estrangeiros.

Lideranças nos Estados Unidos, a partir de meados do século XIX, passaram a advogar a abertura da Amazônia ao livre comércio, imigração e colonização.

Durante algum tempo, a campanha em favor da abertura do Amazonas, iniciada em 1850, em período de tensão política no Brasil motivada pela atuação dos ditadores do Uruguai e Argentina, Oribe e Rosas, foi dirigida por um oficial da Marinha norte-americana, o Tenente Mathew Fontaine Maury, Diretor do Observatório Naval.

Em artigos de jornais e documentos endereçados ao governo norte-americano a respeito da Amazônia, ele apresentava a Amazônia Brasileira como o paraíso das matérias-primas, área que aguardava raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica. E concluía com a tese de que a Amazônia não poderia permanecer trancada à humanidade. As expedições que ele realizou faziam parte da sua estratégia para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional e à expansão norte-americana na Amazônia.

O Tenente Maury considerava que a livre navegação do Amazonas era necessária para o bem-estar e para a prosperidade dos Estados Unidos.

Paralelamente, o governo norte-americano, através de Maury, iniciou campanha para forçar o Brasil a abrir o rio Amazonas à navegação.

Para tanto, foi solicitada permissão ao Governo brasileiro para que uma corveta americana subisse o Amazonas. O Governo Imperial, sob D. Pedro II, negou a permissão.

Entretanto, a campanha para a abertura do rio Amazonas questionava o direito de soberania brasileira sobre a região e procurava demonstrar, pelos argumentos utilizados, a ascendência dos direitos norte-americanos para a incorporação da região aos Estados Unidos.

A campanha de difamação, decorrente da recusa do Governo em abrir

o rio Amazonas, levou D. Pedro II a convocar o Conselho de Estado, em 1º de abril de 1854, sendo as pretensões norte-americanas prontamente rejeitadas. A Marinha e o Exército se mobilizaram para defender a área em caso de uso da força. Foi um corre-corre sem fim.

Hoje se constata fato semelhante, consistente em difamação internacional, de que o “Brasil está queimando e desmatando a Amazônia e massacrando suas populações indígenas”, com o objetivo de conquistar a opinião pública internacional para manobras ofensivas contra a soberania brasileira da área, como têm explicado diversas autoridades brasileiras e também este autor, baseado nestas, conforme relacionado na bibliografia.

Por via de consequência, houve a decisão, concretizada, de criação de empresa brasileira de Navegação e Comércio no Amazonas pelo Visconde de Mauá, por esta razão consagrado mais tarde patrono da Marinha Mercante do Brasil.

Não obstante, a Amazônia continuou a ser pressionada pelo Governo dos Estados Unidos. Pressão que foi aliviada temporariamente por ocasião da Guerra Civil nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão.

Em 1902, o então Presidente Theodore Roosevelt, entusiasmado com o rush da borracha, participou ativamente do esforço de um consórcio internacional, o Bolivian Syndicate of New York, para apropriar-se da maior parte territorial do Acre, então objeto de litígio entre o Brasil e a Bolívia.

Mais tarde, fora do governo, Theodore Roosevelt visitou a Amazônia, sendo acompanhado pelo Marechal Rondon, conforme abordamos em **Rondon – o guerreiro da Paz**, no site www.resenet.com.br/users/ahimtb e na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso**, de 2001.

21 - PRESENÇA E ATUAÇÃO DO MARECHAL RONDON, 1890-1955

Ao tratar-se da História Militar Terrestre da Amazônia, não se pode olvidar a imensa projeção direta ou indireta na Amazônia da obra do Marechal Cândido Mariano Rondon como construtor de linhas telegráficas e de estradas, explorador geográfico, geógrafo, inspetor de fronteiras e protetor dos seus índios de 1890 a 1955, cerca de 65 anos.

Suas ações na Amazônia encontram-se sintetizadas, as quais ele precisou, como suas memórias, na obra **Rondon conta a sua vida**, de Esther Viveiros (Rio de Janeiro: Coop. Esperantista, 1969) e que interpretamos em artigo nos sites www.resenet.com.br/users/ahimtb e

no título História Militar Terrestre, no site www.militar.com.br, publicado também na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**. v. 59, 2001. p. 177/201.

(1890-91). Foi Membro da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, sob a Chefia do Cel Ernesto Gomes Carneiro. Foi quando este colocou sob a proteção do Exército os índios Bororós, marco inicial da saga rondoniana de proteção aos índios.

(Jun1892-93). Foi Chefe do 16º Distrito Telegráfico e Inspetor Permanente dos Destacamentos Militares ao longo da Linha Telegráfica Cuiabá-Araguaia. Foi quando adotou o lema: "Morrer se necessário for! Matar nunca!"

(1893- 98). Trabalhou na construção da Estrada Estratégica trecho Cuiabá-Araguaia, dentro do contexto de litígio entre Brasil e Argentina, sobre o território das Missões.

(1907–1909). Foi Chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Mato Grosso–Amazonas. Comissão esta que teve por núcleo principal o 5º Batalhão de Engenharia, com missões de Construção, Transporte e Vigilância. Ele escolheu, como sua base de partida, a vila Diamantino e, a seguir Tapirapoam, no rio Sepotuba, afluente do Paraguai. Foi depois de 237 dias que, no dia de Natal de 1908, atingiu o rio Madeira, ocasião em que Rondon, exultante, mandou seu corneteiro dar o toque:- Viva o 5º Batalhão de Engenharia.

(1910- 13). Foi Diretor do Serviço de Proteção dos Índios e Trabalhadores Nacionais, serviço criado em 20 Jun 1910.

(Out1913-30Abr1914). Comissão de Acompanhamento do Cel Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, ao Centro-Oeste e Amazonas. Viagem imortalizada nas obras do Cap Amílcar de Magalhães **Pelos sertões do Brasil e Impressões da Comissão Rondon**, e do Coronel Theodore Roosevelt nos EUA – **Nas selvas do Brasil**.

(Mai1914-1ºJan1915). Construção da Linha Telegráfica Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, em Rondônia atual, com 1.490 Km e 20 estações, da qual Rondon executaria a conservação até 1930.

(1915–19). Sua Campanha sertanista, acumulando a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e o Serviço de Proteção aos Índios. A partir desta Campanha, Rondon acumulou, por muitos anos, a Construção de Linhas Telegráficas com o Serviço de Proteção dos Índios.

(20Set1919-24). Foi Diretor de Engenharia do Exército e Chefe das Linhas Telegráficas. Nesta época construiu quartéis do tipo Calógeras por todo o Brasil.

(1927-6Nov1930). Inspetor de Fronteiras, de 15.000 Km delas, por

quatro anos, tarefa que lhe consumiu, na 1ª partida, 257 dias, sendo 10.702 Km por água; 1.801 em lombo de cavalo; 2.917 em automóvel e 1816 em ferrovia, num total de 17.316 km. Foi esta a sua última missão no Serviço Ativo, pois a Revolução vitoriosa de 1930, como figura expressiva que ele fora da República Velha, causou-lhe sérios aborrecimentos, levando-o a pedir transferência para a Reserva. Foi reformado como General de Divisão, posto máximo no Exército de então, em 6 Nov 1930.

(1931-Jun34). Inspetor de Fronteiras (mesmo já reformado), tendo elaborado muitos e preciosos relatórios, e Chefe da Comissão Telegráfica, por insistência de Getúlio Vargas.

(Jun1934-04Ago38). Presidente de Comissão Mista: Peru, Colômbia e Brasil, com vistas ao cumprimento do Tratado de Paz entre o Peru e Bolívia. Desta missão, retornou com a perda de uma vista pelo glaucoma e a outra com reduzida visão.

(1939-55). Presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, por cerca de 15 anos, até falecer, cego e viúvo.

Rondon foi defensor e protetor dos índios, atuando como paladino da preservação de suas culturas, desde que o Coronel Gomes Carneiro, seu chefe, decidiu colocar os índios sobre a proteção do Exército, durante os trabalhos de construção da linha telegráfica, ocasião em que ameaçou com castigos quem praticasse atos hostis contra os índios.

E isto, por insistência de Rondon, que ficou muito triste, na medida em que se internava em Mato Grosso e na Amazônia, ao constatar o estado de abandono em que viviam os índios, isolados do resto do Brasil e vistos como inimigos, ou vivendo como escravos a serviço do branco dominador e cruel.

Foi aí que decidiu, por volta de 1890, reverter esta situação e nela se empenhou a fundo por 65 anos, fazendo dela o norte de sua luta pela Humanidade e pelo Brasil.

Ao ser encarregado pelo Presidente Afonso Pena para ligar pelo telégrafo Mato Grosso ao Amazonas, impôs, como condição para aceitar o desafio, autorização presidencial para que as populações indígenas encontradas ao longo da construção da ligação telegráfica Mato Grosso Amazônia fossem colocadas sob a sua proteção, **o que foi aceito.**

Somente para inspeção das fronteiras do Brasil no Pará e Amazônia Rondon percorreu 12.140 Km e cumpriu fielmente a missão, deixando preciosos relatórios muito bem documentados, inclusive fotograficamente, os quais, em grande parte, encontrei como adjunto da Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército (CHEB/EME) em Brasília,

em 1971/74. Esta missão inspetora se transformou igualmente em instrumento de boa vizinhança com os países fronteiros do Brasil.

Como geógrafo, Rondon levantou a carta do extremo norte, em território limítrofe com a Guiana Francesa e o Alto Rio Branco, na escala 1/500.000.

Comissão de Acompanhamento do Cel Theodoro Roosevelt, ex-presidente dos EUA, ao Centro Oeste e Amazonas (Out1913-30Abr14): viagem imortalizada nas obras do Capitão Amílcar de Magalhães Pelos sertões do Brasil e Impressões da Comissão Rondon e na do Coronel Theodoro Roosevelt nos EUA – Nas selvas do Brasil. Rondon produziu relatório em que assinalava, como uma das causas das secas, a desertificação promovida pelo homem através do desmatamento. Tese que era adequada à época, como é hoje.

Foi o implantador de modernas casernas e obras militares pelo Brasil afora, as quais somaram 86, concluídas em sua administração e 36 em vias de conclusão ao final de sua administração, além da aquisição de 25 imóveis. Entre as obras espalhadas pelo Brasil, sob a direção técnica de Rondon, registrem-se os prédios do atual 1º BPE, construído para ali funcionar a ECEME, o quartel da EsAO, o da EsSA, o da antiga Escola de Veterinária e um grande número de quartéis tipo Calógeras, como os de Pouso Alegre e o do 4º BE Cmb, em Itajubá, que tivemos a honra de comandar de 1981 a 1982 e cujos registros assinalam a visita de Rondon em 14 Out e em 15 Dez 1922, um domingo, ambas para inspeção das obras executadas pela Companhia Construtora de Santos, presidida por Roberto Simonsen. A última visita, foi para agradecer a colaboração do Batalhão, que enviara elementos de Comunicações para o apoiar, no Paraná, no combate à Revolução de 1924, nas cabeceiras do rio Liso. Batalhão cujo comandante, Major Volmir Augusto da Silveira, registrou em Ordem do Dia de 7 set 1922 – Centenário da Independência:

“A situação do Exército do ponto de vista da eficiência é florescente. Aí estão: A sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra...o seu aquartelamento em casernas higiênicas, confortáveis e ricas de conforto...”

Esta situação de novos quartéis, iniciados pelo Ministro Marechal Hermes, teve grande impulso com o Ministro Pandiá Calógeras, ao entregar a direção técnica a Rondon.

Rondon, quando aluno da Missão Militar Francesa, teve como seu instrutor o próprio chefe da Missão, o Gen Gamelin, herói da 1ª Guerra Mundial. Foi quando surgiu uma amizade e admiração recíprocas, ao ponto de Rondon visitar Gamelin em sua casa e ver o seu retrato de consagrado

sertanista na sala do mestre. Rondon foi um dos comandantes de uma das peças de manobra das célebres Manobras de Saicã de 1922 e nas de Pirassununga em 1926. Quando perguntado ao Gen Gamelin, em caso de uma guerra, quem ele indicaria para comandar o Exército Brasileiro, ele respondeu que indicaria o General Rondon. E acreditamos que tenha seu dedo a indicação de Rondon ao Ministro da Guerra, para pacificar o Paraná e Santa Catarina, em 1924.

Rondon considerava os índios como pessoas humanas, com direitos de liberdade e prosperidade. Acreditava que os índios, pela inteligência, poderiam evoluir gradualmente para estágios mais adiantados, através da adaptação de seus costumes primitivos às vantagens da civilização, ou seja, habitação, alimentação e uso de novas técnicas e ferramentas.

Sua teoria foi incorporada em 1910, com o então criado Serviço de Proteção dos Índios e dos Trabalhadores Nacionais, o SPI, do qual foi o primeiro presidente. Fez a aproximação, a pacificação e a integração dos índios à sociedade brasileira. Serviço no qual, com os nomes de SPI e CNPI, ele esteve à frente, de 1939 a 1955, até findar os seus dias. Serviço que, hoje, tem o nome de Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Como explorador e descobridor de milhares de inéditos exemplares botânicos, durante mais de 40 anos percorrendo nossos sertões, a Rondon deve-se a descoberta inédita de 8.000 exemplares de vegetação e 6.000 exemplares zoológicos, bem como de centenas de exemplares mineralógicos, espalhados em diversos locais, mas reunidos em precioso e bem cuidado acervo, e enumerados em conferência do Dr. Alípio de Miranda Ribeiro no Jornal do Comércio, (Rio de Janeiro, 23Mar1916), sob o título de "Trabalhos de Campo publicados sobre Mineralogia, Geologia, Botânica, Antropologia e Zoologia". Conferência esta proferida no Museu Nacional, em 26Mar1916.

Rondon e seus comandados fizeram, numa área de 50.000 Km quadrados, completos levantamentos topográficos, geográficos, etnográficos, linguísticos e zoológicos.

Como Inspetor e demarcador de nossas fronteiras, com a missão de nelas proceder minuciosa inspeção, para avaliar as suas condições de povoamento, de segurança e de soberania, plantaram, na Amazônia, marcos de afirmação da soberania do Brasil, complementando a obra dos desbravadores, fronteirais, militares e diplomatas brasileiros, durante mais de três séculos de História do Brasil.

Como acompanhante do ex-Presidente dos EUA, Cel Theodore Roosevelt, em viagem de estudos, através do Mato Grosso e Amazonas, de 12Dez1913 a 30Abr1914, Rondon foi secretariado pelo Cap Amílcar

Botelho de Magalhães, que escreveria três livros sobre o feito, como os já citados e mais **A Obra Ciclópica do General Rondon** (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1956).

Este fato foi politicamente constrangedor, em razão de Theodoro Roosevelt ser pai do presidente do Bolivian Syndicate que atuou na tentativa de controlar no Acre, com apoio armado, as fontes de borracha, como se verá adiante.

O grande objetivo fora o reconhecimento do rio de Dúvida, que Rondon batizou de rio Roosevelt, e um afluente dele, de Alfredo de Taunay. Nesta penosa jornada gastaram 59 dias para percorrer 686 Km. Esta expedição foi de dezembro de 1913 a maio de 1914.

Roosevelt emitiu o seguinte conceito sobre Rondon em seu livro:

“O Coronel Rondon tem, como homem, todas as virtudes de um sacerdote. É um puritano de uma perfeição inimaginável na época moderna.

Como profissional e cientista de escol, tão grande é o conjunto de seus conhecimentos que se pode considerar o Coronel Rondon um sábio...

Nunca vi, nem conheço obra igual. Os homens que junto com Rondon a estão realizando, são, pela sua abnegação e patriotismo, os maiores que existem...”!

Olintho Pillar, em seu clássico **Os Patronos das Forças Armadas** (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982), assim se referiu à obra de Rondon:

“Trinta anos em plena selva consolidaram a personalidade de Rondon, esse esclarecido soldado, geógrafo dinâmico, redentor do índio, bandeirante do século XX, apóstolo da paz, um dos filhos prediletos do Brasil, cujos sertões e florestas por ele desbravados servem hoje de pedestal a sua glória imperecível”.

Foi na Amazônia que Rondon, como chefe do Serviço de Proteção ao Índio, quase perdeu a vida por setas venenosas disparadas pelos Nhambiquaras, depois da descoberta do rio Juruema, em 7 Set 1913, conforme contou mais tarde:

"Eu caminhava pela selva e de repente senti um vento junto ao meu rosto. Percebi que era uma seta. Uma segunda flecha roçou minha nuca. Divisei, bem próximo, dois nhambiquaras com arcos retesados prestes a desferir novas flechadas. Disparei duas vezes sem fazer pontaria e recebi uma terceira flechada.

A bandoleira de couro de minha espingarda impediu que a flecha me atingisse o peito. Tratava-se de uma flecha envenenada que figura, hoje, no Museu Nacional. Os estampidos espantaram os índios.

Meus companheiros queriam ir ao encalço dos nhambiquaras, mas,

fiel ao meu programa de só penetrar no sertão com a paz e jamais com a guerra, não consenti na menor represália.

Resolvi, pondo de lado qualquer orgulho militar, bater em retirada.

Tive muita dificuldade em convencer o pessoal de que nossa missão devia ser fraternal e pacífica, nunca de guerra”!

Foi numa de suas expedições que, passando por Rondônia atual, nome dado em sua homenagem, que descobriu, completamente coberto pela mata, o Forte Príncipe da Beira que, sem disparar um só tiro, cumprira a sua destinação geopolítica.

O regresso foi difícil. Gastara, na expedição, dois meses e vinte e sete dias. Percorrera 967 Km.

22 - INTRUSÃO FRANCESA NO AMAPÁ EM 1895-O MASSACRE DA VILA AMAPÁ

Em 15 de maio de 1895, teve lugar na Vila Amapá, localidade principal do território contestado entre a França e o Brasil, entre os rios Oiapoque e Araguari, um sangrento confronto armado entre brasileiros e franceses, seguido de um massacre na população brasileira civil da Vila Amapá por tropas de Infantaria da Marinha da França, enviadas de Caiena a bordo da canhoneira Bengali.

Estas tropas foram enviadas com a missão de libertar o colaboracionista brasileiro Trajano, que representava interesses franceses, e de prender o líder militar e civil brasileiro Francisco Xavier Veiga Cabral (o Cabralzinho), do Triunvirato que governava o território contestado em nome de interesses brasileiros.

Este combate, de graves repercussões internacionais, passou à História como combate da Vila Amapá.

A Vila Amapá, em realidade Vila do Espírito Santo do Amapá (depois chamada Montenegro), nasceu na foz do Igarapé do Campo, à margem direita do rio Amapazinho.

O Igarapé do Campo comunicava-se com o lago Grande do Amapá.

A Vila Amapá era das mais movimentadas, em razão de sua situação geográfica. Para ela convergiam figuras importantes do Contestado e nela se estabeleceram brasileiros abastados vindos de Belém e de outros locais, atraídos pela Corrida do Ouro em pleno apogeu, pois o Contestado, área de 260.000 km², era cortado por rios auríferos que produziam anualmente 10 toneladas de ouro.

A disputa entre a França e Portugal e, depois, Brasil e França, pela posse do atual Amapá, se resumiu da forma abaixo.

Cronologia dos fatos da disputa pelo Amapá, com a França

1494 - 7 de junho - Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha.

1533 - Portugal concedeu autorização para ocupação do atual Amapá.

1544 – Feitas concessões para ocupação do atual Amapá pela Espanha.

1637 - 14 de junho - Bento Maciel Parente recebeu de Felipe IV, de Castela, o atual Amapá como Capitania hereditária, através de carta de doação. O Amapá era, então, território da Costa do Cabo do Norte.

1697 - Os franceses tentaram a ocupação militar do Amapá.

1700 - 4 de março. Tratado entre Portugal e França.

1713 - 11 de abril. Tratado de Utrecht, pelo qual os franceses reconheceram como fronteira do Brasil com a Guiana Francesa o rio Vicente Pinzon ou Oiapoque, sob a mediação da rainha inglesa Anne.

1723 –1728. O Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão, João Maia da Gama, além de expedições de rotina na costa do Amapá enviou ao atual Amapá 4 expedições militares comandadas pelos capitães João Pais do Amaral, Francisco de Mello Palheta, Diogo Pinto Gaya e Francisco Xavier Brotero. Eles reduziram as invasões da região pelos franceses da Guiana Francesa que, sob o governo de Claude d’Orvilhers, invadiam o Amapá para capturar e escravizar os índios. Foi aí que o Capitão Mello Palheta trouxe o café, que foi introduzido no Rio de Janeiro, e daí para Resende por volta de 1800, de onde se espalhou por todo o Brasil. Por oportuno, vale lembrar que foi da Guiana Francesa que veio o nosso abacateiro, a palmeira imperial e a cana caiana (cana de Caiena), responsável, por 250 anos, por nossa produção de açúcar e aguardente.

1738 – Foi fundada Macapá, onde foi colocado um destacamento militar.

1748 - A região do atual Amapá foi denominada, por D. João, de Província dos Tucujus, ou Tucujulândia. O nome visava a planejamentos militares para a defesa da área e ao controle dos índios que habitavam a região, para usá-los como mão de obra, e dos soldados, para combater invasões de estrangeiros.

1751 – O Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado enviou expedição a Macapá, ao comando do Sargento-Maior João Batista do Livramento, levando soldados e colonos açorianos, que foram recebidos pelo comandante da praça, Manoel Pereira de Abreu, que estava em conflito com o padre Miguel Ângelo, pois este não era atendido em seus pedidos, inclusive alimentação.

1752 – O Capitão-General Mendonça Furtado chegou a Macapá

levando o único médico, que clinicou, com remédios levados por si, colonos e militares atingidos por uma epidemia de cólera, controlando-a.

1758 – Em 7 de março o Capitão-General Mendonça Furtado retornou ao Amapá com numerosa comitiva para elevar Macapá a vila, criou a Câmara e empossou os vereadores. Macapá passou, em 4 de fevereiro, à condição de Vila de São José de Macapá.

1764 - 29 de janeiro –Teve início a repotencialização da poderosa Fortaleza de Macapá, que dominava o principal canal de acesso á bacia Amazônica.

1770 – Formação do núcleo colonial de 340 famílias vindas de Mazagão, no Marrocos, África. O núcleo fixou-se no Amapá, em Nova Mazagão, às margens do Mutuacá. Para comandar a fortaleza em construção e a região, veio de Mazagão Lobo d'Almada.

1782 - 10 de março - conclusão da repotencialização da poderosa Fortaleza de Macapá.

1797 - 10 de agosto - Tratado ente Portugal e França.1809- 12 de janeiro - Assinatura da ata de capitulação da Guiana Francesa às forças militares luso-brasileiras enviadas do Pará.

1817 - 17 de novembro - Início da desocupação da Guiana Francesa pelos luso-brasileiros.

1853 – Butenval, jurisconsulto francês, insistia na tese de considerar o rio Vicente Pinzon como sendo o Araguari e não o Oiapoque.

1853 - 1 de julho - O senador Cândido Mendes de Almeida apresentou projeto de criação da Província do Oiapoque.

1856 – Macapá é elevada à categoria de cidade.

1859 - As populações de Macapá e Mazagão fazem memorial ao parlamento pedindo criação da província.

1870 - As populações de Macapá e Mazagão repetem o memorial.

1885 - O romancista Júlio Gross, membro da Sociedade de Geografia da França, tentou criar a República do Cunani.

1889 - Mazagão é elevada à categoria de cidade.

1893 –Corrida do Ouro no Amapá, com a descoberta de ouro pelos irmãos Germano e Firmino Ribeiro, garimpeiros brasileiros, na bacia do rio Calçoene, que foi invadida por aventureiros de todas as nacionalidades, gerando violência, problemas de saúde e criando um clima de revolta na área. Face à descoberta do ouro, o governador da Guiana Francesa ali colocou como seu delegado Eugene Voissin, que passou a fiscalizar o Contestado e desviar seu ouro para a Guiana, cobrando altos impostos e protegendo os mineradores franceses, em detrimento dos luso-brasileiros gerando, de 1893 até Nov94, um clima de intranquilidade que resultaria

numa revolta liderada por Cabralzinho e na invasão militar francesa, derrotada por Cabralzinho, que foi consagrado Herói do Amapá e general honorário do Exército Brasileiro.

1895 - 15 de maio - ataque francês ao Amapá, comandado pelo Cap Lunier, que foi morto por Cabralzinho. Combate que será abordado adiante.

1900 - 1 de dezembro - O Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, Presidente da Comissão de Arbitramento, reconhece o direito do Brasil ao Contestado (o atual Amapá), sendo advogado do Brasil o Barão do Rio Branco, em razão de Rui Barbosa haver hesitado em assumir a defesa.

1901 - Decreto nº 938, de 21 de janeiro de 1901, incorporou o Amapá ao Estado do Pará.

A origem do Contestado entre os rios Araguari e/ou Oiapoque

Em 1841, os franceses mais uma vez contestaram a posse brasileira do território entre os rios Araguari e Oiapoque, até que decorreu esta região ser tornada neutra ou contestada.

Vale lembrar que o Brasil havia saído do período regencial marcado pela Revolta dos Cabanos no Pará, Revolta dos Balaios no Maranhão, Sabinada na Bahia e pela Farroupilha no Rio Grande do Sul, que ainda prosseguia.

Portanto, período favorável para os franceses pressionarem, e os brasileiros procurarem ganhar tempo.

Em 1881, moradores do Contestado, sob a liderança de Júlio Gross fundaram ali a República do Cunani, abrangendo território rico em ouro. "República" que avançava até Roraima atual.

A Vila Amapá era uma espécie de capital do Contestado, onde a febre do ouro ensandeceu seus moradores e acirrou a disputa França x Brasil por sua posse.

Aos poucos o Contestado se afrancesou, e o acesso às minas de ouro passou a ser negado aos brasileiros. Os interesses franceses eram representados por Eugene Voissen.

A revolta do Contestado sob a liderança de Veiga Cabral (Cabralzinho)

Em 10 de dezembro de 1894, quando o Brasil estava envolvido pela Guerra Civil na Região Sul e pela Revolta na Armada, 1893-95, os brasileiros do Contestado se revoltaram sob a liderança de Francisco

Xavier Veiga Cabral.

Depuseram Eugene Voissen e o substituíram por um Triunvirato, constituído por Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), Desidério Antônio Coelho e o Cônego Domingos Maltêz.

O Triunvirato enfeixou poderes administrativos, financeiros e militares e teve, como encargo, organizar a chefia militar da região, organizando mais tarde o Exército do Amapá. Passou a adotar a Constituição do Pará.

O governador da Guiana Francesa nomeou então, como seu representante, o capitão Trajano, um negro humilde e aliado dos franceses, ou um colaboracionista, para os brasileiros, que teria passado a fazer o jogo dos franceses e a perseguir brasileiros.

Trajano passou a exercer sua missão de representante de interesses franceses no Cunani, onde tentou refazer a situação anterior ao Triunvirato, afrontando-o.

Trajano foi convidado pelo Triunvirato para ir até a Vila Amapá, sendo encarregado da missão o Major Félix Antônio de Souza, que tentou em vão demovê-lo de seus atos contra brasileiros como ele.

Ái os ânimos se exaltaram, pois estava em jogo o futuro do Contestado. Houve revolta contra Trajano, por ser um brasileiro que se pôs a serviço da causa estrangeira.

Trajano foi preso e castigado fisicamente e levado para a Vila Amapá. E esta notícia se espalhou entre os franceses de Caiena da seguinte forma:

“Trajano, o representante de M. Charvein, e delegado do Governo de Caiena e portanto do Governo Francês, fora seviciado e preso na Vila Amapá.”

E a reação de Caiena não se fez esperar.

A reação militar de Caiena contra a revolta liderada por Veiga Cabral

Foi organizada em Caiena uma expedição militar com a canhoneira Bengali, transportando Infantaria da Marinha da França com a missão de libertar Trajano e prender seus raptos, (leia-se Cabralzinho).

A expedição teria por chefe o comandante Audibert, da canhoneira Bengali.

A expedição “não deveria utilizar a força, senão em caso de absoluta necessidade e não empregá-la nunca em face de tropas do Exército Brasileiro”.

A Infantaria da Marinha da França era constituída de um Destacamento de 60 homens, divididos em duas secções, cada uma com 30 homens.

O comandante do Destacamento era o Capitão Lunier e seu imediato o tenente Destouf. Cada soldado levava 120 cartuchos de fuzil, deixando 80 em reserva na canhoneira Bengali.

A criação do Exército Defensor do Amapá

No curso da disputa pela posse do domínio do Contestado, o Triunvirato criou o Exército Defensor do Amapá, sem nenhuma ligação com o Exército Brasileiro, então voltado para combater a Guerra Civil no Sul, 1893-95 e a Revolta na Armada, 1893-94.

O Exército do Amapá foi criado em 27 de dezembro de 1894 pelo Triunvirato do Amapá nos seguintes termos:

“O Triunvirato do Amapá, eleito pelo povo, decreta o seguinte:

1º - Fica criado o Exército de Infantaria, defensor do Amapá, composto de 4 batalhões com 4 companhias cada.

2º - É nomeado General Comandante Geral do Exército, o Sr. Francisco Xavier da Veiga Cabral.

3º - São nomeados oficiais (seguia-se a relação de todos)”.

Os oficiais foram diplomados. O 1º Batalhão era comandado pelo Coronel Antônio C. Vasconcellos e tinha por Estado-Maior o Tenente-Coronel Bernardo Batista da Silva, Major fiscal Raimundo Marcelino do Amaral, Capitão Ajudante Antônio de Carvalho, Alferes Quartel Mestre (intendente) Lucas Evangelista Pinheiro, Alferes Secretário Elizeu Leite.

Comandavam suas companhias os capitães Manoel do Nascimento Cardoso, Pedro de Alcântara de Macedo Lima, João Gualberto da Costa e Estevão Antônio Alves.

O 2º Batalhão era comandado pelo Coronel Joaquim Felix Belfort e suas companhias eram comandadas pelos capitães Tertuliano Belfort, João Augusto da Silva, Felix Lopes de Sá e Pedro Henrique de Noronha Filho.

O 3º Batalhão ficou sob a direta orientação do Coronel Antônio Veiga, e suas companhias sob o comando dos capitães Cândido de Souza Teles, Manoel Roriz de Oliveira, Damázio Pedro de Minimeia e João Florêncio Lameira.

O 4º Batalhão era comandado pelo Coronel Antônio Pinto de Almeida, e suas companhias ao comando dos capitães Bento de Azevedo, João de Azevedo, Idelfino de Oliveira Tavares e Agildo de Araújo Maltês.

Levantaram-se recursos com comerciantes e proprietários no Contestado e foram concedidos títulos de generais protetores do Exército do Amapá a personalidades eminentes do Amapá e Pará, entre eles o

Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Pará e Antônio José Lemos, Prefeito do Pará.

Decorridos cerca de três meses da criação do Exército Protetor do Amapá, chegaram ao Triunvirato numerosas queixas contra Trajano, Delegado do Governo de Caiena. Entre elas esta queixa:

Queixas de brasileiros contra o brasileiro Trajano, a serviço de Caiena

“Senhores presidentes e membros do Triunvirato Amapaense. O povo brasileiro residente em Cunani leva ao conhecimento de V. Ex^{as}. que o ex-capitão Trajano tem continuado aqui a hastear a bandeira francesa, depois de ter por várias vezes rasgado e pisado o nosso pavilhão e com impérios tem sempre o insultado e à nossa cara Pátria Brasileira.

Trajano, Exm^{os} senhores, é brasileiro e essa razão mais influi para o seu grande crime.

Trajano tem metido a ferros e troncos cidadãos sem culpas nem crimes, cidadãos que aqui têm vindo por passeio, e como não lhe deixam as somas que exigia, sofriam tudo de martírio que Trajano e seus companheiros entendiam.

Pedimos a V. Ex^{as} a deportação desses indivíduos de nosso torrão, porque aqui só servem de estorvos ao progresso do brasileiro”.

Ainda em 25 de abril de 1895, o Triunvirato escreveu ao Conselho Municipal de Cunani:

“Este governo (Triunvirato), atendendo às queixas que tem recebido do infame procedimento que aí tem tido o degenerado brasileiro Trajano e seus comparsas, de desrespeito a nossa cara pátria, tendo tido o arrojo de rasgar e pisotear o pavilhão brasileiro e também perseguindo os nossos bons patrícios e patriotas que não se tem quando se sujeitar aos procedimentos como os ditos.

Atendendo que o fim de nosso governo (Triunvirato) é especialmente tratar do progresso do nosso território e, mais, acabar de uma vez para sempre com os abusos praticados por brasileiros.

Resolve este Governo expulsar deste território o infame e mísero brasileiro Trajano e seus companheiros de igual procedimento.

Vão daqui encarregados deste governo a capturar o indivíduo Trajano e mais culpados, o dr. Major Felix Antônio de Souza, que tem como seus auxiliares o Cap Luis Borrvalho Bentes, Ten Sabino Leite e outros patriotas, que cumprirão as ordens dos encarregados desta diligência.

Recomendamo-vos todo o vosso auxílio para o mais breve possível serem capturados os criminosos a nos serem apresentados aqui para terem o destino que merecem.

Cumpram e façam cumprir sob pena de desobediência a este Governo.

Cidade do Amapá, 25 de abril de 1855.

Assinam Veiga Cabral e Antônio Gomes Lopes Pereira”

A missão da tropa da Marinha Francesa contra Cabralzinho

E a reação de Caiena assim foi feita:

O comandante Audibert, da canhoneira Bengali e comandante das operações recebeu a seguinte missão:

“Atingir a Vila do Amapá para retirar o capitão Trajano, que se acha prisioneiro e também o chamado Cabral, seu raptor. E no caso de nem Cabral nem Trajano se encontrarem na Vila, prender o número de reféns que julgar necessário”.

E prosseguem as instruções para a operação francesa, que Sílvio Meira reproduziu com detalhes em seu **Fronteiras Setentrionais -3 séculos de lutas no Amapá (São Paulo, SUP, 1989)**. Conhecedor da ameaça de ataque, Cabralzinho mandou cortar as árvores onde os franceses previamente, como preparativos para o ataque, haviam marcado o nível da maré.

E o ambiente na vila Amapá foi de agitação e intranquilidade. Mas Cabralzinho, comandante do Exército Amapaense, incentivou a todos que o respeitavam e admiravam. O contrabando de ouro, cacau e café para a Guiana era intenso.

O combate, seguido de massacre, de Vila Amapá, em 15 de maio de 1895

Há 107 anos, depois de o Brasil enfrentar na Região Sul e Sudeste as desgastantes Guerra Civil de 1893-95 e a Revolta na Armada de 1893/94 ocorreu este fato expressivo, atentatório à soberania brasileira na Amazônia, mas pouco conhecido episódio da História Militar Terrestre do Brasil.

Foi o do combate, seguido de massacre, da Vila Amapá, travado entre forças brasileiras, sob comando do intrépido e legendário General do Exército do Amapá, Francisco Xavier de Veiga Cabral (o Cabralzinho), e uma Companhia de Infantaria da Marinha francesa, sob o comando do Capitão Lunier, mandada pelo Governador da Guiana para libertar um

colaboracionista brasileiro de nome Trajano.

Esse evento foi relatado competentemente, com todas as minúcias e circunstâncias, com apoio em fontes brasileiras e francesas, pelo historiador Sílvio Meira na obra *Fronteiras Setentrionais - 3 séculos de lutas no Amapá*, já citada, na qual o autor prestou grande contribuição à *História Militar Terrestre do Brasil*.

O combate foi travado num contexto interno adverso ao Brasil, no qual a França insistia, contrariando o art.107 do Tratado de Viena de 1815, em confundir nosso extremo Norte no Araguari e não no Oiapoque, o que seria definido em função do episódio em foco e a ação de Rio Branco, em Berna, em 1º de dezembro de 1900.

A tropa francesa aportou na Vila Amapá, a bordo da canhoneira Bengali. Desembarcou e tomou posições de combate.

Seu comandante, o Capitão Lunier, à frente de 20 homens, dirigiu-se à casa de Cabralzinho, que saiu altivo ao seu encontro.

Lunier perguntou-lhe três vezes se ele era o Governador do Amapá.

Cabralzinho respondeu - sim!

Então, Lunier deu-lhe voz de prisão e Cabralzinho respondeu-lhe determinado: "Um brasileiro não se rende a bandidos"!

Lunier então ordenou a sua tropa que fizesse fogo sobre Cabralzinho que então se jogou ao chão e os tiros passaram por sobre sua cabeça.

Lunier sacou seu revólver para alvejar Cabralzinho e este com extrema rapidez e agilidade, deu uma rasteira em Lunier e o desarmou.

E nova rajada da tropa não o atingiu. E, ato contínuo, alvejou à bala o Capitão Lunier e a seguir um tenente e um sargento que lhe foram em socorro. Matou os três, deixando a tropa francesa acéfala.

Seguiu-se cerrado e demorado tiroteio entre soldados franceses e brasileiros, que só terminou com a retirada dos franceses. Aí surgiu mais uma tropa de franceses, ao comando do Tenente Jean Destoup. Teve lugar o combate contra os brasileiros, tocaiados nas casas e matas, o que prosseguiu até às 14 horas.

Neste espaço, Cabralzinho defrontou-se num corpo a corpo com o porta-bandeira D' Escrienne. E terminou levando a melhor, ferindo-o à bala na cabeça e arrebatando-lhe a bandeira francesa, o seu revólver e a sua espada.

Pouco mais tarde, matou em duelo à bala dois marinheiros franceses. Um deles assassinara a menina Joana, de 12 anos, e o outro matara o prático do porto.

Sob pressão, a força brasileira retraiu para a mata. O porta-bandeira, parcialmente recuperado, incitou a tropa francesa ao saque, ao massacre

e à destruição do mastro e da bandeira brasileira.

Do massacre, resultou a morte de 38 brasileiros, ferimentos em 22, tendo sido feitos dois prisioneiros.

A tropa francesa pagou o pesado tributo de retornar à Guiana derrotada, sem bandeira, com seis mortos e 22 feridos e com o peso na consciência de ter de explicar o covarde massacre e saque da Vila Amapá.

O intrépido Cabralzinho teve melhor sorte que o Tenente Antônio João em Dourados, em 1865.

Governava o Pará, de 1891 a 1987, o Coronel Lauro Sodré, abolicionista, republicano histórico, constituinte de 1891, senador de 1897 a 1917 e novamente governador do Pará de 1917 a 1930.

Era pai do Almirante Benjamin Sodré, que comandou o V Distrito Naval em Florianópolis, de 1949 a 1951 e que biografou seu pai na obra **Lauro Sodré – vida, caracter e sentimento a serviço de um povo. Rio de Janeiro, s/d.**

Ao Cel Lauro Sodré, Cabralzinho enviou o relatório do ocorrido, o armamento e o fardamento deixados pelos franceses quando da retirada de Vila Amapá.

Foi imprudente o governador de Caiena ao despachar um navio de guerra, com tropa de Infantaria de Marinha, sem ordem do governo francês; e também foi imprudente o Capitão Lunier, ao cumprir ordem do governador de Caiena, que lhe custou a vida e que provocou tantas e negativas repercussões internacionais.

Lições colhidas pelos franceses deste triste e lamentável episódio

O historiador Sílvio Meira, oficial da Reserva, por haver cursado o CPOR em Belém, apontou as seguintes lições, colhidas do episódio, com as quais concordamos:

“A guerra na selva não se ganha com o aparato de tropas de elite.”

Na selva, homens bravos, destemidos e rústicos, conhecedores de seus segredos, podem enfrentar tropas bem equipadas, armadas e treinadas, mas sem experiência em guerra na selva.

As forças morais (coragem, razão moral, destemor, fé na causa) constituem armas poderosas de difícil sujeição.

A defesa do lar ameaçado pelo invasor, por mais aguerrido que este seja, constitui motivação para rechaçar qualquer ataque”.

Os franceses revelaram inexperiência em combate na selva e não deviam ter invadido e massacrado civis em um território que era contestado.

Na análise do massacre da vila Amapá, vale este alerta do historiador citado, hoje muito atual:

“Estes exemplos históricos, esquecidos muitas vezes por entidades que tinham por dever revelá-los à juventude brasileira, devem sempre ser lembrados”.

O General do Exército do Amapá – Cabralzinho

Francisco Xavier da Veiga Cabral nasceu em 5 de maio de 1861, no Pará (em Cametá ou Belém?).

Com 30 anos viajou para os Estados Unidos, talvez em consequência de haver sido líder da Revolta do Corpo Policial em Belém, na madrugada de 11 de junho de 1891. Assunto a seguir abordado em A Revolta. Foi definido por um francês que residiu defronte à sua casa em Belém “como um homem ativo, enérgico, bom para tudo e pronto para qualquer missão”.

Foi subchefe de Polícia, depois jornalista e revolucionário.

Ele liderou, na madrugada de 11 de junho de 1891, uma revolta que o **Diário Oficial do Pará** de 13 de junho de 1891 aborda em detalhes, sob o título **A Revolta**, que é transcrita a seguir:

“A Revolta”

(Transcrita pelo Cel Jorge Diehl do **Diário Oficial do Pará**, Belém, sábado 13 junho 1891, a pedido da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, através do acadêmico Cel Manoel Soriano Filho e adaptado à linguagem atual pelo autor).

Muito lamentáveis são os acontecimentos que se têm passado nesta capital (Belém), nestes últimos dias, levando o terror e o pânico ao seio das famílias.

À 1 hora, mais ou menos, da madrugada de 11 de junho, um bando de revoltosos, capitaneados por Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho), tendo de antemão entrado em conluio com sargentos e praças do Corpo de Polícia, apoderou-se do quartel assenhorando-se de armamentos e munições. Depois saíram acompanhados por grande número de praças e seguiram em direção à casa do Dr. Vicente Miranda, em frente da qual estiveram parados e daí dirigiram-se para a chácara Conceição, de propriedade do mesmo Dr. Vicente Miranda, no Cacoalinho, onde se entrincheiraram.

O Governo, como lhe cumpria, tomou todas as providências a fim de defender a cidade, salvaguardar as famílias e garantir o comércio e os cidadãos pacíficos.

Organizada a defesa, o Esquadrão de Cavalaria (Policial) devidamente municiado, foi reconhecer o lugar onde se achavam os revoltosos, seguindo depois para o mesmo local o 15º Batalhão de Infantaria, uma bateria do 4º Batalhão de Artilharia, marinheiros nacionais conduzindo metralhadoras, um contingente de bombeiros, Esquadrão de Cavalaria de Polícia ficando toda esta força sob o comando do bravo Tenente Coronel Savaget. A canhoneira Guarany atacou os revoltosos pelo lado do rio Guamá.

Depois de breve resistência foram debandados, entranhando-se nas matas, onde foram perseguidos pela força legal.

Ao cair da noite, a tropa recolheu-se aos quartéis, vitorioso (dando vivas), com entusiasmo, ao Governo, e sendo recebida pelo povo que, reconhecido a esses bravos e leais militares, os aclamaram em delírio.

A noite passou-se sem maior incidente. Pela manhã de ontem, o Esquadrão de Cavalaria, continuou na perseguição dos rebeldes, apoderando-se de grande número de espingardas e munições, entranhando-se eles ainda mais para o centro das matas, já dispersos, e em diversas direções. Acha-se, hoje, pois, a tranquilidade pública restabelecida, graças à energia do ilustre governador Dr. Huet Bacellar Pinto Guedes, e à lealdade, heroísmo e dedicação da força de terra e mar.

Desde que a revolta foi conhecida na cidade, provocada por homens insensatos que, sem motivo e sem causa, levantaram o pendão da anarquia, o povo se colocou ao lado do governo, pronto para a defesa da ordem. A alfândega, as companhias de comércio puseram o seu pessoal à disposição do governo.

À frente das forças reunidas achavam-se os distintos militares: Capitão de Mar e Guerra Bernardino José de Queiroz, inspetor do Arsenal de Marinha; General Bento Fernandes Júnior, Comandante das Armas e o General José de Magalhães, Inspetor dos Corpos de Milícia do Estado, que se houveram com a prudência e coragem características dos bravos.

O Arsenal de Guerra achava-se sob a guarda de seu ilustre diretor, Major Vasconcellos de Drumond, que determinou a defesa do estabelecimento militar sob sua direção, dando, por seu exemplo, coragem aos seus comandados, enérgicos e distintos oficiais, que mostraram que são dignos sucessores desses bravos e heroicos brasileiros, que em igual dia cobriram-se de louros na gloriosa batalha do Riachuelo.

Mostraram, mais uma vez, que quando a pátria precisa de seus

serviços, os prestam com heroísmo inexcusável.

Os batalhões de linha (do Exército) 15º de Infantaria e 4º de Artilharia, são dignos dos maiores elogios.

Logo que tiveram conhecimento da revolta e traição vergonhosa do Corpo de Polícia, prepararam-se para a luta e bateram-se como bravos na perseguição dos inimigos da pátria.

O soldado brasileiro, que proclamou a República no Brasil, tem o dever de sustentá-la e manter a ordem.

O 15º de Infantaria e o 4º de Artilharia deram um brilhante exemplo de disciplina, de lealdade, de patriotismo colocando-se ao lado da legalidade, ao lado do povo – Bravos! (louvor) a esses valentes e a seus distintos oficiais.

O Esquadrão de Cavalaria (de Polícia) e o Corpo de Bombeiros portaram-se com denodo inexcusáveis. Foram infatigáveis no desempenho da árdua missão confiada ao seu patriotismo.

A disciplina que reina nesses corpos, devida a boa organização dada pelos seus distintos comandantes e oficiais, que são dignos de todo louvor, pelo modo brilhante que se houveram, nos acontecimentos do dia 11.

Que contraste enorme entre esses leais militares, e a traição sem qualificação possível do Corpo de Polícia!

Esse Corpo tornou-se indigno de continuar a ombrear com soldados valentes, leais, patriotas, como mostraram ser - a Marinha, o 15º de Infantaria e 4º de Artilharia, o Esquadrão de Cavalaria e o Corpo de Bombeiros. Honra ao povo paraense, à força; ao enérgico, prudente e bravo governador do Estado".

O Governador era o Tenente de Marinha Duarte Huet de Bacellar Guedes, que sucedera o primeiro governador do Pará na República, Dr. Justo Leite Chermont, que foi convocado para ser o Ministro do Exterior. O Tenente Duarte governou o Pará por cerca de ano e meio. Seu Governo promulgou a Constituição do Pará, em 11 Jun 1891, justo no dia da revolta liderada por Cabralzinho. Em 24 de junho, decorridos 13 dias da Revolta, o Major Lauro Sodré foi eleito o primeiro presidente constitucional do Pará, cargo que exerceu por cerca de 5 anos e meio. Em 3 de novembro de 1891, Lauro Sodré foi o único governador do Brasil a não apoiar o Marechal Deodoro da Fonseca na dissolução do Congresso e adoção do Estado de Sítio.

E, pelo visto, contaria com o apoio de Cabralzinho, líder da Revolta de 11Jun1891 na conquista do Contestado no Amapá, conforme Sílvio Meira, o qual mencionou, que aquele, que expusera Belém, naquela data, ao perigo de sua revolta, por volta de 1894:

“Era visto em relação constante com altos funcionários, auxiliares imediatos do Governador (Lauro Sodré), sob os próprios olhos deste Chefe deste Estado!

Ele vai e vem com toda a segurança do Pará ao território Contestado, recruta e organiza bandos, arma-os com fuzis de guerra, e ninguém protesta na cidade vítima de sua revolta?...

E não se é levado a pensar que Cabral recebeu mandato (de Lauro Sodré) para cumprir qualquer missão secreta, da qual só ele poderia encarregar-se, porquanto era mais capaz do que qualquer outro para a levar a bom fim”.

Cabralzinho faleceu em Belém, em 18 de maio de 1905, às 5h 30 da manhã, com 44 anos. É impositivo que no Pará e no Amapá se pesquise mais a vida de Cabralzinho, conquistador do Amapá em 1895.

Em 15 de março de 1895, o governador da Guiana Francesa, responsabilizado pelo massacre, foi afastado do cargo.

Cabralzinho foi reconhecido pelo Governo Brasileiro como herói nacional e foi-lhe concedido pelo Presidente da República o título de General Honorário do Exército Brasileiro.

Tudo indica que a ação de Cabralzinho foi executada com a orientação e o apoio do governador Cel Lauro Sodré, o que novas fontes poderão, seguramente, esclarecer, negando ou confirmando esse fato.

Em 1896, Cabralzinho viajou ao Rio de Janeiro para entrevista com o presidente Prudente de Moraes. Por onde passou foi homenageado como herói do Amapá.

Um orador inflamado falou:

“Se é grande o Cabral que nos descobriu, maior é o Cabral que nos defendeu”!

Ele desembarcou do navio Brasil no cais Pharoux, em meio a delírio popular, tendo merecido esta poesia.

Ao bravo general Veiga Cabral

Rola dos tempos pelo espaço, lento
Um todo imenso que a uma lei se indigna!
Que... no seu gravitar, seguro, atento...
Que o rege, senhor? Quem o domina?
Quem lhe dá força a centelha que fulmina,
Rebramidos do mar, furor ao vento.
Quem ergueu uma vez a mão divina,
Sentado irás ao túmulo elemento?

Esse, para quem é paz a guerra,
Dorme alerta em meio do escarcéu
Esse, que na morte a vida encena.
Quando da morte dissipar-se o véu
Dissipará também sonho da terra
Para por ti levar outro ao céu?
(João Antônio Magalhães. **Diário de Notícias**. 14Jun1896 – Belém - PA).

O final da grande disputa militar e diplomática pelo Amapá

Em 1897, o governador do Pará, José Paes de Carvalho anexou o Amapá ao Pará, sendo presidente do Brasil o Dr. Campos Salles.

Esta questão do Amapá teve fim em 1900, por felizes gestões do Barão do Rio Branco e laudo arbitral favorável do Presidente da Suíça, quando foram incorporados, em definitivo, 260.000 km² ao Brasil. E assim teve fim um grande e prolongado litígio com a França, que custou o derramamento de sangue e a perda da vida de brasileiros inocentes.

Ao finalizar, a nossa homenagem ao historiador e amigo Sílvio Meira, que tanto esclareceu a questão, ao pesquisar e publicar sobre esse interessante e pouco conhecido tema.

Homenagem ao gaúcho de Jaguarão, Joaquim Caetano da Silva, diplomata que foi Consul - Geral do Brasil nos Países Baixos, autor da obra em 2 Volumes **L'Oyapock et l'Amazone**, redigido em francês, e da qual se valeu o Barão do Rio Branco para defender os interesses do Brasil no Amapá. Essa obra contém poderosos argumentos, que não deixaram dúvidas sobre os direitos do Brasil sobre a área contestada entre os rios Araguari e Oiapoque.

A Colônia Militar do Oiapoque

Em 1840, como já foi referido anteriormente, foi criada, junto ao rio Araguari, a Colônia D. Pedro II, que foi a 1ª criada no Brasil.

E em 1907, ela foi transferida para o rio Oiapoque, com o nome de Colônia Militar do Oiapoque, em Ponta dos Índios. Mais tarde, foi transferida para Santo Antônio, defronte à vila francesa de Santo Jorge.

Quando da fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia, em 1922, esta Colônia Militar "possuía poucos soldados que viviam em péssimas condições pelos descuidos das autoridades da 8ª RM em Belém", segundo o padre Rogério Alcínio em **Clevelândia do Norte** (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1971), que estudou em detalhes a questão de Clevelândia e

que registrou:

“E foi mesmo a ineficiência desta Colônia Militar de Fronteira no Oiapoque **que, deixando a zona despovoada e à mercê dos estrangeiros, que determinou, junto com outros motivos, a fundação do Centro Agrícola de Clevelândia**”. (Grifo nosso).

Hoje a fronteira no Oiapoque é guarnecida por uma Companhia Especial de Fronteira do Exército. E próxima a ela foi criada a Reserva Ambiental das Montanhas de Tumucumaque.

A Colônia Agrícola de Clevelândia, 1921/30

Com o objetivo de povoar, nacionalizar e desfrutar a faixa de fronteira com a Guiana Francesa, **bem como coibir o contrabando e a atração pela França da área do antigo Contestado França - Brasil, foi criada junto ao rio Oiapoque** (o grifo é nosso) a Colônia Agrícola de Clevelândia ou Centro Agrícola de Clevelândia.

Ela foi inaugurada em 5 Mai 1922. Os primeiros colonos chegaram no final de maio de 1921 e foram distribuídos ao longo da margem brasileira do rio Oiapoque. Os primeiros a chegarem para a inauguração foram militares do Destacamento de Fronteira do Exército.

De julho a agosto de 1923, o Coronel Raimundo Barbosa, comandante da 8ª RM, visitou Clevelândia e registrou estas impressões:

“De visita a Clevelândia, levo na minha alma de patriota uma impressão eminentemente consoladora.

É que vejo neste afastado ponto do nosso vasto, formoso e amplo território, que o progresso incrementa, e a nossa soberania se assegura de modo indelével e o nosso povo, o heroico povo patriota, se robustece, se instrui e se aperfeiçoa.

Salve os obreiros desta cruzada, iniciada sobre os melhores augúrios e executada com inteligência, dedicação e patriotismo”.

Mas estas positivas perspectivas sofreram rudes golpes com a escolha de local para receber presos políticos revolucionários de 1922 e 1924.

A primeira turma, de 250 presos, chegou ao agora também presídio político de Clevelândia, em 26 de dezembro de 1924, vindos do Rio, a bordo do Cuiabá.

Em 26 de janeiro chegaram 120 presos de Manaus. E logo depois mais 577, dos que haviam sido aprisionados no combate de Catanduas, na Revolução de 1924.

O número total de presos políticos e comuns atingiu 1.630, segundo

o prisioneiro paulistano Manoelzinho dos Santos, que ali passou a residir depois de anistiado.

Após a chegada dos presos de Catanduvas, minguou o fluxo migratório para o local e aumentou o dele para outros locais, inclusive de muitos colonos já estabelecidos. E isto coincidiu com uma violenta e espantosa epidemia de disenteria bacilar, que vitimou muitos presos e colonos.

A partir daí entrou em colapso o projeto da Colônia Agrícola de Clevelândia e os seus objetivos de resguardo da soberania brasileira naquela fronteira.

Em 3 de julho de 1927, o General Rondon enviou de Clevelândia telegrama do seguinte teor ao senador Miguel Calmon:

“Recebi nesta primeira célebre Colônia Agrícola telegrama com que V. Excia me honrou. Aqui estou desde 25 de junho de 1927, onde estabeleci meu Quartel General de Inspeção de Fronteiras. Levo impressão de que tudo está feito, o clima estável e regular.

Os palúdicos (atacados de impaludismo) existentes foram trazidos dos seringais, e a população aqui localizada goza saúde. **Convém insistir em fixar trabalhadores nestas fronteiras** (o grifo é nosso), para evitar se percam tantos esforços e dinheiro despendidos.

Sem tenaz persistência não se alcançará a vitória. Afetuosas saudações – General Cândido Mariano Rondon”.

Com a Revolução de 30 e conseqüente anistia para os presos, a Colônia Agrícola de Clevelândia fracassou.

Cooperou para este insucesso a criação, por esta época, da Fordlândia, por Henry Ford, no Vale do Tapajós.

O Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque

Levando em conta os antecedentes históricos que foram abordados sobre nossos problemas militares com franceses, ingleses e holandeses no passado, no atual Amapá, a criação ali do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso é vista na publicação **Alerta Científico e Ambiental** como uma ameaça à Soberania do Brasil no Amapá, historicamente ameaçada pela França, até 1900. Também pela Inglaterra e França, durante a Revolta da Cabanagem, e por holandeses que invadiam o Amapá, no passado, para tirarem madeiras, além de, no período da União das Coroas Ibéricas terem construído fortificações e feitorias no Amapá e no baixo Amazonas.

Segundo o citado **Alerta Científico e Ambiental**, ano 9, nº 33 de 12/19 Ago 2002:

“O Parque, com 3,8 milhões de hectares, do tamanho da Bélgica, localiza-se na fronteira com a Guiana Francesa e é lindeiro (limita-se) com reserva indígena de dois milhões de hectares, que abriga índios Tiriós, Apalaé, Waiana e Kaxuiana, localizada no Pará, junto a Guiana Holandesa (atual Suriname)”.

E assim, esta fronteira com o Suriname e Guiana Francesa estaria se tornando terra de ninguém, **o que a História nos dirá!!!**.

Assim, para estudiosos da Amazônia, como nós, no presente caso, julgamos, salvo melhor juízo, que a existência de 5,8 milhões de hectares de reservas naturais e indígenas, junto à fronteira do Brasil, desguarnecida, com o Suriname e com a Guiana Francesa, com apoio nas lições de História da Amazônia Brasileira, que aqui resgatamos, constitui séria ameaça, potencial, real e estratégica à integridade e à soberania brasileira no III Milênio.

O Governo do Amapá, segundo o **Alerta Científico e Ambiental**, e outras entidades locais, opuseram-se ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que teria afirmado: “Crio o parque assim mesmo, porque tenho a força da persuasão. E se não a tiver, tenho poder”.

Consta também que comandos das Forças Armadas na Amazônia teriam assessorado o comandante Supremo das Forças Armadas, no mesmo sentido que o Governo do Amapá, mas não foram atendidos.

Encaminhamos artigo de nossa autoria sobre restrições feitas por um grupo ambientalista à criação do Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, no Amapá, a diversos estudiosos, no seguinte teor:

“Apreciaríamos saber se procede ou não o temor de perigo para a nossa soberania. Assunto no qual introduzimos conclusões de estudo que procedemos no Amapá, sobre a História Militar Terrestre da Amazônia, que estou ultimando. Agradeceríamos receber apreciações negativas e positivas ou acréscimos à matéria. Abraços. Cel Bento”.

Recebemos as seguintes considerações de dois acadêmicos com ligações com a Amazônia:

Do General Raimundo Negrão Torres, nascido em Belém, recebemos o seguinte:

“Meu caro Presidente,

Só agora pude ler seu trabalho sobre as preocupações com o novo Parque. Uma bela e instrutiva recapitulação sobre a história daquele longínquo rincão de nosso país.

Tenho minhas dúvidas sobre alguns pontos dos receios apresentados e que, de resto, são os que ultimamente vêm sendo objeto de grande polêmica.

Diferentemente de muitos, considero que a criação de parques nacionais não inibiria as Forças Armadas brasileiras de sobre eles exercerem o nosso direito de legítima defesa da soberania.

Tanto quanto sei, o Ministério da Defesa está dando prioridade a exercícios combinados e conjuntos na região amazônica como sinal de presença dissuasória e treinamento militar”.

Do acadêmico Cel Luís Carneiro de Paula, que comandou a unidade de Engenharia de Construção em Rio Branco, recebemos estas considerações:

“Os parques em si não derogam leis sobre a faixa de fronteira e projetos como o Calha Norte. Apenas criam obrigações para o que se fizer em sua área.

Nada teríamos, portanto, que temer. Mas os ambientalistas e indigenistas têm usado a existência dos parques e áreas indígenas e áreas de preservação para tentar impedir a ação governamental integradora e de desenvolvimento nessas áreas.

A maioria está a serviço de ONGs, cujos interesses que representam hoje já estão bem conhecidos... Precisamos encontrar e motivar algumas lideranças políticas nacionais, de todos os matizes, para empreendermos uma cruzada, não contra os parques, etc., mas a favor da ação e presença nacionais em todas essas áreas.

Precisamos executar as últimas fases do processo de integração territorial e humana da Amazônia, executando o Calha Norte e realizando o projeto da Amazônia ocidental. Há chances de fazer isso... Vale lembrar que o falecido presidente Mitterrand da França, em abril de 1998 teria afirmado: “O Brasil devia renunciar à parcela de sua soberania sobre a região amazônica”.

O citado **Alerta Científico e Ambiental** mencionou que o Amapá reclama que milhões de dólares foram doados do exterior para criar parques naturais no Amapá, enquanto a sua principal rodovia Macapá - Oiapoque não é asfaltada.

Tomara que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha razão e que não se esteja repetindo com o parque o cochilo brasileiro na questão do Pirara ou se colhendo um fracasso como a Colônia Agrícola de Clevelândia. Enfim só nos resta ficar apreensivos. E lembrar aos patriotas:

“A vigilância é o eterno preço da liberdade!, segundo o Brigadeiro Eduardo Gomes, patrono da Aeronáutica.

A viúva do citado ex-presidente da França, D. Danielle Mitterrand, defende a criação da Nação Maia com pedaços do México, Guatemala e Belize e por isto é persona non grata no México.

D. Danielle esteve no Oiapoque e reuniu-se com lideranças indígenas em Aça, onde prometeu denunciar projetos de contestação às reservas indígenas e de prestigiar a posse do 1º prefeito indígena João Neves, que representou os índios brasileiros em Paris, no Encontro dos Povos Ameríndios, sendo recebido pelo presidente da França, Sr. Jaques Chirac e D. Danielle Miterrand.

Aqui parece impositivo um esclarecimento bem transparente da questão, como a que envolve a cessão da Base de Alcântara, que preocupa patriotas brasileiros, na possibilidade de ali se estar estabelecendo um local definitivo, como a base americana de Guantânamo, em Cuba.

Neste projeto, Parque das Montanhas de Tumucumaque, estariam presentes o Banco Mundial, associado a WWF (Fundo Mundial para a Natureza), presidido honorariamente pelo Príncipe Philip da Inglaterra, que articulou a ideia do Parque.

Mais tarde, em 1998, juntaram-se a esta parceria mais a Forest Alliance, e no Brasil, a ARPA (Áreas protegidas da Amazônia), com duração de quatro anos, a criação de 18 milhões de hectares em novas unidades de conservação na Amazônia Legal e de um fundo de financiamento para o custeio de áreas protegidas. Fundo esse que teria como fonte 30 milhões de dólares doados pelo GEF (Fundo do Banco Mundial).

Quando concluíamos este trabalho, a imprensa noticiava encontro da ministra brasileira do meio Ambiente com autoridade francesa relacionada com o assunto. Fica no ar a pergunta: o que ficou decidido?!

Decretos 4.411 e 4.412 de 07 Out 2002, para proteção das reservas indígenas e ambientais

Consultado o Ministério da Defesa Institucional sobre medidas de segurança adotadas para reservas indígenas e ambientais de conservação, recebemos cópias dos decretos a seguir, do final de 2.002:

DECRETO Nº 4.411, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no art. 1º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e nos arts. 142 e 144, § 1º, inciso III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação, estão

compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamentos, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias, compatibilizadas, quando fora da faixa de fronteira, com o Plano de Manejo da Unidade; e

III - a implantação de programas e projetos de controle, ocupação e proteção da fronteira.

§ 1º. No caso de o plano de manejo da unidade não estar concluído, as atividades previstas no inciso II, quando fora da faixa de fronteira, deverão ser compatíveis com as diretrizes de implantação da unidade de conservação.

§ 2º. O órgão responsável pela administração da unidade de conservação será comunicado das atividades a serem desenvolvidas na unidade, sempre que possível.

Art. 2º O Ministério da Defesa participará da elaboração, da análise e das atualizações do plano de manejo das unidades de conservação localizadas na faixa de fronteira.

Parágrafo único. Os planos de manejo e respectivas atualizações, referidos no **caput**, serão submetidos à anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional, por meio de sua Secretaria-Executiva.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 7 de outubro de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Geraldo Magela da Cruz Quintão, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, José Carlos Carvalho e Alberto Mendes Cardoso

DECRETO Nº 4.412, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e nos arts. 142 e 144, § 1º, inciso III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III - a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira.

Art. 2º As Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa, e a Polícia Federal, por meio do Ministério da Justiça, deverão encaminhar previamente à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional plano de trabalho relativo à instalação de unidades militares e policiais, referidas no inciso II do art 1º, com as especificações seguintes:

I - localização;

II - justificativa;

III - construções, com indicação da área a ser edificada;

IV - período, em se tratando de instalações temporárias;

V - contingente ou efetivo.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional poderá solicitar manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, acerca de eventuais impactos em relação às comunidades indígenas das localidades objeto das instalações militares ou policiais.

Art. 3º As Forças Armadas e a Polícia Federal, quando da atuação em terras ocupadas por indígenas, adotarão, nos limites de suas competências e sem prejuízo das atribuições referidas no **caput** do art. 1º, medidas de proteção da vida e do patrimônio do índio e de sua comunidade, de respeito aos usos, costumes e tradições indígenas e de superação de eventuais situações de conflito ou tensão envolvendo índios ou grupos indígenas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de outubro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Geraldo Magela da Cruz Quintão, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e Alberto Mendes Cardoso. (Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.10.2002)

23 - A CAMPANHA MILITAR DO ACRE, 1900-1903

Plácido de Castro foi um jovem gaúcho, líder militar nato, que o destino caprichoso impeliu para o Acre, para um grande encontro com nossa História, ao prestar serviço, sem igual neste século, à defesa e preservação da Integridade, Soberania e Unidade brasileiras

Liderando bravos nortistas, desbravadores e povoadores da região, proclamou o Acre Estado Independente, em 6 de agosto de 1902, em Xapuri.

Consolidou-o pelas armas, em duros combates, em 171 dias de campanha. Libertou a região de séria ameaça potencial representada por poderosos grupos econômicos internacionais, interessados em dominar, inclusive com apoio militar, fontes de produção de borracha na Amazônia.

Evocamos sua vida e obra, apontando-as como exemplo e inspiração a brasileiros de hoje, que velam pela Soberania e Integridade do Brasil na Amazônia, ou que participam da grande cruzada patriótica de integrá-la e desenvolvê-la de forma sustentável.

Da ação militar e política desse herói, combinada com a diplomática do grande patriota Barão do Rio Branco, resultou a incorporação ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, do atual Estado do Acre, comprado à Bolívia.

Descendente de guerreiros

Plácido de Castro nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 8 de dezembro de 1872. Era filho, sobrinho, neto e bisneto de militares que lutaram de 1801 a 70, em defesa da Soberania e Integridade do Brasil, em nossa Fronteira Sul – A fronteira do Vai e Vem.

A casa de seu pai tornou-se ponto de encontro de veteranos da Guerra do Paraguai. Nela, o assunto principal era a recordação de lances militares deste conflito.

A mente infantil de Plácido foi povoada pelos feitos guerreiros de seus antepassados, durante seis campanhas contra os espanhóis e seus descendentes.

Adolescência difícil

Com 9 anos começou a trabalhar. Com 12 anos perdeu o pai e passou a sustentar a mãe e seis irmãos menores. À procura de maior salário, trabalhou em Bagé e São Francisco de Paula até atingir idade para realizar seu sonho, ingressar no Exército.

Soldado do Regimento Mallet

No mês seguinte à Proclamação da República, com 16 anos e 4 dias, ingressou no Exército como soldado.

Escolheu, em São Gabriel, a unidade de maior tradição guerreira, o legendário 1º Regimento de Artilharia de Campanha, o atual Regimento Mallet, de Santa Maria. Esta unidade escrevera páginas imortais de glória militar nas guerras contra Oribe e Rosas (1851-52) e na do Paraguai (1864-70).

Após seis meses, Plácido era cadete.

Cadete em Rio Pardo e Porto Alegre, e carreira frustrada

No segundo semestre de 1890, ingressou na Escola Tática e de Tiro do Rio Pardo, onde, após dois anos e meio, já era 2º sargento.

Em 1893, passou a frequentar a Escola Militar de Porto Alegre, último degrau para tornar-se oficial do Exército.

Ao entrar para a Escola Militar, a política dividia a família brasileira. Ela penetrou na Escola e dividiu seus alunos em Florianistas e Federalistas.

Estourara no Rio Grande do Sul a Guerra Civil de 1893-95 ou Revolução de 1893, caracterizada por uma violência inaudita e grande desrespeito à vida do adversário.

Cadetes florianistas encabeçaram abaixo-assinado, pedindo o fechamento da Escola para lutarem contra a Revolução.

Plácido, apolítico, segundo seus biógrafos, recusou-se a assinar o documento. Foi desligado da Escola, declarado suspeito, preso e enviado à Bagé para servir no Batalhão de Transportes, ao comando de um neto de mesmo nome do General Bento Gonçalves da Silva. Foi privado do uso de armas de fogo.

Neste exato momento frustraram-se, para sempre, seus sonhos de ser oficial do Exército.

Revolucionário federalista

Na véspera do combate do Rio Negro, em Bagé ele abraçou a causa da Revolução.

Apresentou-se aos chefes revolucionários e conseguiu a libertação de dois companheiros do Exército, presos na véspera. Um deles era seu inimigo. Dessa generosidade ele daria várias mostras na Revolução Acreana.

Em 1893, Plácido participou de quase 40 ações de combate. Completou sua formação militar na Academia Militar das Coxilhas, “vendo, tratando e pelejando”. Com 21 anos incompletos, era major por bravura e disputado entre seus chefes. O jovem não se deixou envolver por práticas bárbaras introduzidas nesta revolução, entre as quais o degolamento de adversários inermes, costume abominável introduzido por caudilhos orientais, e contrários à tradição de Firmeza e Doçura do gaúcho brasileiro. Tradição que encontrou no general Osório seu grande expoente.

A forja do guerreiro e seu temporário Adeus às Armas

Os 3 anos e meio passados no Exército e os 2 anos de revolução seriam responsáveis por sua escolha como general e comandante do Exército do Acre, à frente do qual realizaria feitos militares retumbantes, dentro de critérios táticos e estratégicos de grande validade em Arte e Ciência Militar que ele soube adaptar à realidade amazônica, diametralmente oposta às coxilhas do Rio Grande do Sul a que se acostumara.

Com a Paz de Pelotas, em 1895, que pôs fim à Revolução, Plácido não retornou ao Exército. Assistia-lhe, de direito, esta faculdade.

São desconhecidos os motivos do não-retorno. Após breve período em São Gabriel, foi para o Rio de Janeiro onde se tornou guarda e inspetor de alunos do Colégio Militar. Um incidente com um oficial professor de Geografia o obrigou a demitir-se.

Após, trabalhou nas Docas de Santos, onde praticou o ofício de agrimensor, condição que o levou à Amazônia, contratado para demarcar seringais.

A Amazônia fervilhava com a Questão Acreana

Os limites entre Brasil e Bolívia no Acre eram discutidos. As diplomacias dos dois países esforçavam-se por defini-los.

A seca de 1877, no Nordeste, atraiu para o Acre milhares de nordestinos que terminaram por desbravar e povoar aquela região selvagem, ao custo de 100.000 vidas imoladas por uma ecologia adversa, paraíso de febres palustres.

O Brasil reconheceu o domínio boliviano sobre parte da área desbravada e povoada por nordestinos, que já se consideravam acreanos.

Eles argumentavam: "Se o Brasil não quer o Acre, os acreanos não desejam ser bolivianos".

Em 14 de julho de 1899, em Empresa, o espanhol Luiz Galvez, após descobrir tratado entre os governos da Bolívia e EEUU, lesivo aos interesses acreanos, proclamou o Acre estado independente.

O Brasil interferiu e ajudou a Bolívia a restabelecer seu domínio sobre a área.

Jovens de Belém, inconformados, organizaram uma força para libertar o Acre.

Esta força passou à história como Expedição dos Poetas. Após alguns êxitos, fracassou, por falta de um líder militar.

Plácido recusou comandá-la, obediente à decisão do governo brasileiro. Nesta época, atacado de febre palustre, dedicava-se, como agrimensor, a demarcar seringais.

Um Cavalo de Tróia ameaça a Soberania do Brasil na Amazônia

O governo boliviano, visando a lucros e a manter seu domínio sobre o Acre, recorreu a capitais privados norte-americanos e ingleses, sedentos de dominarem as fontes de produção de borracha na Amazônia.

Formou-se o Bolivian Syndicate de Nova York. Este adquiriu o direito, por arrendamento, de administrar o Acre e ali manter uma força armada.

O arrendamento incluiu área reconhecidamente brasileira, segundo constatação de Plácido de Castro.

Era um Cavalo de Tróia a ser introduzido, na Amazônia, por poderosos capitais internacionais, com apoio oficial dos EEUU que, desde 1850, forçava a abertura do Amazonas ao livre comércio, conforme abordamos anteriormente.

Precedentes, na África e Ásia, mostraram que grupos idênticos terminaram por colonizar e dominar importantes áreas de alguns países, onde penetravam com os mesmos propósitos.

Era uma ameaça à Soberania e Integridade do Brasil, da Bolívia e do Peru.

Alagavam os acreanos legítima defesa preventiva contra a espoliação

de seus direitos centenários colocados em perigo pela United States Rubber Company, com possibilidades de apoiar grupos estrangeiros que poderiam ocupar toda a região, sob a proteção de força armada dirigida pelo Bolivian Syndicate.

A obra reservada ao jovem gaúcho

Eram imprevisíveis, se concretizadas, e a longo prazo, as consequências do acordo do Bolivian Syndicate.

Teríamos hoje por certo uma grande nação a dominar grande parte da Amazônia brasileira, boliviana e peruana?

O Brasil exerceria soberania sobre a navegação no Amazonas e seus principais afluentes?

Quais os reflexos negativos sofridos pela geopolítica brasileira na Amazônia?

Seria mantida a Integridade e Soberania do Brasil na área?

Estas e outras perguntas assaltaram a mente do patriota e estudioso de Geografia – Plácido de Castro.

Projeção da obra de Plácido no Brasil

Neste contexto, é que se insere a grande obra que iria realizar Plácido de Castro, sem rival, de preservação da Unidade e Soberania do Brasil na Amazônia, área em que somente agora os brasileiros tiveram condições, com grandes sacrifícios, de dar início à grande batalha, para integrá-la e desenvolvê-la, para não entregá-la, malgrado as pressões econômicas mundiais, imprevisíveis sobre ela no insondável 3º Milênio, num mundo em acelerada explosão demográfica e carente de espaço vital.

Por outro lado, seria então abandonar-se à própria sorte milhares de brasileiros acreanos, desbravadores e povoadores da região, desde quase meio século.

No Acre encontram-se sepultos milhares de nordestinos, imolados na luta para dominar aquela região selvagem e remota.

Plácido - o encontro com seu destino e com a História - a independência do Acre

Plácido encontrava-se na Amazônia desde 1898, com 25 anos de idade. Acompanhava com simpatia a Questão Acreana, sem nela envolver-se.

Brasileiros e bolivianos da área chegaram a um acordo de convivência fraterna.

Ao tomar conhecimento do teor do contrato, lesivo ao Acre, ao Brasil e também à Bolívia, decidiu impedir que se consumisse. Aderiu à revolução!

Dáí por diante foi o catalisador, organizador e pregador da Revolução, com vistas a impedir a invasão e o controle da área por capitais alienígenas, interessados em controlar fontes de produção de borracha, com apoio e força armada. E partiu para a luta armada!

Em 6 de agosto de 1902, conquistou Xapuri e proclamou a Independência do Acre. Fez com que todos os presentes assinassem a Ata de Independência, a fim de comprometerem-se no movimento.

Durante mais de um mês percorreu a pé, a cavalo e em canoas, todos os recantos do Acre, no afã de mobilizar adeptos para a reação militar que, dentro em breve, se faria sentir.

Nos seus mais agudos momentos de febre palustre, fez-se transportar em rede. Decorrido cerca de um mês, conseguiu mobilizar, organizar, equipar, adestrar e motivar um pequeno exército de 66 homens e fortificar diversos seringais.

Um duro insucesso - Emboscada em Volta da Empresa - lição aprendida!

Ao retornar para Xapuri, à frente de 66 homens, Plácido foi informado da chegada ao Acre de um batalhão boliviano. Para compensar seu pequeno efetivo, concebeu emboscar o adversário em Volta da Empresa (atual Rio Branco).

O Batalhão boliviano se antecipou a ele no local, ao ser guiado por um traidor.

Sua tropa foi emboscada. Após uma hora de violento combate, acabada a munição de sua tropa, ele foi obrigado a retirar-se com as seguintes baixas: 22 mortos, 8 feridos graves e 6 desertores.

O adversário teve 18 baixas, 10 mortos e feridos.

Plácido analisou profundamente o revés e dele tirou valiosas lições de cunho tático e estratégico, adaptadas às realidades da selva amazônica.

Em pouco tempo Plácido mobilizou o Exército do Estado Independente do Acre, com efetivo de 850 homens, divididos em 4 batalhões: O Novo Destino, o Pelotas, o Acreano e o Xapuri.

Seus soldados estavam armados com rifles Winchester 44 e armas de caça, com 60 tiros por homem.

Aclamado General e Comandante do Exército do Acre

Em 2 de outubro de 1902, foi aclamado general e comandante do Exército do Acre.

E em 171 dias de campanha, de 5 de agosto de 1902 a 24 janeiro de 1903, o pequeno Exército Acreano, liderado pelo bravo gaúcho, consolidou a Independência do Acre, após vencer em diversos combates fortes e bem armados efetivos adversários.

Conseguiu assim, afastar da Amazônia a grande ameaça à Soberania, Integridade de Unidade do Brasil e Bolívia, representada pelo Bolivian Syndicate de Nova York.

O Sindicato, face ao fracasso militar, tentou subornar a população acreana, no que foi repellido.

Financiou então, na Bolívia, uma poderosa expedição para esmagar os acreanos. O Brasil tomou posição para evitar o massacre.

Tratado de Petrópolis

A diplomacia brasileira, através do Barão do Rio Branco, consolidou o ideal do Acre de ser brasileiro, conquistado pelas armas pelo Coronel Plácido de Castro e seus bravos soldados acreanos, com a celebração do Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903.

Pelo Tratado, o Brasil definiu a situação do atual Estado do Acre, em troca de compensações territoriais (3.164 km²), em dinheiro (10.000.000 de dólares) e em obras civis de grande projeção econômica para a Bolívia, como a ferrovia Madeira-Mamoré, a liberação da livre navegação do rio Amazonas, a utilização dos portos de Manaus e Belém e, ainda, reembolso dos valores adiantados à Bolívia pelo Bolivian Syndicate.

O Acre foi elevado a Território Federal pela lei 1.181, de 25 Fev 1904, e foi dividido em Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, governados por prefeitos autônomos, nomeados pela Presidência da República.

A figura de Território Federal era uma inovação no Direito Constitucional do Brasil, ideia sugerida pelo Dr. Assis Brasil, gabrielense, como Plácido de Castro, e Ministro Plenipotenciário do Brasil nos EUA.

Plácido morreu em 1908, vítima de uma emboscada, preparada por desafetos políticos, dois dias antes. Teve o mesmo destino trágico de seu avô, do qual herdou o nome, o Major do Exército José Plácido de Castro.

Seus restos mortais repousam em Porto Alegre. Dia virá em que o Acre os reclamará para fazê-los repousar no cenário de sua glória, na terra de seus intrépidos comandados acreanos, que escreveram uma

epopeia em defesa da Integridade e Soberania do Brasil.

Na terra daqueles heróis que submergiram, um após outro, sob balas inimigas, na tarefa de cortar uma corrente que barrava a navegação do rio Acre defronte a Puerto Acre.

Na terra da Heroína Angelina Gonçalves de Souza que combateu a luta mais desigual com o inimigo, em protesto pelo trucidamento de seu marido.

Enfim, na terra de outros tantos heróis assinalados, que lutaram pela libertação do Acre, muitos esquecidos ou desconhecidos. Tanto que somente Deus sabe seus nomes.

Seu retorno é um imperativo cívico, para a referência eterna dos acreanos, aos quais ajudou a conquistar a liberdade e o direito de serem brasileiros. E para o respeito dos irmãos bolivianos ao adversário valoroso e generoso que lutava, não contra a Bolívia ou contra seus irmãos bolivianos, mas contra o Bolivian Syndicate, que ameaçava não só a Integridade e Soberania do Brasil, como também a da própria Bolívia, assim como a Liberdade de seu povo, seriamente comprometida, a longo prazo.

Em 1972, estivemos no Acre, como adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do EME, para lá realizar pesquisa solicitada pelo General Adauto Bezerra de Araújo e pelo Governador do Acre sobre o centenário de Plácido de Castro. Percorremos os locais de combates ao longo do rio e por terra. Visitamos e fotografamos em seus últimos dias o Sgt Feitosa, que foi mateiro de Plácido de Castro, do qual conservava uma bússola que seu chefe lhe fizera presente. Encontramos também o soldado de Plácido que cortara a corrente que barrava o rio em Puerto Acre e que depois se homiziara nos seringais bolivianos por temor de repressão a seu ato, só voltando a Rio Branco em 1972, muito velho e doente, para aguardar a morte. Nós o entrevistamos, fotografamos e reproduzimos as fotos, inclusive a do Sargento Feitosa, no Guararapes 22.

24 - A GUARNIÇÃO DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA, 1888-1938

Guarneceram a Amazônia as seguintes unidades:

Em Belém, Infantaria: 5º Batalhão de Fuzileiros, em 1857; 15º BC de 1888 a 1908, o qual, com a Reorganização do Exército de 1908, passou a chamar-se 47º Batalhão de Caçadores; este, em 1919, depois da 1ª Guerra Mundial, passou a denominar-se 26º Batalhão de Caçadores, até 1938.

Em Manaus, Infantaria: o 45º Batalhão de Caçadores, de 1917 a

1919, durante o final da 1ª Guerra Mundial, até ser transformado em 27º Batalhão de Caçadores, de 1919 a 1938.

Artilharia: O Grupo Independente de Artilharia de Dorso no Pará em 1934.

Foi no 5º Batalhão de Caçadores, de Belém que, em 16 Fev 1857, sentou praça Augusto Julião Serra Martins, mais um dos heróis da consolidação da República na resistência da Lapa, o qual estudamos pioneiramente na obra **Comando Militar do Sul – 4 décadas de História e antecedentes**. Porto Alegre: CMS, 1995.p.251-259, sob o título “Um herói da Lapa pouco conhecido e reverenciado”. Ele nasceu em São Luiz –MA em 9 de Junho de 1841, logo depois do término da Balaiada, pacificada por Caxias. Seu último comando foi como general do 1º Distrito Militar em Belém, correspondente hoje ao Comando Militar da Amazônia, mais o Piauí, onde foi reformado em 26 Jan 1908 aos 65 anos de idade, falecendo 20 dias após e sepultado em Belém, onde deve estar sepultado e, talvez um dia, exumado, sendo seus restos mortais trasladados para o Panteon ao heróis da Lapa no Paraná, onde é uma grande e muito injusta ausência.

Artilharia: Permanecia ativo o forte de Óbidos, guarnecido desde 1889 pelo 4º Batalhão de Artilharia de Posição, colocado num local do Amazonas com 1800 metros de largura e mais de 150 metros de profundidade, onde as embarcações que subiam ou desciam o Amazonas eram inspecionadas. E ali permaneceu até 1934, quando foi extinto, depois de participar de revolta em 1932. Em 1889, em Belém, existia o 4º Batalhão de Artilharia.

Reflexos militares do fim do ciclo da Borracha na Amazônia, 1840-1912

Em 1905, houve o início da desvalorização da borracha, cujo ciclo durara de 1840 a 1912.

Em 1910, Manaus sofreu um bombardeio por uma flotilha de guerra.

Com a 1ª Guerra Mundial (1914-18) a navegação no rio Amazonas causou surpresa, inclusive para barcos brasileiros.

E a “débâcle” econômica castigou violentamente pobres e ricos.

Esta situação calamitosa no campo econômico se projetou no campo social e político de forma muito negativa e durou até 1924.

Em Jul 1924, em apoio à Revolução de 1924 em São Paulo, os tenentes do 27º BC de Manaus, Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, comandante da 3ª Cia, Alfredo Ribeiro Júnior, Sebastião Mendes de Holanda e outros,

liderando integrantes do BC, atacaram o Quartel de Polícia e, a seguir, destituíram o governo oligárquico do desembargador César Augusto Rego Monteiro que, num quadro de miséria e de dificuldades do funcionalismo do Amazonas, à míngua de recursos, promoveu rico baile comemorativo do centenário de Independência. Governo que era acusado de meter as mãos nos pobres cofres do Amazonas.

Assumi a chefia da Junta Governativa do Amazonas o Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, que instituiu o célebre Tributo da Redenção, visando arrecadar o dinheiro desviado pelos políticos.

Seu governo, assessorado por uma Junta de Militares, durou 30 dias. Taxou fortemente os abastados, em benefício dos pobres; extinguiu casas de jogos; prendeu atacadistas de gêneros alimentícios; expropriou o matadouro, explorado por ingleses, e o entregou à Comuna de Manaus. Conseguiu a adesão do Forte de Óbidos.

O Governo Central enviou a Manaus, ao comando do General João de Deus Mena Barreto (1874-1933), o denominado Destacamento do Norte, organizado para combater a revolta do 27º BC e composto de cerca de 3.000 homens que deixaram o rio a bordo do cruzador Barroso, dos couraçados São Paulo e Floriano e do paquete Poconé. No dia 23 de julho, revoltou-se o 26º BC de Belém, sob a liderança do Capitão Augusto Assis de Vasconcelos, que travou violentos combates com policiais do Pará.

Quando o General Mena Barreto chegou a Belém, em 11 de agosto, a revolta já havia sido dominada e ele assumiu o comando da 8ª RM.

Em 23 de agosto, tropas do Destacamento do Norte ocuparam Santarém e realizaram diversas prisões.

A caminho de Manaus enfrentaram resistência revolucionária oferecida pelo forte de Óbidos, sob a liderança do Tenente Magalhães Barata, que enfrentou um bombardeio e forte ataque das forças terrestres e navais do Destacamento do Norte que chegou a Manaus em 28 de agosto. A Junta Governativa foi destituída sem resistência expressiva, e seus líderes e demais implicados foram presos e enviados para o agora presídio militar em Clevelândia do Norte, junto ao rio Oiapoque, no Amapá. Magalhães Barata conseguiu fugir da prisão em Belém e refugiou-se no Uruguai, de onde retornou ao Rio Grande do Sul alguns meses antes da Revolução de 30. Em agosto, com identidade falsa, retornou a Belém onde foi preso e enviado para o Rio de Janeiro. Com a vitória da Revolução de 30 foi enviado para Belém para assumir as funções de Interventor Federal em 12 Nov 1930, em companhia de Juarez Távora e José Américo de Almeida. Em 15 Nov foi promovido a capitão, aos 42 anos.

A Revolução de 32 refletiu-se em Belém. E revolucionários paraenses atacaram o prédio da Polícia Civil, o QG da 8ª RM, o quartel do Corpo de Bombeiros e a cadeia São José. Coube ao interventor comandar forças do Exército, da Marinha, da Polícia e dos Bombeiros, que sufocaram o movimento.

Magalhães Barata nasceu em 2 Jun 1888 em Val de Cans, filho do Major Marcelino Cardoso Barata. Coursou a Escola de Guerra em Porto Alegre, onde foi declarado Asp Of de Infantaria em 1911, e foi servir no 27º BC. Em 1915, comandou a Fronteira do Oiapoque. Em 1920, foi servir no Rio, onde ingressou no movimento tenentista, na revolução de 22. Preso, foi recambiado para o 27º BC, onde se encontrava em 1924.

Em 1936, retornou à Ativa, como major comandante do 6º BC em Ipameri-GO. Como Ten Cel comandou o 22º BC, em João Pessoa. Como coronel comandou o 15º BC em Curitiba, PR e a 21ª Circunscrição de Recrutamento (CR) em Recife, 1940/43.

Em 1943, voltou às funções de interventor do Pará. Mais tarde foi senador e, em 1955, foi eleito governador do Pará, falecendo no exercício do cargo em 29 de maio de 1959, aos 70 anos, sendo considerado um dos maiores líderes da História de seu estado natal.

O presidente deposto pela revolta tenentista se recusou a reassumir o governo, tendo o General Mena Barreto nomeado, como Governador Militar do Amazonas, o Coronel Raimundo Barbosa.

O General Mena Barreto deixou o comando da 8ª RM em outubro de 1924 para assumir o comando da 1ª RM, à cuja frente permaneceu até março de 1926. A ele se deve, em 1925, a sugestão ao Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, de instituir, em 25 de agosto, o Dia do Soldado, na data do nascimento do Duque de Caxias. Ele deixou a 1ª RM em março de 1926, para não cumprir determinação do STM, que concedeu habeas corpus ao Major José Pessoa, o futuro idealizador da AMAN, e então comandante interino do atual RCG - Dragões da Independência, de Brasília, que fora punido por motivos disciplinares.

O General Mena Barreto foi eleito presidente do Clube Militar em 1926, o qual fora fechado pelo Presidente da República desde a Revolução de 1922. Ao final de seu 1º mandato, foi criada a Revista do Clube Militar, da qual fômos diretor, além de diretor Cultural do Clube em seu centenário, em 1987.

Participaram das Forças de Terra e Mar em operações na Amazônia, em 1924, ao comando do general Mena Barreto: Chefe do EM, o Major Leopoldo Jardim de Matos; Chefe da 1ª Seção, Ten Cel Aurélio Frederico de Lima; Chefe da 3ª Seção, Operações, Cap Eurico Gaspar Dutra;

Chefe do Serviço de Saúde, Ten Cel Dr. Joaquim Moreira Sampaio; Chefe da Caixa Militar de Guerra, Ten Cel Aurélio Frederico de Lima. Como auxiliares atuaram os capitães Mário Coutinho, Alberto Magioli, Ângelo Autran Dourado e o 2º Ten Waldemar Noronha Mena Barreto. O Ajudante de Ordens era o 2º Ten Sérgio Mura de Castro.

Existe foto do grupo na revista **Nação Armada**, nº 31, p.59.

A equipe viajou no navio Poconé, com as seguintes escalas após o Rio de Janeiro: Recife - Belém - Santarém - Óbidos - Parentins - Itacotiara - Manaus.

O Capitão Dutra recebeu o seguinte elogio do General Mena Barreto: "Capitão Eurico Gaspar Dutra: já é sobejamente conhecido entre nossos chefes e camaradas, como oficial de escol, não sendo pois surpresa sua maneira de proceder como chefe da 3ª Seção, onde mais uma vez pôs em relevo os excepcionais predicados de que é dotado".

O General Dutra seria o Ministro da Guerra no Estado Novo e o Presidente da República, eleito por maioria absoluta, em 1946, após o Estado Novo.

Mas em 12 Ago 1930, Manaus voltou a se agitar. Alunos do Ginásio Amazonense - Dom Pedro II, realizaram um movimento contra a Polícia. E esta atacou o ginásio com reforço da Polícia Militar.

Os alunos que pertenciam à Escola de Instrução Militar 184, arrombaram a arrecadação do 27º BC, apanharam armas e munições e travaram por 3 horas um tiroteio com a Polícia que só teve fim por interferência do Tenente do Exército Plínio de Abreu, com a ajuda do professor Álvaro Maia.

25 - A AMAZÔNIA NA 2ª GUERRA MUNDIAL

Houve pouca preocupação com a Defesa Territorial da Amazônia durante a 2ª Guerra Mundial. Nela foi criado, mas não implementado, o Teatro de Operações do Norte, cujas missões foram desempenhadas pela 8ª Região Militar, sediada em Belém.

A 8ª Região Militar teve, entre seus comandantes, o General Francisco de Paula Cidade que, em suas **Memórias** inéditas, que exploramos bastante ao tomarmos posse no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em cadeira em sua homenagem e em artigo na Revista **A Defesa Nacional**, nº 709, set/out, 1983, p13/35, sob o título Paula Cidade, um soldado a serviço do progresso do Exército.

Ele comandou a 8ª Região Militar a partir de 15 Mar 1943, por cerca de um ano, até sair para integrar a FEB, como membro do seu Supremo

Conselho de Justiça.

Antes de partir para Belém, recebeu do Presidente Getúlio Vargas, seu colega na antiga Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a seguinte missão:

“Ficar em condições de ocupar a Guiana Francesa”.

Motivo: Com um governo francês pró-Alemanha em Vichy, certamente uma nação extracontinental irá ocupar a Guiana Francesa e não mais sair dali. E se alguém deva fazer isto é o Brasil”.

Esta ideia aos poucos foi perdendo a consistência, com o evoluir da guerra, e a missão do General Cidade se concentrou em especial no seguinte:

“Proteger a base aérea norte americana de Val de Cans em Belém, próxima do Canal do Panamá. Base ponto obrigatório de passagem das comunicações militares aéreas dos Estados Unidos com a África, a Europa e o Oriente Médio, junto com as bases aéreas americanas no Amapá e em Natal”.

Seu principal meio para proteger a base aérea de Val de Cans foi a 1ª Companhia de Metralhadoras Antiaéreas, comandada pelo Capitão Janari Gentil Nunes, nascido em Alenquer, em 1912, o qual logo a seguir seria empossado, em janeiro de 1944, o 1º governador do recém-criado Território do Amapá, à cuja testa permaneceu até 1949. Ele servira no 26º BC, que guarnecia Belém na época da Guerra. Em Manaus, ele dispunha do 27º BC. Foi obrigado a criar um Pelotão Disciplinar, à semelhança dos americanos, para coibir abusos disciplinares de alguns reservistas convocados, com a finalidade de serem expulsos e processados e, assim, não serem enviados para a FEB. E sua medida teve bons resultados.

Orgulhava-se de haver sido, na época, o introdutor da inseminação artificial de equinos, graças a seu Chefe de veterinária, o Major Waldemiro Pimentel, mais tarde historiador destacado. Ambos são hoje patronos de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Com sêmen de cavalos de alta linhagem, inseminou 752 éguas da ilha de Marajó, que produziram 751 potros e potranças de belo aspecto.

Foi a época em que milhares de brasileiros se internaram na Amazônia, para produzir a borracha para o fabrico de pneus para viaturas e aeronaves aliadas e assim fazer com que o Brasil e, no caso, a Amazônia, contribuísse de modo muito expressivo para a vitória dos aliados. Isto com o concurso vital das bases aéreas de Macapá, no Amapá, e a de Val de Cans, em Belém. Os brasileiros que colhiam a borracha eram denominados com justiça Soldados da Borracha. As citadas **Memórias** do Gen Cidade, em exemplar que deixamos no Arquivo Histórico do Exército, possuem

valiosas referências à História de Belém no período.

O General Paula Cidade, em suas **Memórias**, referiu que, ao viajar para a Europa em avião militar, de Natal a Dakar, observou por longo tempo no mar o que lhe pareceu um submarino se deslocando imerso. E levou algum tempo para perceber que se tratava da sombra do avião em que viajava, projetada sobre o oceano.

Uma acusação repelida de imperialismo e sub-imperialismo do Brasil

Em 1984, como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como Presidente da Comissão de História da Revista **A Defesa Nacional**, assistimos à veemente comunicação do mestre Arthur César Ferreira Reis de análise de três livros de má-fé, de autores sul-americanos, apresentando o Brasil como imperialista e sub-imperialista. O Presidente Pedro Calmon solicitou que tentássemos publicar o trabalho na Revista **A Defesa Nacional**.

E foi o que fizemos. O trabalho foi publicado em artigo com nossa Apresentação e sob o título "Imperialistas e sub-imperialistas" na revista **A Defesa Nacional**, nº 715, ano 1984, em cujo final o seu autor concluiu:

"Na Revista A Defesa Nacional, podemos encontrar respostas positivas, realistas, às reflexões maldosas que constam dos livros que aqui indiquei e analisei, como responsáveis pelo clima da reserva, que nos fazem entre os povos da Sul América.

São artigos elaborados à luz de provas irrefutáveis, que talvez fosse interessante e útil os reunir num volume e o texto vertido para ser bem entendido lá fora.

Não somos imperialistas. Em nossa história não encontramos uma página sequer que possa permitir afirmação diversa.

Temos um território imenso, e muito dele ainda por ocupar. Como, portanto, admitir-se a conclusão cavilosa de que pretendemos ocupar os espaços disponíveis de nossos vizinhos?

Nosso desenvolvimento processa-se com potencialidade.

Em nenhum momento, porém, procuramos obter essa potencialidade em desfavor de nossos vizinhos da Sul América.

Essa é a grande verdade, que é obrigação nossa proclamar e defender. Os problemas brasileiros são muitos e graves. Exigem planejamento objetivo, recursos técnicos e humanos; e tempo, bastante tempo.

Não somos imperialistas nem sub-imperialistas, como pretendem nossos acusadores".

26 – O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (CMA)

A Amazônia Brasileira é guarnecida pelo Comando Militar da Amazônia, com responsabilidade de dar continuidade à defesa da área, inspirada na síntese abaixo, emitida pelo General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, que estruturou aquele comando, e que consta, em letras garrafais, na parede da entrada do Memorial em sua homenagem, no 2º Grupamento de Engenharia de Construção, do qual foi consagrado patrono, ou denominação histórica:

"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la". General Rodrigo Octávio.

Acreditamos já ter dado, à esta altura de nosso trabalho, uma mostra concreta das dificuldades vencidas por nossos antepassados luso-brasileiros e depois por brasileiros em conquistar a Amazônia e mantê-la por três séculos e meio.

O trabalho notável do General Rodrigo Otávio, de estruturação da defesa terrestre da Amazônia, foi assim definido pelo Ministro do Exército, o General Aurélio de Lyra Tavares, consagrado patrono, em vida, de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil:

"O Exército do meu tempo e o Brasil de todos os tempos muito ficaram devendo ao General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, pelo vigoroso e seguro equacionamento da problemática da dinamização da Amazônia e pelo grande impulso à programação projetada, graças a qual a região ganhou o aspecto de uma civilização em marcha, encontrando-se em franca evolução para uma nova realização, já agora irreversível". General de Exército Aurélio de Lyra Tavares - Ministro do Exército, 1969.

O CMA tem origem no Comando de Elementos de Fronteira, subordinado à 8ª Região Militar em Belém, criado em 15 Jul 1948 e instalado em Manaus em 2 Abr 1949, com a missão de apoiar elementos do Exército destacados na Fronteira: 3ª Cia de Fronteira, em Porto Velho, e os Pelotões de Fronteira do Forte Príncipe da Beira, Guajará-Mirim, Rio Branco, Japurá e Cucuí.

Em 1952, o CMA inaugurou intercâmbio com militares colombianos, dentro do princípio de que a Amazônia, como um todo, deve ser preocupação de todos os militares e civis dos países a que ela pertence.

Em março de 1957, passou a denominar-se grupamento de Elementos de Fronteira, que passou a integrar o Comando Militar da Amazônia, criado e comandado, a partir de 1958, pelo então Gen Div Humberto de

Alencar Castelo Branco, 6 anos mais tarde líder da Contra- Revolução Democrática de 1964 e, em consequência, eleito Presidente da República pelo Congresso.

Em 1960, o Grupamento de Elementos de Fronteira passou a ser comando de general e a ocupar como seu QG, em setembro de 1960, na Praça Gen Osório, o antigo quartel do 27º BC.

Em 2 Jul 1969, sob o comando do Gen Ex Rodrigo Otávio Jordão Ramos, instalou-se em Manaus o Comando Militar da Amazônia e 12ª Região Militar - Região Mendonça Furtado, na qual foi transformado o Grupamento de Unidades de Fronteira.

Ficou subordinado ao CMA a 8ª RM, Região Forte do Presépio, mudando assim o centro de gravidade da guarnição do Exército da Amazônia de Belém para Manaus, como fora mudado, a partir de 1750, de São Luiz para Belém.

E a Amazônia Brasileira passou por intensa e profícua atividade na articulação de suas unidades criadas ou transformadas, sob a liderança do General Rodrigo Otávio que, hoje, de justiça, na voz da História, é a denominação histórica do 2º Grupamento de Engenharia de Construção (2º GEC), criado em setembro de 1970 por empenho daquele General.

Em 1972, o 2º GEC estava articulado da seguinte maneira, com seus batalhões de construção, e tinha as seguintes missões de implantação da rede rodoviária, na Amazônia:

5º BE Cnst - PORTO VELHO-RO Batalhão Cel Carlos Aloysio Weber	BR 236-ABUNÁ-JURITIPARI	533
	BR 364-PTO. VELHO-GUAJARÁ-MIRIM	342
	BR 319-PTO. VELHO-B. QUEIMADO	791
	BR 406-LÁBREA-HUMAITÁ	342
	BR 421-ARIQUEMES-ALTO CANDEIAS	110
6ºBE Cnst - BOA VISTA-RR Batalhão Simon Bolívar	B 174-MANAUS-Front. c/a VENEZUELA	970
	BR 401-BOA VISTA-Front. c/a GUIANA	240
7ºBECnst-Cruzeiro do Sul –AC Batalhão Barão do Rio Branco	BR 236-JURITIPARI-Front c/o PERU	480
	BR 165-SANTARÉM-CACHIMBO	954
8ºBE Cnst-SANTARÉM-PA Batalhão Rondon	BR 165-CUIABÁ-CACHIMBO	792
9ºBE Cnst-CUIÁBA -MT	BR 364-CUIABÁ-QUEIMADO	593
TOTAL11.540 km		

Em São Gabriel da Cachoeira existe a Companhia de Engenharia de Construção, Companhia Guilherme Carlos Lassance, do 1º BE de Construção.

Em 5 Jan 1982, o CMA/12ª RM desmembrou-se em dois comandos, o CMA e a 12ª RM, atual Região Mendonça Furtado, passando o primeiro a ser privativo de General de Exército.

E desde 1948 o Exército tem tido progressiva e crescente presença na Amazônia Brasileira, lado a lado com organizações de nossa Marinha e Aeronáutica, para assegurar o melhor grau possível de segurança à estratégica área, honrando a memória e a herança dos que a defenderam e preservaram a Integridade e a Soberania do Brasil na área, há quase 3 séculos e meio, ou seja, desde 1639.

Dividem a responsabilidade de defender a integridade e a soberania do Brasil na Amazônia o I e o VII Comandos Aéreos Regionais, o 4º Distrito Naval e o Comando Naval da Amazônia Ocidental.

E todos embalados por este lema:

"Soldado da Amazônia! O Brasil confia em você. Cumpra a missão, custe o que custar"!

Lema ou ideia-força que lembra o pensamento militar português, em grande parte responsável pelo reconhecimento, exploração, conquista e manutenção da soberania de Portugal sobre a Amazônia, superando dificuldades sem fim, o que resgatamos neste trabalho pioneiro.

"Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios".

Pensamento decorrente do ideal político de Portugal de dilatar a Fé Católica e o Império português, uma associação da cruz e da espada, de que a conquista e manutenção da Amazônia, ligada ao Brasil, é um exemplo eloquente, através da ação das suas forças terrestres e de 6 ordens religiosas.

Hoje guarnecem a Amazônia quatro brigadas de Infantaria de Selva, articuladas em Porto Velho (Brigada Príncipe da Beira), Tefé (Brigada das Missões), Boa Vista (Brigada Lobo d'Almada) e a 23ª, de Marabá, com seus Batalhões de Selva, adestradas em guerra da Selva, conforme doutrina desenvolvida por seu Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) Centro Cel Jorge Teixeira, criado em 1964, como Centro de Operações e Ações de Comandos (COSAC) do Exército, em Manaus, especializado em guerra na selva amazônica.

O CIGS realiza cursos frequentados por militares de outros países, mas com restrição sobre determinados assuntos, como é prática em todos os exércitos, segundo o então Comandante do Exército e Presidente de Honra da AHIMTB, Gen Ex Gleuber Vieira, em entrevista ao **Jornal do Grupo Inconfidência**, setembro de 2002.

Os Batalhões de Selva estão articulados em Imperatriz-MA (Batalhão

Capitão-Mór Moniz Barreto), em Marabá, Altamira, Itaituba, Humaitá, Tefé (Batalhão Curupaiti), Tabatinga (Batalhão Forte São Francisco), Cruzeiro do Sul (Batalhão Mal Thaumaturgo de Azevedo), Boa Vista (Batalhão Forte de São Joaquim), Guajará-Mirim (Batalhão Forte Príncipe da Beira), São Gabriel da Cachoeira (Batalhão Forte de São Gabriel) e Manaus (Batalhão Amazonas).

Existem ainda os batalhões de Selva subordinados à 8ª RM, em Macapá e Belém (Batalhão Pedro Teixeira), herdeiros das tradições dos dois primeiros regimentos de Infantaria mandados pelo Marquês de Pombal depois do Tratado de Madrid de 1750 para guarnecerem a entrada da Bacia Amazônica e os fortes do interior, na consolidação da conquista da Amazônia.

Salvo melhor juízo, há necessidade de um maior adensamento de tropa do Exército na fronteira do Brasil, no Pará e no Amapá, com a Guiana Inglesa, o Suriname e a Guiana Francesa, onde só existem, nesta vastidão, um Destacamento Militar em Tiriós e uma companhia de Fronteira do Oiapoque.

Parece que está faltando alguma coisa ali, ou talvez exista uma explicação lógica e convincente para esta ausência, por desnecessária, ou ainda por haver possibilidade da presença pela mobilidade, com o uso de helicópteros da Aviação do Exército, acionados pelo SIPAM, com base em informações colhidas pelo SIVAM, ali mesmo em Tiriós.

Com satisfação assistimos pela TV, por certo por eficiência do SIVAM, ao bombardeamento de pistas de pouso na floresta por aeronaves da Aeronáutica, o que é um excelente sinal a curto prazo. Mas, a médio e longo prazos, no insondável 3º Milênio, estes meios serão suficientes para conter pressões sobre a Amazônia?

Como novidade, possui parada em Manaus, desde 1993, o atual 4º Esquadrão de Aviação do Exército, Esquadrão Cel Ricardo Pavanello; desde 1995, a Companhia de Inteligência; desde 1996, o Centro de Embarcações do CMA, para apoio logístico da tropa do Exército, guarnecendo a fronteira e, desde 1998, o 4º Centro de Telemática de Área.

Hoje estão funcionando quatro Tiros de Guerra, em locais ermos, onde o estabelecimento de unidades é inviabilizado por altos custos.

A nossa faixa de fronteira setentrional e ocidental da Amazônia nos coloca em contato com a expansão da civilização das Guianas Inglesa, Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

E tarefa fácil concluir o grande esforço do Exército para assegurar a vida daqueles seus elementos de vigilância das fronteiras que, ao lado de seus familiares, preservam a soberania e a integridade do Brasil, e que

constituem emriões de ilhas de desenvolvimento.

Fato que provocou a transferênça do Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus, e a criação, no Amazonas, de mais uma Região Militar, com todo o sistema administrativo de apoio, como foi abordado.

Deste modo, o Exército exerce, com grande vibração, de longa data, como apontamos, uma ação colonizadora no território nacional, em zonas não desbravadas e até mesmo em áreas ainda não atingidas pelo desenvolvimento.

É o que se poderia denominar ação complementar da presença dos elementos de fronteira em missão de guarda e vigilância de pontos estratégicos ou críticos das fronteiras do Brasil na Amazônia.

Estas ações crescem de importância, em particular nos imensos espaços vazios da Amazônia, reconhecidamente ainda não incorporados ao processo civilizatório brasileiro, com o agravante da ameaça potencial real, sobre eles e sobre suas riquezas, da cobiça estrangeira, alimentada pela exploração, junto à Opinião Pública Mundial, de desrespeitos por parte de maus brasileiros às regras de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

E isto, em especial, na Calha Norte, no trecho fronteiroço no Pará e Amapá com as Guianas e o Suriname. Assim, repetimos: **vigiar e proteger é preciso!**

Espera-se que o SIVAM e o SIPAM, bem integrados, bem realizem estas patrióticas missões, com tolerância zero para maus brasileiros, "os inimigos azuis" que degradam a nossa Amazônia, alimentando as "ideias-força" da cobiça internacional, para a internacionalização da área, a limitação da soberania brasileira sobre ela, privando nossos filhos e netos dos benefícios do desenvolvimento sustentável da mesma.

E que consigam ajudar a preservar a integridade e a imensa riqueza da Amazônia, sob ameaça de pressões para sua internacionalização, impedindo o contrabando de exemplares preciosos da biodiversidade amazônica, como a que ocorreu com a seringueira, plantações clandestinas de drogas, ação devastadora de mineradores, abate e incêndio da floresta, narcotráfico, etc.

Os militares do Exército na Amazônia e seus desafios, a partir de 2000

O jornal **O Estado de São Paulo**, de 11 Jan 2000, sob o título "Os novos e os velhos dilemas dos militares-Amazônia, é o tema que exerce maior apelo", fez diversas considerações: "Sobre o que oficiais de alta patente advertem para o potencial desestabilizador de ações externas na

selva amazônica". Exemplos:

"Advertem que a fronteira desguarnecida torna o Estado brasileiro vulnerável, não só às invasões estrangeiras, no sentido clássico do termo, mas sobretudo ao potencial desestabilizador de ações de origem externa, envolvendo o narcotráfico, o garimpo, associação com índios brasileiros, incêndios provocados e outras agressões à ecologia".E dão como exemplo:

"Uma catástrofe ambiental na Amazônia propiciaria uma mobilização internacional e abriria caminho para pressões em favor de intervenção externa, sob o argumento de que o Brasil não é capaz de cuidar da região. A nossa soberania sobre a Amazônia seria colocada em questão".

Segundo ainda o **Estado de São Paulo**, "Os militares brasileiros vêm, com grande preocupação, as ONGs, principalmente as que possuem matrizes no exterior, empenhadas em criticar a situação do Governo Brasileiro na Amazônia, bem como missões religiosas, que atuam em reservas indígenas e biológicas, entrando e saindo com sua avionetas, sem nenhum controle do Estado brasileiro, sobre o que levam e o que trazem. Para os militares a grande resposta a essas ameaças será o Sistema de Vigilância de Amazônia"(Jan2000).

Em realidade, no ano de 2002 assistimos pela Academia de História Militar Terrestre do Brasil, no BNDES no Rio de Janeiro, a Simpósio sobre a Amazônia, promovido pela Escola Superior de Guerra, então comandada pelo acadêmico General de Divisão Carlos Patrício de Freitas.

A síntese do que lá foi debatido encontra-se no Informativo **Guararapes** nº 23, Abr/Jun 2002, que se encontra no site da AHIMTB www.resenet.com.br/users/ahimtb, com opiniões de diversos ministérios.

E em outros itens, segundo o citado Estado de São Paulo, os militares vêm "a aculturação indígena como inevitável e como desejada pela maioria dos índios".

Aculturação, atendendo à doutrina de Integração Nacional, que se processa desde 1616 e, além disso, de que 95% dos recrutados pelo Serviço Militar Obrigatório na Amazônia são índios, que também se espalham pela Amazônia nos Tiros de Guerra. E, junto com ribeirinhos voluntários, que realizam trabalhos comunitários como vacinação e socorros, em convênio entre o Exército e Prefeituras.

O Estado de São Paulo colheu ainda estes depoimentos: de um coronel do Exército "Nos isolamos por muito tempo. O isolamento gerou preconceitos entre civis e militares".

Segundo um general "os civis foram levados a crer que todo o militar

é burro e que os militares pensam que somente nós somos patriotas. Isso precisa mudar”!

Um ex-ministro do Exército disse, há dois anos atrás:

"As Forças Armadas estão tranquilas, não estão satisfeitas, nem acomodadas, porém dedicadas às suas missões".

O SIVAM foi inaugurado e através da TV foi observado, em outubro de 2002, pistas de pouso clandestinas bombardeadas pela Aeronáutica na Calha Norte, na fronteira do Pará com Guiana Inglesa, Suriname e Guiana Francesa, conforme citado anteriormente.

E, a certa altura, mencionou o **Estado de São Paulo**:

"Quando se fala em Amazônia, no Exército, a palavra chave é - Ação de presença física e pela mobilidade. Esta, pela capacidade de deslocar efetivos, para locais isolados da fronteira, de helicópteros da Aviação do Exército, que substituíram os heroicos Catalina, hidroaviões de apreciável presença no passado em diversos locais da Amazônia".

O incidente do rio Traíra

Para controlar o narcotráfico e garimpo, foi deslocado para o norte de Tabatinga um Deslocamento do Exército. E ele teria sido atacado por guerrilheiros das FARC, da Colômbia, que mataram cinco soldados do Exército. O socorro enviado em reforço matou alguns guerrilheiros.

Esse fato causou grande repercussão internacional, tendo sido objeto de um Inquérito Policial Militar, cujos resultados desconhecemos, em que pese nosso esforço para saber: **o que em realidade ali ocorreu?**

A médio prazo, estima-se a possibilidade de grandes pressões das lutas armadas entre as forças de direita e de esquerda na Colômbia, a serem exercidas sob a força de intensas emigrações de colombianos descendo pelos vales do Uapés e Japurá e buscando proteção na área da Calha Norte denominada Cabeça do Cachorro.

Instabilidade política na Venezuela (Out 2002), com possibilidade de revolta armada também causou preocupação. A civilização dos nossos vizinhos na Calha Norte se aproxima da nossa fronteira, impondo vigilância mais atenta sobre ela e levando em conta que não existe uma cooperação efetiva entre os países que possuem frações da Amazônia, problema não resolvido pela diplomacia dos países envolvidos.

Lições desta História Militar Terrestre da Amazônia

O artigo do Sargento-Ajudante Antônio Euletério Sucena do Carmo,

do Exército Português, na **Revista Boina Verde** nº 139 Jan/Mai 2002, de Portugal, traz estas sábias palavras do padre Antônio Vieira:

“A desunião num edifício é ruína. Num navio é naufrágio. Num Exército é derrota...E os mais fortes muros de uma nação não são os de pedras ligadas, mas os de corações unidos ...”

E foram corações unidos do patriotas luso-brasileiros que venceram a 1ª Batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648, hoje consagrada como o Dia do Exército Brasileiro.

Registre-se na História Militar Terrestre da Amazônia que as pressões de nações poderosas tiraram proveito de corações brasileiros desunidos em lutas fratricidas, ou de corações unidos, mas preocupados com lutas externas, deixando sua retaguarda vulnerável a atuações adversas. Conferir é trabalho de simples raciocínio e verificação.

E aqui cabe lembrar a lição deixada pelo patrono da Força Aérea do Brasil, o Brigadeiro Eduardo Gomes:

“Opreço da Liberdade é a eterna vigilância”

E vigiar é preciso!!! Sem esquecer os maus brasileiros, os “inimigos azuis”, que desobedecem as regras de convivência com a Amazônia.

Esperamos que o programa Calha Norte seja implementado e que o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), recém-inaugurado, reforce sobremodo a nossa capacidade de vigilância da Amazônia e, por via de consequência, haja maior grau de proteção assegurada pelo SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia).

Inclusive vigilância e proteção de omissões e corrupções de maus agentes do governo e de maus brasileiros, os “inimigos azuis”, que a degradam e alimentam ambições estrangeiras adversas, de natureza econômica, que tentam convencer a Opinião Pública Mundial de que “o Brasil está queimando e abatendo a floresta amazônica e destruindo seus índios”.

E, por via de consequência, desenvolvendo ideias que, se executadas, podem ferir de morte a Soberania de mais de 3 séculos e meio de Portugal e, a partir de 1922, do Brasil, sobre a estratégica e preciosa Amazônia Brasileira.

No mais, que cada soldado brasileiro do presente e do futuro saiba desenvolver as melhores ações para evitar que isto aconteça. Cumpre o teu dever, custe o custar!

SIVAM, um passo de gigante para a proteção da Amazônia

Segundo concluímos do **Vídeo Institucional II**, sobre o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), elaborado em 13 Jan 2001, a

desprotegida e cobiçada Amazônia Brasileira está sendo traída pelo “inimigo azul”, ou seja, brasileiros que a desrespeitam, agredindo o desenvolvimento sustentável da área, que abriga 1/3 da água doce do mundo e a maior quantidade de animais e plantas de planeta, além de constituir 60% da área do Brasil, etc.

Ela se estende por 9 estados onde os maus brasileiros conferem, há anos, um perfil perverso à Amazônia Brasileira, representado por queimadas, desmatamentos, garimpos clandestinos, que poluem seus rios com mercúrio, grilagens fabulosas de terras, extração ilegal de essências raras de vegetais, narcotráfico, contrabandos diversos, especialmente de armas e pedras preciosas, madeiras e vegetais com princípios ativos para curar doenças, conflitos fundiários, envolvendo colonos, fazendeiros, posseiros e grileiros, especialmente no extremo sul da Amazônia, exploração desordenada do solo em desrespeito ao desenvolvimento sustentável, organizações guerrilheiras em países vizinhos, em regiões fronteiriças com instabilidade política em alguns desses vizinhos e potencialmente geradores de reflexos negativos para o Brasil, presença de estrangeiros e organizações estrangeiras, com objetivos não-identificáveis com segurança e, finalmente, problemas sociais, decorrentes do baixo estágio de desenvolvimento de Amazônia: desnutrição, baixa expectativa de vida, alta mortalidade infantil, baixa densidade de médicos e leitos hospitalares, insuficiência de meios de comunicações e quase que total ausência de saneamento básico.

Eis o perfil perverso da Amazônia, que tem sido alvo no exterior de satanização quanto a exageros no tocante ao desmatamento, queimadas e mau tratamento dos índios.

E tudo isso com o objetivo inconfessável de convencerem a Opinião Pública Mundial, ligada ao G/7, da necessidade de internacionalizar a Amazônia ou de limitar ali a soberania do Brasil. E tudo por culpa do descontrole pelo Brasil do “**inimigo azul da Amazônia**”, incluindo-se, como tal, autoridades e funcionários públicos, corruptos, omissos ou indiferentes, que fornecem os argumentos para o **inimigo vermelho** tentar se apossar da Amazônia Brasileira e de suas riquezas, com o apoio da opinião pública mundial manipulada.

Essa manipulação chegou ao ponto de, em alguns países da Europa, automóveis trazerem em seus pára-brisas esta agressiva frase: **Você já matou hoje um brasileiro?**

E o SIVAM, ideia surgida na ECO 92, se apresenta com uma arma notável, se bem utilizada pelos **amigos azuis**, os brasileiros patriotas, conscientes da riqueza, a deixar para seus descendentes, que a Amazônia

guarda em seu interior.

Para ajudar a controlar este mal e tentar eliminá-lo, o SIVAM exercerá atividades de Controle de Tráfego Aéreo, Defesa Aérea e de Vigilância e Monitoramento Ambiental, através de 25 radares para localizar aeronaves; construção de obras civis em 12 localidades, onde o SIVAM se estrutura; 200 plataformas flutuantes para controlar via satélite o estado das águas dos rios; 10 radares meteorológicos; 914 terminais de usuários com telefone, fax, transmissão via satélite e um computador, 81 estações meteorológicas; 300 rádios que recebem e enviam mensagens e localizam seu portador e 14 estações detetoras de raios.

O material usado nas construções foi adaptado à realidade da Amazônia. Suas instalações se repartem pelo seguintes locais:

Manaus - além do Armazém do SIVAM e outras instalações, numa área de 138.000 m² situa-se o CVA - Centro de Vigilância Aérea, que cuida da Defesa Aérea.

Tefé – há uma Unidade de Vigilância Transportável e uma Unidade de Comunicações.

Belém - possui um Centro do SIVAM e uma Unidade de Vigilância.

Tiriós – há um Pelotão de Fronteira provisório, naquela fronteira do Suriname, onde se chega só de avião, mas existe fábrica para o material necessário à construção.

Jacareacanga - possui uma Unidade de Vigilância.

Porto Velho - possui diversos tipos de radares e a mais completa Unidade de Vigilância. Ali se encontra a Base Aérea dotada de aviões Super Tucano, operáveis de dia e à noite. Seu aeroporto é dotado de equipamento de pouso por instrumentos.

SINOP - possui uma Unidade de Vigilância e um radar transportável para instalação onde se fizer necessário.

ANÁPOLIS - GO - possui ali sua base o 2º Esquadrão do 6º Grupo de Aviação, que opera a Vigilância com cinco aviões R-99 A, destinados à vigilância do Espaço Aéreo, monitorando o espaço de cima para baixo, com radar sueco, localizando aeronaves a baixa altura. Opera também três aeronaves R-99 B, destinadas ao sensoriamento remoto de incêndios, desmatamentos e movimentos na floresta, dispondo também de radar sueco. Ele opera dia e noite, e seu radar ultrapassa as nuvens.

O SIVAM se constitui no maior e mais sofisticado projeto de controle ambiental do mundo sendo dotado de um eficiente Sistema de Comunicações.

Ele constitui um passo gigantesco a serviço da preservação ambiental, do desenvolvimento sustentável e da manutenção da Soberania do Brasil

sobre a Amazônia Brasileira.

Usamos neste livro algumas figuras que serão explicadas. Em exercícios militares, o inimigo é tratado por **Vermelhos**, e os amigos por **Azuis**. O **inimigo Azul** seria um falso amigo Azul que, consciente ou inconscientemente faz o jogo do inimigo **Vermelho**. Na Amazônia, os **inimigos azuis** estão presentes, fazendo o jogo dos **Vermelhos!** Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação!

E, assim, com o SIVAM, a parte do Exército com responsabilidades no SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), tem expressivamente aumentada a sua capacidade de defender a Integridade e a Soberania do Brasil na área e de cooperar com nações vizinhas amigas, para que façam o mesmo em relação a elas. E tudo graças aos esforços das equipes do Comando Militar da Aeronáutica, que há 10 anos trabalham febrilmente para implantar o Sistema.

SIVAM - Em ação desde Julho de 2002

(Dados obtidos da turma AAA pela Internet, egressa do Colégio Naval em 1976 e da Escola Naval em 1979-<http://www.taaa.hpg.com.br>).

Segundo Roberto Godoy, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), identificou e apreendeu 84 aviões em voo irregular na região apenas nos primeiros 30 dias de atividade da rede de radares e sensores eletrônicos. No mesmo período, foram localizadas 33 pistas clandestinas usadas pelo narcotráfico, por contrabandistas e garimpeiros ilegais. Um número não revelado dessas instalações já foi destruído pela Polícia Federal. A média de ocorrências nos períodos seguintes tem se mantido na mesma proporção.

A maioria dos aviões foi apresada depois do pouso, a princípio por não ter plano de voo registrado. "Muitos dos pilotos não eram habilitados. Havia aeronaves sem documentação ou com homologação claramente fraudada", revelou um dos oficiais da Aeronáutica envolvidos no processo.

Segundo o mesmo militar, é possível que em algumas situações tenha sido necessário conduzir o avião em situação irregular ("logo, considerado um intruso") com o emprego de um turboélice T-27 Tucano, armado, lançado de uma das bases da Força Aérea Brasileira (FAB) na Amazônia.

O SIVAM entrou em operação em 25 de julho e ainda está na fase preliminar dos serviços integrados. Durante as primeiras quatro semanas, no fim do ano passado, entraram em ação quase todas as 25 estações fixas e móveis dos radares de superfície, combinadamente com dois jatos R-99A de alerta avançado e vigilância, mais um R-99B de sensoriamento

remoto, ambos os modelos fabricados pela EMBRAER, sobre a plataforma do Emb-145.

Os números iniciais revelam que o trabalho conjunto apresentou resultados "altamente produtivos", afirma o diretor de mercados de Defesa da EMBRAER para a América Latina, Nilton Medina.

Em julho, a empresa começa a entregar as primeiras unidades do lote de 76 turboélices A-29 e AT-29 Supertucanos, o avançado avião de ataque leve que será o braço armado do Sistema de Vigilância da Amazônia. Com capacidade para levar 1,5 tonelada de armamento, é dotado de sofisticados sistemas eletrônicos da última geração tecnológica, semelhantes aos utilizados nos caças supersônicos pesados.

Guerrilha rica - O anúncio do bom rendimento inicial do SIVAM é oportuno. A tensão na fronteira noroeste e norte voltou a crescer depois da identificação de bases regulares das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) nos municípios de Letícia - na margem colombiana do rio, diante da brasileira Tabatinga - e La Tercera, muito próximas da divisa. Nessas localidades estão abrigadas, na selva, as Frentes 11 e 13 dos rebeldes.

Há dez dias ambas as colunas apareceram citadas em um relatório reservado da Diretoria de Investigações e Informações do Banco Mundial como bases de transferência do dinheiro das FARC para compras no exterior. De acordo com o documento, assinado pelo diretor do grupo de pesquisa estratégica do banco, Paul Collier, a guerrilha movimentou cerca de US\$ 1 bilhão nos mercados financeiros, nos últimos 20 anos.

Esse dinheiro, "parte de uma atividade econômica que pode chegar a US\$ 4 bilhões" é o resultado do pagamento de resgates cobrados pela libertação de sequestrados, da extorsão exercida sobre empresários e da venda de uma espécie de seguro, comprado por organizações multinacionais para garantir imunidade contra ataques às suas instalações ou dirigentes. O principal segmento na composição da renda da guerrilha, segundo o documento do Banco Mundial, provém do crime organizado - as FARC são acusadas de guarnecer os canais de **escoamento de cocaína e heroína rumo aos Estados Unidos e Europa**.

Paul Collier apresentou parte desses dados durante uma sessão reservada do Fórum de Economia de Bogotá, na semana passada. Na opinião do especialista, países como o Brasil, a Argentina, a Inglaterra "e os centros financeiros internacionais de legislação branda" deveriam adotar uma política que pudesse bloquear o ingresso dessas aplicações em seus mercados.

Alerta - Como extensão dessa atitude, seriam aplicadas rigorosas

regras de controle da venda de armas. O Banco Mundial considera que, "enquanto não se atacarem as fontes de financiamento da guerrilha e dos grupos terroristas, será impossível enfrentá-los com eficiência".

A recomendação coincide com a divulgação de um alerta da Inteligência militar dos Estados Unidos. Um informe do Comando Sul do Pentágono sinaliza o interesse das FARC na compra de helicópteros de ataque leve Defender e de aviões civis que permitam adaptação de armas.

O Defender é muito ágil e pode ser armado com metralhadoras, foguetes livres e, eventualmente, mísseis. Negociantes paralelos de equipamentos de defesa têm oferecido exemplares em bom estado, desmobilizados pela aviação de países da Ásia, do Oriente Médio e da África.

Quando vai às compras, a guerrilha colombiana é ousada. Uma comissão parlamentar de inquérito apurou que, de 2000 a 2002, uma quadrilha chefiada por "um destacado comandante" forneceu aos rebeldes explosivos de alto poder, minas antiblindado e antipessoal, além de munição de diversos tipos.

Por US\$ 10 milhões, o material era desviado da fábrica INDUMIL - uma estatal controlada pelo Exército.

5ª Parte

- **Posfácios**
- **Informações Complementares**

POSFÁCIO - A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Muito se fala sobre essa região; muito se escreve e muito se comenta. Entretanto, a Amazônia é muito pouco conhecida para a grande maioria dos brasileiros. E só se ama o que se conhece.

Que existe um movimento internacional em prol da internacionalização da Amazônia, é um fato incontestável! Caso contrário, não se ouviria expressões proferidas por autoridades internacionais como “a Amazônia é um patrimônio da humanidade” ou formulações de doutrinas, adotadas por grandes potências, do tipo “soberania compartilhada”, referindo-se àquela região.

Por outro lado, afora algumas iniciativas de sucesso promovidas por alguns governos para integrar a região ao restante do País, o Estado não tem desenvolvido políticas eficazes e continuadas que favoreçam o desenvolvimento sustentado daquela região. Em grande parte da área, o Estado está representado apenas por frações das Forças Armadas que estão presentes na região há mais de dois séculos.

Para fazer frente a esse quadro e, se eventualmente, tivermos que defender a posse dessa região tão arduamente conquistada por nossos antepassados, faz-se necessário que a nação brasileira tenha vontade de manter a Amazônia como parte do território nacional. Será insuficiente o esforço de alguns setores, mesmo das Forças Armadas, se não houver a vontade da nação. É imperioso que a “vontade nacional” ganhe proporções tal como considerar aquela região tão brasileira como qualquer outra, tão importante para a nação como os pampas gaúchos, o pelourinho na Bahia, o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, ou as belas praias do nordeste brasileiro etc. Sem esse ingrediente - a vontade nacional - que nos dias atuais necessita ser muito fortalecida, nós - nação brasileira - corremos um sério risco: de termos que compartilhar, no futuro, com outras nações, a soberania da Amazônia!

A selva nos une!

A Amazônia nos pertence!

Selva!

General de Brigada Claudimar Magalhães Nunes

Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras e 3º Presidente de Honra da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Comandou a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista – Roraima, no período de 01 Set 2000 a 07 Jan 2003.

POSFÁCIO DO EX-COMANDANTE DA 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA



A Amazônia Brasileira nos pertence e não é patrimônio da humanidade, como ainda insistem alguns atores internacionais. Suas riquezas são incomensuráveis e se baseiam na biodiversidade, nos recursos minerais e nos aquíferos. Seu desenvolvimento sustentável exige muita responsabilidade e políticas de estado efetivas, que considerem a vontade nacional e possam superar pressões oriundas meramente de questões econômicas e interesses alienígenas, muitas das vezes travestidas no politicamente correto.

Tratando de sua defesa, o Exército Brasileiro é, muitas das vezes, a única presença do Estado, particularmente na fronteira. Sua capacidade dissuasória tem inibido e afastado pretensões estrangeiras. Sua presença permanente por meio das Brigadas e Batalhões de Infantaria de Selva e das 2 Companhias, 4 Destacamentos e 24 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) permite uma vigilância estratégica e é a base para o lançamento de operações diurnas, patrulhando nossos limites e realizando a manutenção dos marcos fronteirços, além de apoiar outras agências no combate ao crime ambiental e transfronteirço. Também apoia populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas e coopera com a preservação de nossa "hiléia pátria". Conhecer a história da conquista, consolidação e manutenção da Amazônia Brasileira é altamente desejável para todos os brasileiros, dever para os militares e o propósito desta obra, oportunamente reeditada pelo historiador militar Cel Claudio Moreira Bento, presidente e fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB). Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB). O conhecimento é a base da vontade nacional para sua defesa e todo sacrifício despendido por nossos antepassados, parte de nossas raízes, valores e tradições militares.

Termino este posfácio com um preito de admiração e gratidão àqueles que dedicaram e sacrificaram (parte de) suas vidas no combate vitorioso às invasões estrangeiras e às guerrilhas que se instalaram na Amazônia, assim como aos que a desbravaram, construíram fortalezas e quartéis em regiões inóspitas, lançaram linhas telegráficas, demarcaram as fronteiras, operacionalizaram acordos e tratados, lançaram marcos e levaram à cabo outras efemérides da história da conquista, consolidação e manutenção da Amazônia Brasileira. Nada disso foi e não será em vão. A selva nos une! A Amazônia nos pertence! Selva!

General de Divisão André Luis Novaes Miranda

POSFÁCIO DO ANTIGO COMANDANTE DA 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA



Esta obra enriquece o estudo e o conhecimento de todos nós sobre a porção do território nacional que empresta significado especial ao patriotismo e à missão dos guerreiros da selva do Exército Brasileiro – a nossa Amazônia.

Há que se ressaltar o empenho do já consagrado e respeitado Coronel Cláudio Moreira Bento em disponibilizar sua pesquisa sobre a Amazônia, parte dela consubstanciada nesta obra. O Coronel Bento, fundador e presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, com este livro, agrega ainda mais significado à nobre missão de defender e desenvolver sustentavelmente a Amazônia.

A 17ª Brigada Infantaria Selva (17ª Bda Inf SI) é parcela do Comando Militar da Amazônia nesse mister de defesa da Amazônia. É a Grande Unidade que tem uma área de responsabilidade de aproximadamente 827.259 Km², abrangendo 88 municípios, sendo 52 em Rondônia, 22 no Acre e 14 no Amazonas. Estende-se, portanto, por 03 estados e engloba duas capitais de estado, representando quase 37% da área do Comando Militar da Amazônia. São 2.680 km de linha de fronteira sob encargo da 17ª Bda Inf SI. Desta forma, facilmente se constata a relevância desta Brigada na árdua missão de defender a nossa vasta Amazônia.

A 17ª Bda Inf SI é constituída por **04 Batalhões de Infantaria de Selva** (Cmdo Fron Acre/4º BIS, Cmdo Fron Rondônia/6º BIS, 54º BIS e 61º BIS), **01 Cia Inf SI** (17ª Cia Inf SI), **01 Base Logística** (17ª Ba Log) e as **tropas do Cmdo Bda** (Cia C, 17º Pel PE e 17º Pel Com SI). Estão, ainda, desdobrados na área da 17ª Bda Inf SI, **02 Batalhões de Engenharia de Construção** (5º BEC e 7º BEC).

Considerando, também, as diversificadas missões e as características da área sob sua responsabilidade, a 17ª Bda Inf SI é uma Grande Unidade da Força Terrestre que se destaca pela grande flexibilidade operacional/logística e pela adoção de conceitos do verdadeiro combatente da selva contemporâneo.

Ao mesmo tempo em que cultua suas raízes históricas e tradições, a 17ª Bda Inf SI aprimora sua capacidade operacional para dispor de adequado poder de combate, fundamentado em princípios e valores que são referência à sociedade a que serve, e contando com um público interno altamente motivado e comprometido com a Nação.

Integração com a sociedade rondoniense e acreana, capacidade

de operar em ambiente interagências, comprometimento com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, ação de comando eficaz e iniciativa para resolução de problemas fazem parte do dia a dia dessa destacada Brigada.

A Selva nos une! Tudo pela Amazônia! Selva!

General de Brigada Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves

• • • • •

O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS TERRAS DE RONDON – RAÍZES HISTÓRICAS

Porto Velho, Gráfica Imediata 2015

Obra de autoria coletiva na qual seus 12 autores ficaram em ordem alfabética. Obra que reverencia todos os integrantes da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, e no ano 2015, em que foi celebrado o sesquicentenário de Marechal Cândido Rondon.

Livro que abre com estas palavras do Gen Ex Rodrigo Jordão Ramos.

“É árdua a missão de desenvolver e defender a Amazônia, muito mais difícil porém a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la.”, herança de nossos antepassados abordamos em nosso livro: **Amazônia Brasileira, Conquista, Consolidação, Manutenção. História Militar Terrestre da Amazônia 1616 – 2003.** Porto Alegre; AHIMTB, 2003.



A obra é dividida em capítulos de autorias diversas e competentes.

O Primeiro Capítulo – Antecedentes, de autoria do Dr Dante Ribeiro da Fonseca, formado em História pelo UFRJ onde se destacam seus trabalhos publicados **Estudos de História da Amazônia, Rondônia sua História e sua gente**, Atua no Departamento da UNIR.

O Segundo Capítulo – intitulado Bandeiras no Extremo Oeste ficou a cargo de Marco Antônio Domingo Teixeira, que possui Mestrado em História pela UFPE em 1997 e é professor DE da Universidade Federal de Rondônia. E autor das seguintes obras entre outras: **História Regional** (Rondônia) e **Rondônia Estudos Regionais**, Mestre em História pela PUC-RS e formador regional de professores e mais Willian Nogueira Lima, especialista em História Afro-Brasileira.

O Terceiro Capítulo - Sentinela do Guaporé, tendo como autor o Professor Abnael Machado Lima, amazonense. Docente de História da Amazônia – Geografia Física e Humana.

O Quarto Capítulo – Os Soldados do Reino, da lavra de Marcos Domingos Teixeira Lourismar da Silva Barroso, formado em História pela UFPA e especializado em História do Brasil pela PUC-MG, Lourismar graduado em História pela UNIR especialista em Arqueologia da Amazônia e Mestrado em História pela PUC-RS em 2015.. Sérgio, graduado em Direito pela UF Rondônia e professor de Direito Penal na Escola de Magistratura do Estado de Rondônia. Uillian, historiador licenciado em História , secretário do Núcleo de Estudos Afro brasileiros e atua com ênfase em História Afro brasileira. Uma grande contribuição a Historiografia militar brasileira.

O Sexto Capítulo – Aluizio Ferreira. da lavra de Yêda Pinheiro Borzacov, autora de vários livros na área de História, Memória Folclore e Patrimônio de Rondônia. Fundadora do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia.

O Sétimo Capítulo – A 17ª Brigada de Infantaria de Selva, a cargo Maj Inf Rafael Novaes da Conceição, Mestre em Infantaria, pesquisador de Operações de Pacificação e o 1º Ten OTT Paulo Luciano Bastos Botelho, formado em Tecnologia d3 Processamento de Dados e gerente da obra Resgate da História da 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

O Oitavo Capítulo – Teixeira. A cargo do Professor Willian Haverly Martins graduado em Direito pela FUBA, escritor, professor, de vários colégios em Porto Velho, cronista do site Opinião e de jornais. Preside a Academia de Letras de Rondônia e é autor do livro **História Regional - resgate e Teixeira**.

Anexo 1 – Os militares e Rondônia, a cargo do citado Willian Haverly Martins.

Anexo 2 – Os Militares e o Acre, a cargo do major Inf Rafael Novaes da Conceição, já citado

Anexo 3 – O Papel do Nativo, a cargo de Dante Sebastião da Fonseca, formado em História pela UFRS, e trabalha no Departamento de História da UNIR e publicou: **Estudos de História da Amazônia v,1 e Rondônia sua História sua gente.**

O Exército Brasileiro nas terras de Rondon - Raízes históricas. Porto Velho: Gráfica Imediata, foi idealizado pelo hoje acadêmico da FAHIMTB General de Brigada André Luiz Novaes Miranda, quando comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva e com textos primorosos de autoria de 12 colaboradores dos quais 10 intelectuais civis de alto gabarito e dois militares da 17ª Brigada de Selva, cabendo-me destacar o capítulo oitavo **Teixeirão** homenagem ao Cel Jorge Teixeira de Oliveira e mais o Anexo nº 1 intitulado **Os Militares e Rondônia** e ambos de autoria do Dr Willian Haverly Martins , intimamente ligado a comunidade de Porto Velho. Anexo que preserva, faz justiça e divulga a memória de grandes soldados do Exército ligados a História de Rondônia: Marechal Rondon, Major Guapindaia, Major Amarante, Coronel Eng Enio dos Santos Pinheiro, Cel Eng Paulo Nunes Leal, Capitão Silvio Gonçalves Faria, Cel Eng Carlos Aloysio Weber, Cel Inf Carlos Augusto Godoy que comandou a Fronteira Acre-Rondônia.

Faz 20 anos que fundei e presido a hoje Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), e este trabalho é pioneiro na participação da Universidade Brasileira nos trabalhos de História Militar do Brasil. Aliás uma lacuna existente na historiografia militar brasileira, na qual profissionais militares tem por missão realizar pesquisas de História Militar Crítica à luz dos fundamentos da Arte e Ciência Militar, com vistas a obter subsídios para a instrução dos Quadros e da Tropa, para o desenvolvimento progressivo de uma Doutrina Militar Terrestre Brasileira. bem como para preservar o Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Assuntos que abordo com detalhes no manual de minha autoria **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro.** EME/AHIMTB 1999. 2ed, disponível no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e, m Livros e Plaquetas. E era esperado como nos exércitos das grandes potências, a participação de historiadores civis especializados na reconstituição de eventos histórico militares, com apoio em fontes primárias autênticas, integras e fidedignas, colocarem à disposição de profissionais militares, as suas reconstituições históricas

para que estes realizassem suas pesquisas militares críticas, à luz dos fundamentos da profissão soldado, e não tenham que realizar a tarefa que cabe a historiadores civis. E aqui cabe- nos ressaltar as grandes contribuições História Militar Brasileira dos hoje patronos de cadeiras da FAHIMTB` : Barão do Rio Branco, Pedro Calmon, Ernani Donato José Antonio de Mello, Jordão Emerenciano, Arthur Ferreira Filho, Dante de Laytano e Adilson César.

Hoje a equipe que elaborou esta obra marcante por todos os títulos integra a Delegacia da FAHIMTB, em Porto Velho- Rondônia. Parabéns a todos e um destaque especial aos generais de Brigada Gen André Luis Novais Miranda que idealizou e apoiou a obra e ao General de Brigada Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves, Delegado de Honra da Delegacia Forte Príncipe da Beira que dirigiu a edição, aos 12 co-autores cujos currículos com fotos figuram nas páginas 155-157. E também a Gráfica Imediata Editora, pelos primorosos Design, Tratamento de Imagens, Diagramação e Impressão. E aos companheiros Major Rafael e 1º Ten Paulo Luciano pela competente supervisão desta joia da historiografia do Exército, creio sem precedentes.



A esquerda capa de nosso livro sobre a conquista da Amazônia, a consolidação desta conquista, a sua manutenção e a sua pioneira história militar de 1616-2003, hoje disponível para ser baixado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br. Livro cujo único exemplar disponível doamos ao General Costa Neves antes de assumir o comando da 17ª Bda Inf Selva. Livro prefaciado pelo acadêmico emérito Gen Luiz Gonzaga S. Lessa ex-comandante Militar da Amazônia, Abas do acadêmico benemérito Professor Flávio Camargo. Posfácio do comandante da AMAN, Gen Bda Claudimar Magalhães Nunes, ex-comandante da 1ª Bda de Selva, capas do Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento, o criador

e administrador do site da FAHIMTB. www.ahimtb.org.br



Obra valiosa recém publicada e que aborda a expedição de Pedro Teixeira, conquistador da Amazônia e, incorporada a Portugal pelo Tratado de Madrid de 1750, para o qual muito contribuiu Pedro Teixeira e o santista Alexandre de Gusmão. Obra organizada por Sérgio Eduardo Moreira Lima e Maria do Carmo S. Coutinho e publicada em Brasília em 2016, sob a égide da Fundação Alexandre de Gusmão. Obra riquíssima em fontes primárias (textos e mapas) que permitem ao historiador militar conhecer com mais detalhes Pedro Teixeira que abordamos em plaquetas A Conquista da Amazônia, disponível em Livros e Plaquetas no site

da Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil www.ahimtb.org.br. E também no presente livro

Escrevemos artigo intitulado Barão do Rio Branco – um diplomata com alma de soldado e disponível em Personalidades no citado site, o qual assim definiu a relação **soldado diplomata**.

"Eles são sócios que se prestam auxílio mútuo. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade. O outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo a violência com violência." E a Amazônia necessita que o soldado e o diplomata prestem muito auxílio, o que ora pratico com esta nota.

ESTUDOS MILITARES TERRESTRES BRASILEIROS SOBRE A AMAZÔNIA, POR ALUNOS DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, PERÍODO 1969-2002

Dentre as numerosas e alentadas monografias produzidas por alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1969-2003, como exigência curricular, alinhamos as seguintes, relacionadas com a Amazônia Brasileira, as quais pertencem hoje à História Militar Terrestre da Amazônia, que este trabalho abordou pioneiramente.

Em muitas delas está presente o que caracterizamos como História

Militar Crítica, à qual deve estar capacitado de realizar o profissional militar do Exército, em seu respectivo nível cultural militar.

Ou seja, extrair de subsídios de História Descritiva e de História Militar Crítica ensinamentos doutrinários militares, à luz dos fundamentos da crítica que escolheu, conforme abordamos em **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: EME/AHIMTB/EGGCF, 2000. 2ª edição.

Nota: Os termos Lassidão e Usura, não mais usados pela ECEME, correspondem ao atual termo guerra de Resistência. Esta é a estratégia indireta, onde o oponente mais fraco pode enfrentar e derrotar militarmente o oponente mais forte. Na guerra de Resistência, na luta do fraco contra o forte, o mais fraco pode compensar a fraqueza de suas forças materiais com o uso de suas forças morais, caracterizadas pela vontade de lutar.

Enquadra-se como guerra de Resistência a Guerra Brasílica, levada a efeito contra o invasor holandês, a qual abordamos em nosso livro **As Batalhas dos Guararapes –análise e descrição militar**. Recife: UFPE, 1971.2v e disponível em “Livros” no site www.resenet.com.br/users/ahimtb.

E igualmente a “Guerra à gaúcha”, que abordamos em **A Guerra da Restauração do Rio Grande, 1774/1776**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1994 e também em **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.2v e em **A Guerra à gaúcha in: Regionalismo sul-riograndense**. Porto Alegre, Círculo de Pesquisas Literárias/Nova Dimensão, 1996.

Enfim, Guerra de Resistência é a estratégia do fraco contra o forte, segundo a definição do então Coronel Golbery do Couto e Silva.

Lista das Monografias por autores em ordem alfabética

ABREU, Edson Pereira de. Guerrilha do Araguaia, causas e conseqüências. 1995, 60 f.

ABREU, Gustavo de Souza. A Brigada de Infantaria de Selva na execução da estratégia de resistência. 1998, 53 f.

ALMEIDA, Carlos Alberto Fogaca de. Avaliação da participação de Engenheiro Militar na implantação de Projeto Calha Norte. 1994, 43 f.

ALMEIDA, José Luciano da Rocha. Nova concepção no emprego da Artilharia em Operações na Selva. 1996, 53 f.

ALMEIDA, Manoel Barata. Áreas sensíveis na região Norte e os ilícitos (contrabando de armas e tráfico de drogas), 1998.

ALVAREZ CUMARÉ, Reni. Núcleos Cívico-Militares na fronteira da Venezuela, implemento e desenvolvimento. 1991, 72 f.

ALVES, Eglair Barcellos. Peculiaridades do Apoio Administrativo na Amazônia. 1997, 20f.

ANDRADE, Paulo José de Abreu. Apoio de Artilharia nas operações de selva e ribeirinhas. 1983, 83 f.

ANDRADE JUNIOR, Milton Silva. O Emprego do Batalhão de Forças Especiais na lassidão (guerrilha). 1996, 54 f.

ANGONESI, Luis Carlos. A importância da presença do Exército Brasileiro na Amazônia. 1994, 44 f.

BELLINATI, Newton. Obras na Região Amazônica, obstáculos e sugestões. 1999, 48 f.

BENJAMIN FILHO, Henrique. Sugestões para uma estratégia na Amazônia no séc.XXI. 2001.

BEZERRA, Marconi dos Reis. Integração do Sistema de Guerra Eletrônica com o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). 1998, 57 f.

BRAGA, Henrique de Jesus Pedrosa. O aprestamento para o combate em ambiente operacional de selva – uma proposta. 2001.

BRANCO, Walter Romero Castelo. Amazônia–crise de identidade do Estado. 2001.

BREIDE, Newton Álvares. Estratégias para o desenvolvimento sustentado da Amazônia.1998, 35 f.

BRITO, Elisiário. Apoio Logístico nas Operações de Selva. 2002.

CAMPOS, Márcio Teixeira. Comunicações por satélite e seu emprego na Força Terrestre. 2002.

CARMO, Solemar Lisboa do. Transportes multimodais na Amazônia. 1999, 33 f.

CASTRO, Tiago Castro de. A Transamazônica. 1972, 24 f.

CARDOSO, Alexandre de Andrade. A Logística do Vietnã do Norte aplicada a um conflito prolongado (usura) no Teatro de Operações Amazônico. 1997, 37 f.

CARVALHO, Gastão Batista de. Equipamento fluvial militar para as necessidades do Exército Brasileiro na Amazônia. 1970, 28 f.

CASTELO BRANCO, Walter R. O Emprego de Forças Especiais na Amazônia. 1994, 46 f.

CORREIA, Antônio Carlos. Criação de Teatro de Guerra na Amazônia. Proposta, dificuldades e possíveis benefícios. 1995, 37 f.

COSTA, Carlos Jorge da. O emprego da Cavalaria em operações militares de selva. 1995, 51 f.

COSTA NETTO, Severino José da. Operações fluviais, sua importância para o Exército Brasileiro. 1971, 24 f.

COELHO, Alessandro Pompeu. As comunicações táticas na Amazônia na estratégia de usura.1997, 42 f.

COQUEIRO, José Carlos de Souza. Estratégia da resistência – enfoque: medidas sanitárias na Amazônia. 1997, 50 f.

CYRILLO, Luiz Cláudio. Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) – implantação e reflexos no campo estratégico e na integração nacional. 1996, 53 f.

DE BIASI, Martinho. Suprimento aéreo em apoio a escalões da Força Terrestre em operações na Amazônia. 1995, 59 f.

DIAS NETO, Argemiro. O Esquadrão de Cavalaria de Selva, organização e emprego. 1989,33 f.

FARTES, Segenon Soares. Organização e emprego do Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (GAC de Selva). 1981, 45 f.

FERNANDES, Francisco Ronald Rocha. A Brigada de Infantaria de Selva na estratégia de resistência. 1999, 58 f.

FRANÇA, Edgar Luis da Cunha. A Expansão Territorial e a formação das fronteiras do Brasil. 1978, 58 f.

FRANCIA NARANJO, Carlos A. O terrorismo na Colômbia, histórico e atualidade. 1993, 96 f.

GAZZINEO, Domingos Miguel Antônio. Modernização das Organizações Militares (OM) de fronteira. 1969, 25 f.

GIUSTI, Marco Antônio. A problemática do Apoio Logístico na Amazônia e conseqüências num conflito limitado na área. 1990, 73 f.

GONÇALVES, Uirassui Letninski. Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), reflexos para a Amazônia e para o levantamento estratégico militar.1998, 36 f.

GONÇALVES, Luexar Lucas. Análise das operações da selva amazônica.1981, 39 f.

GONZALEZ FERRER, Robert. O problema dos garimpeiros: conclusões e soluções prováveis. 1992, 33 f.

HILGENBERG, Luis Fernando. Fronteiras da Região Norte do Brasil, história e atualização. 1992, 78 f.

HUSS, Dorival. Suprimento de Energia Elétrica às guarnições isoladas da Amazônia – opções possíveis. 1994, 38 f.

JACÓ, Judicael de Almeida. A estratégia da colonização no período pombalino. 1995, 42 f.

JOÃO, Marcelo Pagotti. Apoio ao Movimento na Amazônia- Estrutura, missões e emprego da Arma de Engenharia naquela área. 2002.

JUSTO, César Leme. O emprego das Forças Especiais em conflitos prolongados na Amazônia. 1996, 56 f.

KEITH, Levais C. Experiências pessoais de combate na selva. 1979, 21 f.

LIMA, Carlos César Araújo. Logística na Região Amazônica, obtenção, distribuição e administração. 1993.

LOPEZ HIDALGO, Melvin José. A segurança da Fronteira da Venezuela e da Colômbia, subversão e narcotráfico. 1991, 75 f.

MACEDO, Francisco Ranilson. O emprego da Engenharia de Combate na Amazônia, formas de emprego, meios. 1993, 69 f.

MAGALHÃES, Sérgio da Silva. Influência das condições climáticas da Amazônia no desenvolvimento operacional em face a estratégia de lassidão. 1995, 30 f.

MACHADO, Vicente Paulo Guimarães. O projeto Grande Carajás – implicações no campo militar. 1986, 100 f.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Maria. Operações psicológicas na Estratégia de Resistência. 2002.

MARTINS, Rômulo José de Alcântara. A Amazônia sob a ótica da Defesa Nacional. 2002.

MARTINELLI, Vinícius Ferreira. As Forças Especiais assessorando o CMA nos problemas amazônicos de repercussão internacional. 2002.

MEDEIROS, Benjamin de Aguiar. Considerações sobre as comunicações na região amazônica. 1997.

MEDEIROS, Francisco José Fonseca de. O Teatro de Guerra nas estratégias de ação de presença e de lassidão na Amazônia Brasileira. 1997, 50 f.

MEDEIROS JÚNIOR, José Dinoá. O emprego de agentes químicos da Amazônia. 1996, 43 f.

MEDEIROS, Pedro Arnóbio. A Transamazônica e a Perimetral Norte e valor na Segurança Nacional. 1975, 25 f.

MENEZES, Rômulo Sarquis Bezerra de. A expressão militar na política de ocupação e desenvolvimento da faixa de fronteira norte do Brasil. 2002.

MENDES, Álvaro José Gomes. Apoio de Artilharia nas operações de selva e ribeirinhas. 1983, 33 f.

MENIN, Antônio César Gonçalves. O Projeto Calha Norte, sua importância para a região amazônica e seus reflexos na Segurança Nacional. 1988, 42 f.

MILANEZ, Ferdinando Araújo. Emprego de Engenharia de Combate na Amazônia, formas e meios. 1993.

MORAES, Alaor Navarro de. A Engenharia da Brigada de Infantaria de Selva, missões, organização e emprego. 1987, 57 f.

MOREIRA, José Benedito de Barros. Uma concepção estratégica brasileira para a Amazônia. 1991, 23 f.

MOREIRA, Paulo John Garcez. A Aviação do Exército na área da Amazônia - missão, emprego, logística e peculiaridades. 1997, 51 f.

MOREIRA, Reinaldo Correia. O papel do Exército como fator de ocupação e de integração da Amazônia. 1983, 51 f.

MOTA, Robson Queiroz. Transporte na Amazônia – análise, proposta, organização e emprego. 1995, 39 f.

NASCIMENTO, Guilherme José da Costa. O emprego das Forças Especiais em proveito das Operações Aeroterrestres. 2002.

NUNES, Paulo Roberto Rodrigues. Suprimento por via fluvial – um processo especial de distribuição. 1991, 60 f.

OCHOA MENDEZ, Gustavo Alberto. Ultraleves, um alternativo apoio aéreo para reconhecimento, segurança e vigilância das bases de proteção fronteiriças. 1996, 35f.

OLIVEIRA, Paulo Sérgio Nogueira de. Emprego da Força Terrestre Brasileira na aplicação da Estratégia da Lassaidão em defesa da Integridade da Amazônia. 1996, 70 f.

PACHECO, Marcelo Soneghet. A formação do combatente de Selva e o adestramento de sua fração na Amazônia. 2002.

PAREDES CADENA, Luiz Felipe. O modo de operar das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e uma estratégia para sua neutralização. 1999, 34 f.

PAULA, Luis Fernando Lana de. O desafio amazônico, meio ambiente, desenvolvimento e soberania. 1993, 57 f.

PAVANELLO, Ricardo Felipe Albrecht. Um Batalhão de Helicópteros para emprego na Amazônia. 1991, 100 f.

PEIXOTO, Carlos Roberto de Souza. A Segurança de Fronteira da Amazônia – o papel da Força Terrestre. 1992.

PEREIRA FILHO, João Gabriel. Como organizar nossa ordem de batalha em face das depressões na Amazônia. 1991, 37 f.

PERES FILHO, Artur. O apoio administrativo nas operações ribeirinhas e de selva nos escalões brigada. 1982, 65 f.

PIMENTA, Sérgio Freire. A Amazônia sob a ótica do desenvolvimento. 2002.

PINHEIRO, Luciano Guilherme Cabral. A Aviação do Exército na Estratégia de Resistência – uma proposta para o seu emprego. 2002.

PINTO, Aloysio Oséas de Toledo. Análise da experiência brasileira nas operações de contra guerrilha na selva amazônica. 1978, 57 f.

PINTO, Cláudio Rogério. Presença do Exército na Amazônia – situação atual e expectativas. Reservado, 1998, 44 f.

PINTO, Marco Antônio Veiga. Amazônia e o primeiro (?) – reflexos. 1992, 42 f.

PIRES, Manoel Teixeira. Amazônia e a preservação do meio ambiente: uma questão de soberania. 1992, 72 f.

RIBAS, João Wayner da Costa. A narcoguerrilha na Colômbia - reflexos para o Brasil nos campos do poder nacional. 2001.

RIBEIRO, Marinho Miranda Neto. A defesa antiaérea na Amazônia e sua interpretação com o SIVAM. 2002.

ROEHL, João Luiz Pascal. Sistemática para a determinação da capacidade das rodovias para fins militares.1976.33f

ROCHA, Altevir Ítalo da. O apoio logístico à tropa internada no combate de Resistência. 2002.

ROCHA, Nelson do Carmo. Organização e emprego do Grupo de Artilharia de Selva. 1981,24 f.

RODRIGUES, José Luiz Jaborandy. Os Sistemas de Vigilância e de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM), instrumentos, facilitadores da manutenção de objetivos. 1996, 46 f.

ROMAGUERA, José Oscar da Silveira. Projeto Jari - 1984, 26 f.

RIBEIRO, José Caixeta. Artilharia de Campanha na Selva, uma proposta de Doutrina de emprego e meios. 1995, 65 f.

ROMÃO FILHO. Walter. O Exército Brasileiro e o combate ao narcotráfico. 1993, 60f.

ROSA, Raimundo Nonato Barreto. Apoio logístico na Amazônia – situação atual face aos meios de transporte existentes e malha viária. 1998, 44 f.

SALVIANO, Francisco C. Campelo. A Amazônia e a preservação do meio ambiente. 1992, 43 f.

SANTA ROSA,Maynard Marques de. Necessidades e adequações dos meios flutuantes para a Brigada de Infantaria de Selva. 1991, 46 f.

SANTOS, Anibal Silva dos. O emprego de Engenharia de Combate na Amazônia – formas de emprego, meios em pessoal e material. 1993, 57 f.

SANTOS JÚNIOR, Amaury Simões dos. O SIVAM e o SIPAM, um estudo de seu emprego em proveito da Força Terrestre. 2002.

SÁ, Luís Carlos F. Bustamante. A política externa brasileira e o Pacto Amazônico.1993.

SÁ, Paulo Edron de. A presença do EB na Amazônia, uma visão para o início do III Milênio. 1995, 46 f.

SCHIST, Eron. Estrutura logística para a Amazônia – proposta. 1989, 46 f.

SCHNEIDER, Nilton. Formação e evolução histórica das Guianas. ECEME, 1978, 75f.

SILVA, Antônio Carlos Passos da. O EB na região amazônica, história, presença, importância e emprego da FT na região. 1998, 52 f.

SILVA, Carlos José Vaz da. Peculiaridades do apoio à saúde na Amazônia, com ênfase em operações descentralizadas. 1953, 48 f.

SILVA, Hélio A. de Oliveira. A tática da Companhia de Infantaria na Amazônia. 1970, 21 f.

SILVA, Mário Dias Domingues da. A formação de Organizações Militares de Selva para o Exército Brasileiro. 1970, 27 f.

SILVESTRE NETO, Pedro Antônio Fioravante. Concepção doutrinária do emprego da Força Terrestre em operações de Selva – necessidade, questionamento e propostas. 1995, 114 f.

SOUTO, Heráclito. Ameaças a soberania nacional na Amazônia – hipóteses de guerra, estratégias para a defesa da região. 1990, 71 f.

STEVANUX, João Batista. Missão dos Elementos de Fronteira na manutenção da Integridade ou na vivificação da faixa de fronteira. 1997, 57 f.

TAVARES, Salomão K. Organizações Militares de Engenharia de Selva, missões de dosagem. Reservado. 1998, 45 f.

THOMÉ, Celso José. A Amazônia e o 1º mundo – reflexões. 1992, 88 f.

TEIXEIRA, Carlos Alberto Borges. As Organizações Militares (OM) de Engenharia de Combate da Amazônia na defesa interna. 1997, 43 f.

VARJÃO, Yvan Luís Madruga. Esquadrão de Cavalaria de Selva, missões, organização, materiais peculiares, limitação e formas de emprego. 1983, 28 f.

VAZ, Evandro Augusto Pamplona. Situação da República Cooperativa da Guiana e do Suriname, seus reflexos no Brasil. 1988, 95 f.

VEIGA, Paulo Cezar. Análise da adequação do C 100 – 10, a logística na Amazônia. 1998, 41 f.

VIDAL, Evandro Bartholomeu. O Projeto Calha Norte, importância. 1991, 72 f.

VOGT, Cláudio Frederico. Amazônia, sugestões para a defesa, ocupação, desenvolvimento e integração. 1995, 58 f.

WANDERLEY NETO, Arthur de Souza. A redivisão da Amazônia em territórios federais do Rio Negro e Alto Solimões, reflexos na segurança. 1999, 42 f.

MONOGRAFIAS SOBRE AMAZÔNIA (2004-2017)

AZAMBUJA JUNIOR, José Herculano. A Vontade Nacional na defesa da Amazônia Legal. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2004. 226 p.
Número de chamada: MO 3722 ECEME (ECEME)

SOUSA, César Jackson Silva. O agravamento das tensões sociais na Amazônia Oriental. Rio de Janeiro: ECEME, 2013. 41 p.
Número de chamada: MO 5037 ECEME 2013

MITRE, Baddy. O alinhamento do Projeto Estratégico Proteger com as Forças de Prontidão na Amazônia: uma proposta. Rio de Janeiro: 74 f. TCCP (especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - ECEME, Rio de Janeiro, 2016.
Número de chamada: MO 0771 2016 Monografias CPEAEX (ECEME)

SOUSA, Augusto Maciel de. Uma análise histórica da participação da engenharia de construção no desenvolvimento da Amazônia Ocidental. 2014. 40 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.
Número de chamada: MO 5266 2015 Monografias ECEME (ECEME)

FONSECA, Alexandre Rabelo da. Análise histórica e prospectiva do interesse internacional sobre a região amazônica e seus reflexos para a reestruturação das organizações militares do Comando Militar da Amazônia e do Norte, à luz da Estratégia Braço Forte. 2014. 86 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.
Número de chamada: MO 5293 2014 Monografias ECEME (ECEME)

SOUZA, Armando Machado de. Análise das Funções logísticas suprimento e transporte no apoio as operações de resistência na Amazônia Ocidental. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2006. 210 f.
Número de chamada: MO 3931 ECEME (ECEME)

RIBEIRO FILHO, Aluizio Pires. O Apoio Logístico em suprimento CI IX-Av para o emrego da aviação do Exército em proveito do comando militar da Amazonia. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2005. 211 p.
Número de chamada: MO 3840 ECEME (ECEME)

ARAÚJO, Fabiano Espínola; ANGELO KAWAKAMI OKAMURA. A organização do tratado de cooperação Amazônica: suas implicações para a segurança e defesa da Amazônia brasileira. 2008. Rio de Janeiro: ECEME, 2008. 169p.
Número de chamada: MO 4305 ECEME (ECEME) 2008

MACHADO FILHO, Amantino Camilo. Aptidão de médicos militares generalistas e de especialistas em áreas não cirúrgicas no atendimento inicial de pacientes traumatizados na Amazônia Ocidental Brasileira. Rio de Janeiro: ECEME, 2013. 61 p.
Número de chamada: MO 5075 ECEME 2013

BELLINTANI, Mauro. A atuação da FAB na Amazônia Ocidental à luz da Estratégia Nacional de Defesa. 2015. 64 f. TCCP (especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.
Número de chamada: MO 0723 2015 Monografias CPEAEX (ECEME)

MELLO JÚNIOR, Mauro Fernando Rego. O aumento do interesse internacional na Amazônia brasileira e seus reflexos para o Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: ECEME, 2013.

Número de chamada: MO 5021 ECEME 2013

ROSA, Fernando Barcellos da. A avaliação do impacto ambiental na instalação de novas organizações militares do exército na Amazônia. 2014. 50 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

Número de chamada: MO 5207 2014 Monografias ECEME (ECEME)

SOARES, Antônio Carlos Macêdo. Comando e controle e guerra eletrônica em prol da dissuasão na defesa da Amazônia: uma proposta para o exército brasileiro de 2022. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2006. 102 f.

Número de chamada: MO 3928 ECEME (ECEME)

GIAROLA, Nelmo Henrique; DEUS, Walter Henrique Amaral de. Comando Militar do Norte: a importância estratégica da Amazônia Oriental. Rio de Janeiro: 55 f. TCCP (especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - ECEME, Rio de Janeiro, 2016.

Número de chamada: MO 0769 2016 Monografias CPEAEX (ECEME)

CRUZ JUNIOR, José Benedito. O Conflito do Vietnã: os ensinamentos para o apoio logístico dentro do contexto da estratégia da resistência na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2006. 181 f.

Número de chamada: MO 3972 ECEME (ECEME)

CURTO, Lavidson Germinio. A Conjuntura em Roraima e seus reflexos para a integridade territorial da Amazonia. Rio de Janeiro: CPEAEX, 2004. 111p.

Número de chamada: MO0326 CPEAEXMO0326 CPEAEX

SANTOS, Carlos Eduardo Demetrio dos. O conselho de defesa sul-americana e as dinâmicas de securitização na Amazônia Brasileira. 2014. 83 f. TCCP (especialização em Ciências Militar) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

Número de chamada: MO 5160 2014 Monografias ECEME (ECEME)

MATOS, Sergio Ricardo Reis. O desenvolvimento e a securitização da Amazônia: documentos de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica em análise. 2014. 79 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

Número de chamada: MO 5174 2014 Monografias ECEME (ECEME)

NASCIMENTO, Rui Bernardes do; Silvestre Prado de Souza Neto. Biodiesel: projeto de inovação e melhoria para as unidades isoladas do Exército Brasileiro na Amazônia. Rio de Janeiro, 2008. 84p.

Número de chamada: MO 0061 CGAEM 2008

SILVEIRA, Nelson Artur Prado Rodrigues da. Doenças Emergentes na Amazônia: Um desafio ao serviço de saúde do exército. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2005. 52p.

Número de chamada: MO 3830 ECEME (ECEME)

ANDRADE, Luciano Barros de. O emprego do centro regional de inteligência do sinal do Comando Militar da Amazônia no sistema integrado de monitoramento de fronteiras. Rio

de Janeiro: ECEME, 2013. 50 p.
Número de chamada: MO 5072 2013 (ECEME)

OLIVEIRA, Marcos Aurélio de Lima. O emprego das embarcações LANCHAS PATRULLERA DE RÍO (LPR) e RIVERINE PATROL BOAT (RPB) em operações no Comando Militar da Amazônia- uma proposta. 2015. 59 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.
Número de chamada: MO 5588 2015 Monografias ECEME (ECEME)

MACÁRIO, Pablo Roberto. Emprego do sistema de inteligência de grandes eventos no Comando Militar da Amazônia- lições aprendidas e propostas. 2016. 59 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2016.
Número de chamada: MO 5599 2016 Monografias ECEME (ECEME)

MAGLUF JÚNIOR, Alei Salim. A estratégia da resistência no Brasil: a criação de um Comando Militar de Defesa da Amazônia- um estudo e propostas. Rio de Janeiro, 2010. 54 p. ;
Número de chamada: MO 4549 ECEME

SOARES, Eustáquio Bonfim. As Estratégias de presença e dissuasão e a questão ambiental.: Reflexos na faixa de fronteira da Amazônia legal. Rio de Janeiro: ECEME, 2008. 102p.
Número de chamada: MO 0440 ECEME

RECH, Rui Cesar. Estudo sobre a adequação das embarcações militares táticas para emprego na Amazônia. 2015. 57 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.
Número de chamada: MO 5470 2015 Monografias ECEME (ECEME)

LIMA, Juarez Goncalves de. A Força principal da brigada de infantaria de selva no combate de resistência em área urbana da Amazônia. Rio de Janeiro, 2005. 104
Número de chamada: MO3793 ECEMEMO3793 ECEME

FRANÇA, Júlio César de; Carlos Alberto e Azeredo Ferreira. Implementação do Programa C2 em Combate na Amazônia: reflexos doutrinários para o apoio da Arma de Comunicações às Brigadas de Infantaria de Selva. Rio de Janeiro, 2010. 60 p. :
Número de chamada: MO 4569 ECEME 2010

SIQUEIRA, André Cezar. A importância dos grandes núcleos urbanos Região Norte para o Desenvolvimento sustentável da Amazônia, e as suas consequências para a Defesa Nacional. Rio de Janeiro: ECEME, 2008. 96f.
Número de chamada: MO 0444

SANTOS, Antonio Douglas Neves. A influência da infraestrutura logística da Amazônia Oriental para o dimensionamento do grupo funcional transporte. 2014. 85 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.
Número de chamada: MO 5176 2014 Monografias ECEME (ECEME)

ANDRADE, Maurício Máximo de. A integração da Pan-Amazônia como motor de desenvolvimento regional. 62 f. TCCP (especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - ECEME, Rio de Janeiro, 2016.

Número de chamada: MO 0770 2016 (ECEME)

SOARES, Eudson Bezerril de Melo. Lançamento aéreo de suprimento em apoio aos pelotões especiais de fronteira na Amazônia. 2015. 45 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.

Número de chamada: MO 5384 2015 Monografias ECEME (ECEME)

PAIVA JUNIOR, Antônio Freire de. A liderança estratégica na segurança da Amazônia brasileira: questão de soberania e a gestão ambiental. 2014. 73 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

Número de chamada: MO 5151 2014 Monografias ECEME (ECEME)

SOUZA, Andreos. Nova articulação de Organizações Militares na Amazônia para o emprego de embarcações nas Operações Militares. 2014. 146 f. TCCP (especialização em Ciência Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

Número de chamada: MO 5186 2014 Monografias ECEME (ECEME)

PRADO, Márcio Antonio do; Mário Anselmo Marszalek. Os desafios do Exército Brasileiro na Amazônia Legal : A consolidação do Movimento Indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional e/ou Estratégia Nacional de Defesa: A consolidação do Movimento Indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional e/ou Estratégia Nacional de Defesa A consolidação do Movimento Indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional e/ou Estratégia Nacional de Defesa Rio de Janeiro, 2010. 93 p. :

Número de chamada: MO 4533 ECEME 2010

SOUZA, Robert Maciel; José Diderot Fonseca Júnior. Os riscos impostos pelas FARC para a Soberania Brasileira na Amazônia. Rio de Janeiro, 2010. 53 p. ;

Número de chamada: MO 4536 ECEME 2010

GALDINO, Juraci Ferreira. O papel da Engenharia Militar na formação de Recursos Humanos na Amazônia: reflexos no desenvolvimento regional e na Soberania Nacional. Rio de Janeiro, 2010. 129 p. :

Número de chamada: MO 4591 2010

SILVA, Itairê Alves de Andrade e; CARLOS ALBERTO DE MORAES CAVALCANTE. A política externa brasileira de segurança e defesa da Amazônia (1964 - 2007) -: Um estudo comparativo. Rio de Janeiro: ECEME, 2008. 75p.

Número de chamada: MO 4270 ECEME (ECEME) 2008

CUNHA, Luciano Barcellos da. O programa Amazônia protegida diante das atuais pressões internacionais na Amazônia Ocidental. Rio de Janeiro: ECEME, 2013. 124 p.

Número de chamada: MO 5086 ECEME 2013

FALCÃO NETO, João Cordeiro. Proposta para implantação de um comando combinado na Amazônia Comando combina. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2006. 47p.

Número de chamada: MO 0350 CPEAEX (ECEME)

ZENDIM, Omar. As questões ambientais e indígenas na Amazônia - ameaçadas à soberania nacional. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2004. 174 p.

Número de chamada: MO 3728 ECEME (ECEME)

TANAKA, Márcio Damião. Reestruturação do apoio logístico no Comando Militar da Amazônia: uma proposta. 2014. 48 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2014.

Número de chamada: MO 5254 2014 Monografias ECEME (ECEME)

SANTOS, Jose Henrique Araujo dos. Reestruturação do Dispositivo do 2º Grupamento de Engenharia De Construção na Amazônia - Uma Proposta. Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2005. 117 p.

Número de chamada: MO 3878 ECEME (ECEME)

PINHEIRO, Ajax Porto. Reestruturação e aperfeiçoamento doutrinário do comando militar da Amazônia: uma proposta. Rio de Janeiro, RJ : ECEME, 2006. 68p.

Número de chamada: MO 0336 CPEAEX (ECEME)

MATTOS, Robson Monteiro. A resposta do estado brasileiro às pressões exógenas sobre a internacionalização da Amazônia. Rio de Janeiro: ECEME, 2013. 78 p.

Número de chamada: MO 5097 ECEME 2013

MAIA JÚNIOR, Welton Gomes. O Serviço Militar Obrigatório na Amazônia Ocidental em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa: uma proposta. Rio de Janeiro, 2010. 66 p. :

Número de chamada: MO 4576

PINHO, Alessandro Paiva de. A soberania brasileira na Amazônia: o mito da priorização do tema. Rio de Janeiro, 2010. 61 p. :

Número de chamada: MO 4548 2010

RIBEIRO, Wilson André Barreiros. A utilização de embarcações militares co propulsão hidrojetado na Amazônia. 2015. 45 f. TCCP (especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.

Número de chamada: MO 5341 2015 Monografias ECEME (ECEME)

SILVA, Fernando Lourenço da. Utilização de dirigíveis na Amazônia: solução ou problema? Rio de Janeiro, RJ: ECEME, 2004. 210 p.

Número de chamada: MO 3706 ECEME (ECEME)

BLEASBY, Alexandre de Oliveira. A viabilidade financeira para instalação de novos pelotões especiais de Fronteira na Amazônia. Rio de Janeiro: ECEME, 2013. 42 p.

Número de chamada: MO 5050 ECEME 2013

FEDERAÇÃO DE ACADEMIAS DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL - FAHIMTB

Foi pelo autor fundada em 12 de março de 1996, como AHIMTB, em Resende e até 23 de abril de 2011 acolhida pela AMAN em suas instalações externas ao lado da Casa do Laranjeira do 4º ano e, a partir desta data como Federação de Academias de História Terrestre do Brasil (FAHIMTB) acolhida pela AMAN em amplas instalações, no fundo da biblioteca do novo Conjunto Principal.

Sua finalidade desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil, Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Polícias e Bombeiros Militares e outras forças terrestres que as antecederam, Guarda Nacional, Voluntários da Pátria e etc.

Ao longo de 21 anos de profícuas atividades acumulou valioso acervo que doou a AMAN pelo seu Boletim Especial nº002 de 17 de novembro de 2014 e, grande parte de seu acervo está disponibilizado na Internet em seu site www.ahimtb.org.br, e em especial em Livros e Plaquetas, onde o autor colocou expressiva parte de sua produção historiográfica desde 1957, e cópia impressa no acervo da AMAN e disponibilizada no Programa Pergamum e Bibliotecas de Exército.

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Entidade fundada pelo autor em 10 de setembro de 1986, no sesquicentenário do combate do Seival, vitória que criou condições para a Proclamação da República Rio-Grandense, cujo ideário foi concretizado em 15 de novembro de 1989, com a Proclamação da República Federativa do Brasil. Entidade que atua há 31 anos e no tocante a assuntos relativos a História Militar do Rio Grande do Sul vem atuando em parceria com a FAHIMTB, constando o seu brasão nas capas de diversos livros publicados pela FAHIMTB.

O IHTRGS é um movimento cultural gaúcho destinado a integrar historiadores tradicionalistas, folcloristas gaúchos isolados Rio Grande afora, o que conseguiu expressivamente em 31 anos de atividade o que pode ser constatado pelo seu informativo o GAÚCHO disponível no site da FAHIMTB. Atualmente a sede é em Caxias do Sul, sob a presidência do tradicionalista e acadêmico da FAHIMTB Juarez Nunes da Silva, autor do magnífico livro. A terra dos quatros ventos no qual vestiu de gala a História e as Tradições do Rio Grande do Sul.

Maiores detalhes da História da FAHIMTB e da IHTRGS, consultar as

págs. 551/556 da obra Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas. Resende, FAHIMTB/IHTRGS, 2014

ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA - ACANDHIS

Foi por nós fundada em 13 de setembro de 1988, centenário do Conrado Ernani Bento, nosso pai, historiador nato e autodidata, graças a sua inteligência privilegiada. Foi um colecionador incansável e anotador de eventos comunitários (políticos, sociais econômicos e culturais) que me ajudaram a resgatar a História e a identidade da comunidade Canguçuense.

Ela possui acervo expressivo de História de Exército, para a qual destinei precioso acervo de minha produção historiográfica sobre História Militar e em especial sobre o Exército.

Creio que seja um dos maiores acervos sobre História do Exército no Rio Grande do Sul.

Para maiores detalhes sobre a ACANDHIS, cujo brasão consta da capa do presente livro, consultar as págs. 324/327 de nosso livro Canguçu reencontro com a História, disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB.

Cel Cláudio Moreira Bento

Turma Asp Francisco Mega 15 fev 1955

Grande Acadêmico Benemérito

Presidente e fundador da AHIMTB

DADOS SOBRE O AUTOR



Coronel de Engenharia e de Estado-Maior Reformado Cláudio Moreira Bento: É natural de Canguçu - RS, onde nasceu em 19 Out 1931. Filho de Conrado Ernani Bento e Cacilda Moreira Bento. Asp de Eng em 15 Fev 1955, da Turma Aspirante Mega. Comandou o 4º BE de Combate em Itajubá - MG no biênio 1981-82 e dirigiu o Arquivo Histórico do Exército de 1985-91, tendo, como oficial de Estado-Maior, servido no Comando Militar do Nordeste, no Estado-Maior do Exército, no Departamento de Engenharia e Comunicações, no Comando Militar do Sudeste, na Academia Militar das Agulhas Negras, como instrutor de História Militar, de 1978/80 e na 1ª Região Militar.

Historiador militar consagrado, com mais de 65 títulos publicados (livros, plaquetas, álbuns) e cerca de mais de 1.000 artigos em periódicos civis e militares do Brasil e EUA, sobre História Militar e, em especial, a do Exército. Integra as principais instituições nacionais de História: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1978 (sócio emérito); Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (membro benemérito); Academia Brasileira de História e as academias de História de Portugal, da Real de Espanha, da Argentina e os institutos Histórico e Geográfico do Uruguai, Bolivariano do Rio de Janeiro e o Marechal Ramon Castilha Brasil-Peru. Integra instituições históricas no Rio Grande do Sul (IHGRGS, CIPEL,

IHTSL, IHGG, São Luis Gonzaga, IHGPel e Academia Canguçuense de História, a qual fundou em 1988 e a preside) e ainda o IGHSC, IHGParaná, IHGSP, IHGMG, IHGMT, IHGDF, IHGPE, IHGParaibano, IHGRN, IHGCE e os de Sorocaba e as academias de História de Itajubá/MG, de Resende/RJ, de Itatiaia/RJ e a de Barra Mansa/RJ .

Em 1986, fundou e preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e em 1996 fundou a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em Resende-RJ, a qual funciona em instalações cedidas pela Academia Militar das Agulhas Negras.

Possui sete prêmios em concursos literários no Brasil e EUA, onde se destacam: pela BIBLIEx, 1º lugar com O Exército e a Abolição, O Exército na Proclamação da República e O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul, (1º lugar em Concurso Nacional). 1º lugar pela Military Review com a pesquisa O Exército no desenvolvimento- o caso brasileiro; 2º prêmio com O Gaúcho fundador da Imprensa Brasileira, pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e Associação Rio Grandense de Imprensa; 2º lugar em concurso nacional com a obra Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul, comemorativo ao Biênio da Colonização e Imigração para o Rio Grande do Sul em 1975-76. Foram destaque especial em 1989 e 1990 pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJ) suas obras Quartéis Gerais das Forças Armadas do Brasil, A Guarnição Militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República, Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas (FHE-POUPEX) e A História do Brasil através de seus fortes (GBOEx), que decoram paredes de comandos e tropas espalhados por todo o Brasil.

Sua bibliografia parcial consta do Dicionário de historiadores brasileiros, v.1, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Dicionário Biobibliográfico Gaúcho. A biobibliografia está completa no site www.resenet.com.br/users/ahimtb, que publica também suas obras mais recentes. Colabora com a Revista Eletrônica sobre História Militar Terrestre do Brasil no site www.militar.com.br. O e-mail é bento@resenet.com.br, ou ahimtb@resenet.com.br.

O Cel Cláudio Moreira Bento, por recente legislação passou a ser consagrado Mestre em Aplicações Militares pela ESAO e Doutor em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares.

Como homenagem ao Bicentenário de Caxias em 2003, lançou o livro **Caxias e a Unidade Nacional**, mais **2002 - Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário e História da Artilharia Divisionária da 6ª DE**.

É Comendador da Ordem do Mérito Militar, entre outras condecorações.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

BIBLIOGRAFIA DA HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DA AMAZÔNIA

A seguir, relacionamos as fontes em que procuramos apoio para resgatar e interpretar, pela primeira vez, a História Militar Terrestre da Amazônia de 1616 à atualidade. Outras fontes, a descobrir-se, poderão ampliar progressivamente o assunto sobre a História Geral da Amazônia, no qual, segundo o seu maior historiador, o falecido Arthur César Ferreira Reis, existem muitos pontos a iluminar.

A presente bibliografia reflete, referentemente a estudos realizados por militares terrestres sobre a Amazônia, parte da História Militar Terrestre da mesma, através de trabalhos que foram publicados na BIBLIEx, na revista A Defesa Nacional, na Revista Militar Brasileira, na Revista do Instituto de Geografia e História Militar Terrestre do Brasil e na Revista do Clube Militar.

Aqui se impõe uma síntese biográfica do maior historiador da Amazônia Brasileira, com quem tivemos a honra de privar e muito aprender no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1979 a 1993, por 14 anos.

Arthur César Ferreira Reis (1906-93, síntese biográfica)

Arthur César Ferreira Reis nasceu em Manaus em 8 Jan 1906, onde viveu a maior parte de sua vida, tendo sido governador de 1964 a 1967. Formou-se em Direito em 1927, no Rio de Janeiro, pela atual UFRJ. Foi fundamentalmente um professor de História em Manaus e no Rio de Janeiro.

Com a revolução vitoriosa de 30, chefiou o Gabinete da Junta Governativa Revolucionária do Amazonas. Foi diretor de Instrução Pública no Amazonas, de seu Departamento de Educação e Cultura; representou o Pará no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1940.

Foi superintendente do SPEVEA, 1953/55, e Diretor do IPEA, 1950; foi Diretor do Departamento de História e Documentação da Guanabara, 1961, Presidente e membro do Conselho Federal de Cultura e membro da Comissão de Textos de História do Ministério das Relações Exteriores.

Entre suas condecorações registro a Medalha do Pacificador, Grã-Cruz do Mérito Militar e méritos Aeronáutico e Naval. Foi vice-presidente do IHGB e seu grande sócio benemérito.

Colaborou em História em diversas revistas: RIHGB, Cultura, Província de São Pedro, Revista Brasileira da ABL, Revista de História da USP, Carta Mensal da CNC e outras.

Escreveu Américo Jacobina Lacombe, nas orelhas, ou abas, de um livro de Arthur César:

“Arthur César nunca tomou a pena a não ser com o seu coração e mente voltados para a sua imensa e misteriosa Amazônia, região em que veio à luz. E tudo o que sobre ela escreveu está dominado por um esclarecido, sincero, profícuo e desinteressado amor à Amazônia, a região mais discutida, mais atraente e mais futura da América”.

Em que pese ter sido até o presente o maior historiador da Amazônia, registrava em seus escritos que muito ainda faltava para resgatar satisfatoriamente a História da Amazônia Brasileira. A sua bibliografia parcial, relacionada a seguir, explica a razão da presente referência.

Fontes relacionadas com a História Militar Terrestre da Amazônia

ABREU, Antenor de Santa Cruz, Gen Ex. A presença militar na Amazônia. **A Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Simpósio CEBRES-ECEME, 1991, nº 1 Especial, Out, p.7/27.

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL (AHIMTB). **O Guararapes** nº 22, Jul/Set 1999. (A Amazônia e seus desafios para ao III Milênio).

____ **O Guararapes** nº 25, Mar/Jun 2.000. (Síntese das principais abordagens de interesse da História Militar pelos conferencistas do Seminário Amazônia da ESG e anotados pelo Presidente da AHIMTB).

AQUINO, Paulo Neves de. Gen. A Amazônia é Brasil. **Revista da SASDE**, nº 64, Fev 2.000.

ALCINO, Roberto. **Clevelândia do Norte**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1971.

ALERTA CIENTÍFICO E AMBIENTAL. Ano 9, nº33, 12/19 Ago 2002.

ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS DO CMF. Estudo sobre a defesa da Amazônia, 1999(Enviado a AHIMTB).

AMORIM, Antônio Brandão de. Viagem de diversos exploradores pelo Pará e Amazonas. **RMB**, Jul/Dez 1949. p.28/358.

ANDREAZZA, Mário David, Cel. Transamazônica, uma nova fronteira. **Revista do Clube Militar**, nº 177/1977.

ANDERSON, Robin. A cabanagem, 1835/1836. **RIHGB**. v.307, 1995. p.22/27.

ANDRÉA, José. **O Marechal Andréa nos relevos da História**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1977.

ARAGÃO, José Campos de. Gen, A Transamazônica e a agricultura, **RIGHMB**, nº 49,1971.

ASSOCIAÇÃO DE MILITARES DA RESERVA (ASMIR), DO PARANÁ. A estratégia estrangeira para internacionalizar a Amazônia. Estudo sobre o Governo do Presidente FHC em relação a Amazônia. (Falta de controle sobre estrangeiros na Amazônia. Ameaças de intervenção estrangeira na Amazônia, conclusões finais). Curitiba, 25 Mar 2001. (Importante documento).

ATHAYDE, Austregéilo de. Plácido de Castro. **Revista do Clube Militar**, nº 16, 1963.

AZEREDO, Zenáide. O Exército entra na luta pela Amazônia. **Folha do Meio Ambiente**, 2.000.

AZEVEDO, Temístocles, Ten Cel. Ligação centro-sul com Belém. **Revista do Clube Militar**. nº 91, 1948.

CARVALHO, Ferdinando de. Gen, Considerações sobre a ocupação da Amazônia. **Revista do Clube Militar**. nº 243, 1980.

BARATA, Manoel de Mello Cardoso. A bateria da ilha de Bragança. **RIHGB**. t.74. 1ª parte, 1911.p.229/236.

BARBOSA, Hélio Carvalho, Gen. A Amazônia. **in: Amazônia IV-Clube Militar**. Rio de Janeiro, 2.000. (Aborda índios, cobiça internacional, FFAA na Amazônia, Calha Norte, SIVAM).

BARRETO, Aníbal, Cel. **Fortificações do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1958.

BARROSO, Antônio Emílio Vieira. **Marajó**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1954.

BARROSO, Gustavo. Os canhões de Macapá voltam a falar. **RIGHMB**, nº 18,1979.

BENCHIMOL, Samuel, **Amazônia - a guerra da floresta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992 (Grande autoridade em Amazônia).

_____. **Um pouco antes e além depois**. Manaus: Ed. Alberto Calderaro,1977.

BENTO, Cláudio Moreira. A História Militar Terrestre Crítica da Amazônia - uma necessidade. **Jornal do**

Grupo Inconfidência. BH-MG. Mar, Abr, Jun 2000, disponível em "História" no site www.militar.com.br e em Artigos no site www.resenet.com.br/users/ahimtb.

_____. Alerta!!! Amazônia em perigo. **Tradição**. Porto Alegre, Dez 1999.

_____. **A conquista da Amazônia**. Rio de Janeiro:DNER,1973.

_____. **O centenário do libertador do Acre**. Belém: SUDAM, 1973.

_____.A cabanagem, **In:Lutas internas no período monárquico**. CDRM/CPrep/ECEME 2ª ed. Disponível em "Livros" no site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil www.resenet.com.br/users/ahimtb.

____.O combate da Vila Amapá em 15 de maio de 1895. **Noticiário do Exército**.nº 8430, 1º Mai 1992.

____.Defesas e defensores do Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, ano 2.000.

____.**A História do Brasil através dos seus fortes**. Porto Alegre, GBOEx,1982 (focaliza os fortes de Príncipe da Beira e do Castelo) e disponível em Livros no site: www.resenet.com.br/users/ahimtb .

____.Forte São Joaquim do Rio Branco. **Revista do Exército** .v.106, 1975.

____.Trabalhos sobre a Amazônia e a Arma de Engenharia (Coleção encadernada no Memorial Gen Rodrigo Otávio no 1º GEC, AHIMTB e Curso de Engenharia da AMAN).

____. Seminário sobre a Amazônia da ESG. in: **Guararapes** nº 25, 2.000, disponível no site da AHIMTB em www.resenet.com.br/users/ahimtb .

____.A Guerra Guaraniítica, 1752-54 no Rio Grande do Sul. in: **História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM,1994.p.90/98.

____.**Como pesquisar e estudar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: EME/AHIMTB/EGGCF.2.000. Também disponível em Livros no site www.resenet.com.br/users/ahimtb.

BERNARDES, Arthur. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. **Revista do Clube Militar**, Jun 1951.

BERTHIER, Altino, Cel. **Os desbravadores do rio Amazonas**. Porto Alegre: Ed. Pozzenato Arte & Cultura, 1996.

____.**A Amazônia lendária**. Porto Alegre: Ed. Pozzenato Arte & Cultura, 2002.

BORGES, Gustavo. O caso Carajás. **Letras em Marcha**. Nov/Dez1999 (Cel da Aeronáutica).
BOUÇAS, Notas taquigráficas sobre os Acordos de Washington relativas a Amazônia na 2ª Guerra Mundial. **A Nação Armada**, nº 14, 168/174.

____.A borracha e a Amazônia. **A Nação Armada**, nº 14. 168/174.

CABRAL, Bernardo, senador. **A Amazônia e a cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Clube Militar, 2.000. (Conferência no Clube Militar).

CÁCERES, Luiz A. M. Construção do Forte Príncipe da Beira. **RIHGB**. t.28,1965.p.211s.

CAMBESES JÚNIOR, Manoel, Cel Av., Os militares e a defesa da Amazônia. (Recorte na AHIMTB).

____.A Amazônia clama por socorro. **Revista do Clube Militar**, Dez 1999, p10/11.

CAMPOS, Carlos Augusto. O Exército e o restabelecimento da ordem nas Províncias do Norte. t.especial, ICHN, v.5,1915.p.113/138.

CARMO, Antônio Eleutério Sucena do. Amazônia Brasileira. Mitos, realidades e cobiça internacional. **Revista Boia Verde**, (Portugal) nºs 198, Nov/Dez 2001, 199, Jan/Mar 2.002 e 200, Abr/Ago 2002.

____.Coletânea de subsídios enviados de Portugal sobre Francisco Xavier Furtado de Mendonça (1700-1769) e sua atuação na Amazônia de 1751/59.

CHAGAS, Carlos. O G-7 dá novo bote na Amazônia. **Revista do Clube Militar**, Jan 2000.

CEBRES-ECEME, Simpósio. A Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: 1991. Outubro, nº 1, Especial (Participação de autoridades gradas, responsáveis por problemas amazônicos).

CHAVES, Omar Emir, Gen. Valorização da Amazônia. **Revista do Clube Militar**. nº 142, 1956.

____. **Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro:BIBLIEx,1943. (Com a Colômbia).

CASTRO, Genesco de. **O Estado Independente do Acre**. Rio de Janeiro: Tip. São Benedito, 1930.(O autor é irmão de Plácido de Castro).

CASTRO, Therezinha de. **Rumo a Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed Unigraf,1998.

____. Amazônia o grande desafio geopolítico. **A Defesa Nacional**, nº 697.

CAVALCANTI, Pedro de. A Organização Militar da Colônia, séc. XVIII. **RIHGB**, t. Especial, IV CHA, v.7,1949.p.155/166.

CLUBE MILITAR. Amazônia I a IV, 2.000. (Coletânea de artigos dos generais Rubens Bayma Denys, Meira Matos e Ibiapina, senadores Bernardo Cabral e José Sarney e Cel Luiz Sodré de Castro, etc.).

COMANDO DA AERONÁUTICA (SISCEAB/DECEA/CISCEA). **SIVAM**. Rio de Janeiro:2002.

____.SIPAM/SIVAM. Rio de Janeiro: CCSIVAM, 2002.

COUTO, Ruy de Paula Couto, Gen. Amazônia ainda brasileira. **Revista Clube Militar** Fev, 2.000.

CORREIA, Paulo Henrique da Rocha. **Seara Nacionalista**. São Paulo: MCS, 1999. 2ª ed. (Aborda O Brasil e as Guianas no tocante a geopolítica e como o problema foi visto pelos geopolíticos Mário Travassos, Lysias Rodrigues, etc.).

____.O Brasil e as Guianas. **A Defesa Nacional**. Abril 1985.

CRUZ, Ernesto. O perfil de Castelo Branco, fundador de Belém e Soldados e colonos na empresa de colonização. **In: História de Belém**, Belém: UF do Pará,1973.v.1 ,cap III e VII.

_____.O Cel Jerônimo Coelho e a projeção de seu Governo em Belém. **in: História de Belém**. Belém: UF do Pará.1973 .v.2.p.289/298.

_____.Procissão dos séculos. Belém,1952 (De interesse da História Militar Terrestre do Pará: Os monumentos da Vigia; A Conquista de Caiena; Andréa, suas fraquezas e a Cabanagem e seus mistérios eo Cap da Guarda Imperial).

_____. **Temas da História do Pará**: SPVEA,1960. (A conquista Militar da Amazônia, o papel dos fortes, p.91/112 e a Cabanagem, suas causas e efeitos na versão dos cabanos e de historiadores, p.161/201).

DENYS, Rubens Bayma, Gen. O programa Calha Norte. **Jornal do Grupo Inconfidência**. Belo Horizonte, Dez 1999 e Jan/Fev 2.000.

_____. A Amazônia e a geopolítica mundial. (O autor enviou cópia para o Centro de Informações de História Militar Terrestre da AHIMTB).

DANIEL, João, Jesuíta. Tesouro Descoberto máximo rio Amazonas (índice geral e 2ª Parte -Notícia geral dos índios da Amazônia). **RIHGB**, t.2,3 e 4º trim,1840.p.321/364. Informações de qualidades de interesse militar dos índios.

DONATO, Hernani. **Dicionário das batalhas brasileiras**. São Paulo; IBRASA,1989.

ELETRONORTE. Tucuruí - a maior obra em concreto no Brasil - (Ficha Técnica distribuída no Seminário Amazônia).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Programa Seminário Amazônia. 13/16 Dez 1999 (Programas da ESG e CEBRES).

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército - perfil militar de um povo**. Rio de Janeiro: SERGRSAF/IBGE,1972.3v.

ESTADO DE SÃO PAULO. Os novos e os velhos dilemas dos militares. (Amazônia é o tema que exerce mais apelo). São Paulo, 11Fev2.000. (Edição Especial acessível pela Internet).

_____.Brasil ganha dos tigres asiáticos em proteção ambiental. São Paulo, 1º Fev 2.000.

_____.Greenpeace vem ao Brasil para fiscalizar a Amazônia, São Paulo, 2 Fev 2.000.

FERREIRA, Anete Costa. A Expedição de Pedro Teixeira. Portugal–Lisboa: Ésquilo, 2000.

FERREIRA, Arnaldo Medeiros, Maj Gen (Portugal). A conquista do Pará e Defesa da Amazônia. **Jornal do Exército** (português). Nº 512, Nov 2002. p.44/52 (ilustrado).

FOLHA DE SÃO PAULO. Suplemento Especial sobre a Amazônia. 28Abr, 12Mai1968 (Preciosas informações).

FONSECA, João Abel. Amazônia Pombalina – Cartas secretas do Marques de Pombal a seu irmão Francisco Xavier Mendonça Furtado **in: Portugal e o Brasil no mundo moderno**.

Lisboa: Ed.Colibri, 2001. p208/244. (Subsídios enviados pelo Sub Oficial Antônio Euleutério Sucena do Carmo, correspondente da AHIMTB em Portugal , a pedido do autor).

____.A propósito do Tratado de Limites ao norte do Brasil. Cartas secretas do Marquês de Pombal. Lisboa: FLUL, s/d .P. 279/304.

FONTECHI, Nunzio Graziano. Amazônia e as Operações na Selva. A Defesa Nacional nº 697.

FONSECA, Francisco Pereira da Silva, Cap, O Alto Amazonas. **RMB**, Abr/Jun, 1929.p.269/279.

FONTOURA, Manoel Ignácio Carneiro da, Cel. Borracha História. A Defesa Nacional. Nº 465, Abr 1953.p.101/102.

FREITAS, Airton Salgueiro de. O extremo Norte do litoral brasileiro **RMB**, Jul/Dez 1948. p.391/400.

FREIXINHO, Nilton, Cel. Capítulo II- Os 200 anos que construíram o Brasil em suas linhas básicas como Estado Nação. **in: Brasil – os difíceis caminhos da Integridade**. Rio de Janeiro: Kosmos,1994.p.31/71.

____.**Os 500 anos depois de Gabriel Soares de Souza**. Rio de Janeiro: Kosmos,2.000. (Gabriel é o autor de **Tratado descritivo do Brasil**, c 1584).

FREGAPANI. Gélio, Cel. Amazônia, a grande cobiça internacional, a verdade que poucos conhecem. Brasília:Thesaurus,2.000.

____.**Manual de Operações de Guerra na Selva**. Brasília: DEP,1972.

____.**No lado de dentro da Selva**. Brasília:Thesaurus,1996.

GONÇALVES, Leônidas Pires Gonçalves, Gen Ex. Amazônia, Defesa Nacional. **A Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Simpósio CEBRES-ECEME,1991,v.1 Especial.p/157/162(Ministro da Guerra).

GOYCOCHEA, Castilhos. **O Espírito Militar na questão acreana**. Rio de Janeiro, 1941

GUEDES, Max Justo, Alte. Aspectos náuticos da expedição de Pedro Teixeira. 1636/39. **Revista de Cultura do Pará**. Belém, ano 6, nºs 22 e 23, Jan/Jun 1976.

GUSMÃO, Marcos. A urbanização da Amazônia. **Veja**, 24 Nov 1999. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOPOLÍTICA.A Heliéia Amazônica. **Revista do Clube Militar**. nº 113, 1954.

JOUBIN.P. J. Mallet. Plácido de Castro. Depoimento histórico, operações militares e perfilpsicológico. RIGHMB, nºs 57, 58 e 59, 1976/77.

LEITE, Berta. Correspondência inédita de Mendonça Furtado. **in: Anais do IV Congresso de História Nacional em 21/28 Abr 1949**. Rio de Janeiro,1950.v.2

LESSA, Luiz Gonzaga Schroeder, Gen. Amazônia.**Revista do Clube Militar**. Nov 1999

(Importante e atual fonte básica e palestra feita em todas as escolas do Exército e em outros locais).

LIGA DE DEFESA NACIONAL. Amazônia, o grande desafio. Brasília, Abr 2001.

LIMA, Amaury Benevenuto, Cap. A Região Norte, **A Defesa Nacional**. Nº 384, Mai 1946. p.927/963.

LIMA, Hélio Ibiapina, Gen. Amazônia-a cobiça .**Letras em Marcha**, Jan/Fev/2.000.

____. Soberania - ainda soberania sempre soberania. **Ombro a ombro**, dez 1999.

____. Os perigos que rondam nossa pátria. **in: Amazônia III** - Clube Militar. Rio de Janeiro, 2000. (Apresentação).

LOBO, Luiz, Cel. **História Militar do Pará**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1942.

LOLLO, Achille. Entre a ingerência e a internacionalização. **Jornal Público**. Rio de Janeiro, Jan 2.000. (Entrevista do CEBRES).

MACEDO, Tibério Kimmel, Gen. Eles não viveram em vão. Porto Alegre: Este, 2003.(Resgate da saga do 5º BEC de Porto Velho) .Seu autor certa feita me falou como eu sem haver vivido na Amazônia, poderia escrever sobre ela. Não sei se meu livro lhe responde? Espero que sim!).

MAGALHÃES, B. de. A Cabanagem. **RIHGB**, V. 171,1936.p.278/305.

MATTOS, Carlos de Meira, Gen. **Geopolítica Pan Amazônica**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980.

____.Amazônia: O Grande desafio geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**. nº 41, 2002.p.313/321.

MATOS, Odilon Nogueira de. Biobibliografia de Arthur César Ferreira Reis, o pai da História da Amazônia.

Notícia bibliográfica e histórica, Campinas, PUC, nº 178, Jul/Set 2.000. p.311/315.

MEIRA, Clóvis. **Barata no centenário**. Belém: 1989 (Sobre o Gen Magalhães Barata).

MEIRA, Sílvio. **A conquista do rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1963.

____.**Fronteiras sangrentas - heróis do Amapá**. Rio de Janeiro, 1977 .

____.**Fronteiras Setentrionais –3 séculos de lutas no Amapá**. São Paulo: USP,1989.

MELLO, Raul S. de, Gen. **Para além dos bandeirantes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1968.

MELLO, Saulo Theodoro Pereira de, Cap Dr. Condições sanitárias das regiões amazônicas

dos rios Solimões, Içá e Japurá. **A Defesa Nacional**, nº 413, Out 1948.p.163/169.

MELLONI, Eugênio. Fundo Axial financia pesquisa Bioamazônia para usosustentável da biodiversidade. **Estado de São Paulo**, 13 Fev 2.000.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. Rio de Janeiro: IHGB,1963.3 v. (Obra importante).

MINISTÉRIO DA GUERRA. Relatórios do Ministro, 1872/1973. Arsenal de Guerra do Pará. p.38/39. p. 1/7.

____.Relatório do Ministro, 1844. Distribuição de recrutas pelas províncias .p.1/13.

____.Relatório do Ministro, 1874. Fortificações nas fronteiras na Amazônia. p.o-1 /3.

____. Relatório do Ministro, 1896. Fronteiras e Colônias Militares.p.54/58.

MIRANDA, Alcir Gurgem. Lobo d'Almada na terra de Macunaíma. **Folha de Boa Vista**, 21 de julho de 1995.

MIRANDA, Salm de, Gen. **Expansão para o Norte**, Rio de Janeiro: BIBLIEx,1946.

MONTEIRO, Jonathas Rego, Cel e SILVA, Faustino, Cel. **O Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1939 (Relaciona as unidades que guarneceram a Amazônia até 1938.)

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Rio de Janeiro: Conquista,1971.

____. **A Capitania de S. José do Rio Negro.Manaus**,1955.

MONTEIRO, M. Baléu. **A sombra do Império Verde**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1946 (Focaliza o Destacamento de Fronteira de Tabatinga).

MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE ÍBERO-AMERICANA, Roraima no centro da internacionalização da Amazônia. Rio de Janeiro, Nov 1999.

NASCIMENTO, Ruy Gama, Ten. História da Fortaleza de Macapá. **A Defesa Nacional**. Nº XXXVIII, p. 77/86

NOGUEIRA, Rui Alencar, Cap. A borracha no Brasil. **A Defesa Nacional**, nº 385, Jun 1946.p.1144/1157.

NUNES, Janari Gentil. Discurso na Câmara de Deputados, 20 Set 1970.

____.Cap. Plano Rodoviário do Território federal do Amapá. **A Defesa Nacional**. nº 438, Jan 1951.p.67/72.

NUNES, José Ricardo Vendramini, Cap. Uma passagem pelos EUA. (Fort Knox) **Revista do Clube Militar**. Dez 1999. (vide Amazônia).

O ESTADO DE SÃO PAULO. General quer fortalecer a Calha Norte e militares temem tentativa de internacionalizar a Amazônia. São Paulo, 12 Jun 2.000.

____. O G-7 pretende retomar plano de proteção das florestas brasileiras. 6 Jun 2.000(Artigo de Tânia Ribeiro).

____. Os novos e os velhos dilemas dos militares. São Paulo, 11 Fev 2.000.

PAIM, Gilberto. Informação para desvendar o mistério amazônico. **Carta Mensal**. 567, junho 2002.p.26/46.

O GLOBO. SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia. Rio de Janeiro, 28 novembro 2002. (Projetos Marketing). 12 p. ilustradas.

PASSARINHO, Jarbas, Cel. A força lendária da Amazônia. **Correio Braziliense**. Brasília, Dez 1999.

____. Ianomami e equívocos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1º Fev 2.000.

____.Considerações em torno do exercício de combinação de armas na Amazônia.-Emprego da Artilharia. A Defesa Nacional. Out 1946. p.828/846.

PEREIRA, Osny. **Desnacionalização da Amazônia**. Rio de Janeiro, 1957.

PIMENTEL, Waldemiro, Gen. Amazônia econômica. **RIGHMB**, nº 9 ,1946.

PINTO, Flodoardo da Silva. **Amazônia, retrato de uma região questionada**. Porto Alegre: AGE, 2002 (Apresentação Cel Moreira Bento e prefácio do Gen Luiz Gonzaga S. Lessa).

PINTO, Orlando da Rocha. **Cronologia da construção do Brasil, 1500/1889**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

PORTO, Arlindo. A Amazônia quer continuar brasileira. **in: Amazônia III - Clube Militar**. Rio de Janeiro, 2.000 (Presidente do IHGA).

PORTO, Marques, Gen Dr. A defesa da Amazônia. A Defesa Nacional, nº 3, Dez 1913 .p.66/67.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Levantamento estratégico da área estratégica Norte**. Rio de Janeiro: SNI, 1969.2v .

QUINTILIANO, Aylton. **Grão Pará—resenha histórica**. Belém: Imp. Univ. do Pará, 1963. (Aborda aspectos de interesse da História Militar Terrestre da Amazônia e em especial a Cabanagem e mais os Coronéis Lauro Sodré e Magalhães Barata).

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus, 1931.

____. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém, 1939.

____. **Lobo d'Almada - um estadista colonial**. Manaus, 1940.

____. **Síntese histórica do Pará**. Belém, 1941.

_____. **A conquista espiritual da Amazônia.** São Paulo, 1943.

_____. **A Amazônia e a cobiça internacional.** Rio de Janeiro, (4 edições: 1960, 1965, 1972 e 1982). FONTE IMPORTANTE !!!

_____.Amazônia: Viajantes e sugestões separatistas. **Notícia Bibliográfica e Histórica.** nº 178, PUC/Campinas, Jul/Set 2.000. p.316/317. (Relata e analisa obras de estrangeiros que visitaram a Amazônia e que incendiavam a cobiça estrangeira sobre ela). Importante fonte!

_____. A Cabanagem. **RIHGB**, v.347,1985.p.7/29.

_____. Regime vigente no Real Hospital de Barcelos (ex-Mariué). **RIHGB.** v 231, 1956.p.351/3554.

_____.Lobo d'Almada e a exploração do Alto Rio Negro. **RIHGB.** 242,1959,p.418/423.

_____. A Amazônia e a integridade do Brasil. Manaus, 1996. (É o maior historiador da Amazônia que sempre percebeu nela a cobiça internacional e sempre a denunciou. Foi governador da Amazônia).

_____.**Território do Amapá.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

_____.A expansão portuguesa na Amazônia.**Província de São Pedro.** nº 12, 1948.

_____. A Amazônia no século VXIII. **Província de São Pedro** –RS. nº 16, p.47.

_____. Limites e demarcação da Amazônia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1942.2v.

_____. O processo histórico da Amazônia. **in: Problemática da Amazônia.** Rio de Janeiro:BIBLEx,1971.p.91-100.

_____.**Estadistas portugueses na Amazônia.** Rio de Janeiro: Editora Dois Mundos, 1984. Estuda a obra de Mendonça Furtado na Amazônia).

_____.Imperialistas e sub imperialistas. **A Defesa Nacional.** nº 715, Set/Out, 1984, p.133/138. (Apresentação de Cláudio M. Bento).

REVISTA DO CLUBE NAVAL, nº 309, Jan/Mar 1999. Amazônia Brasileira. Potencialidades e vulnerabilidades, p.8/15 (Opiniões valiosas diversas).

REVISTA DO IHGB. Bibliografia das obras raras e coisas da Amazônia. 212, Jul/Set 1951.

_____.a.159, nº 400, Jul/Set 1998. p.873/877(indica vários trabalhos sobre a Amazônia).

REVISTA VEJA. Luzes na Amazônia. 24 Nov 1999. (Muito esclarecedor).

RIBEIRO, Nelson Branco. Amazônia. Três Corações: Excelsior Gráfica, 2003.

ROCHA FILHO. José Mariano. Porque surgiu o Campus de Roraima. **Revista do Clube**

Militar. nº 187,1972.

RODRIGUES, Lysias. **Geopolítica do Brasil**: Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1945.

_____.Estrutura geopolítica da Amazônia. Plano de sua redivisão. **RIGHMB**, nº171, 952.p.87ss.

_____.Valorização e defesa da Amazônia. **RIGHMB**, nº 13, 1949. p97ss.

_____.Estrutura geopolítica da Amazônia. **RIGHMB**. nº 16, 1951.p.82ss.

_____.Questão da Hiléia Amazônica. **Revista do Clube Militar**. nº 106,1950.

RODRIGUES, Maria Izabel Vieira. A política de Francisco Xavier Mendonça Furtado no Norte do Brasil 1751-1759. in: **Oceanos**, nº 40. Lisboa: CNCDP,1999.p.95/110.

RODRIGUES NETO, José Apolônio da Fontoura, Gen. A Amazônia é nossa. in: **Amazônia III -Clube Militar**. Rio de Janeiro, 2.000.

RONDON, Frederico Augusto , Ten Cel. A Amazônia colombiana. **A Defesa Nacional**. nº 495, Out 1955.p.964/967.

_____.Diretriz de um planejamento da Amazônia. **RIGHMB**, nº 38, 1966.

_____.Rondônia. **RIGHMB**, nº 47, 1970.

_____.Rondônia meridional. **RIGHMB**, nº 49, 1971.

SORIANO, Manuel, Neto, Cel. "Soberania", "Soberania Limitada","Dever de Ingerência", "Intervenção Humanitária". **A Defesa Nacional**, nº 761, Jul/Set, 1993,p.19/27.

SANTIAGO, João B. Maj, Petróleo do Amazonas. **Revista do Clube Militar**, nº 137, 1955.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. História do Amapá. Macapá: Ed Valcan, 2000. 4ª ed.

SANTOS, Francisco Ruas, Cel. Coleção Bibliográfica Militar. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960 (Índices de revistas militares até 1960, menos a Defesa Nacional).

_____.Índices da Revista **A Defesa Nacional** até 1956 (Acervo da AHIMTB).

SANTOS, José Calvário dos. Cel Av. Amazônia, 500 anos de cobiça. **A Defesa Nacional**, nº 788, 2000. p98/119.

SILVA, Aimar Baptista da, Cel. APropostado Cap Mathew Fawry da Marinha dos EUA à Secretaria de Estado de desestabilizar em 1816 o Reino Unido do Brasil e seus efeitos reais. in: **Amazônia III - Clube Militar**. Rio de Janeiro, 2.000. (Abordagem importante).

SILVA, João Ribeiro da, Cel. As reformas pombalinas. in: **O Brasil colonial e imperial revoltas e revoluções**. Rio de Janeiro: Conceito Comunicação, 2.002.p.25/29.

SILVA, Roberto Gama. **Olho grande na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo

Editora,1991.

SOARES, Teixeira, embaixador. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx,1973.

SODRÉ. Nelson Werneck, Cap. A Amazônia Colombiana. **A Defesa Nacional**. nº 386, Jul, 1946.p.121/126.

TAPAJÓZ, Vicente da Costa. O Amazonas na RIHGB. Pesquisa em homenagem a Arthur César Ferreira Reis existente na Sala de Leitura do IHGB e mencionada ao final desta bibliografia.

TERNUMA, A Amazônia e a cobiça Internacional. 23 Nov 1999.

TOCANTINS, Leandro. Possui apreciável obra sobre a Amazônia: **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro. (Prêmio Joaquim Nabuco da ABL, 3 edições). 3v.; **O Estado do Acre; A valorização da Amazônia no tempo e no espaço** e **Considerações sobre o turismo na Amazônia**.

_____.Amazônia continente e ilha cultural. **RMB**, nº 1, Jul/Dez1981. p.48ss.

_____.Amazônia, natureza, homem e o tempo.**RMB**, Jan/Mar, 1982.p.28ss.

TRAVASSOS, Mário. A projeção continental do Brasil. Rio de Janeiro:BIBLIEx.

VASCONCELOS, Meira, Gen. Teatro Geográfico da Amazônia. **Revista do Clube Militar**. nº 51 e 53, 1939 e 1940.

VELOSO, Nilo Oliveira. Expedição Roncador-Xingú. **Revista do Clube Militar**. nº 198, 1973.

VENDRAMINI, José Ricardo, Nunes. Uma passagem pelos EUA. **Revista do Clube Militar**, Dez 1999, p.6/7

VIANNA, Hélio. **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro:BIBLIEx, 1948.

VIDAL, Germano Seidl, Cap. A Hiléia Amazônica à luz da Geopolítica. **A Defesa Nacional**. nº 432, Jul 1950.

YPIRANGA, Mário Monteiro. **A capitania de São José do Rio Negro**.Manaus, 1955.

_____. **Fundação de Manaus**. Rio de Janeiro: Conquista,1971. (Este autor possui maisobras sobre a Amazônia e foi professor na vila de Borba).

VERNALHA, Milton Miró. A luta de Manaus. **In: As revoluções brasileiras**. Curitiba: Studio Filatélico Paranaense Ltda, 1993.

VERÍSSIMO, José Ignácio, Gen. Porque a Amazônia é brasileira. **RIGHMB**, nº 32,1964.

_____.O TO da Amazônia. Nação Armada, nº 20, p.77/80. ("Este TO deve ser independente

do restante do país”).

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta a sua vida**. Rio de Janeiro, 1969.

ZERO HORA ESPECIAL. Guerra ao Narcotráfico–EUA tem 20 bases militares na América do Sul. Porto Alegre, 23 Mar 2001.

____. EUA revelam Plano Militar para a América do Sul, Porto Alegre, 8 Jul 2001 (artigo de Humberto Trezi e Rodrigo Lopes).

Lista especial na REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

O AMAZONAS NA RIHGB, POR VICENTE TAPAJÓS. Homenagem aos 150 anos do IHGB, dedicado a Arthur César Ferreira Reis, mestre e amigo. Existe um índice na Sala de Consulta do IHGB. (Extrato de interesse, a seguir).

1) RIHGB, Tomo II, 3º e 4º trim, 1840, Cap IX, Das guerras dos índios. Motivos: Antropofagia; instigados pelos brancos e por causa de mulheres, o mais comum. **Registra as táticas guerreiras que usavam.**

2) RIHGB, Tomo IV, V.4, nº 16, Jan 1843.

Provisão régia para construção da Fortaleza de São Joaquim do Rio Branco. Finalidade: Defesa contra os holandeses, saídos do Suriname para fazerem escravos ou comprarem escravos (índios?). Ordem para despacharem canoas de observação para o norte a partir do forte. Ass: Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

3) RIHGB, 2ª série, Tomo V, v.13, nº 18, 2º trimestre 1850.

Cap III - Tentativas espanholas de se estabelecerem no corte do Rio Branco. Cap IV - Chegada ao rio Negro da notícia da tentativa espanhola de infiltração no rio Branco. **4) Tomo 18, nº 18, 2º trim 1855.**

Viagem de Hilário Gurjão desde a barra do Rio Negro até Cucuí p.171/189 (Missão: construir um quartel em Moarabitanas, perto de Cucuí. Relata notícia do Forte Moarabitanas, 12 Fev 1855. Mais tarde general morto em Itororó).

Tomo 24 .V.24, 4º trim 1861 p.617/683

LOBO d'ALMADA, Manoel da Gama. Descrição relativa ao território do Rio Branco em 1787 referência a Espanhóis no Orinoco, Holandeses no Suriname e Franceses em Caiena. Refere-se ao Forte São Joaquim e sua guarnição de 34 homens.

Tomo 51, v. 76, 4º folheto, 1886, p 15/165.

Sugere envio de pescadores para sustentar as guarnições dos fortes da Fronteira. (Ver Governo Militar).

7) Tomo Especial, Anais da Imprensa Periódica. Parte II, V.1, p.5/891, 1908.

Jornais e revistas da Amazônia, 1851/1908.

8) V.175, 1940, p. 217/330.

Ver: paulistas na Amazônia na cata de ouro nos rios Tapajoz, Madeira e Tocantins e lutas

contra índios no vale do rio Branco. Francisco Xavier de Morais capturou 132 índios.

9) V.193 out/dez 1946 Arthur Cesar Reis .

A Incorporação da Amazônia ao Império .A Amazônia torna-se brasileira com as ações de Grenfell e Cochrane. As agitações.

10)V.206, Jan/Mar 1950.

O processo de emancipação da Amazônia p.158/170

V 251, Abr/Jun 1961.

De Marcos Carneiro de Mendonça. O caminho de Mato Grosso e as fortificações pombalinas da Amazônia, p.3/32.

12) V.344, Jul/Set, 1984.

De Arthur César Reis. As fortificações da Amazônia no Período Colonial, p. 217/227. Importante.

13) V.347, Abr/Jun, 1985.A Cabanagem, p.7/29, de Arthur César Reis.

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS COMANDANTES DO CIGS



1º Comandante

Cel TEIXEIRA



2º Comandante

Cel GARRONE



3º Comandante

Ten Cel SAMPAIO MAIA



4º Comandante

Cel LANA



5º Comandante

Ten Cel SERRA



6º Comandante

Ten Cel FREGAPANI



7º Comandante

Cel PEDROZZO



8º Comandante

Cel THAUMATURGO

Fonte: Site do CIGS

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS COMANDANTES DO CIGS



9º Comandante

Cel MUNHOZ



10º Comandante

Cel BUENO



11º Comandante

Cel LAMPERT



12º Comandante

Cel BARROS MOURA



13º Comandante

Cel PERET



14º Comandante

Cel BRINGEL



15º Comandante

Cel ROLLA



16º Comandante

Cel ARAÚJO LIMA

Fonte: Site do CIGS

HOMENAGEM DA FAHIMTB, IHTRGS E ACANDHIS AOS COMANDANTES DO CIGS



17º Comandante

Cel JABORANDY



18º Comandante

Cel SOUZA ABREU



19º Comandante

Cel BARROS



20º Comandante

Cel DIVERIO



21º Comandante

Cel PALAIA



22º Comandante

Cel DIAS



23º Comandante

Cel ALCIMAR



Comandante Atual

Cel LAMPERT

Fonte: Site do CIGS

